

Horizontes Históricos.



Revista discente do PROHIS, , vol. 11, n. 1, jan./2026 - jun./2026. ISSN: 2596-0377



PROHIS
Programa de Pós-Graduação em História
Cognição, Política, Sociedade

Horizontes Históricos.

**Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade
Federal de Sergipe**

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de
Sergipe**

Horizontes Históricos [recurso eletrônico]: revista discente do PROHIS / Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em História – vol. 12, n. 1(2026) – São Cristóvão, SE: PROHIS, 2026 – Semestral

e-ISSN: 2596-0377

1. História. I. Universidade Federal de Sergipe. Programa de Pós-Graduação em História.

CDU 94(05)

Universidade Federal de Sergipe

Reitor: Prof. Dr. André Maurício Conceição de Souza

Vice-Reitor: Prof^a Dra. Silvana Aparecida Bretas.

Centro de Educação e Ciências Humanas

Diretora: Prof^a Dra. Tais Kalil Rodrigues.

Vice-Diretor: Prof. Dr. Marcos Fonseca Ribeiro Balieiro.

Programa de Pós-Graduação em História

Coordenador: Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias.

Vice-Coordenador: Prof. Dr. Samuel Barros de Medeiros Albuquerque.

Expediente

Editora-Chefe:

Prof^a Dr^a Edna M. Matos Antonio.

Editoras Assistentes:

Me. Livia Maria Albuquerque Couto;

Me. Thaís Monique Costa Moura.

Equipe Editorial:

Me. Livia Maria Albuquerque Couto;

Me. Luísa Vilas Boas dos Santos;

Me. Thaís Monique Costa Moura;

Conselho Consultivo

Prof. Dr. Antônio Fernando Araújo de Sá;

Prof. Dr. Bruno Gonçalves Alvaro;

Prof. Dr. Bruno Uchoa Borgongino;

Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias;

Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos;

Profa. Dra. Edna Maria Matos Antonio

Prof. Dr. Ernst Pijning;

Prof. Dr. Felipe Augusto Ribeiro;

Profa. Dra. Luciene Lages Silva;

Profa. Dra. Kirsten Schultz;

Profa. Dra. Mariana Bracks Fonseca;

Profa. Dra. Marília de Azambuja Ribeiro Machel;

Prof. Dr. Miguel Figueira de Faria;

Prof. Dr. Pedro Abelardo Santana;

Prof. Dr. Renato Pinto.

Lista de Pareceristas da 12ª Edição:

Ailson Barbosa de Oliveira

Alberto Alves da Silva

Aldenize da Silva Ladislau

Caio Corrêa Derossi

Eliane Venturini de Oliveira

Felipe Aparecido de Oliveira Camargo

Fernando Santana de Oliveira Santos

Gustavo Silva de Moura

Gustavo Silva de Moura Ricardo Di Carlo
Ferreira

Heitor Lamartine da Silva Keicy Salustiano
Duarte Silva

José Aparecido da Silva Rocha

Kévia Daniele da Silva

Luis Eduardo Bove de Azevedo

Luiz Paulo da Silva Soares

Marcos Vicente Miranda Santos

Paula Nathaiane de Jesus da Silva

Robson Machado

Rodrigo Alves Rodrigues

Rodrigo Musto Flores

Tabathy Martin Nascimento

Imagem de Capa: Colagem de autoria da
equipe Horizontes Históricos

Apoio:



Sumário

Dossiê.....	5
Apresentação do Dossiê “Novos olhares sobre o Brasil do século XIX”	6
LEITURAS, LINGUAGENS POLÍTICAS E FORMAÇÃO INTELECTUAL DOS BACHARÉIS DO CURSO JURÍDICO DE OLINDA (1827–1838)	
Alexsandro Ribeiro do Nascimento	9
“NÃO HA GRAÚDOS OU CARCARÁS, HA CONSERVADORES”: A CISÃO DOS CONSERVADORES DO CEARÁ E A UNIÃO DOS CONSERVADORES DA CORTE (1863 - 1885)	
Alisson Freitas da Silva.....	33
O OLINDENSE: A ESCRITA E OS IMPRESSOS DOS ESTUDANTES DE DIREITO DE OLINDA (1831-1832)	
Noemia Dayana de Oliveira	57
COM SUAS BENFEITORIAS, QUINTAL E MANGUEIRA: O HABITAR TROPEIRO A PARTIR DOS INVENTÁRIOS <i>POST-MORTEM</i> (CASTRO, SÉCULO XIX)	
Vinícius Augusto Andrade de Assis.....	71
Artigos de Temática Livre	90
DÉCIO VIEIRA OTTONI E A CRÍTICA DE CINEMA DOS ANOS 1950: UM ESTUDO A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE PIERRE BOURDIEU	
Isabella Costa Janson Ney.....	91
CONSCIÊNCIA HISTÓRICA EMOTIVA: UMA LEITURA DO HUMANISMO INTERCULTURAL DE JÖRN RÜSEN EM DIÁLOGO COM MARTHA NUSSBAUM	
Edson Silva de Lima	114
SILENCIAMENTO, AGÊNCIA E ESCRITA DA HISTÓRIA: HORACIO LARA E AS NARRATIVAS MAPUCHE ENTRE O COLONIAL E O NACIONAL	
Saulo José Mello da Silva.....	132
CAMISAS-VERDES DA FRONTEIRA: INTEGRALISMO E MILITÂNCIA EM FOZ DO IGUAÇU-PR (1935-1937)	
Diego Monteiro.....	151
A REVOLUÇÃO FRANCESA: DA DESCRISTIANIZAÇÃO AO CULTO SECULAR DA RAZÃO E DA PÁTRIA	
Rafael Teotonio Assis, Fábio Luciano da Silva & Lindemberg Cavalcante Trigueiro.....	177
O PROFESSOR JOSÉ DE ALENCAR CARDOSO E AS AÇÕES ASSISTENCIAIS DA MAÇONARIA NO CONTEXTO DA GRIPE ESPANHOLA EM ARACAJU (1918)	
Matheus Honorato da Silva Santos & Sulyvan Sousa da Silva.....	197



DOSSIÊ TEMÁTICO

NOVOS OLHARES SOBRE O
BRASIL DO SÉCULO XX

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ TEMÁTICO

“NOVOS OLHARES SOBRE O BRASIL DO SÉCULO XIX”

A *Revista Horizontes Históricos* apresenta aos seus leitores sua 12ª edição, correspondente ao primeiro semestre de 2026, que tem como eixo central o dossiê “Novos olhares sobre o Brasil do século XIX”. Este número é resultado não apenas do compromisso da revista com a divulgação da produção historiográfica, mas também de uma importante parceria acadêmica estabelecida com a Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos (SEO).

A proposta do dossiê nasceu a partir do VI Encontro de Pós-Graduandos da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos, realizado entre os dias 26 e 28 de novembro de 2025, em Sergipe. Promovido pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS/UFS), o evento reuniu pesquisadores de diferentes instituições e regiões do país em torno de debates relacionados ao chamado “longo século XIX”, compreendido, no âmbito da SEO, entre 1750 e 1930.

Realizado entre Aracaju e São Cristóvão, o VI Encontro contou com mesas-redondas, sessões de comunicação, painéis de iniciação científica, lançamentos de livros e outras atividades acadêmicas, consolidando-se como um espaço privilegiado de interlocução entre pesquisadores em diferentes etapas de formação. Mais do que apresentar resultados acabados, encontros dessa natureza permitem colocar pesquisas em diálogo, formular novas questões e fazer circular perspectivas que ampliam nossa compreensão sobre a experiência histórica brasileira.

Foi nesse contexto que surgiu a parceria entre a SEO e a *Horizontes Históricos*. Em lugar de restringir os trabalhos apresentados ao formato tradicional dos anais de evento, a proposta foi estimular seus participantes a desenvolverem e submeterem versões mais amadurecidas de suas pesquisas a um periódico acadêmico, submetendo-as ao processo editorial e à avaliação por pares. A iniciativa contribui, assim, para ampliar a circulação dos trabalhos desenvolvidos por pesquisadores vinculados à pós-graduação e fortalecer as redes de diálogo entre programas, grupos de pesquisa, sociedades científicas e periódicos acadêmicos.

O resultado dessa parceria pode ser observado nos quatro artigos que compõem o dossiê. Em “Leituras, linguagens políticas e formação intelectual dos bacharéis do curso

jurídico de Olinda (1827–1838)”, Alexsandro Ribeiro do Nascimento volta-se para o universo da formação intelectual dos estudantes do curso jurídico de Olinda, observando as leituras e linguagens políticas que participaram da formação desses bacharéis durante as primeiras décadas do Brasil independente.

Na sequência, Alisson Freitas da Silva, em “‘Não há graúdos ou carcarás, há conservadores’: a cisão dos conservadores do Ceará e a união dos conservadores da Corte (1863–1885)”, investiga as articulações e disputas políticas no interior do Partido Conservador, explorando as relações entre a dinâmica política provincial cearense e os movimentos realizados na Corte durante a segunda metade do século XIX.

Também tendo como espaço privilegiado de investigação o ambiente acadêmico oitocentista, Noemia Dayana de Oliveira apresenta “O Olindense: a escrita e os impressos dos estudantes de Direito de Olinda (1831–1832)”, trabalho que permite pensar as práticas de escrita, a circulação de impressos e as formas de intervenção dos estudantes de Direito no debate público nas primeiras décadas do Império.

Fechando o dossiê, Vinícius Augusto Andrade de Assis, em “Com suas benfeitorias, quintal e mangueira: o habitar tropeiro a partir dos inventários post-mortem (Castro, século XIX)”, desloca o olhar para as experiências sociais e materiais do habitar, tomando os inventários post-mortem como caminho para compreender aspectos da vida e da cultura material associadas ao universo tropeiro no século XIX.

Em conjunto, os artigos demonstram algumas das múltiplas possibilidades atualmente abertas aos pesquisadores do Oitocentos. Formação intelectual, cultura escrita, imprensa, linguagens políticas, disputas partidárias, cultura material e experiências do cotidiano aparecem aqui como caminhos distintos, mas complementares, para uma história do século XIX atenta tanto aos grandes processos políticos quanto às práticas, sujeitos e experiências que lhes conferiram materialidade.

Registramos nosso especial agradecimento aos professores Samuel Barros de Medeiros Albuquerque, Carlos de Oliveira Malaquias e Edna Maria Matos Antonio, organizadores do dossiê, pela proposição da parceria, pelo diálogo com a revista e pelo trabalho desenvolvido para que os estudos apresentados no VI Encontro de Pós-Graduandos da SEO pudessem alcançar novos espaços de circulação. Agradecemos igualmente à Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos e ao PROHIS/UFS pela colaboração que tornou possível a realização deste número.

Embora o dossiê constitua o núcleo desta edição, a *Horizontes Históricos* preserva também uma de suas características fundamentais: a abertura para pesquisas provenientes de diferentes recortes temporais, espaciais, teóricos e metodológicos. Por essa razão, a presente edição conta ainda com uma seção de temática livre, composta por seis artigos aprovados ao longo do fluxo editorial da revista.

Esses trabalhos ampliam significativamente o horizonte temático deste número, abordando questões relacionadas à teoria da história e à consciência histórica, às populações indígenas e à escrita da história, ao integralismo e às experiências políticas do século XX, à Revolução Francesa e às culturas políticas da modernidade, às práticas de filantropia e assistência durante a gripe espanhola em Aracaju e à crítica cinematográfica brasileira dos anos 1950. A diversidade dos artigos reafirma a vocação da *Horizontes Históricos* como espaço de diálogo entre diferentes temporalidades, objetos e perspectivas historiográficas.

A publicação de uma edição como esta é resultado de um trabalho necessariamente coletivo. Por isso, agradecemos também aos autores e autoras que confiaram seus trabalhos à revista, aos pareceristas que contribuíram voluntariamente para o processo de avaliação, aos integrantes da equipe editorial e a todos aqueles que participaram das diferentes etapas de preparação deste número. O trabalho editorial acadêmico, muitas vezes pouco visível, depende justamente dessa rede de colaboração.

Esperamos que a 12ª edição da *Revista Horizontes Históricos* não seja apenas um espaço de divulgação das pesquisas aqui reunidas, mas também um convite à leitura, ao debate e à formulação de novas perguntas. Ao reunir os “Novos olhares sobre o Brasil do século XIX” e, simultaneamente, abrir espaço para investigações de temática livre, este número reafirma o compromisso da revista com a pluralidade da pesquisa histórica e com a circulação do conhecimento produzido por pesquisadores em diferentes momentos de sua trajetória acadêmica.

Desejamos a todas e todos uma excelente leitura.

Editoras
Lívia Maria Albuquerque Couto
&
Thaís Monique Costa Moura

LEITURAS, LINGUAGENS POLÍTICAS E FORMAÇÃO INTELECTUAL DOS BACHARÉIS DO CURSO JURÍDICO DE OLINDA (1827–1838)

READINGS, POLITICAL LANGUAGES AND THE INTELLECTUAL FORMATION OF THE LAW
GRADUATES OF THE OLINDA LAW SCHOOL (1827–1838)

Alexsandro Ribeiro do Nascimento¹

Resumo: Este trabalho analisa a formação intelectual dos primeiros bacharéis do Curso Jurídico de Olinda entre 1827 e 1838, investigando como leituras, imprensa, biblioteca e linguagens políticas participaram da constituição das elites responsáveis pela consolidação do Estado Imperial brasileiro. Fundamentado nas contribuições da História Intelectual e da História Política, o estudo articula a legislação imperial, periódicos da Hemeroteca Digital Brasileira, documentos administrativos e catálogos bibliográficos para examinar os processos de seleção, circulação e apropriação dos repertórios intelectuais presentes na formação em Direito, principalmente no Curso Jurídico de Olinda. Argumenta-se que a educação dos bacharéis extrapolou o ensino formal, estruturando-se pela interação entre legislação, biblioteca e imprensa, entendidas como dispositivos de circulação da formação intelectual e da cultura política no Brasil oitocentista.

Palavras-chave: Curso Jurídico de Olinda; Cultura Política; Império do Brasil.

Resumen: This study examines the intellectual formation of the first graduates of the Olinda Law School between 1827 and 1838, focusing on how reading practices, the press, the public library, and political languages contributed to the formation of the elites who consolidated the Brazilian Imperial State. Drawing on Intellectual History and Political History, it analyzes imperial legislation, newspapers from the Brazilian Digital Newspaper Library, administrative records, and bibliographic catalogs to investigate the circulation and appropriation of intellectual repertoires in legal education. The study argues that the education of these graduates extended beyond formal instruction through the interaction of legislation, the library, and the press as key agents in shaping nineteenth-century Brazilian political culture.

Palabras clave: Olinda Law School; Political Culture; Brazilian Empire.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Vinculado à Secretária de Educação do Recife (SEDUC-REC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9091-4874>. Lattes : <http://lattes.cnpq.br/0051417317869208>. Email: alexribeiro2@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A criação dos cursos jurídicos de São Paulo e Olinda, instituídos pela Lei de 11 de agosto de 1827, constitui tema recorrente na historiografia dedicada à formação do Estado nacional brasileiro². Desde os estudos pioneiros sobre o bacharelismo oitocentista até as pesquisas mais recentes sobre cultura jurídica e História Intelectual, essas instituições têm sido analisadas como espaços de formação das elites políticas e administrativas responsáveis pela consolidação do Império. José Murilo de Carvalho observa que a construção do Estado brasileiro esteve associada à constituição de uma elite relativamente homogênea, formada por indivíduos que compartilhavam experiências educacionais, linguagens políticas e trajetórias administrativas semelhantes. Segundo o autor, essa peculiaridade contribuiu para a estabilidade institucional alcançada ao longo do século XIX (CARVALHO, 2008).

Tal interpretação consolidou uma tradição historiográfica voltada para a análise das academias jurídicas como espaços de formação da burocracia imperial. Sérgio Adorno (1988), Gláucio Veiga (1980) e José Murilo de Carvalho demonstraram, sob diferentes perspectivas, que o ensino jurídico ultrapassava a preparação técnica de magistrados e advogados e participava da formação das elites responsáveis pela administração do Estado. Ricardo Marcelo Fonseca amplia essa explanação ao sustentar que as faculdades de Direito não devem ser investigadas apenas como instituições de ensino, mas também como espaços de produção e circulação da cultura jurídica brasileira, nos quais tradições intelectuais europeias foram apropriadas e adaptadas às especificidades da sociedade local (FONSECA, 2005).

Embora essa produção historiográfica tenha ampliado a discussão sobre o papel institucional dos cursos jurídicos, permanece pouco explorada uma dimensão desse processo: como se constituía, na prática, a formação intelectual dos primeiros bacharéis? Em outras palavras, para além dos currículos oficiais e da organização administrativa da academia, interessa investigar quais livros circulavam entre estudantes e professores, quais autores eram considerados legítimos, quais leituras despertavam controvérsias e de

² **BRASIL.** Lei de 11 de agosto de 1827. Cria dois cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, um na cidade de São Paulo e outro na cidade de Olinda. *Coleção das Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1827.

que modo jornais, bibliotecas e práticas de leitura participaram da formação das linguagens políticas na qual orientaram a atuação das elites imperiais.

Essa problemática insere-se nas transformações experimentadas pela História Intelectual nas últimas décadas. Carvalho observa que a renovação desse campo deslocou o interesse da reconstrução das ideias para a investigação dos contextos de produção, circulação e recepção dos discursos, aproximando-se das contribuições de Quentin Skinner, J. G. A. Pocock e Roger Chartier (CARVALHO, 2000). Como assinala o autor, essa perspectiva passou a privilegiar *"o estudo das linguagens, da retórica, da recepção e da leitura"*, afastando-se das interpretações que concebiam as ideias como simples reflexo das estruturas sociais (CARVALHO, 2000).

Tal perspectiva dialoga com as formulações de Quentin Skinner, para quem os textos políticos devem ser interpretados como intervenções produzidas em circunstâncias históricas específicas e voltadas para problemas peculiares. Como afirma o autor, *"não existe história das ideias sem história dos usos da linguagem"*, razão pela qual a interpretação de um texto exige a reconstrução dos debates nos quais ele buscava intervir (SKINNER, 2017). Na mesma direção, J. G. A. Pocock propõe investigar as linguagens políticas disponíveis aos agentes históricos, entendidas como repertórios de conceitos, argumentos e formas de expressão mobilizados para interpretar e intervir na realidade política (SILVA, 2013).

As contribuições de Roger Chartier ampliam esse aspecto ao direcionar a atenção para as práticas de leitura, a circulação dos impressos e os processos de apropriação dos textos. Para o autor, os livros não possuem significados fixos, pois seus sentidos são construídos historicamente pelas formas de leitura e pelos usos sociais dos impressos. Sob essa perspectiva, bibliotecas, gabinetes de leitura e periódicos deixam de ser analisados apenas como repositórios documentais e passam a ser analisados como espaços de circulação de ideias e de produção da cultura política (CHARTIER, 1995).

Com base nesse referencial, parte-se da hipótese de que a formação intelectual dos bacharéis do Curso Jurídico de Olinda estruturou-se pela interação entre três dispositivos de circulação da formação intelectual: a legislação imperial, a biblioteca e a imprensa periódica. Esses dispositivos atuaram na seleção, na mediação e na circulação dos repertórios intelectuais que contribuíram para a constituição da cultura jurídica e da cultura política do Estado Imperial brasileiro.

Para examinar essa hipótese, o presente trabalho articula diferentes conjuntos documentais. O corpus é composto pela legislação referente à criação dos cursos jurídicos e da Biblioteca Pública de Olinda, por periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira — especialmente *O Amigo do Povo*, *Diário de Pernambuco*, *O Olindense* e *O Argos Olindense* —, por documentos administrativos, catálogos bibliográficos e pela produção historiográfica dedicada à História Intelectual, à História Política e à História do Direito. A análise desse conjunto documental busca abordar não apenas quais obras circulavam entre estudantes e professores, mas também os sentidos políticos atribuídos às leituras e às práticas de formação intelectual no contexto da consolidação do Estado Imperial.

Do ponto de vista metodológico, o presente trabalho aproxima-se das contribuições da História Intelectual ao privilegiar a análise das linguagens políticas nos impressos oitocentistas, das práticas de leitura e dos processos de circulação dos repertórios intelectuais. Ao examinar jornais, bibliotecas e livros como espaços de produção e circulação de significados, o estudo desloca a análise da história institucional do ensino jurídico para os processos de constituição da cultura escrita e da formação intelectual das elites imperiais.

Por conseguinte, os periódicos pernambucanos deixam de ser abordados apenas como veículos de informação e passam a ser analisados como espaços de circulação de linguagens políticas. Conceitos como liberdade, ordem, civilização, progresso, representação e patriotismo aparecem associados aos debates sobre a Biblioteca Pública de Olinda, às leituras dos estudantes e ao papel do ensino jurídico na consolidação do Estado imperial. Esses conceitos não constituem palavras isoladas; integram repertórios discursivos compartilhados por diferentes grupos políticos e orientam formas de analisar a autoridade, a instrução pública e a organização do Estado. Essa perspectiva aproxima-se da História Conceitual desenvolvida por Reinhart Koselleck. Conforme observa Julio Benvoglio, Koselleck aborda os conceitos como construções históricas submetidas a processos contínuos de transformação, politização e ressignificação (BENTIVOGLIO, 2010).

Por fim, este trabalho organiza-se em quatro partes. Na primeira analisa-se a criação do Curso Jurídico de Olinda e sua inserção no processo de constituição da cultura jurídica do Império. Em seguida, examina a Biblioteca Pública de Olinda, a imprensa e a circulação

dos impressos como elementos da formação intelectual dos estudantes. Na terceira parte, discutem-se as relações entre leituras, linguagens políticas e formação intelectual, evidenciando como esses processos contribuíram para a constituição da cultura política imperial e para a formação das elites responsáveis pela consolidação do Estado brasileiro. Já a última sessão aborda como a questão da intelectualidade contribuiu com a cultura política do país.

2. O CURSO JURÍDICO DE OLINDA E A CONSTRUÇÃO DA FORMAÇÃO INTELECTUAL

Mais do que uma crítica dirigida a determinados autores, a imprensa da época revelou que, poucos anos após a criação do Curso Jurídico, a formação intelectual dos estudantes já era percebida como questão de interesse político. As preocupações dos periódicos não recaíam apenas sobre o conteúdo das obras lidas, mas sobre os efeitos que essas leituras poderiam produzir na educação das futuras elites dirigentes. As notícias indicam que os debates sobre livros, autores e práticas de leitura extrapolavam o ambiente acadêmico e se inseriam nas discussões acerca da consolidação da monarquia constitucional brasileira³.

Relaciona-se a isso, ao contexto da criação dos cursos jurídicos. A Lei de 11 de agosto de 1827 instituiu duas academias de Ciências Jurídicas e Sociais, uma em São Paulo e outra em Olinda, encerrando a dependência da Universidade de Coimbra para a formação jurídica no Brasil. A medida integrou o processo de organização do Estado independente, que exigia não apenas a criação de novas instituições, mas também a formação de quadros administrativos e políticos capazes de ocupar os cargos da burocracia imperial.

Analisar essa legislação apenas como resposta à necessidade de formar advogados e magistrados reduz seu alcance histórico. Ricardo Marcelo Fonseca observa que a criação das academias jurídicas integrou o processo de construção da identidade nacional e da

³ Segundo Antônio Manuel Hespanha, de algum modo, todos são pertencentes à elite porque “todos temos algum grupo que nos reconhece, para o bem ou para o mal, como detentores de uma legitimidade para dirigir em alguns dos planos da inter-acção social”; Já Flávio Heinz relata que a perspectiva sobre estes grupos é suficientemente aberta para ser utilizada em diversos tipos de investigações. Esse tipo de análise ajuda em um tratamento sociológico das elites. É um estudo que não se afasta da perspectiva histórica. Cf: BICALHO, Maria Fernanda. “Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e historiografia”. In: MONTEIRO, Nuno G. F. et alli (org.). **Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005; HEINZ, Flávio M. (org). **Por outra história das elites**. FVG editora. Rio de Janeiro. 2006; HESPANHA, Antônio Manuel. Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites. In BICALHO, Maria Fernanda. FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.) **Modos de Governar. Ideias e Práticas políticas no Império Português – séculos XVI a XIX**. São Paulo. Almeida, 2005.

cultura jurídica brasileira, permitindo que o país passasse a formar juristas e administradores em instituições estabelecidas no próprio território (FONSECA, 2005).

De acordo com José Murilo de Carvalho, a escolarização constituiu um dos mecanismos de unificação das elites imperiais, ao favorecer a formação de uma linguagem política compartilhada entre indivíduos oriundos de diferentes províncias (CARVALHO, 2008). A documentação analisada neste estudo, contudo, sugere que essa homogeneidade não decorreu apenas pelos currículos formais. A circulação de livros, a atuação da imprensa e as práticas de leitura desenvolvidas no interior da academia também participaram desse processo de formação intelectual.

Essa interpretação amplia o debate historiográfico acerca dos cursos jurídicos. Sérgio Adorno identificou essas instituições como espaços de formação do bacharelismo liberal e destacou que parte da aprendizagem política ocorria fora da sala de aula, por meio da convivência estudantil, das associações literárias e de outras formas de sociabilidade (ADORNO, 1988). Ricardo Marcelo Fonseca, por sua vez, relativiza essa distinção ao argumentar que não se deve estabelecer uma oposição entre uma "academia formal" e uma "academia real". Para o autor, ensino, sociabilidade e circulação de ideias integravam um mesmo processo de produção da cultura jurídica brasileira (FONSECA, 2005).

Essa perspectiva orienta a análise desenvolvida neste presente trabalho. O Curso Jurídico de Olinda é debatido não somente como instituição destinada ao ensino do Direito, mas também como espaço de seleção, circulação e apropriação de repertórios intelectuais. Livros, jornais, bibliotecas, professores e estudantes integravam um mesmo universo de circulação da cultura escrita, no qual diferentes linguagens políticas eram apropriadas, reinterpretadas e mobilizadas na formação das elites imperiais.

Essa interpretação torna-se mais clara quando considerada a posição ocupada por Pernambuco nas primeiras décadas do século XIX. A província foi palco da Revolução de 1817 e da Confederação do Equador, movimentos que evidenciaram disputas em torno da organização política do Brasil independente⁴. Nesse contexto, a escolha de Olinda para

⁴ A Revolução Pernambucana foi um movimento contra a dominação portuguesa. Do ponto de vista social-econômico, a concentração de capital em dinheiro nas mãos de comerciantes portugueses e a crise algodoeira levaram a insatisfação dos pernambucanos com a Corte. O comércio livre também era o objetivo da população da província. De acordo com Glacyra Lazzari Leite "A retomada do comércio em Portugal, somada aos demais problemas que assoberbavam o setor produtivo, constituíram o pano de fundo da explosão das contradições econômicas, políticas e sociais que permeavam a sociedade pernambucana". Já para Evaldo Cabral o movimento pernambucano foi uma insurreição que escapou do controle da maçonaria

sediar uma das academias jurídicas não decorreu apenas de sua localização geográfica. A criação do curso integrava uma estratégia mais ampla de incorporação de uma das províncias mais marcadas por conflitos políticos ao projeto de construção do Estado Imperial, possibilitando a formação local de magistrados, administradores e parlamentares comprometidos com a unidade política e a ordem constitucional.

A documentação analisada, contudo, indica que a consolidação desse projeto foi acompanhada por disputas em torno da formação intelectual dos estudantes. Desde os primeiros anos de funcionamento da academia, jornais, professores e autoridades públicas discutiram quais autores deveriam integrar a educação jurídica, quais obras deveriam compor o acervo da futura Biblioteca Pública e quais leituras eram consideradas adequadas à formação daqueles que ocupariam funções na administração do Império.

Essas questões conduzem ao problema examinado na seção seguinte. Se a criação do Curso Jurídico instituiu as bases formais do ensino jurídico no Brasil, a organização da Biblioteca Pública de Olinda e a circulação dos impressos permitem observar os processos pelos quais se buscou orientar a formação intelectual dos estudantes. É nesse espaço de interação entre livros, imprensa, biblioteca, professores e leitores que se torna possível analisar a circulação dos repertórios intelectuais e das linguagens políticas que marcaram a formação dos primeiros bacharéis do Império.

3. BIBLIOTECA PÚBLICA, IMPRENSA E CIRCULAÇÃO DOS IMPRESSOS

A constituição da Biblioteca Pública de Olinda tornou-se tema recorrente nos debates sobre a formação intelectual dos estudantes do Curso Jurídico. Antes mesmo de sua efetiva organização, a imprensa pernambucana discutia a necessidade de ampliar o acesso às obras consideradas necessárias ao ensino superior. Esses debates indicam que a biblioteca não era analisada apenas como um espaço destinado à guarda de livros, mas como parte da estrutura de formação dos bacharéis que atuavam na administração do Estado Imperial.

portuguesa e fluminense. Já a Confederação do Equador, que tomou ares republicanos, ocorreu no ano de 1824 em consequência da repulsa da elite política pernambucana diante das medidas do imperador Pedro I em dissolver a Constituição de 1823. De acordo com Socorro Ferraz, líderes, como Frei Caneca, criticavam a agressão ao pacto político que seria feito entre o povo, o parlamento e o soberano. Para Manuel Correia de Andrade, os rebeldes não tiveram sucesso porque as forças da Confederação eram fracas e tinha pouco efetivo. Cf: LEITE, Glacyra Lazzari. *A Insurreição Pernambucana*. Editora braziliense. São Paulo. 1973, p. 14; MELLO, Evaldo Cabral de. *Dezessete. A maçonaria dividida*. Topoi, Rio de Janeiro, mar. 2002; FERRAZ, Socorro. **Liberais & liberais**. Guerras civis em Pernambuco no século XIX. Recife. Editora Universitária da UFPE. 1996; ANDRADE, M.C. de. *As sedições de 1831 em Pernambuco*. **Revista de História** - USP. Nº 28. 1956.

Essa preocupação aparece de forma explícita na Lei de 7 de dezembro de 1830, que determinou a criação da Biblioteca Pública de Olinda. O artigo 6º da legislação estabelecia que competia ao presidente da província nomear um bibliotecário e providenciar os recursos necessários ao funcionamento da instituição. O mesmo dispositivo atribuía aos lentes do Curso Jurídico a responsabilidade de elaborar a relação das obras que deveriam compor o acervo da biblioteca ⁵.

Tal dispositivo legal é relevante para a hipótese desenvolvida no presente trabalho. A constituição da biblioteca não decorria da simples aquisição de livros disponíveis no mercado editorial. A organização do acervo envolvia um processo institucional de seleção dos repertórios intelectuais considerados adequados à formação dos bacharéis. A participação conjunta dos lentes do Curso Jurídico e do governo provincial na definição das obras evidencia que a biblioteca integrava o projeto de organização da educação jurídica da primeira geração de profissionais formados no Brasil⁶.

A documentação indica, contudo, que a implementação desse projeto foi acompanhada por dificuldades. Em setembro de 1838, *O Argos Olindense* publicou uma crítica ao funcionamento da Biblioteca Pública. Segundo o periódico, *"Pernambuco, com uma população de mais de oitenta mil habitantes e possuindo há mais de dez anos uma Academia Jurídica, não tem uma Biblioteca Pública."* Na sequência, o periódico afirmava que o acervo existente era insuficiente para atender às necessidades da província, observando que predominavam livros de teologia, *"muito bons para um convento de frades"*, mas inadequados para uma instituição destinada à formação da juventude acadêmica⁷.

Essa crítica ultrapassava a insuficiência numérica do acervo. O periódico questionava os critérios adotados para a seleção das obras, colocando em discussão quais conhecimentos deveriam integrar a formação dos futuros juristas e homens públicos. A

⁵ Sobre o projeto de regulamento para a Biblioteca Pública da cidade de Olinda, feito pela Congregação dos Lentes do Curso Jurídico e enviado ao Governo em virtude do artigo 7º do Decreto de 7 de dezembro de 1830. Disponível em <https://www.ufpe.br/memoriafdr/documentos-do-arquivo>. Acessado em dezembro de 2022.

⁶ HEMEROTECA DIGITAL. Diário de Pernambuco. Quinta, 17 de março de 1831. Nº 61. p. 1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_01&Pesq=biblioteca&pagfis=3106. Acessado em setembro de 2022.

⁷ HEMEROTECA DIGITAL. *O Argos Olindense*. Sexta, 7 de setembro de 1838. Nº 9. p. 3-4. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=813982&Pesq=biblioteca&pagfis=34>. Acessado em setembro de 2022.

biblioteca aparecia, desse modo, como espaço de disputa em torno dos repertórios intelectuais considerados legítimos para a educação das elites imperiais⁸.

Por conseguinte, a seleção das obras, a organização do catálogo e o horário de funcionamento da biblioteca constituíam formas de mediação entre os impressos e seus leitores. Não se tratava apenas de disponibilizar livros, mas de definir quais autores estariam ao alcance dos estudantes e quais repertórios intelectuais seriam priorizados na formação jurídica.

Robert Darnton amplia essa análise ao demonstrar que os livros percorrem circuitos de produção, circulação e recepção que envolvem autores, impressores, livreiros, bibliotecários e leitores. Inseridos nesse processo, os impressos adquirem significados que não se limitam ao conteúdo de seus textos. Investigar uma biblioteca, portanto, implica examinar não apenas as obras reunidas em seu acervo, mas também os critérios que orientaram sua seleção, suas formas de circulação e os usos construídos por seus leitores (DARNTON, 2010).

No Brasil das primeiras décadas do século XIX, marcado pela limitada produção editorial e pela dependência da importação de livros europeus, essas questões assumiam contornos específicos. A criação de uma biblioteca pública vinculada ao Curso Jurídico integrava o esforço do Estado Imperial para organizar o acesso aos repertórios intelectuais destinados à formação de seus quadros administrativos.

Essa preocupação também aparece na imprensa. Ao acompanhar o funcionamento da Biblioteca Pública, os periódicos pernambucanos discutiam a aquisição de novas obras, a composição do acervo e a responsabilidade do governo provincial pela manutenção da instituição. A biblioteca deixava, assim, de constituir um tema restrito à administração da academia e passava a integrar os debates sobre instrução pública, educação jurídica e formação das elites imperiais.

As análises de Diego Henrique Nery contribuem para discutir essa dinâmica. Segundo o autor, os periódicos pernambucanos da primeira metade do século XIX não apenas registravam acontecimentos políticos, mas produziam representações acerca do progresso, da civilização e da modernidade, buscando contribuir com a opinião pública e disputar diferentes projetos de organização da sociedade. Sob essa perspectiva, as notícias relativas à Biblioteca Pública de Olinda não podem ser lidas apenas como registros

⁸ Ibidem

administrativos. Elas constituem intervenções nos debates sobre os modelos de formação intelectual considerados adequados para a juventude acadêmica e, por extensão, para a organização do Estado Imperial brasileiro. (NERY, 2010).

A crítica publicada por *O Argos Olindense* deve ser analisada nesse contexto. Ao denunciar as limitações da Biblioteca Pública, o periódico não formulava apenas uma reclamação administrativa. Sua intervenção incidia sobre as políticas de formação intelectual da província, defendendo uma biblioteca capaz de oferecer aos estudantes acesso aos repertórios intelectuais considerados compatíveis com determinados projetos de instrução, progresso e civilização.

Outro aspecto refere-se ao papel desempenhado pelos próprios lentes na constituição do acervo. A Lei de 7 de dezembro de 1830 atribuía aos professores a responsabilidade de indicar as obras que deveriam ser adquiridas pela biblioteca. Essa disposição revela que os docentes exerciam funções que ultrapassavam a transmissão do conhecimento jurídico. Participavam também da seleção bibliográfica, da definição das prioridades do acervo e da orientação das práticas de leitura desenvolvidas pelos estudantes.

A documentação indica, contudo, que a formação intelectual dos estudantes não dependia apenas das obras disponíveis na biblioteca. Os periódicos circulavam de maneira ampla na província, comentavam autores, criticavam leituras e discutiam a educação da juventude acadêmica, constituindo outro espaço de circulação das linguagens políticas (VEIGA, 1980). A análise dessas publicações permite abordar como a imprensa participou da seleção, da difusão e da disputa em torno dos repertórios intelectuais mobilizados na formação das elites imperiais.

O debate sugere que a imprensa acompanhou a consolidação do Curso Jurídico de Olinda e da Biblioteca Pública, intervindo nas discussões sobre a formação intelectual da juventude acadêmica. Mais do que registrar acontecimentos, esses periódicos participaram da circulação de projetos de educação, cultura e organização política, revelando disputas em torno dos repertórios intelectuais considerados legítimos para a formação dos bacharéis. O Quadro 1 sintetiza as principais fontes primárias mobilizadas nesta pesquisa e destaca sua contribuição para a análise das relações entre leituras, linguagens políticas e formação intelectual no Curso Jurídico de Olinda.

Quadro 1 – Corpus documental da pesquisa e suas contribuições para a análise da formação intelectual dos bacharéis do Curso Jurídico de Olinda (1827–1838)⁹

Fonte	Data	Informação extraída	Utilização na análise
Lei de 11 de agosto de 1827	1827	Criação dos cursos jurídicos	Contextualização institucional
Lei de 7 de dezembro de 1830	1830	Criação da Biblioteca Pública	Formação do acervo e papel dos lentes
<i>O Amigo do Povo</i>	1829	Crítica às leituras de Rousseau	Formação intelectual
<i>Diário de Pernambuco</i>	1831	Notícias sobre a Biblioteca	Organização institucional
<i>O Argos Olindense</i>	1838	Críticas ao acervo	Disputa sobre repertórios intelectuais
Catálogo da Biblioteca	1860	Relação das obras	Reconstrução das leituras

Como sintetiza o Quadro 1, a diversidade das fontes mobilizadas no presente trabalho permite examinar a formação intelectual dos estudantes sob perspectivas complementares. A legislação evidencia a organização institucional do ensino jurídico e da Biblioteca Pública; os periódicos registram as disputas em torno das leituras, da circulação dos impressos e dos modelos de formação em debate na primeira metade do século XIX; os catálogos bibliográficos, por sua vez, permitem identificar parte dos repertórios intelectuais colocados à disposição dos leitores. A articulação desses conjuntos documentais possibilita analisar como legislação, biblioteca e imprensa participaram da seleção, da circulação e da apropriação dos repertórios intelectuais que marcaram a formação dos bacharéis e a constituição da cultura jurídica e da cultura política do Estado Imperial brasileiro.

4. LEITURAS, LINGUAGENS POLÍTICAS E FORMAÇÃO INTELECTUAL DOS BACHARÉIS

Se a criação do Curso Jurídico de Olinda e da Biblioteca Pública estabeleceu as bases institucionais da formação dos primeiros bacharéis brasileiros, a documentação

⁹ Elaboração com base na Hemeroteca Digital Brasileira, na legislação imperial e no *Catálogo da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife*.

analisada indica que esse processo foi acompanhado por disputas em torno das leituras consideradas adequadas à educação da juventude acadêmica. Essas controvérsias ultrapassavam o espaço da academia, envolvendo jornalistas, professores, autoridades provinciais e diferentes setores da opinião pública.

Entre as fontes examinadas, destaca-se um artigo publicado por *O Amigo do Povo* em novembro de 1829, dedicado às leituras realizadas pelos estudantes do Curso Jurídico de Olinda¹⁰. O periódico manifestava preocupação com a contribuição exercida por autores franceses, especialmente Jean-Jacques Rousseau, cujas obras eram apresentadas como inadequadas para jovens em processo de formação¹¹. Segundo o periódico, os estudantes liam "autores esquisitos", sendo necessário que os professores lhes oferecessem "bons conselhos" capazes de orientar suas escolhas intelectuais (NASCIMENTO, 2023).

Longe de constituir um episódio isolado, essa informação indica que a seleção das leituras já figurava como objeto de debate público poucos anos após a instalação da academia. A controvérsia não dizia respeito apenas ao conteúdo das obras, mas aos efeitos atribuídos a essas leituras na formação daqueles que ocupariam funções na administração do Estado Imperial. A notícia evidencia, assim, que a educação jurídica era abordada como um espaço de formação intelectual e política.

A análise dessa documentação desloca o foco da simples identificação das obras presentes nas bibliotecas para a investigação dos usos políticos atribuídos às leituras. Roger Chartier observa que os textos não possuem sentidos permanentes (CHARTIER, 1995). Nesse sentido, não basta identificar quais obras circulavam entre estudantes e professores. É necessário abordar como eram lidas, debatidas, recomendadas ou rejeitadas, pois é nesse processo que seus significados históricos são produzidos.

A crítica dirigida a Rousseau exemplifica esse processo de apropriação. O periódico não apresentava uma análise filosófica do pensamento do autor nem discutia sua teoria política. Rousseau era mobilizado como representante de uma tradição intelectual associada às transformações desencadeadas pela Revolução Francesa e aos debates em torno da soberania popular. Mais do que contestar um autor específico, *O Amigo do Povo*

¹⁰ De acordo com Veiga, o jornal *O Amigo do Povo*, era bastante crítico ao Curso Jurídico por conta de professores liberais que ensinavam no espaço acadêmico. Cf VEIGA, Gláucio. **História das ideias da Faculdade de Direito do Recife. Recife**. V. I. Ed. Universitária, 1980. p. 259.

¹¹ CEPE DIGITAL. **O Amigo do Povo**. Sábado, 21 de novembro 1829. Nº 26. p. 3-4. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=SECXIX&Pesq=constitucional&pagfis=7733>. Acessado em setembro de 2022.

procurava delimitar quais linguagens políticas poderiam circular entre os estudantes do Curso Jurídico¹².

Essa interpretação aproxima-se das formulações de Quentin Skinner sobre a contextualização dos discursos políticos. Na perspectiva desse autor, os escritos representam manifestações elaboradas para enfrentar questões próprias de sua época. Por essa razão, sua análise exige considerar as circunstâncias históricas em que foram concebidos e difundidos, evitando explicações fundamentadas em sentidos atribuídos por contextos posteriores. Sob essa perspectiva, a referência a Rousseau em *O Amigo do Povo* deve ser analisada como uma intervenção nos debates acerca da formação das elites imperiais, e não como um comentário sobre a filosofia política do autor (SKINNER, 2017).

As fontes também indicam que essas disputas não se restringiam à rejeição de determinados escritores. A Lei de 7 de dezembro de 1830, ao atribuir aos lentes do Curso Jurídico a responsabilidade pela seleção das obras destinadas à Biblioteca Pública, incorporava essa discussão ao próprio processo de organização da educação jurídica. A definição do acervo deixava de constituir uma decisão administrativa e passava a integrar a seleção dos repertórios intelectuais colocados à disposição dos estudantes¹³

As críticas publicadas na imprensa conferem novo significado a essa disposição legal. Quando *O Argos Olindense* denunciava, em 1838, a precariedade do acervo da Biblioteca Pública, o problema apontado não se limitava à escassez de livros. O periódico questionava a composição da biblioteca, argumentando que um acervo predominantemente formado por obras religiosas era insuficiente para uma instituição destinada à formação da juventude acadêmica. O debate deslocava-se, assim, da quantidade para os critérios de seleção das obras e para os modelos de formação intelectual que elas representavam. Nessa perspectiva, a Biblioteca Pública deixa de ser

¹² Essas leituras vindas dos filósofos franceses seriam o resultado de uma ruptura realizada pelas movimentações anti-realeza na Europa. A filosofia rousseaniana, como a de outros autores, bebia da insatisfação popular contra o sistema vigente. É possível afirmar que a compreensão de seus textos era plural. Na Europa, por exemplo, Rousseau foi consumido por diferentes grupos e escalas sociais. Com isso, era impossível existir uma afirmativa ideológica sob as suas leituras. De acordo com Chartier, “Em certo sentido, então foi a revolução que “fez” os livros, e não o contrário, já que foi a Revolução que deu um significado premonitório e programático a certas obras, atribuindo este significado às suas origens após o fato estabelecido”. Cf: CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. Editora Unesp. São Paulo. 2009.

¹³ **BRASIL.** Lei de 7 de dezembro de 1830. Cria a Biblioteca Pública de Olinda. *Coleção das Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1830.

debatida apenas como um espaço administrativo e passa a ser analisada como instância de mediação entre livros, leitores e práticas de leitura (DARNTON, 2010).

No caso do Curso Jurídico de Olinda, a documentação indica que professores, jornalistas e autoridades provinciais participaram desse circuito de circulação dos impressos. Os lentes selecionavam parte das obras destinadas à Biblioteca Pública; a instituição organizava o acesso ao acervo; a imprensa comentava autores, criticava leituras e acompanhava seu funcionamento. A formação intelectual dos bacharéis resultava, assim, da interação entre diferentes espaços de circulação da cultura escrita, ultrapassando os limites do ensino ministrado em sala de aula.

Diante disso, a questão central deixa de ser apenas quais livros circulavam entre os estudantes do Curso Jurídico de Olinda. Mais relevante é analisar como essas leituras eram selecionadas, apropriadas e mobilizadas na formação das linguagens políticas que orientavam a atuação das elites imperiais. A articulação entre legislação, biblioteca, imprensa e práticas de leitura evidencia que a formação intelectual dos bacharéis constituiu um processo de circulação e apropriação de repertórios intelectuais, por meio do qual se estruturaram dimensões da cultura jurídica e da cultura política do Estado Imperial brasileiro.

Quadro 2 – Principais autores identificados no catálogo da Biblioteca da Faculdade de Direito e suas possíveis contribuições para a formação intelectual dos bacharéis¹⁴

Autor	Campo do conhecimento	Linguagem política predominante	Possível contribuição para a formação intelectual
Aristóteles	Filosofia Política	Virtude, governo misto, bem comum	Fundamentação clássica da política e da ética pública.
Cícero	Direito e Retórica	República, eloquência, dever cívico	Formação da oratória, da retórica jurídica e da administração pública.

¹⁴ Elaboração do autor a partir do Catálogo da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife (1860).

Montesquieu	Filosofia Política	Separação dos poderes, moderação	Discussões sobre constitucionalismo e organização do Estado.
John Locke	Filosofia Política	Direitos naturais, propriedade, governo representativo	Fundamentação liberal das instituições políticas.
Jean-Jacques Rousseau	Filosofia Política	Soberania popular, vontade geral	Debate sobre legitimidade política e participação popular.
Jeremy Bentham	Filosofia Jurídica	Utilitarismo, reforma legislativa	Reflexões sobre codificação das leis e racionalização do Direito.
Benjamin Constant	Liberalismo	Liberdade moderna, representação política	Formação do liberalismo constitucional presente no Império brasileiro.
Emer de Vattel	Direito das Gentes	Soberania, relações internacionais	Formação em Direito Internacional e organização dos Estados.
Hugo Grócio	Direito Natural	Direito Natural, guerra e paz	Bases do Direito Público moderno.
Samuel Puffendorf	Direito Natural	Sociabilidade, Estado	Fundamentação do Direito Natural moderno.

A composição do acervo, sintetizada no Quadro 2, indica que a formação intelectual oferecida aos estudantes do Curso Jurídico de Olinda reunia diferentes tradições do pensamento político e jurídico ocidental. Autores clássicos, como Aristóteles e Cícero, coexistiam com representantes do jusnaturalismo moderno, do liberalismo e do constitucionalismo europeu, compondo um repertório intelectual diversificado. Essa configuração relativiza interpretações que atribuem predominância exclusiva a uma única matriz doutrinária e evidencia que a cultura jurídica brasileira resultou da apropriação e da circulação de diferentes linguagens políticas, reinterpretadas no contexto de organização do Estado Imperial.

A presença desses autores no catálogo, entretanto, não autoriza concluir que todos exerceram a mesma contribuição na formação dos estudantes. Roger Chartier adverte que a existência de uma obra em determinado acervo não implica sua leitura, nem pressupõe formas homogêneas de interpretação. Assim, mais do que reconstruir o catálogo da biblioteca, interessa analisar quais autores foram mobilizados nas disputas registradas pela imprensa e de que maneira suas obras participaram da constituição das linguagens políticas presentes no Curso Jurídico de Olinda (CHARTIER, 1995).

A documentação analisada permite debater que a formação intelectual dos estudantes não decorria apenas da existência de um acervo bibliográfico ou da organização formal do ensino jurídico. Biblioteca, imprensa e ambiente acadêmico integravam um mesmo circuito de circulação e apropriação dos repertórios intelectuais, por meio do qual diferentes tradições do pensamento político e jurídico eram selecionadas, debatidas e reinterpretadas.

Essa constatação conduz ao problema desenvolvido na seção seguinte. Mais do que identificar autores e obras, importa examinar quais linguagens políticas emergem desse conjunto documental e como elas estruturaram os debates sobre instrução, autoridade, civilização e organização do Estado. O Quadro 3 sintetiza essas linguagens políticas e relaciona cada uma delas às principais fontes primárias mobilizadas no presente trabalho, oferecendo um panorama dos repertórios discursivos que orientaram a formação intelectual dos bacharéis do Curso Jurídico de Olinda.

Quadro 3 – Linguagens políticas identificadas nas fontes primárias¹⁵

Fonte	Linguagens políticas predominantes
Lei de 11 de agosto de 1827	Ensino jurídico; magistratura; Estado; administração pública
Lei de 7 de dezembro de 1830	Biblioteca; instrução pública; livros; lentes; formação
<i>O Amigo do Povo</i>	Moralidade; Rousseau; juventude; educação; bons costumes
<i>Diário de Pernambuco</i>	Biblioteca; ensino; progresso; administração
<i>O Argos Olindense</i>	Civilização; progresso; instrução pública; biblioteca

¹⁵ Elaboração do autor a partir da legislação imperial, da Hemeroteca Digital Brasileira e do *Catálogo da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife*.

Catálogo da Biblioteca	Direito Natural; liberalismo; constitucionalismo; retórica; filosofia política
------------------------	--

O Quadro 3 resume um aspecto recorrente da documentação analisada: a circulação de vocabulários políticos que estruturavam os debates sobre a formação da juventude letrada e sobre a organização do Estado Imperial. Sob a perspectiva de J. G. A. Pocock, esses vocabulários não devem ser analisados como palavras isoladas, mas como componentes de linguagens políticas compartilhadas por diferentes agentes históricos.

Cada uma dessas linguagens delimitava formas específicas de interpretar a autoridade, a liberdade, a representação e a organização do Estado, oferecendo aos estudantes repertórios intelectuais por meio dos quais a realidade política era analisada e debatida (SILVA, 2013). Nessa perspectiva, a imprensa pernambucana não apenas difundia informações sobre o Curso Jurídico, mas também participava da circulação dessas linguagens políticas e de sua apropriação pela juventude acadêmica.

A recorrência desses vocabulários também dialoga com a perspectiva contextualista desenvolvida por Quentin Skinner. Os conceitos identificados nas fontes não podem ser interpretados como categorias abstratas ou universais, pois respondiam a debates específicos da sociedade brasileira nas primeiras décadas do século XIX. Quando os periódicos discutiam a contribuição de Rousseau, defendiam a ampliação da Biblioteca Pública ou criticavam determinadas leituras, intervinham em disputas acerca dos modelos de formação intelectual considerados adequados para aqueles que ocupariam funções na administração do Estado Imperial (SKINNER, 2017, p. 358-399).

A articulação entre legislação, biblioteca, imprensa e repertórios bibliográficos permite analisar que a formação intelectual dos bacharéis do Curso Jurídico de Olinda ultrapassava os limites da instrução jurídica formal. Esse processo estruturava-se pela seleção, circulação e apropriação de repertórios intelectuais, mediadas por professores, bibliotecas, periódicos e práticas de leitura. É nesse conjunto de relações que se torna possível debater a constituição da cultura jurídica e, por consequência, da cultura política do Estado Imperial brasileiro.

5. A FORMAÇÃO INTELECTUAL DOS BACHARÉIS E A CONSTRUÇÃO DA CULTURA POLÍTICA IMPERIAL

As evidências documentais examinadas ao longo deste estudo indicam que a formação intelectual dos primeiros bacharéis do Curso Jurídico de Olinda ultrapassava os limites do currículo formal estabelecido pela legislação imperial. A preparação de magistrados, advogados, parlamentares e administradores estruturava-se, assim, pela interação entre diferentes espaços de circulação da cultura escrita.

Essa dinâmica torna-se mais evidente quando legislação, periódicos consultados na Hemeroteca Digital Brasileira e catálogos bibliográficos são analisados de forma articulada. A Lei de 11 de agosto de 1827 instituiu a organização formal do ensino jurídico; a Lei de 7 de dezembro de 1830 estabeleceu as bases para a criação da Biblioteca Pública de Olinda; a imprensa acompanhou e discutiu os autores considerados adequados à educação da juventude acadêmica; e os catálogos bibliográficos registraram parte dos repertórios intelectuais colocados à disposição dos estudantes. Consideradas em conjunto, essas fontes permitem analisar diferentes dimensões de um mesmo processo histórico: a constituição da formação intelectual das elites responsáveis pela organização do Estado Imperial brasileiro.

Nesse sentido, os resultados do presente trabalho dialogam com as interpretações de José Murilo de Carvalho sobre a já explanada questão da homogeneidade, mas, indo além da circulação dos mesmos espaços. Essa espécie de uniformidade também foi produzida pela circulação de repertórios intelectuais compartilhados, mediados pela biblioteca, pela imprensa, pelas práticas de leitura e pela atuação dos professores, elementos que contribuíram para a formação de linguagens políticas comuns entre diferentes agentes do Estado.

A principal contribuição deste estudo consiste em demonstrar que a formação intelectual dos primeiros bacharéis do Curso Jurídico de Olinda pode ser analisada por meio da categoria de linguagens políticas. Os vocabulários identificados na legislação, na imprensa e nos catálogos bibliográficos indicam que a formação jurídica era acompanhada por disputas em torno dos modelos de organização da sociedade e do Estado. Esses termos não aparecem de forma ocasional, mas integram repertórios discursivos mobilizados na definição dos conhecimentos considerados adequados à educação das elites imperiais.

Essa interpretação dialoga com a proposta de J. G. A. Pocock, para quem as linguagens políticas correspondem aos repertórios discursivos disponíveis aos agentes históricos para interpretar e intervir na realidade política (SILVA, 2013, p. 587-590). A documentação referente ao Curso Jurídico de Olinda permite observar que livros, periódicos e biblioteca participaram da circulação desses repertórios, oferecendo aos estudantes formas específicas de analisar o direito, a política e a administração do Estado Imperial.

A análise também converge com as reflexões de Quentin Skinner. As referências a Rousseau, Montesquieu, Benjamin Constant e Bentham presentes na imprensa pernambucana não podem ser analisadas apenas como menções a autores da tradição política ocidental. Cada uma delas constitui uma intervenção situada nas disputas sobre a formação intelectual da juventude acadêmica e sobre os projetos de organização do Estado brasileiro nas primeiras décadas do século XIX (SKINNER, 2017).

E, ainda, sob a ótica de Chartier, a presença de determinada obra na Biblioteca Pública de Olinda constitui apenas um dos elementos da investigação. Mais relevante é abordar como esses livros eram recomendados, criticados, apropriados ou rejeitados pelos diferentes agentes envolvidos na formação dos bacharéis (CHARTIER, 1995).

A imprensa desempenhou papel central nesse processo de mediação. Os periódicos analisados não apenas noticiavam a criação da Biblioteca Pública ou o funcionamento do Curso Jurídico, mas intervinham na definição dos repertórios intelectuais considerados adequados à formação da juventude acadêmica. Ao comentar autores, avaliar obras, criticar a composição do acervo e discutir os rumos da educação superior, esses jornais participaram da circulação de linguagens políticas e da construção de referências compartilhadas entre os futuros juristas, magistrados e administradores do Estado Imperial.

As críticas publicadas por *O Amigo do Povo* às leituras de Rousseau e por *O Argos Olindense* à composição da Biblioteca Pública ilustram esse processo. Em ambos os casos, o debate não se restringia à qualidade das obras disponíveis ou à preferência por determinados autores. O que estava em disputa eram os repertórios intelectuais considerados adequados à formação daqueles que ocupariam funções na magistratura, na administração e na representação política do Estado Imperial. Livros, bibliotecas e práticas de leitura assumiam, assim, lugar central na formação jurídica e política das elites imperiais.

Sob essa perspectiva, a Biblioteca Pública de Olinda não pode ser debatida apenas como uma instituição destinada à conservação de livros. Ela constituiu um espaço de seleção, circulação e apropriação de repertórios intelectuais, no qual professores, autoridades provinciais e imprensa participaram da organização da cultura jurídica brasileira. Biblioteca, academia e periódicos integravam diferentes dispositivos de um mesmo processo de formação intelectual, articulando práticas de leitura, seleção bibliográfica e circulação de linguagens políticas.

A articulação entre legislação, imprensa e acervos bibliográficos permite analisar a formação intelectual dos bacharéis para além da história institucional do ensino jurídico. Consideradas em conjunto, essas fontes evidenciam que a educação jurídica se estruturava por meio da seleção das obras, da circulação dos impressos, da organização da Biblioteca Pública e das disputas em torno das leituras consideradas adequadas à juventude acadêmica. A formação dos primeiros bacharéis do Curso Jurídico de Olinda resultou, portanto, da interação entre esses distintos espaços de circulação da cultura escrita, nos quais eram produzidos, selecionados, difundidos e apropriados repertórios intelectuais que participaram da constituição da cultura jurídica e, por consequência, da cultura política do Brasil.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação dos cursos jurídicos de São Paulo e Olinda constitui um dos principais temas da historiografia dedicada à formação do Estado brasileiro e das elites políticas do século XIX. Tradicionalmente, esses estudos privilegiaram a legislação, a organização curricular, as trajetórias dos bacharéis e o papel institucional desempenhado pelas academias jurídicas na estruturação da burocracia imperial. Sem desconsiderar essas contribuições, este artigo procurou deslocar o foco da investigação para os processos de formação intelectual dos estudantes, analisando a circulação de livros, periódicos, bibliotecas e linguagens políticas como dimensões constitutivas da educação jurídica nas primeiras décadas do Império.

A análise articulada da legislação imperial, dos periódicos consultados na Hemeroteca Digital Brasileira, da documentação referente à Biblioteca Pública de Olinda e dos catálogos bibliográficos indica que a formação dos primeiros bacharéis brasileiros ultrapassava os limites do currículo formal estabelecido pela Lei de 11 de agosto de 1827. As fontes revelam que a educação jurídica também se estruturava nos espaços de

circulação da cultura escrita, nas disputas em torno da seleção das leituras, na organização dos acervos bibliográficos e nos debates promovidos pela imprensa acerca dos autores considerados adequados à formação da juventude acadêmica.

A documentação permite observar que legislação, biblioteca e imprensa atuavam de forma articulada na organização da formação intelectual dos estudantes. A legislação estabelecia as bases institucionais do ensino jurídico e da Biblioteca Pública; os lentes definiam parte das obras destinadas ao acervo; a imprensa acompanhava esse processo, comentando autores, criticando leituras e discutindo os rumos da educação superior. Consideradas em conjunto, essas fontes evidenciam que a formação dos bacharéis resultava da interação entre diferentes instâncias de seleção, circulação e apropriação dos repertórios intelectuais mobilizados na educação jurídica.

Os resultados obtidos dialogam com a historiografia sobre a formação das elites imperiais, especialmente com as interpretações de José Murilo de Carvalho e Ricardo Marcelo Fonseca. Já as contribuições da História Intelectual e da História da Linguagem Política permitiram interpretar esse conjunto documental para além de sua dimensão institucional. A perspectiva contextualista de Quentin Skinner, a noção de linguagens políticas desenvolvida por J. G. A. Pocock, as reflexões de Roger Chartier sobre práticas de leitura e apropriação dos impressos e as contribuições de Robert Darnton acerca da circulação do livro possibilitaram debater que legislação, biblioteca e imprensa não constituíam esferas independentes, mas espaços articulados de mediação cultural, nos quais diferentes repertórios intelectuais eram selecionados, apropriados e colocados em circulação.

As fontes também indicam que conceitos como ordem, civilização, progresso, instrução, moralidade, representação e autoridade aparecem de forma recorrente na legislação, nos periódicos e nos catálogos bibliográficos. Mais do que vocábulos isolados, esses termos integravam linguagens políticas mobilizadas para definir os conhecimentos considerados adequados à formação dos futuros magistrados, advogados, parlamentares e administradores. A recorrência desses repertórios evidencia que a educação jurídica participava diretamente das disputas em torno da organização do Estado e da sociedade brasileira nas primeiras décadas do século XIX.

A principal contribuição deste estudo consiste em demonstrar que a formação intelectual dos primeiros bacharéis do Curso Jurídico de Olinda pode ser analisada como resultado da interação entre três dispositivos articulados de circulação dos repertórios

intelectuais. A primeira corresponde à legislação imperial, responsável pela organização institucional do ensino jurídico e da Biblioteca Pública; a segunda refere-se à própria biblioteca, encarregada da seleção, organização e disponibilização das obras; e a terceira aborda a imprensa periódica, que comentava autores, criticava leituras e disputava os modelos de formação considerados adequados à juventude acadêmica. A articulação entre essas instâncias evidencia que a educação jurídica não se restringia ao ensino ministrado nas cadeiras do curso, mas se estruturava por meio de um processo contínuo de seleção, circulação, mediação e apropriação de repertórios intelectuais.

Ao deslocar a análise da história institucional do ensino jurídico para os processos de circulação da cultura escrita e das linguagens políticas, este artigo propõe uma interpretação que amplia a análise sobre a formação das elites jurídicas do Brasil oitocentista. Mais do que instituições destinadas ao ensino do Direito, o Curso Jurídico de Olinda, sua Biblioteca Pública e a imprensa pernambucana constituíram espaços de mediação cultural que participaram da constituição da cultura jurídica e, por consequência, da cultura política do Estado Imperial brasileiro.

Por fim, os resultados deste trabalho apontam para novas possibilidades de investigação. A ampliação da análise para o Curso Jurídico de São Paulo, a comparação entre os acervos das duas academias, o estudo das práticas de leitura em outras províncias e a exploração sistemática dos periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira poderão contribuir para aprofundar a análise dos processos de circulação dos repertórios intelectuais e das linguagens políticas que participaram da formação das elites jurídicas e políticas do Brasil no século XIX.

FONTES

BRASIL. Lei de 11 de agosto de 1827. Cria dois cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, um na cidade de São Paulo e outro na cidade de Olinda. *Coleção das Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1827.

BRASIL. Lei de 7 de dezembro de 1830. Cria a Biblioteca Pública de Olinda. *Coleção das Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1830.

BIBLIOTECA DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Catálogo da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife*. Recife: Faculdade de Direito do Recife, 1860.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. Biblioteca Nacional.

O AMIGO DO POVO. Recife, 1829.

O ARGOS OLIN DENSE. Olinda, 1838.

O DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 1827-1838.

O OLINDENSE. Olinda, 1830-1838.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. ***Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira.*** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ANDRADE, M.C. de. As sedições de 1831 em Pernambuco. *Revista de História - USP*. Nº 28. 1956.

BICALHO, Maria Fernanda. FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.) *Modos de Governar. Ideias e Práticas políticas no Império Português – séculos XVI a XIX.* São Paulo. Almeida, 2005.

BENTIVOGLIO, Julio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. ***Dimensões***, Vitória, n. 24, p. 114-134, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. ***A construção da ordem: a elite política imperial.*** 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. ***Topoi***, Rio de Janeiro, n. 1, p. 123-152, 2000.

CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa.* Editora Unesp. São Paulo. 2009.

CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn (org.). ***A nova história cultural.*** São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 211-238.

DARNTON, Robert. ***O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução.*** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FERRAZ, Socorro. ***Liberais & liberais.*** Guerras civis em Pernambuco no século XIX. Recife. Editora Universitária da UFPE. 1996.

- FONSECA, Ricardo Marcelo. A formação da cultura jurídica nacional e os cursos jurídicos no Brasil: uma análise preliminar (1854-1879). *Cuadernos del Instituto Antonio de Nebrija*, Madrid, n. 8, p. 97-116, 2005.
- HEINZ, Flávio M. (org). Por outra história das elites. FVG editora. Rio de Janeiro. 2006.
- LEITE, Glacyra Lazzari. A Insurreição Pernambucana. Editora braziliense. São Paulo. 1973.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MELLO, Evaldo Cabral de. Dezessete. A maçonaria dividida. Topoi, Rio de Janeiro, mar. 2002.
- MONTEIRO, Nuno G. F. et alli (org.). *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005
- NERY, Diego Henrique Barros. *Representações do progresso e a cultura política inscrita nos periódicos pernambucanos (1837-1850)*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010.
- NASCIMENTO. Alexsandro Ribeiro de. “**Somos os filhos da revolução**”: Os Villela Tavares e as ideias políticas de Pernambuco no século XIX. Tese. História. UFBA. 2023.
- RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- SILVA, André Luiz da. A história do pensamento político como história do discurso político: considerações acerca do *Whiggism* no contextualismo linguístico de John Pocock. *Diálogos*, Maringá, v. 17, n. 2, p. 585-609, maio/ago. 2013.
- SILVA, Ricardo. *Da história do pensamento político à teoria política histórica: variações da hermenêutica do conflito de Quentin Skinner*. *Lua Nova*, São Paulo, n. 102, p. 137-171, 2017.
- VEIGA, Gláucio. *História das ideias da Faculdade de Direito do Recife*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1980.

“NÃO HA GRAÚDOS OU CARCARÁS, HA CONSERVADORES”: A CISÃO DOS CONSERVADORES DO CEARÁ E A UNIÃO DOS CONSERVADORES DA CORTE (1863 - 1885)

“NO HAY GRAÚDOS O CARCARÁS, SOLO HAY CONSERVADORES”: LA DIVISIÓN DE LOS CONSERVADORES DE CEARÁ Y LA UNIÓN DE LOS CONSERVADORES DE LA CORTE (1863 - 1885)

Alisson Freitas da Silva¹

Resumo: O Partido Conservador do Ceará dividiu-se em 1863 em duas alas: os Graúdos e os Miúdos (Carcarás). A convivência entre esses “grupos de mesma bandeira” era marcada por um forte antagonismo, o que ficou registrado na literatura, correspondências, imprensa e outras fontes. De forma frequente, as disputas conservadoras no Ceará geraram solicitações de união por parte de políticos da Corte. Logo há uma diferença entre aquilo praticado à nível local e aquilo almejado à nível nacional. O presente trabalho em fase inicial de desenvolvimento tem o objetivo de investigar a interação entre conservadores cearenses, bem como a relação destes com a política imperial. Percebeu-se de forma inicial que, da mesma forma que os políticos da província eram pressionados, nem sempre seguiram as recomendações externas.

Palavras-chave: Partido Conservador; Ceará; Corte.

Resumen: El Partido Conservador de Ceará se dividió en 1863 en dos facciones: los "Graúdos" y los "Miúdos" (Carcarás). La coexistencia entre estos grupos, a los que se les atribuía una fuerte animosidad, documentada en la literatura, la correspondencia, la prensa y otras fuentes. Con frecuencia, las disputas entre los conservadores de Ceará generaban peticiones de unidad por parte de los políticos de la Corte. Por lo tanto, existía una diferencia entre lo que se practicaba a nivel local y lo que se deseaba a nivel nacional. Este trabajo, en sus etapas iniciales de desarrollo, busca investigar la interacción entre los conservadores de Ceará, así como su relación con la política imperial. Inicialmente se observó que, si bien los políticos de la provincia estaban presionados, no siempre seguían las recomendaciones externas.

Palabras clave: Partido Conservador; Ceará; Corte; Disputas partidistas.

¹ Mestre em História, Culturas e Espacialidades, PPGHCE - UECE, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7071411857452848>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6229-2286>, e-mail: alissonfreitas181903@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

No dia 25 de setembro de 1863, o jornal liberal *O Cearense* informava: “CONSTITUIÇÃO. - Apareceu um jornal d’este nome, dizem que de redação do Sr. Dr. Jaguaribe, para sustentar as ideias do partido conservador. comprimentamos ao nobre contemporaneo” (NOTICIÁRIO, 25 de set. 1863, p. 01). O artigo diz respeito de algo aparentemente trivial, no cotidiano de uma cidade que já dava indícios da chegada de elementos mais urbanos, como o surgimento de mais um jornal entre tantos outros que existiam na cidade de Fortaleza. Por outro lado, o surgimento dessa nova folha política revela, naquele contexto, o aparecimento de uma dissidência no Partido Caranguejo², como era conhecido o Partido Conservador do Ceará.

Dos grupos e figuras influentes que dominavam o conservadorismo local, podem ser citados Antonio Rodrigues Ferreira (Boticário Ferreira), Jeronymo Martiniano Figueira de Mello, Domingos José Nogueira Jaguaribe, Francisco Fernandes Vieira (Visconde de Icó) e seu filho, Miguel Fernandes Vieira. Nos atendo a esses dois últimos nomes, provinham de poderosa e numerosa família que desde a década de 1840 figurava com um dos principais clãs detentores de cargos públicos na província. De certa forma, essa família centralizava as importantes decisões políticas em seu seio, não deixando de empalmar o poder sempre que podia. Seus componentes estavam espalhados em postos de governança: promotorias públicas, forças policiais, Guarda Nacional, funções camarárias e no executivo provincial.

Em 1862, Miguel Fernandes Vieira foi nomeado senador do império e faleceu após alguns meses. A partir desse momento, é seu cunhado, Gonçalo Baptista Vieira, que toma o posto de liderança desse influente grupo político, fazendo com que o projeto de poder “quase familiar” continuasse. Deter os postos públicos significava estar mais perto da vitória eleitoral, mesmo que se utilizasse de fraudes ou violência como estratégia (MONTENEGRO, 1980). Era corriqueiro nos sertões cearenses controlar agentes públicos utilizando-os para intimidar a população para votarem em seus candidatos. Outra forma de influenciar os pleitos era a partir da imprensa, onde o representante do Partido Conservador era o jornal *Pedro II*, uma das mais tradicionais folhas políticas do período.

² Chamava-se o partido conservador cearense de “Partido Caranguejo” de forma pejorativa, haja vista que falava-se que o conservadorismo detinha uma visão pouco dinâmica da sociedade e preferia poucas mudanças no *status quo* e um maior controle por um poder central forte. Isso era comparado ao “andar para traz” do crustáceo.

É possível que todo esse domínio tenha gerado insatisfação em outros nomes do conservadorismo, o que por consequência, acabou por formar reação contrária dentro do próprio Partido Caranguejo. Em 1863, Domingos José Nogueira Jaguaribe (político conservador experiente) e Joaquim da Cunha Freire (comerciante e conservador) encabeçaram uma dissidência. É nesse contexto que localiza-se o que denominamos de “cisão conservadora no Ceará”. De um lado estavam os Graúdos ou *Adiantados*³ (Cunha Freire e Jaguaribe), enquanto do outro, temos os Miúdos ou *Carcarás* (Fernandes Vieira). O *A Constituição*, criado pelos Graúdos fazia frente aos Fernandes Vieira, que defendiam suas ideias no já tradicional jornal *Pedro II*, onde até o momento não localizamos dando boas-vindas ao novo concorrente em 1863.

A historiografia cearense tem retratado os partidos locais do período imperial, de certa forma, com uma imagem predominante: grupos rivais que não possuem grande diferenças ideológicas entre si; forte antagonismo entre os grupos; grupos políticos formados por laços de sangue ou amizade que se organizavam em volta de uma figura, que por sua vez, detinha influência, riqueza e extensas redes de sociabilidade (MONTENEGRO, 1980; BARROSO, 1984; FERNANDES, 2004; MENEZES, 2006; FARIAS, 2015).

Se por um lado o artigo converge no mesmo sentido interpretativo, por outro tem seu foco em ângulo pouco abordado: a união entre os grupos conservadores do Ceará ao longo da segunda metade do século XIX. A partir de correspondências, jornais, manifestos e outras fontes, percebeu-se que em poucos e curtos contextos, Graúdos e Miúdos, “apesar dos ódios”, formalizaram união entre si.

De modo inicial, verificou-se que esses momentos de união, além de movimentações estratégicas no campo político, eram também perpassados pela pressão e influência de personagens de fora da província. A pesquisa busca estabelecer um novo olhar para a política do Ceará Oitocentista, refletindo sobre as visões de união e desunião presentes no cotidiano dos conservadores locais. Afinal, em um cotidiano onde os grupos políticos disputavam o poder, unir-se aos adversários poderia significar uma estratégia política para se manter no poder, bem como um recado aos políticos da Corte.

³ Os Graúdos denominavam-se *Adiantados*, pois eram “mais abertos” do que o ramo tradicional do partido, aproximando-se em alguns contextos de posições mais liberais e menos emperradas.

2. OS PRIMEIROS ANOS DO RACHA INTRACONSERVADOR NO CEARÁ

Buscando rastrear o ambiente entre os dois grupos conservadores logo após a cisão de 1863, recorreremos à imprensa local, por onde se pode vislumbrar as ações cotidianas de Miúdos e Graúdos. O jornal *Pedro II* ganhou um concorrente com o surgimento do *A Constituição*. O primeiro surgiu “sustentando idéias como ordem, constituição, monarquia e os direitos dos cearenses”, enquanto que o segundo apregoava “a idéia de uma possível monarquia constitucional, defendida segundo os princípios do constitucionalismo fincado no Liberalismo Clássico” (FERNANDES, 2004, p. 71 e 85).

Na primeira edição do *Constituição*, lê-se:

Aquelles, que acompanharam a direcção dada pelo Sr. Padre Pompeu ao periodico *Cearense*, devem lembrar-se da matinada, que constantemente fazia esse Sr. contra nosso sempre lembrado amigo o finado senador Manoel Fernandes Vieira e sua família à pretexto de que pretendiam absorver a dominação dessa provincia. [...] (NEPOTISMO..., 24 de set. 1863, p. 02).

Apesar da divisão, pode-se encontrar elogios à Manoel Fernandes Vieira, uma das principais figuras do *Pedro II* que havia falecido em 1862. Considerando que os liberais dominavam a província no período, pode-se conjecturar que, o principal alvo eram os liberais, seu jornal e suas ideias. Por outro ângulo, é possível que, buscando chamar atenção do eleitorado conservador, ao elogiar Manoel Vieira, os redatores do jornal graúdo buscassem expor uma espécie de validação ou ligação histórica com o “ramo velho” do partido. Curiosamente, os graúdos se denominavam de “conservadores adiantados” em contraposição ao seu passado Caranguejo. Nesse sentido, ao mesmo tempo que anunciavam sua origem como grupo, se mostravam como evolução do mesmo.

Ao se analisar a relação entre os jornais *Pedro II* e o *Constituição* nos primeiros anos após a cisão conservadora na província, podemos encontrar artigos que indicam, se não grande rivalidade, boa convivência entre ambos, principalmente quando os liberais atacavam o conservadorismo local.

Os illustres redatores destes dous periodicos, órgãos legitimos do partido constitucional do Ceará, foram deliberadamente offendidos por um Sr. X que no furor de defender a candidatura do Sr. Dr. Sinval Odorico de Moura não guardou razão nem conveniencias (O PEDRO 2º..., 20 de jul. 1865, p. 03).

O ultimo *Cearense* [...] Apresenta um espectaculo bem raro! Enquanto se diz e amigo e o sustentador da actualidade, deplora que a imprensa conservadora não acuse o actual presidente! He um novo meio de ser amigo, que S. Exc. o Sr. Dr. hoem de Mello deve agradecer-lhe, este de desejar-lhe qye nós e o colega do *Pedro II* creemos embaraços á

administração de S. Exc.! [...] O partido conservdor do Ceará não deve ao Sr. Dr. Homem de Mello favor algum; S. Exc. em sua administração não achou ainda um só conservador, em quem recahisse uma só nomeação. [...] De 12 commandantes superiores da província, 7 são liberais [...] nesta porção esta o resto da província (A CONSTITUIÇÃO, 05 de dez. 1865, p. 01).

Chama atenção o trecho no qual o jornal considera tanto Graúdos como Miúdos órgãos legítimos do conservadorismo local, bem como o tratamento cordial de “colega”. Autores distintos abordam o ambiente de disputas e de hostilidade entre Graúdos e Miúdos em seus diferentes aspectos (MONTENEGRO, 1980; FERNANDES, 2004; MENEZES, 2006). Contudo, parece-nos, nesse primeiro momento que, mesmo divididos, os conservadores tinham como alvo a hegemonia do Partido Liberal - o segundo trecho é indicativo desse cenário ao abordar a falta de nomeações.

Mesmo com a cisão conservadora do Ceará no início da década, pode-se verificar clima mais hostil entre conservadores e liberais do que entre os próprios conservadores. É possível que a partir de 1868, as contendas e diferenças pouco localizadas nas páginas de seus jornais tenham ganhado mais força. Durante a Guerra do Paraguai, em 1868, D. Pedro II dissolveu o Gabinete Zacarias de Góes (liberal) e instalou o Gabinete Itaboraí (ultraconservador), em 16 de julho de 1868, marcando o retorno dos conservadores à uma das principais engrenagens políticas do império: o Conselhos ou Gabinete de Ministros. A hipótese é que, a partir desse momento, as alas conservadoras do Ceará passaram a ter o que disputar entre si. É nesse período onde estão localizados as principais contendas e ataques entre Graúdos e Miúdos.

3. A INVERSÃO CONSERVADORA DE 1868 E SUAS REVERBERAÇÕES NO CEARÁ

Uma das principais características políticas vigentes durante o Segundo Reinado, era o estabelecimento de períodos de alternância entre os partidos políticos do Império. Conservadores e Liberais revezavam-se no exercício do poder de tempos em tempos. Esse revezamento partidário era feito sob a vigilância do imperador D. Pedro II, que quando necessário, dissolvia a Câmara, os gabinetes ministeriais e logo depois ordenava a composição de um novo corpo político com base na dinâmica partidária de momento. Era dessa forma que os dois grandes partidos do império se alternavam no poder, em uma espécie de “falso equilíbrio”.

Ao realizar a troca do Gabinete Zacarias de Góes (liberal) pelo Gabinete Itaboraí (ultraconservador), o monarca teria quebrado essa dinâmica equilibrada.⁴ Ocorreu nessa ocasião o que se convencionou chamar de Inversão Conservadora, haja vista que em uma “puxada de tapete”, Pedro II retirou o poder dos liberais e deu-o aos conservadores. O acontecimento atingiu as bases do sistema político brasileiro e teria iniciado a derrocada política que, mais tarde, viria a interferir nos momentos finais do império (HOLANDA, 1977; CARVALHO, 2003; BARMAN (2012).⁵

Com a Inversão, os conservadores passaram à comandar o Conselho de Ministros, e conseqüentemente o mesmo se repetiu nas províncias. No Ceará, o liberal Liberato de Castro Carrera⁶ registrou a instalação do governo conservador naquele ano:

No dia 30 de Julho de 1868 chegou a noticia da inversão politica do paiz. [...] Na derrama feita pelo imperio dos desbravadores de provincia, tocou ao Ceará o **Sr. Gonçalo Baptista Vieira, para 1º vice-presidente, Joaquim da Cunha Freire, para 2º**, e o Dr. Manoel Soares da Silva Bezerra, para 3º. [...] Foi nomeado presidente o Dr. Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque (CARRERA, 1869, p. 20 - 23, grifos nossos).

Observa-se que, tanto o líder dos Miúdos como o dos Graúdos ocupavam posições chave no executivo provincial, algo comum durante os anos posteriores. Além dos postos de Vice-presidentes de Província, tesourarias, promotorias, juizados, destacamentos policiais passaram às mãos do partido. De acordo com Castro Carreira (1869), referenciando números publicados pelo o jornal liberal O Cearense, foram realizadas pelo governo interino⁷ de Gonçalo Baptista Vieira ocorreram 865 demissões de liberais por toda a província.

Ao descrever sobre os Vice-Presidentes de Província em 1868, Liberato de Castro Carreira assinalou que Gonçalo Baptista Vieira “era um dos homens mais notáveis da provincia pela sua fortuna e independencia”, enquanto que Cunha Freire era sujeito sem os “primeiros rudimentos de uma educação litteraria” e não tinha a habilidade para governar a província. Por isso, sustentava-se no poder de sua fortuna, que cegava até ministros do

⁴ É importante informar que a troca de gabinetes se deveu a questões políticas entre conservador Luiz Alves de Lima e Silva, então Marquês de Caxias (general das tropas brasileiras no Paraguai) e o liberal Zacarias de Góes (chefe de governo). O episódio deu fim ao que ficou conhecida como Liga Progressista. Ler: <https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/15-dicionario/65-dicionario-da-administracao-publica-brasileira-do-periodo-imperial/297-partidos-politicos-no-periodo-imperial>

⁵ A criação do Partido Republicano em 1870 é uma das reverberações da intromissão do Imperador na política partidária naquele contexto.

⁶ Castro Carreira vinha de família influente no Partido Liberal do Ceará e foi, posteriormente, eleito deputado.

⁷ Diogo Velho Cavalcante assumiu posteriormente a província como titular

império (1868, p. 20). A Inversão Conservadora possibilitou que os conservadores do Ceará voltassem ao centro das decisões políticas entre 1868 e 1878. Graúdos e Miúdos disputaram os postos de Vice-presidência e por ele articularam as ações de seus grupos. Apesar dos Miúdos saírem na frente, com Gonçalo Baptista Vieira como presidente interino logo após a Inversão, entre 1869 e 1874 Joaquim da Cunha Freire foi por sete vezes nomeado Presidente interino do Ceará (SILVA, 2025), o que deu grande poder aos Graúdos.

A localização de cartas desse período nos dá o vislumbre da disputa travada entre os grupos conservadores da província.

Teve lugar a eleição e realizou-se tudo que a VEx.a expuz, devido aos esforços que empregamos, cujo resultado tem causado viva supresa, sobre tudo para com aquelles que duvidavão do valor de nossos amigos, e confirmando aos **Srs. Fernandes Vieira que ficão sabendo que o Ceará não é feitoria d'elles**. [...] finalmente o Ceará se habilita e deixa de eleger candidatos na pessoa de outros.

Não desejamos a luta com os Im.mos Fernandes Vieira, é certo que não acusamos, ao contrario estamos despostos a iniciar, e assentarmos nossa politica de modo claro e digno. [...]. **Elles já declararão antes da eleição que estarão separados de nós** [...]. (FREIRE, 23 de nov. 1870, grifos nossos).

A carta enviada por Joaquim da Cunha Freire ao senador e conservador cearense Jeronymo Martiniano Figueira de Mello se refere às eleições ocorridas no dia 20 de novembro de 1870. De acordo com os jornais do período, o embate eleitoral ocorreu contra Gonçalo de Lagos Fernandes Bastos, da família Fernandes Vieira, e um dos redatores do Pedro II. Além de registrar a vitória dos Graúdos na dita eleição, fica evidente o revanchismo intrapartidário vigente naquele momento.

Um mês depois, Cunha Freire pediu ao mesmo senador proteção para Henrique Pereira de Lucena (então Chefe de Polícia e futuro Barão de Lucena). Registra que seu correligionário era um desafeto daquela família e por isso, em forma de favor, solicitava proteção e ação preventiva de Figueira de Mello. (FREIRE, 23 de dez. 1870).

Um dos diferentes episódios que elucida de forma importante essas diferenças, remete à instalação da Lei n°. 2040, de 28 de setembro de 1871, também conhecida como Lei do Ventre Livre. José Maria da Silva Paranhos (1819-1880), o Visconde do Rio Branco, era um político conservador moderado e que publicamente tinha postura emancipacionista. Após preponderante atuação durante a Guerra do Paraguai, subiu à chefia do Conselho de Ministros em 07 de março de 1871 com a missão de encaminhar o ainda projeto de lei.

Apesar de cauteloso, conciliador e do êxito nos encaminhamentos, suas ações desagradaram lideranças do partido, como Barão de Cotegipe, Paulino Soares de Sousa, Andrade Figueira e outros conservadores mais extremados e afeitos às defesas da propriedade privada e do sistema escravista (PEDROSA, 2018). Das figuras que compunham seu grupo de ministros, citamos o cearense Domingos José Nogueira Jaguaribe (um dos líderes do partido graúdo em 1863) na pasta de Guerra, e o pernambucano João Alfredo Corrêa de Oliveira ocupando a pasta dos Negócios do Império.

No Ceará, é certo que o encaminhamento do projeto gerou embates e dividiu opiniões. Gonçalo Baptista Vieira e os Miúdos se posicionaram contra o Gabinete Rio Branco e aderiram às ideias de Cotegipe, Paulino Soares e Andrade Figueira (STUDART, 1985). Cunha Freire e os Graúdos, ligados aos ideais defendidos pelo Gabinete Rio Branco⁸ É nesse contexto que localizamos uma solicitação de união vinda da Corte. Em carta, o Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira, buscava direcionar e mediar a situação entre conservadores do Ceará.

Devolvo a carta que V.Ex dirigiram os Senhores Cunha Freire e Gonçalves da Justa, e que eu li com atenção, logo que V.Ex. daqui saiu. **Insisto no que disse a V.Ex., e que é pensamento do governo. Não podemos animar a política de grupos, e empregarmos todos os meios convenientes e legítimos para união do partido conservador.** Confio muito no tino e na prudencia do Sr. Wilkns de Mattos, e espero que ele procederá sempre de acordo com o governo.

Conto que, fazendo-se justiça a ambos os grupos conservadores, e aproveitando-se o merecimento de um e de outro lado, conseguiremos o nosso *desideratum*.

Para mim e para meus colegas não ha graúdos ou carcarás, ha conservadores que devem ser tratados com igualdade [...] (OLIVEIRA, sem datação).⁹

Endereçada ao então Presidente da Província do Ceará, José Antonio de Calasans Rodrigues (Barão de Taquari), a carta alerta sobre os cuidados da falta de imparcialidade para com os grupos conservadores locais e demonstra o olhar do governo central e do Gabinete Rio Branco: as brigas entre Graúdos e Miúdos deveriam ser esquecidas pelo bem estar geral do partido, e para isso, o Presidente (representante da Corte em solo cearense)

⁸ O que não significa dizer que os conservadores Graúdos eram abolicionistas. Trata-se aqui de movimentos políticos de grupos, que por vezes, estão ligados à razões e objetivos eleitorais. Cunha Freire foi um dos principais escravistas do Ceará e parte considerável de sua riqueza era proveniente do comércio de escravizados.

⁹ A possível data de envio da carta se localiza entre os meses finais de 1871 e o início de 1872.

deveria assumir postura prudente e moderada. O paraense João Wilkens de Mattos, que presidia a Província do Amazonas, foi aquele escolhido para manter a postura descrita pelo ministro.

Ao analisarmos as chapas eleitorais formadas para as eleições ocorridas em dezembro de 1871, é evidente que a solicitação de união não havia passado de tentativa.

Figura I: CHAPAS CONSERVADORAS EM 1871

<i>Chapa conservadora.</i>	
	vozes:
Padre Bessa	388
Dr. Francisco Gonçalves da Justa	253
Condego Antonio Nogueira de Braveza	250
Dr. Manoel Soares da Silva Bezerra	244
" Antonio Coelho Machado da Fonseca	243
Dr. José Piauhylino M. Magalhães	241
Commendador João Antonio Machado	240
Dr. Tristão de Alencar Araripe Junior	238
Coronel José Nunes de Mello	237
Dr. Antonio Benicio S. Leão C. Branco	236
" Manoel de Souza Garcia	233
Dr. Samuel Felipe de Souza Uchôa	230
<i>Chapa dissidente.</i>	
	vozes:
B. do Aquiraz	210
Dr. Mendes	204
J. Severiano	204
Guãvo	202
Dr. Portugal	201
M. Barroso	196
Costa Mendes	195
Dr. Moura	195
Tenente coronel João Paulino Leal	187
Dr. Joaquim Pereira	186
Nogueira Pinheiro	185

FONTE: ELEIÇÕES..., 23 de dez. 1871, p. 03.

O recorte considera o resumo de alguns colégios eleitorais da província como o de Fortaleza, Maranguape, Aquiraz, Cascavel, Aracaty, São Bernardo (Russas), Quixeramobim, Maria-Pereira, Saboeiro e São João do Principe (Tauá). A notícia, colhida do jornal Constituição, nomeia seus candidatos de "Chapa conservadora", enquanto que os candidatos do grupo Miúdo são denominados de "dissidentes".

A chegada de Wilkens de Mattos nas primeiras semanas de 1872 gerou manifestações na imprensa conservadora. Enquanto o jornal graúdo noticiou a chegada dando boas vindas e informando sobre a comitiva de recepção e cerimonial de posse (PRESIDENTE..., 12 de jan. 1872, p. 02). O *Pedro II* direcionou palavras em tom distinto.

[...] chegou hontem, do Rio de Janeiro, no vapor Cruzeiro do Sul, e toma hoje posse do seu cargos o Exm. comendador Wilkens de Mattos [...]. Cumprimentamos a S. Ex. e fazemos votos para que em sua administração, corresponda as vistas do governo [...] Não encontra S. Ex. em condições regulares, politicamente fallando. Os **conservadores genuinos e historicos**, inteiramente estranhos ao que se passa ,’ administração, **apeados de todas as posições officiaes**, porque não querem sujeitar se ao predomínio de uma familia, que aspira dirigir a província como uma feitoria; os conservadores, dizemos, **reduzidos n’actualidade as mais duras provanças do que os liberaes** (PEDRO II, 12 de jan. 1872, p. 01, grifos nossos).

Para os Miúdos, o recém chegado deveria posicionar-se de forma justa, parcial e que buscasse melhorar a posição de seu grupo, que denominam de “conservadores genuinos e históricos” - como forma de deslegitimar o outro grupo, menções como dissidência, aventureiros políticos ou oportunistas eram comuns. Em poucos dias de governo, *O Cearense* dá indícios sobre a situação de Mattos com os grupos conservadores locais.

O senhor Wilkens de Mattos anda assombrado. O Sr. Barão de Aquiraz conta-lhe uma historia; o Sr. J. da Cunha conta-lhe outra. o Sr. Gustavo fecha-lhe a carranca. O Sr. Torres Portugal *arrasta-lhe as azas*; o Sr. Justa, da camara, *falla-lhe ao ouvido*; o Sr. J. Severiano *ronca-lhe ao ouvido esquerdo*...e o ex presidente do Amazonas olha para toda esta gente espantado!

Onde estou eu metido, meu Deus?!

(COUSAS E LOUSAS, 21 de jan. 1872, p. 03).

Mesmo que haja certo exagero no artigo satírico do jornal, é certo pensar que essas linhas são representações do ambiente político instalado na província, onde na luta pelas posições de mando, Miúdos e Graúdos buscavam que suas condições e estratégias (nomeações, auxílios em eleições, dentre outras questões) fossem aceitas. Meses mais tarde, já com as notícias de partida de Mattos, o *Pedro II* publicava que Mattos havia se entregado nos braços da facção governista (os Graúdos) e que havia cometido crimes eleitorais em prol da vitória do citado grupo. Um dos crimes citados foi a suspensão do presidente da câmara de Sobral por meio de acusações falsas (PEDRO II, 26 de out. 1872. p. 01).

Não tomamos aqui nenhuma das declarações e notícias como verdade absoluta. Ambos os jornais eram partidários, e além do compromisso de informar, obedeciam também aos objetivos de seus proprietários e diretores. Nesse sentido, os periódicos se tornam fontes privilegiadas de análise sobre a política do período, haja vista que, da mesma forma que revelam verdades e aspectos cotidianos, podem ter objetivos de “construir

meias-verdades, de silenciar sobre certos fatos e não outros, de selecionar e redefinir a informação a ser transmitida. A um só tempo, os jornais retratam e elaboram representações da realidade” (BARROS, 2023, p. 12 e 13).

Entre 1869 e 1874 Joaquim da Cunha Freire governou o Ceará interinamente por 7 vezes, o que nos faz crer que os Miúdos foram nesse momento o grupo conservador em segundo plano. Ao noticiar sobre a posse do Presidente Heraclito Pereira da Graça em 1874, o *Pedro II* registrou: “Terminou nesse dia o reinado do Sr. barão de Ibiapaba, que quase se perpetua no poder” (JURAMENTO..., 25 de out. 1874, p. 03). O grupo que estava margeado do poder, via possibilidade de melhorias com a chegada do novo presidente e a saída de seu rival de uma posição de prestígio. Durante os anos 1870, de um lado estavam os Miúdos, “ramo velho” e mais vermelho¹⁰ do partido, e que sustentava-se na influência política da tradicional oligarquia dos Fernandes Vieira e na figura do Barão de Aquiraz. Do outro lado, os Graúdos, mais moderados - e tão oligarcas quanto seus “adversários de mesmo partido” -, confiavam na influência e riqueza do Barão de Ibiapaba.

Ao considerar a política brasileira durante o império, Ferraro (2010) descreve dois tipos de conservadores: “conservadores de tipo antigo” e “conservadores de novo tipo”. Os primeiros, possuem referência dos políticos saquarema, conservadores emperrados que dominaram a política imperial e que defendiam um Estado rígido e manutenção do *status quo*¹¹; já os segundos, os de “novo tipo” eram aqueles de visão mais flexível e que convergiam com certos preceitos do liberalismo, e até mesmo do Partido Liberal.

Guardadas as proporções e generalizações, haja vista consideramos dois grupos compostos por grande número de representantes espalhados pela província, pode-se dizer que os Miúdos eram “conservadores de tipo antigo”, enquanto que Graúdos eram “conservadores de novo tipo”. Os Miúdos convergiam com as visões de Itaborahy (gabinete de 1868) um dos últimos representantes da política saquarema, enquanto que os Graúdos eram afeitos aos gabinetes Pimenta Bueno (1870/71) e principalmente ao do Visconde do Rio Branco (1871/75), que teve Figueira de Mello e Jaguaribe em seu ministério. Não à toa, Os Graúdos ascenderam politicamente e expandiram suas redes de poder no período (SILVA, 2025).

¹⁰ A expressão vermelho ou emperrado se refere à postura mais extremada, rígida ou sisuda em relação à política, como serem contrários à abolição.

Se por um lado havia o desejo de unir o partido e adequá-lo aos direcionamentos da Corte em prol de vitórias parlamentares e maioria nas eleições provinciais. Ideia essa defendida na Corte; por outro lado, havia divergências políticas que para além de perpassar o cotidiano, eram infundadas minimamente, nas visões políticas de cada ala conservadora. Durante a década de 1880, período de crise política mais acentuada do Império, a pressão por união tornou-se mais frequente, sendo registrada em correspondências, telegramas, na imprensa e em discursos de políticos.

4. O “PERÍODO DAS CIRCUNSTÂNCIAS” E O ABOLICIONISMO DE CADA UM

Aproximando-se dos finais da década de 1870, mais especificamente em 1878, a sequência de ministérios conservadores foi desfeita. Uma das motivações foi a não aceitação dos conservadores em encaminhar um projeto de reformulação do voto, que se queria direto naquele momento. Dessa forma, o 3º Gabinete Caxias foi dissolvido e o Gabinete Sinimbu (liberal) foi instalado em janeiro (FERRARO, 2010). Se instalava ali o que se convencionou chamar de Septênio Liberal (1878 - 1885¹²), sequência de ministérios liberais que encabeçaram uma série de reformas e debates a cerca do voto, da educação e do fim da escravidão no Império do Brasil. Buscando modificar elementos e setores sensíveis da sociedade do período, os planos de reforma não foram encarados de forma benéfica por parte da elite econômica e política, o que acabou por instalar “aguda instabilidade” e “falta de sustentação” dos gabinetes liberais junto ao Parlamento, haja vista que os próprios liberais discordavam das reformas (FERRAZ, 2017, p. 73 e 74).

Foi nesse contexto que os liberais do Ceará também se dividiram em dois grupos: Paulas e Pompeus, respectivamente liderados por Antonio Joaquim Rodrigues Junior e Antonio Pinto Nogueira Accioly. Ambos eram representantes da elite política cearense e ligados a tradicionais oligarquias: Rodrigues Jr. era herdeiro político de Francisco de Paula Pessoa¹³, enquanto que Accioly era genro e sucessor do Senador Pompeu. A cisão dos liberais uniu-se à divisão já existente de conservadores, fazendo com que no Ceará, os dois grandes partidos do império apresentassem quatro parcialidades, além de fazer surgir nova

¹² João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu (jan/1878–mar/1880), José Antônio Saraiva (mar/1880–jan/1882), Martinho Álvares da Silva Campos (jan/1882–jul/1882), João Lustosa da Cunha Paranaguá (jul/1882–maio/1883), Lafayette Rodrigues Pereira (maio/1883–jul/1884), Manuel Pinto de Sousa Dantas (jul/1884–maio/1885) e Saraiva (maio–ago/1885)

¹³ Francisco de Paula Pessoa, foi chamado de “Senador dos Bois”, haja vista ser proprietário de grande quantidade de cabeças de gado. Eram seus irmãos João de Andrade Pessoa Anta e José Raimundo Pessoa de Andrade, ambos também foram políticos e proprietários de terra e animais em Sobral.

disputa na imprensa: o tradicional jornal *Cearense* pertence ao grupos Paula, enquanto que o *Gazeta do Norte* foi criado pelo grupo Pompeus.

A ausência de diferenciação prática entre os partidos políticos do império foi elemento sinalizado por Emília Viotti da Costa (2007), ao afirmar que, entre a década de 1850 e 1860, liberal e conservador eram meras etiquetas. Considerando o pragmatismo político dos partidos cearenses, Ana Carla Sabino Fernandes (2004) descreve-os como dotados de uma “fragilidade ideológica”, onde a linha que os dividia era tênue, existindo na prática pontos em comum entre ambos. Nesse sentido interpretativo, durante os anos 1880, esses pontos comuns entre os grupos criaram circunstâncias específicas, onde temporariamente grupos rivais se uniram para disputar eleições. Para a política cearense, os primeiros anos dessa década foram marcados por acordos e desacordos entre os grupos locais e por frequentes trocas de aliança. Em um ano a disputa se dava entre as chapas *Paula-Graúda* e *Pompeu-Miúdos*, no outro, se trocava as posições, ficando as chapas *Pompeu-Graúda*, e *Paula-Miúda* (MONTENEGRO, 1990; MESQUITA, 2021; SILVA, 2025). As circunstâncias ditavam, junto com as desavenças e objetivos, os movimentos políticos de cada grupo.

No ano de 1882, por exemplo, foi publicado em um jornal da Corte um artigo denominado “CEARÁ”, que informava a união entre os liberais do Ceará para a disputa eleitoral para cargos de deputados naquele ano. Em tom de insatisfação, o artigo traz que Graúdos e Miúdos - chamados de *Ibiapaba* e *Aquiraz* - não firmaram acordo e, por isso, haviam perdido distritos eleitorais “eminentemente conservadores” da província.

[...] o partido conservador da capital, entendendo, que as ciscumstancias lhe aconselhavão um expediente novo, que servisse de regra aos actos de sua vida d’ora em diante, constituiu um club politico que <<tem por fim promover nesta provincia — o triumpho legitimo das ideias do partido conservador [...].

A este club já se filião os nomes mais prestimosos do partido [...].

Por nossa parte, segundo o que vemos e ouvimos, não reputamos mais seguro nenhum candidato, *Aquiraz* ou *Ibiapaba*, desde que o Club Conservador lhe negar apoio leal e franco (CEARÁ, 24 de jan. 1882, p. 03).

Há evidente descontentamento com os rumos conservadores da província, marcado pelo forte antagonismo entre os barões que o dominavam. Poucas evidências existem sobre o dito *Club Conservador* criado em Fortaleza¹⁴, mas o relato nos auxilia a entender

¹⁴ Sabe-se que a partir da imprensa local que em 1883, em seu aniversário de fundação, o Club Conservador detinha relação próxima com o Barão de Aquiraz

que as contendas entre os *Ibiapabas* e *Aquirazes* influenciaram nas eleições daquele ano. Ou seja, mencionasse novamente a questão da falta de união.

Políticos conservadores da Corte iniciaram movimentação para solicitar aos conservadores nas províncias auxílio para aumentar as forças do partido na Câmara e no Senado. Dentre esses, citamos aqui João Alfredo Corrêa de Oliveira, Paulino José Soares de Souza e João Maurício Wanderley (o Barão de Cotegipe). Articulado, esse trio passou a atuar nos diferentes pontos do império: Cotegipe e João Alfredo, davam direcionamentos nas províncias do norte; enquanto que Paulino Soares mediava a situação no sul - os dois primeiros eram respectivamente naturais da Bahia e Pernambuco, e o terceiro era do Rio de Janeiro. Esse trio buscou interferir no Ceará, se colocando no meio da disputa entre Ibiapaba e Aquiraz, bem como atuando para minorar a força do Gabinete ministerial de Manuel Pinto de Sousa Dantas (jul/1884–maio/1885), liberal e abolicionista.

É importante mencionar que em meados de 1884, o Ceará já era visto como um modelo abolicionista a ser seguido no império - e também combatido. Foi fundado o jornal *Libertador*; ocorreu a Greve dos Jangadeiros no porto de Fortaleza, parализando o tráfico de escravos e eternizando os nomes de Chico da Matilde, Isaac Amaral e outros abolicionistas cearenses; ao longo dos primeiros anos da década foram fundadas sociedade abolicionistas como a Perseverança e Porvir, Sociedade Cearense Libertadora, Centro Abolicionista Cearense, bem com o grande abolicionista José do Patrocínio visitou a província. E de forma pioneira, o Ceará declarou ter libertado seus escravos no dia 25 de março de 1884 (OLIVEIRA, 1984)

Para o Gabinete Dantas, de política abolicionista, o Ceará era uma “pedra preciosa”. Já para os conservadores mais radicais da Corte, como Cotegipe e Soares, o êxito abolicionista do Ceará não poderia ganhar terreno em outras províncias. Para isso buscaram interferir na província ainda em 1884, meses após a libertação do Ceará..

Pelo vapor passado annunciei a V.Ex. a interferncia em q’ se pensava aqui para o fim de unir-se o partido conservador d’esta província.

Hoje assignei com os Sres. Barão de Cotegipe e Conselheiro Paulino uma carta em dous exemplares, os quaes V.Ex receberá uma, e o sr. Barão d’ Aquiraz outra.

A união dos conservadores é de tamanha conveniencia e tam natural q sejam quaes forem as queixas e ressentimentos antigos [...] quero esperar que V.Ex. e o Sr. Aquiraz não terão dificuldade em entender-se

o bem do partido, restabelecendo-se a paz, harmonia e solidariedade cuja interrupção nos tem enfraquecido e prejudicado.

Pela minha parte, continuo a torcer[...] e não poupei esforço [...] para que esse desideratum se realize.

[...]

Alem d'isto, V.Ex percebe que o governo em todas as outras provincias procura adquirir força á custa dos conservadores, e não é justo q no Ceará possa obtel-a com apoio d'elles.

Sejam quaes forem os motivos apreciados [...] elles são [...] m.to prejudiciaes á força do partido [...]

Com estas convicções, feitas em particular, e em toda a confiança da amizade, conclúo pedindo a V.Ex q me avise pelo telegrapho [...] (OLIVEIRA, 20 de ago. 1884).

A carta de autoria de João Alfredo foi enviada tanto ao Barão de Ibiapaba como ao Barão de Aquiraz, como a materialização do desconforto da Corte com as divergências locais. Afinal, fala-se em uma possível interferência, bem como na superação dos problemas, seja lá quais eles fossem. A união dos conservadores do Ceará deveria ser algo natural e de grande ajuda para a nação.

Ao se aproximar a eleição, o Barão de Cotegipe, se correspondeu com o Barão de Aquiraz, direcionando-o para proceder no terreno das alianças e mencionando sobre as ideias de união. O texto teria sido publicado no jornal *Pedro II*.

O bem publico exige o sacrificio de qualquer pessoal [...] não duvidamos em aconselhar e instar para que na proxima eleição procedam de comum accordo, o qual será facil, desde que não tenham em vista senão as conveniencias da politica geral, de cuja direcção não podem eximir-se os partidos provinciaes.

Circunstâncias especiais ha, em que concecução de um de um resultado vantajoso – n'uma situação dada – **póde-se abrir uma exepção, combinando-se os esforços do proprio partido com os de outro [...]**

Tal é em nosso parecer o que se realiza n'essa provincia. **Os conservadores e os deputados liberaes, tendo por chefe o conselheiro Rodrigues, votaram coherentes contra o governo, e hão de votar se forem reeleitos.**

Um accordo delles connosco é conveniente; mas para ser efficaz - é mister que primeiro os conservadores estejam unnidos, e estarão unnidos desde que V.Exc. e o Sr. Barão de Ibiapaba o estejam.

Temos visto com pezar a divergencia de Vs. Excs.: ella nos colloca em difficil posição - em relação a politica da provincia (IBIAPABA, 19 set. 1884).

Telegrama - Barão de Aquiraz

somos todos concordes mantenha união Paulas, pode autorizar nossa opinião com circulares. Insista por si que Ibiapaba concorra igualmente; **liga conservadora governo injustificável.**

Cotegipe. >> (IBIAPABA, 19 set. 1884).¹⁵

Inicialmente de teor confidencial, é possível que as cartas tenham sido publicadas por Aquiraz com o intuito de forçar Ibiapaba a aceitar as recomendações advindas da Corte. Pode-se verificar, a partir das fontes apresentadas, que para os conservadores da Corte a aliança entre Ibiapaba e os Pompeus deveria ser desfeita, haja vista que se ligava a uma ala liberal que seguia os ideais abolicionistas do gabinete que se queria derrubar.

O trio de conservadores da Corte defendia a união entre Graúdos, Miúdos e Paulas (que haviam votado contra o Projeto nº 48 em 15 de junho), o que se convencionou chamar de “Tríplice Aliança”. Na prática, esse conchavo seria formado com o objetivo de minorar a influência do Ministério Dantas no Ceará e retirar os liberais Pompeus do centro das decisões. Ou seja, a Tríplice, além de ser instrumento de união conservadora no Ceará, seria ao mesmo tempo um mecanismo anti abolicionista após o emblemático 25 de março.

No início de outubro, em correspondência, o Barão de Aquiraz informava à João Alfredo que o panorama de união com os Graúdos era o “mais hostil possível” (AQUIRAZ, 03 out. 1884). Por sua vez, Rodrigues Jr. informava ao mesmo destinatário que Ibiapaba havia recusado a proposta de união e feito “aliança com o governo” (liberais Pompeus) (RODRIGUES JR., 02 out. 1884, p. 01).

Chegada a hora de oficializar as chapas para a eleição, estavam de um lado, Pompeus e Graúdos (Chapa Libertadora) e do outro Paulas e Miúdos (Chapa Negreira). Nessa configuração foi disputada no Ceará a eleição de dezembro de 1884. A Chapa Libertadora venceu na maioria dos distritos eleitorais, mas os membros da Chapa negreira utilizaram da estratégia de invalidar os diplomas de seus adversários apontando problemas durante as eleições, fazendo que Antônio Rodrigues Júnior se tornasse um dos eleitos (CÂMARA..., 1885, v. 2, p. 1).

Se para Angela Alonso (2015) às eleições ocorridas em 1884 foram uma espécie de plebiscito sobre a abolição onde a população decidiria nas urnas sobre o fim da escravidão,

¹⁵ Os excertos são recortes de jornal anexados em uma carta do Barão de Ibiapaba. Até o momento, não foi possível localizar as tiragens correspondentes, por escrito, se lê na fonte a grafia “Pedro II dia 2 de outubro”. IBIAPABA, Barão. [Correspondência]. Destinatário: João Alfredo de Oliveira. Fortaleza, 19 set. 1884, grifos nossos. 1 carta. Disponível: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/14667/1/JA_CR_000.516.pdf. Acesso em: 22 mar. 2025.

se naquele momento o Ceará era tido como um modelo abolicionista, pode-se compreender que os embates entre Chapa Negreira e Chapa Libertadora possuem grande simbolismo e importância. Pode-se conjecturar que, aqueles preocupados com as discussões do Projeto nº48, estavam politicamente interessados com o que se passava no Ceará, onde o abolicionismo foi fator preponderante para conformação das chapas eleitorais.

5. A UNIÃO FORMAL DE 1885 E A DESUNIÃO DE SEMPRE

Manuel Pinto de Souza Dantas, chegou em meados de 1885 com sua base partidária desgastada: seu partido estava dividido, era alvo do movimento escravista e pressionado pelos grandes proprietários. Em votação terminada em 52 votos a 50, em uma moção de desconfiança, o Gabinete Dantas foi dissolvido por D. Pedro II em 06 de maio de 1885, deixando o Projeto 48º nas mãos de seu sucessor, José Antonio Saraiva.

Saraiva assumiu o gabinete durante três meses (maio a agosto), tempo suficiente para modificar o projeto de reforma e deixá-lo mais “ao gosto” dos proprietários de escravos, prevendo indenização aos senhores - era um liberal menos comprometido com os debates abolicionistas. Conseguiu aprovação na Câmara, mas renunciou à sua posição. Outro gabinete liberal teria se formado caso João Lustosa da Cunha, o Marquês de Paranaguá, não tivesse recusado o chamado do Imperador. Com isso, D. Pedro II recorreu aos Presidentes da Câmara e do Senado, respectivamente o liberal Fleury e o conservador Barão de Cotegipe, para formar o próximo gabinete.

Visando com que o projeto de lei fosse aceito também no Senado, com maior parcela conservadora, Barão de Cotegipe foi o escolhido pelo Imperador. Seu gabinete foi instalado no dia 20 de agosto, tendo no mês seguinte tornado o Projeto nº48 na Lei 3.270 no dia 28 de setembro de 1885 (LOPES, 2024). A partir desse momento se captou comportamento diferente entre os grupos conservadores do Ceará. Como supracitado, os grupos políticos locais mais próximos de Cotegipe e do pensamento escravista de seu gabinete eram os da coligação Paula-Miúda, enquanto que os Pompeus-Graúdos fizeram parte da política abolicionista do gabinete antecessor. Dessa maneira, os primeiros passaram a ser os grupos governistas, enquanto que estes últimos foram margeados. A dinâmica de poder dos grupos conservadores foi invertida, principalmente com a chegada do novo Presidente da Província, o Desembargador Miguel Calmon du Pin e Almeida, aliado de Cotegipe.

Após a instalação do gabinete Cotegipe, na imprensa ou em discursos no parlamento, era comum apontar os Graúdos como os traidores do conservadorismo, e claro,

das pretensões do gabinete recém-instalado. Rodrigues Jr., por exemplo, chamava-os de abolicionistas fajutos (BRASIL...03 de ago. 1885, p. 88). Na imprensa, os artigos representavam o Barão de Ibiapaba como um político “maquiavélico, sagaz, talleyrandiano, poderoso, bismarckiano”, denominando-o também de “conservador, liberal, abolicionista... ou nada disto, mas no poder sempre” (POLÍTICA..., 25 set. 1885, p. 01).

Passados os primeiros meses de Cotegipe à frente do ministério, pode depreender-se que a conservadora foi novamente ventilada entre os conservadores do Ceará. O jornal da Corte, *O Paiz*, ao publicar notícias sobre a província cearense, registrou que os jornais *Constituição*, *Pedro II* e *O Cearense* formavam a base de governo de Calmon du Pin, enquanto que o *Gazeta do Norte* (liberais Pompeus) e *Libertador* (abolicionistas) eram oposição (DE DOMINGO A..., 29 de nov. 1885, p. 02). Em outras palavras, estava formada a Tríplice Aliança.¹⁶

Ibiapaba aceitou ou cedeu à pressão de Cotegipe. Graúdos e Miúdos, históricos rivais, firmaram um manifesto conservador para as eleições senatoriais de 1886.

O partido conservador do Ceará resolveu publicar nos jornais “Constituição” e “Pedro II” a lista dos cinco candidatos que devem merecer a honra de seus sufrágios na próxima eleição que para Deputados Geraes que terá lugar no dia 16 de Janeiro de vindouro.

Consta a lista que tomamos a responsabilidade de oferecer respeitosamente à consideração do eleitorado conservador cearense dos nomes dos seguintes cavallheiros: Bacharel Manoel Ambrosio da Silva Torres Portugal, candidato pelo 1º distrito. Conselheiro Tristão Alencar Araripe, candidato pelo 2º. Barão de Canindé, pelo 3º. Dr. Domingos José Jaguaribe Filho, candidato pelo 7 e Bacharel Alvaro Caminha Tavares da Silva, candidato pelo 8º

[...] no jornal official, encontrara V.Sa, assim a justificação de nosso acto como a demonstração da necessidade de manter na referida eleição a mais rigorosa disciplina partidaria (AQUIRAZ; IBIAPABA, 15 de dez. 1885).

O manifesto publicado de forma conjunta, formaliza a nova postura dos grupos ante o desejo de coesão da Corte. Ibiapaba e Aquiraz pediam à confiança de seus correligionários nos distritos que haviam indicado candidatos pelo bem maior do partido. Contudo, chegando às eleições, o que se pôde verificar na imprensa foi a frequência de acusações de traições e a utilização de ações violentas. Pode-se dizer que a Tríplice

¹⁶ Apesar de não constarem no trabalho, há indícios de que existe um conjunto de cartas e telegramas trocados entre o Barão de Cotegipe e Barão de Ibiapaba. Essa documentação não foi incluída na pesquisa. Sua análise nos faria adentrar ainda mais a relação entre os políticos conservadores do Ceará e a Corte.

Aliança perdurou por algum tempo, mas que na prática não foi funcional como se imaginava, tendo o seu fim de forma rápida (SILVA, 2025)

O próximo Gabinete conservador instalado, com a queda do Gabinete Cotegipe em 1888, foi o de João Alfredo Corrêa de Oliveira, que, diferente de Cotegipe, era um conservador abolicionista e que não concordou com as mudanças que abrandaram o Projeto nº48. No Ceará, os Graúdos eram aqueles ligados a esse último gabinete conservador. Se em 1885 os conservadores estavam unidos, em 1888, conservadores estavam novamente em lados opostos, apesar do mesmo partido.

- Saberá V. Exa. que eu não entendo patavina dos partidos do Ceará...
 - Com efeito...
 - Eles são dois, mas quatro; ou, mais acertadamente, são quatro. Mas dois.
 - Dois em quatro.
 - Quatro em dois.
 - Dois, quatro.
 - Quatro, dois.
 - Quatro.
 - Dois.
 - Dois.
 - Quatro. [...]
 - Há os Rodrigues, os Paulas, os Aquirases, os Ibiapabas; há os...
- (BONS DIAS, 04 de maio de 1888, p. 02)

Machado de Assis, revela a falta de entendimento dos partidos cearenses, os colocando como uma representação dos partidos nacionais naquele momento. Os pedidos de união enviados aos conservadores Ceará, de certa maneira, podem ter sido enviados para as outras províncias como algumas das cartas indicam. Graúdos e Miúdos eram rivais, mas quando necessário, utilizaram do elemento da união conservadora, para estar no poder como grupo governista. Os Graúdos rechaçando a ideia da Corte, os Miúdos concordando e tomando o poder daqueles. Essas posições iam se alternando, ganhando novos tons, mas o poder era o que se queria.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Viu-se que o conservadorismo no Ceará, possuiu diferentes contextos de configuração, onde ora esteve no poder e ora foi necessário adaptar-se aos momento político para continuar no poder , ou pelo menos disputá-lo. Graúdos e Miúdos, os dois grandes grupos do conservadorismo local, tinham como elementos de suas interações cotidianas as disputas e acusações.

Fato pouco estudado na historiografia local, foram as solicitações de união feitas a esses grupos rivais nas décadas de 1870 e 1880. Entre a imperante divisão partidária e os curtos momentos de união entres os conservadores do Ceará, há elementos que merecem análise e que se ligam há alguns dos principais núcleos decisórios da política imperial, como os gabinetes ministeriais de Dantas e Cotegeipe, por exemplo.

Por diferentes momentos, Graúdos e Miúdos se colocaram entre a Corte e a Província. Se por um lado a Corte buscava impor seus anseios pela centralização e condução da crise política do império, por outro lado, os líderes políticos da segunda buscavam mediar seus interesses, de seus grupos com o bem geral do partido. Não é pretensão desta pesquisa ainda em desenvolvimento, apontar que as disputas internas do partido conservador do Ceará interferiram na política nacional do império, mas sim que, direcionar o olhar para a interação pormenorizada entre indivíduos e grupos políticos pode ampliar ângulos ainda não vistos sobre a política oitocentista brasileira.

REFERÊNCIAS

A CONSTITUIÇÃO, **A Constituição**, Fortaleza, ano II, nº 269, 05 de dez. 1865, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/235334/592>. Acesso em: 12 jun. 2025

ALONSO, Angela. **Flores, Votos e Balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1868–88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AQUIRAZ, Barão de; IBIAPABA, Barão de. **Manifesto do Partido Conservador do Ceará**, Acervo do Instituto do Ceará, 1885.

AQUIRAZ, Barão. [Correspondência]. Destinatário: João Alfredo de Oliveira. Fortaleza, 03 out. 1884. 1 carta. Disponível em:

https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/14658/1/JA_CR_000.507.pdf. Acesso em: 06 abr. 2026.

BARMAN, Roderick J. **Imperador cidadão**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2023.

BARROSO, José Parsifal. **Uma história da política do Ceará (1889 - 1854)**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1984.

BONS DIAS, **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, ano XIV, nº 125, 04 de maio de 1888, p. 02. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/103730_02/13728. Acesso em: 30 jun. 2026.

BRASIL. **Annaes do Parlamento Brasileiro**, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, Sessão em 03 de agosto de 1885. Vol. IV, p. 88. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/132489/83927>. Acesso em: 29 abr. 2026.

CÂMARA dos seputados. **Annaes da Câmara dos Srs. Deputados do Império do Brazil**. Primeira sessão ordinária da decima nona legislatura. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, v. 2. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/29399>. Acesso em: 25 abr. 2026

CARREIRA, Liberato de Castro. **Reacção do Partido Conservador na provincia do Ceará em 1868**. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1869, p. 20. Disponível: <https://archive.org/details/reacodoparti00carr/mode/2up>. Acesso em: 15 jun. 2026.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CEARÁ. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano LXI, nº 24, 24 de jan. 1882, p. 03. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_07/4855. Acesso em: 22 dez. 2025.

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 9ªed, São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COUSAS e lousa, **O Cearense**, Fortaleza, ano XXV, nº 06, 21 de jan. 1872, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/709506/9742>. Acesso em: 9 jan. 2026.

DE DOMINGO a domingo, **O Paiz**, Rio de Janeiro, ano II, nº 331, 29 de nov. 1885, p. 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_01/1762. Acesso em: 02 maio 2025.

ELEIÇÕES para deputados, **A Constituição**, Fortaleza, ano IX, nº 187, 23 de dez. 1871, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/235334/2278>. Acesso em:

FARIAS, Airton. **História do Ceará**. 7. ed rev. e ampl. Fortaleza : Armazém da Cultura, 2015.

FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A imprensa em pauta**: entre as contendas e paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição na segunda metade do século XIX. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2004.

FERRARO, Alceu Ravello. Brasil: liberalismo, café, escola e voto (1878-1881). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 03, dez. 2010, p. 219-248. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/vXyflCd7vqZ68LdmzHvFGbq/?lang=pt>. Acesso em: 30 jun 2026.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. A dinâmica política do Império: instabilidade, gabinetes e Câmara dos Deputados (1840–1889). **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 62, jun. 2017, p. 73 e 74. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/KSPNTdZ3rJ7tBMKvZNdDfqs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2026.

FREIRE, Joaquim da Cunha. [Correspondência]. Destinatário: Jeronymo Martiniano Figueira de Mello. Fortaleza, 23 nov. 1870, p. 01 e 02. 1 carta. Fundação Biblioteca Nacional.

FREIRE, Joaquim da Cunha. [Correspondência]. Destinatário: Jeronymo Martiniano Figueira de Mello. Fortaleza, 23 dez. 1870. 1 carta. Fundação Biblioteca Nacional.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Do Império à República** (2ªed.). São Paulo: Difel, 1977.

JURAMENTO e posse, Pedro II, Fortaleza, ano XXXV, nº87, 25 de out. 1874, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/216828/10934>. Acesso em: 30 jun. 2026.

LOPES, Aristeu. Saraiva, Cotegipe e a lei dos sexagenários: dois presidentes do Conselho de Ministros do Império do Brasil nas páginas da imprensa ilustrada oitocentista do Rio de Janeiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 185, n. 495, p. 244–263, 2024. Disponível em: <https://rihgb.emnuvens.com.br/revista/article/view/185>. Acesso em: 2 jul. 2026.

MENEZES, George Rocha. **Lutas políticas e crise social**: a elite política cearense na década de 1870. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2006.

MONTENEGRO. Abelardo. **História dos partidos políticos cearenses**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1980.

NASCIMENTO, Carla Silva do. **O barão de Cotegipe e a crise do Império**. Dissertação (Mestrado em História das Instituições) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Escola de História, 2012.

NEPOTISMO medonho, **A Constituição**, Fortaleza, ano I, nº 01, 24 de set. 1863, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DOCREADER/235334/1>. Acesso em: 12 jun. 2025.

NOTICIARIO, **O Cearense**, Fortaleza, ano XVII, nº 25 de set. 1863, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/709506/5693>. Acesso em: 05 jan. 2026.

O PEDRO 2º e a Constituição, **A Constituição**, Fortaleza, ano II, nº 159, 20 de jul. 1865, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/235334/170>. Acesso em: 10 jan. 2026.

OLIVEIRA, João Alfredo Corrêa de. [Correspondência]. Destinatário: Barão de Ibiapaba. Rio de Janeiro, 20 de ago. 1884. 1 carta. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/13425/1/JA_CE_000.001.pdf. Acesso em: 01 jul 2026

OLIVEIRA, João Alfredo Corrêa de. [Correspondência]. Destinatário: Barão de Taquari. Rio de Janeiro, sem data. 1 carta. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/13564/1/JA_CE_000.140.pdf. Acesso em: 01 jul 2026

OLIVEIRA, João Hipólito Costa de. Cronologia da Abolição no Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Tomo Especial, 1984, p. 144. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1984TE/1984TE-CronologiadAbolicaonoCeara.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2025.

PEDRO II, **Pedro II**, Fortaleza, ano XXXII, nº 08, 12 de jan. 1872, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/216828/10059>. Acesso em: 02 jul. 2026.

PEDRO II, **Pedro II**, Fortaleza, ano XXXII, nº 18, 26 de jan. 1872, p. 02. Disponível em: Acesso em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/216828/10090>. Acesso em: 02 jul. 2026.

PEDROSA, Matheus Monteiro. **Escravidão, publicidade e Parlamento: o encaminhamento da Lei do Ventre Livre de 1871**. Dissertação (Mestrado em História Social do Território) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

POLITICA graúda, **O Cearense**, Fortaleza, ano XXXIX, nº 189, 25 de set. 1885, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/709506/17728>. Acesso em: 30 abr. 2025.

PRESIDENTE do Ceará, **A Constituição**, Fortaleza, ano X, nº 08, 12 de jan. 1872, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/235334/2321>. Acesso em: 02 jul. 2026.

RODRIGUES JR., Antonio Joaquim. [Correspondência]. Destinatário: João Alfredo de Oliveira. Fortaleza, 02 out. 1884, p. 01. 1 carta. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/14511/1/JA_CR_000.362.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

SILVA, Alisson Freitas Da. **O líder da “graudagem”**: trajetória política de Joaquim da Cunha Freire, o Barão de Ibiapaba (Ceará, 1853 - 1892). Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Culturas e Espacialidades, Fortaleza-CE, 2025.

STUDART, Newton Jacques. **Barões do Ceará**. Fortaleza: IOCE, 1985.

O OLINDENSE: A ESCRITA E OS IMPRESSOS DOS ESTUDANTES DE DIREITO DE OLINDA (1831-1832)

O OLINDENSE: THE WRITING AND PRINTED MATERIALS OF THE LAW STUDENTS OF OLINDA (1831-1832)

Noemia Dayana de Oliveira¹

Resumo: Esse estudo tem como objetivo analisar a produção da escrita no jornal O Olindense, considerando os aspectos técnicos (gráficos) e intelectuais (conteúdos), e como eles são produtos e produtores das práticas acadêmicas dos primeiros estudantes de Direito de Olinda. Esse jornal foi criado pelos irmãos Álvaro e Sérgio Teixeira de Macedo, circulou na província do Pernambuco entre 1831 e 1832, e propagou informações internas e externas ao curso. Considerando isso, entendemos aqui a escrita como uma prática cultural em que os sujeitos buscam dar sentido a realidade a partir dos seus textos (CHARTIER, 1991), sendo O Olindense um produto que expressou o presente vivido pelos editores e como eles compreendiam as suas respectivas realidades, sejam elas estudantis ou políticas.

Palavras-chave: Jornal; Irmãos; Faculdade.

Resumen: This study aims to analyze the writing produced in the newspaper O Olindense, considering both technical (graphic) and intellectual (content) aspects, and how these aspects are both products and producers of the academic practices of the first law students in Olinda. This newspaper was created by the brothers Álvaro and Sérgio Teixeira de Macedo, circulated in the province of Pernambuco between 1831 and 1832, and disseminated information both internal and external to the course. Considering this, we understand writing here as a cultural practice in which individuals seek to give meaning to reality through their texts (CHARTIER, 1991), with O Olindense being a product that expressed the present lived by the editors and how they understood their respective realities, whether academic or political.

Palabras clave: Newspaper; Brothers; Faculty.

¹ Doutora em História, professora do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba *campus* Campina Grande, Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3290103571104176>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7611-3074>, E-mail: noemia.oliveira@servidor.uepb.edu.br.

O Olindense foi um jornal criado pelos irmãos acadêmicos de Direito, Álvaro e Sérgio Teixeira de Macedo, que circulou na província do Pernambuco entre os anos de 1831 e 1832. Atualmente, o acesso às 118 edições foi possibilitado pelo *síte* da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, que de maneira gratuita e ilimitada facilitou as pesquisas no âmbito da História e Historiografia, bem como de diversas outras áreas do conhecimento que tenham o jornal como objeto de pesquisa. Exceto às cinco primeiras edições, o jornal está disponibilizado em formato digitalizado, com a possibilidade de busca dentro dos textos através da tecnologia do Reconhecimento Óptico de Caracteres, isto é, através da escolha de uma palavra-chave como “Curso Jurídico” que faz uma “varredura” dentro da “imagem” de cada página do jornal (formato .jpeg) e retorna com os resultados desejados (ou não).

Nesse sentido, de todas as edições disponíveis digitalmente, foram encontradas somente 27 ocorrências com a palavra “Curso Jurídico”, de maneira que supomos que o jornal não se caracteriza como um jornal **do** curso ou **sobre** o curso, mas um jornal de **estudantes do curso** que discutiram diversos outros assuntos além das suas realidades estudantis. É bem verdade que outros conteúdos como o do associativismo político, do constitucionalismo e do patriotismo eram recorrentes, sendo esse periódico considerado o periódico que reproduziu as sessões/atas das reuniões da Sociedade Patriótica Harmonizadora. No entanto, o que nos interessou e nos norteia no presente estudo são as impressões estudantis sobre a realidade pedagógica do Curso Jurídico de Olinda.

Inicialmente, ao destacar o “curso+jurídico” como objeto principal e palavra-chave da pesquisa, nos chama atenção duas questões: a primeira é o modo como era chamado o curso, ou seja, diferente do que conhecemos hoje – Curso Jurídico e Curso de Direito – o que pode implicar uma especificação ao longo do tempo na formação do bacharel em Direito, fazendo com que a formação tenha se tornado algo pragmático e restrito a prática jurídica, enquanto no passado, a formação desse bacharel era mais ampla, podendo atuar nos diversos âmbitos sociais, não somente na justiça, mas também na política, na educação, na literatura, na imprensa, etc. A segunda questão que nos chama atenção é o debate público sobre o ensino superior realizado através do jornal no contexto do século XIX, isto é, antes dessa publicação em Pernambuco, quiçá no Brasil, as discussões sobre o processo de ensino-aprendizagem, ou mais especificamente, os métodos e as avaliações dos professores eram proibida aos estudantes, uma vez que a pedagogia tradicional praticada vedava a participação de outras vozes que não fosse a dos mestres e diretores.

Tais hipóteses serão desenvolvidas ao longo desse estudo, sem perder de vista o nosso objetivo central, qual seja, o de reconhecer a escrita n'O Olindense como uma prática cultural que visa dar sentido e é sentido na realidade dos estudantes. Para tanto, dividimos o texto em três momentos, sendo essa introdução o primeiro momento; o segundo, que versa os primeiros anos do ensino de Direito em Olinda e as atividades extracurriculares, como o periodismo acadêmico como prática da escrita estudantil; e o terceiro, as considerações finais que pretende apontar novos caminhos para pesquisas nesse jornal pioneiro do curso de Olinda.

Os irmãos redatores d'O Olindense, Sérgio (1809-1867) e Álvaro (1807-1849), foram estudantes da primeira turma da Faculdade de Direito de Olinda, ao lado de Eusébio de Queirós, Nabuco de Araújo, José Antônio Pereira Ibiapina (Padre Ibiapina) e Jerônimo Figueira de Melo. Nesse período, o curso estava alocado no Mosteiro de São Bento, localizado em Olinda, transferindo-se somente em 1854 para o Recife. Nessa fase, o curso ficou marcado pelas dificuldades estruturais e de pessoal que eram relatadas pelos professores através das Atas da Congregação de Lentes:

[...] não haver em Olinda hum edificio capaz para se formar o Curso sem grande dispendio quando no Recife os ha em bom estado e que podem servir com pequenos reparos; **não poder a livraria que se vai formar utilizar se não aos Academicos, sendo este motivo por que muita gente desgostosa tem deixado de subscrever para ella**, não podendo muitos Commerciantes aproveitar as lições de Direito Mercantil, como o farião se as tivessem no Recife, não haver em Olinda edificio para o Colégio das Artes, quando no Lyceo do Recife o ha, e já provido de Professores finalmente a diserção continua de Lentes, e Estudantes para aquella Cidade que tem escolhido para habitar, preferindo o incomodo da viagem as privações e perigos que na outra experimentão (Copia de huma parte da Acta da Congregação, 25/05/1831. Grifos nossos).

A criação dos cursos jurídicos do Brasil em 1828 não contou com recursos físicos e financeiros do estado Imperial, que solicitou as ordens católicas de São Bento (em Olinda) e São Francisco (em São Paulo) seus prédios para sediarem os primeiros cursos superiores no país. Isso implicou não apenas na falta de salas de aula, salas de estudos e livrarias adequadas aos professores e estudantes, mas, sobretudo, nas dificuldades para praticar a escrita e a leitura dentro dos cursos. Nesse sentido, é importante lembrar que a circulação de livros, jornais e panfletos era restrita, tornando-se uma prática cultural acessível somente aos filhos da elite, uma vez que esses rapazes tinham recursos para adquirir materiais para escrita no sentido material, como papel, tinta e pena de ave, como no sentido imaterial, isto é, recursos para adquirir livros, como os livros e autores estrangeiros e seus conteúdos.

Se a circulação de textos impressos era restrita em Olinda, localizada na província do Pernambuco, no país isso não foi diferente, e esse fato não foi alterado com a primeira imprensa vinda com a família real, em 1808, mas certamente esse cenário mudou com a criação dos Cursos Jurídicos. Isso porque a atividade acadêmica intensificou a necessidade de ler e escrever, mas como as dificuldades materiais do curso de Olinda eram mencionadas até mesmo pelos professores do curso, vide parte da ata da Congregação de Lentes acima reproduzida, os redatores Sérgio e Álvaro afirmavam que “no Curso Jurídico não há imprensa e as redações das folhas periódicas podendo fazer a este respeito algum obséquio uma vez por outra, não querem com tudo, nem são obrigados a contrair uma obrigação permanente” (Jornal O Olindense, nº 23, 19/07/1832). Ou seja, os irmãos redatores que eram também estudantes do curso, mencionavam que não eram obrigados a publicar os assuntos do curso e tomar parte da diagramação (quantidade de palavras e folhas) de seus jornais.

Esse foi o contexto em que O Olindense surgiu, sendo o curso superior dos redatores um lugar que não possuía impressas e dependia da parceria dos jornais estudantis para divulgar os avisos, os editais e os ofícios. Se a imprensa, instrumento fundamental para a comunicação e andamento das atividades dentro do curso não existia, a criação de uma biblioteca (para o curso ou para a cidade? – querela que Lígia Rodrigues (2017) levantou em sua dissertação) não fugiu a regra. Esta só foi criada dois anos após o início do curso pelo decreto imperial de 7 de dezembro de 1830, onde ficava determinado que os responsáveis pela alocação, a manutenção e o desenvolvimento desse espaço cultural era dos padres beneditinos, dos estudantes e professores e da sociedade (subscrição voluntária), excetuando a obrigação do estado, que agia apenas para determinar os empregados e controlar os recursos que viessem a surgir:

DECRETO

Ei por bem sancionar e mandar que se execute o que resolveu a Assembleia Geral Legislativa sobre Resolução do Conselho Geral da Província de Pernambuco.

Art. 1º Estabelecer-se-á em Olinda uma Biblioteca Pública.

Art. 2º **Para esta Biblioteca destinar-se-á a parte da casa dos Beneditinos, que for necessária ou o antigo Palacete do Governo, desocupado e ponto em abandono**, se naquela casa não se puderem acomodar a Biblioteca e as aulas do Curso Jurídico, fazendo-se a custa da Nação em um ou outro edifício, os reparos e arranjos que preciso forem.

Art. 3º O Governo nomeará um bibliotecário e os mais empregados necessário para a conservação, asseio e guarda da Biblioteca, arbitrando-lhes ordenados.

Art. 4º Abrir-se-á nesta província uma subscrição voluntária para compra dos livros e a Fazenda Pública concorrerá com prestações anuais para o estabelecimento da mesma Biblioteca, as quais entraram no orçamento da despesa apresentada a aprovação da Assembleia Geral.

Art. 5º O Presidente, em Conselho, nomeará uma comissão de três negociantes para receber a subscrição, as obras que oferecerem como parte dela, a cota da Fazenda Pública, e fazer a compra dos livros, a qual dará conta de tudo, publicando-a pela imprensa.

Art. 6º A Congregação dos Lentes do Curso Jurídico remeterá ao Presidente da província uma relação das melhores obras e edições, indicando por sua ordem as que devem ser sucessivamente compradas.

Art. 7º A mesma Congregação dos Lentes formará os Estatutos da Biblioteca, que dependerão da aprovação do Governo.

José Antônio da Silva Maia, do meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império e tenha assim entendido, e expeça os despachos necessários.

Palácio do Rio de Janeiro em sete de dezembro de mil oitocentos e trinta, nono da Independência e do Império.

Observa-se que o estado imperial agia nessa empreitada cultural e intelectual de criação da biblioteca de Olinda, assim como foi nos primeiros Cursos Jurídicos, apenas como um agente controlador, que nomeava o bibliotecário e aprova (ou não) a lista de livros indicados pelos professores do Curso Jurídico. Nesse sentido, o estado não atuou como provedor das necessidades materiais da escrita e da leitura dos estudantes e professores, mas delegou isso aos beneditinos, a ordem católica do Mosteiro de São Bento, que já estava sediando o curso. Pela incapacidade de abrigar tantas demandas, a saída foi apelar para o Convento de São Francisco, que se tornou a opção mais eficiente e barata (Ofício de Frei Francisco da Conceição ao direito interino Lourenço José Ribeiro, 1831).

Mas ainda que o estado imperial não fosse o provedor da cultura e das artes no Brasil, ele indicava uma solução na própria lei de criação da biblioteca: a subscrição voluntária, que foi uma prática recorrente durante esse período para arrecadar verbas e construir obras públicas. No caso desse espaço de leitura, a doação poderia ser em dinheiro ou em livros, fazendo surgir uma comissão de comerciantes que conseguiram 89 livros, distribuídos em 264 volumes (Bevilaqua, 1977). Além dessa comissão, existia também a subscrição voluntária individual, que o bibliotecário Bazilio Quaresma produziu uma lista, onde aparecem 33 nomes e suas respectivas ofertas. Desses nomes, 23 eram acadêmicos

do curso, 3 estudantes externos, 2 professores do curso, 1 político, 2 médicos e 2 pessoas não-identificadas por sua ocupação profissional (Rodrigues, 2017).

Em termos quantitativos, as doações da subscrição voluntária individual ou coletiva eram as mais “tímidas”, embora as mais ricas em termos qualitativos, isto é, de variedade de títulos e de temáticas. Elas foram responsáveis pela maior parte dos livros necessários às disciplinas previstas no curso, bem como autores modernos como Montesquieu, e os utilizados pelos professores, como Heinécio e Felice, autores do Direito alemão. As doações com maior número de exemplares vieram da Biblioteca Nacional e Pública da Corte, com 2.269 exemplares, os quais não tinham relação direta com o curso, isto é, com temas e conteúdos de Direito, mas sabemos que eram livros “dobrados” de História, Belas Artes, Ciências e Teologia, que estavam duplicados no acervo da Biblioteca Nacional e foram enviados à Olinda. Outra doação expressiva em termos quantitativos foi a do Convento dos Oratorianos, uma ordem religiosa extinta no Brasil em 1831, cujo acervo rendeu 1.890 volumes, distribuídos em 651 títulos de Teologia, História e Gramática, sendo apenas 73 de Direito (Rodrigues, 2017).

A construção cultural da biblioteca, isto é, a arrecadação de livros através de doações, não nos fala apenas da realidade do ensino jurídico no curso de Olinda, mas do cenário de produção intelectual da cidade, indicando que embora não contasse com muitas tipografias, nem tão pouco com livrarias, já existiam livros de diversos conteúdos circulando no espaço público – se não o fosse, as doações da subscrição voluntária individual não seriam possíveis e as mais diferenciadas. As práticas do mercado livreiro e da imprensa local também foram alteradas com a construção da biblioteca pública, que serviu inicialmente aos interesses dos estudantes e professores, mas era uma demanda de outros grupos, como os padres, os comerciantes, os políticos e, da imprensa local, que através do jornal O Carapuzeiro fazia pressão pública para que a biblioteca se efetivasse enquanto projeto social e político (Veiga, 1984).

Para entender a história da leitura e da escrita em Olinda nesse contexto, é necessário compreender a história dos Cursos Jurídicos e Sociais. No Brasil, eles (o de Olinda e São Paulo) foram criados a partir da Lei de 11 de agosto de 1827, que foi assinada pelo imperador D. Pedro I e os deputados da Assembleia Geral Legislativa (legislatura de 1826-1829). No entanto, o primeiro projeto de Lei para criação de cursos jurídicos no país é de 1823, cuja indicação foi de José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São

Leopoldo e a proposta de estatuto do Visconde de Cachoeira. A ideia original era a criação de um único curso, localizado na Corte (província do Rio de Janeiro).

No ano seguinte a criação dos cursos, começou a funcionar as primeiras turmas, sendo a de Olinda um total de 41 estudantes matriculados, oriundos de várias províncias do país e até de outros países². Para ingressar, os estudantes deveriam apresentar a certidão de idade (mínimo de 15 anos completos) e aprovação nos exames de Língua Francesa, Gramática Latina, Retórica, Filosofia Racional e Moral e Geometria. O curso teria duração de cinco anos, onde os estudantes deveriam, segundo o Art. 1º da Lei, cursar as seguintes disciplinas:

1º Ano

1ª Cadeira: Direito Natural e Público

Análise da Constituição do Império

Direito das Gentes

Diplomacia

2º Ano

1ª Cadeira: Continuação das matérias do ano antecedente.

2ª Cadeira: Direito Público Eclesiástico

3º Ano

1ª Cadeira: Direito Pátrio Civil

2ª Cadeira: Direito Pátrio Criminal com a teoria do Processo Criminal

4º Ano

1ª Cadeira: Continuação do Direito Pátrio Civil

2ª Cadeira: Direito Mercantil e Marítimo

5º Ano

1ª Cadeira: Economia Política

2ª Cadeira: Teoria e Prática do Processo adotado pelas Leis do Império (LEI de 11 de Agosto de 1827. Grifos nossos).

Nesses primeiros anos de existência, o principal problema do curso era a carência de lentes/professores para as nove disciplinas sugeridas na Lei. Esses professores efetivos eram Lourenço José Ribeiro, que ocupava o cargo de diretor interino; José de Moura Magalhães (professor da cadeira de Análise da Constituição do Império); Manuel da Silva Porto (padre e professor da cadeira de Direito Público Eclesiástico); e os substitutos, que

² Angola e Portugal.

eram Antônio José Coelho e Pedro da Matta Albuquerque. Essa falta de professores pode ser explicada, segundo Bevilaqua (1977), por conta das atividades que os lentes/professores efetivos acumulavam, como por exemplo, a de ser professor e deputado provincial ao mesmo tempo, impactando no funcionamento do curso e nos exames admissionais – que ao final do primeiro ano (1828) não ocorreu devido a falta de professores para compor a banca examinadora com 3 professores. Portanto, um ano sem ingresso de novos estudantes (ATAS da Congregação de Lentes, 1832).

Se a Lei de criação indicava as nove disciplinas a serem cursadas num período de cinco anos, mas o mesmo não acontecia com os autores e/ou livros a serem utilizados pelos professores e estudantes. Determinava-se que “os lentes farão a escolha dos compêndios da sua profissão ou os arranjarão, não existindo já feitos, com tanto que as doutrinas estejam de acordo com o sistema jurado pela nação” (ART. 7º da Lei de 11 de Agosto de 1827). Nesse sentido, o governo imperial responsabilizava-se por imprimir o material e fornecer aos cursos, tendo cada autor-professor o privilégio exclusivo de propriedade intelectual por dez anos. Se na Lei não constava indicações literárias, no estatuto do Visconde de Cachoeira ficavam indicados alguns autores como Hugo Grotius, Heinício, Franz Zeiller, Pascoal José de Melo e outros.

Na tabela abaixo, que está na ata de 28 de Março de 1833 da Congregação de Lentes, digitalizada pelo Arquivo da Faculdade de Direito do Recife (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE), é possível observar alguns dos autores lidos ou dos compêndios utilizados pelos estudantes e professores:

Tabela 1 – Relação de professores, disciplinas e textos do Curso Jurídico (1833)

ANO	CADEIRA	LENTES PROPRIETÁRIOS	LENTES EM EXERCÍCIO	MATÉRIAS	COMPÊNDIOS
1º	Única	Autran	Ibiapina	Direito natural e público	Por Autran e Felice
2º	1ª Cadeira	Moura	Chagas	Continuação das matérias dadas; Análise da Constituição; Direito das Gentes e Diplomacia	Constituição, Raineval e Martins

2º	2ª Cadeira	Jansen	Jansen	Direito Público e Eclesiástico	Gmeneiri e Pascoal circa sacra
3º	1ª Cadeira	Cavalcanti	Cavalcanti	Direito Civil Pátrio	Pascoal José de Melo
3º	2ª Cadeira	Porto	Chagas	Direito Criminal	Pascoal e Código Criminal
4º	1ª Cadeira	Coelho	Coelho	Continuação do Direito Civil Pátrio	Pascoal José de Melo
4º	2ª Cadeira	Araújo	Loureiro	Direito Comercial e marítimo	Código francês comentado por Rogron
5º	1ª Cadeira	Amaral	Cavalcante	Economia Política	I.P. Mill
5º	2ª Cadeira	Vaga	Coelho	Hermenêutica Prática formularia e prática adotada pelas leis do império a respeito do processo ordinário e sumário até a sua execução	Pascoal e Domat Peniz Apostila dada pelos lentes

Fonte: Oliveira (2023)

Na tabela, o nome de alunos da primeira turma já aventa entre os professores em exercício em 1833, como é o caso de José Antônio Pereira **Ibiapina**³ na disciplina de Direito Natural e Público, portanto, comprovando que a carreira no curso de Ciências Sociais e Jurídicas era mais ampla do que atualmente se tem compreensão. Nesse sentido, os estudantes se formavam e retornavam ao curso como lentes substitutos, utilizando, inclusive, apostilas de seus mestres, como o professor Pedro Autran da Matta Albuquerque. A apostila tinha como título *Elementos de Direito Natural Privado*, que era na verdade um material com releituras do autor alemão Franz Zeiller (Oliveira, 2023).

³ Foi deputado, juiz e padre cearense. Nasceu em 1806 e morreu em 1883. Para maiores informações sobre a trajetória de vida desse sujeito, ver Oliveira (2023).

No entanto, mais do que comentários e/ou menções aos autores e livros lidos no curso, os estudantes falavam sobre os métodos pedagógicos adotados pelos professores por meio dos textos publicados no O Olindense.

Está adotado na nossa Academia **o método** de explicar o professor num dia a lição, e no seguinte manda-la repetir por um ou mais estudantes (...) **Não é lícito ao professor menosprezar o estudante, atacar o seu amor próprio, envergonhá-lo de propósito, nem mesmo supomos que haja o direito de repreender.** (...) Evitamos nomear os lentes de quem falamos, isto, porém não se atribua ao menor receio de nossa parte; felizmente estamos colocados muito acima de uma fraqueza que não conhecemos, e que jamais conheceremos. Se for preciso declarar o nome ou censurar diretamente qualquer dos nossos professores, desempenharemos a empresa e talvez com mais desembaraços do que fálássemos a respeito de qualquer outra pessoa (O OLINDENSE, nº 9, 13/05/1831. Grifos nossos).

Como foi dito anteriormente, através dos textos publicados no jornal, os estudantes davam sentido a realidade, enquanto a própria escrita/leitura tinha um sentido concreto para aquela realidade, que nesse caso era o de *status* social, mas também o de tornar público às relações que eram travadas entre professores e estudantes nas aulas do curso. Embora O Olindense não tivesse como objetivo principal tratar do Curso Jurídico de Olinda, mas é através desse periódico que conseguimos uma história “à contrapelo” daquilo que era dito e escrito sobre ensino jurídico. Ou seja, enquanto a Lei de 11 de Agosto de 1827 indicava quais eram as disciplinas a serem cursadas, bem como as Atas da Congregação dos Lentes, que mencionava o nome dos professores e seus respectivos textos, as publicações periódicas nos proporciona a visão do(s) estudante(s) sobre esse processo.

Na primeira publicação sobre o curso que encontramos no jornal, os redatores não só descrevem o método utilizado pelos professores⁴, fornecendo indícios para pensar o presente vivido por eles, mas para pensar como as relações pessoais em sala de aula aconteciam. Isso impactava nas práticas de leitura e escrita, visto que fazer o estudante repetir a “lição” no dia seguinte implicava a leitura e a interpretação do texto, uma tarefa que pode expor as fragilidades intelectuais dos sujeitos envolvidos. Então, para os redatores – que não era a maioria do curso, mas apenas dois estudantes da primeira turma – esse método de “repetição da lição”, considerado hoje como um método tradicional, era um desafio que levava a situações de envergonhamento.

Nesse sentido, o periodismo praticado pelos estudantes deve ser compreendido não só como um *hobby*, mas como um espaço em que foram travadas discussões sobre o

⁴ Ver coluna “Curso Jurídico” d’O Olindense, nº 5, 17/05/1831.

funcionamento do curso, talvez o primeiro espaço público de escrita em Pernambuco, quicá do Brasil, em que os estudantes opinavam sobre as escolhas acadêmicas dos seus professores. Adorno (1988) afirma que essas as atividades extracurriculares como a imprensa, as academias literárias, as agremiações políticas e outras, eram os verdadeiros lugares de formação intelectual e ideológica dos estudantes, visto que a carência de professores – acrescente-se aqui a carência de livros, traduções, etc. – era uma realidade que impactava no empenho das atividades internas e externas.

(...) o estatuto manda que as aulas durem hora e meia, meia para tomar-se lições e hora última para explicação da lição seguinte, e isto com justa razão, porque sendo a princípio chamado a lição o estudante, temeste (podia ser aquele) dado ou não, provas de que a estudou e saindo depois por qualquer inconveniente justo não pode mais ser-lhe apontada a falta (...). Ora srs. Redatores **digam-me o estudante é só obrigado a dar lição ou também ouvir a explicação? (...) Diz-me-ão talvez – a lei manda tomar-se lição no princípio da aula – mas senhores redatores, se da sua execução seguirem grandes males ou abusos, (...) não deve o lente antes prevenir o abuso que ter ao depois de lembrar-se para formar sua opinião de coisas que nela não devem entrar? Lembre-se o “Pernambucano” que **se a escrituração de uma hora ditada com vagar pelo lente fadiga, mais fadigará ou antes exigirá um taquígrafo o escrever quanto ele disser em uma hora**, por que se deve falar de modo que se façam apontamentos, **o estatuto não obriga a ler ou ditar para se copiar, e portanto, não é bom que se exija um rigor mal entendido donde nem um bem resulta e que se disfarça tendo em vista os mesmos fins do estatuto** (O OLINDENSE, nº 30, 12 de agosto de 1831. Grifos nossos).**

Se os assuntos sobre o Curso Jurídico ocuparam uma coluna homônima d'O Olindense, que não era fixa – portanto, não possuía periodicidade delimitada, sumindo e reaparecendo no “calor dos acontecimentos” –, a coluna “Correspondências” serviu como um termômetro para medir a relação escrita entre os redatores e os leitores acerca desse assunto. Para tanto, os textos enviados pelos leitores eram publicados de maneira anônima, possuindo apenas uma assinatura com pseudônimo, a exemplo do trecho citado, onde se vê a assinatura como “Um do 2º ano”. Nele, a indagação aos redatores sobre o método utilizado pelos professores mostra que os estudantes eram os principais leitores/interlocutores e escritores desse jornal, embora uma coluna como essa não esteja fechada em si mesma, mas abria a possibilidade do debate público sobre qualquer outro conteúdo publicado.

Nessa correspondência, o correspondente (supostamente um estudante do 2º ano) assim como os redatores (Sérgio e Álvaro) questionavam o método de “dar a lição”, mas não pela prática em si e sim pelo comportamento que os professores assumiam ao desenvolvê-la, qual seja, a de envergonhar os estudantes, abusando da autoridade

institucional e científica que possuíam. Apesar disso, esse correspondente avança na reflexão sobre o método e menciona como a prática da escrita acontecia, já não sendo apenas escrita, mas também impressa (menção ao taquígrafo). Portanto, uma prática cultural que ganhou fôlego não só após a abertura do Curso Jurídico, como também das revoltas que aconteceram em 1817 e 1824 na província, as quais exigiram a circulação de manifestos e textos políticos que em outros momentos não teriam exigido uma tipografia/maquinaria específica para reprodução dos escritos.

Se o principal meio de comunicação do século XIX foi a imprensa, uma comunicação estritamente escrita e condicionada ao universo dos letrados, não é de se estranhar que o Curso Jurídico produzia textos e submetiam-se a eles. O exemplo da submissão quase irracional de estudantes e professores ao estatuto sugere que o Direito é uma área que preza pelas normativas e regulamentações, mas também abre a chance de pensarmos a escrita no centro da tomada de decisões e na criação de comportamentos entre os sujeitos daquele lugar, ainda que saibamos que a existência de um estatuto não confirma necessariamente que ele era seguido à risca por todos do curso, e o próprio correspondente confirmava que o estatuto estava sendo infligido pelos professores que abusavam da sua autoridade para praticar o método de “dar a lição”.

Ademais, o universo da escrita e da leitura nesse contexto confundia-se com as exigências (materiais e imateriais) do curso, como os exercícios e as avaliações e, até mesmo como as atividades extracurriculares eram praticadas, a exemplo do periodismo e dos clubes literários que estudantes e professores frequentavam. Portanto, a escrita e a leitura não faziam parte apenas do cotidiano pedagógico, mas também das práticas de lazer e descontração desses sujeitos.

A história da escrita e a leitura no Brasil ainda é um tema pouco explorado pelos cursos de História das universidades do Nordeste. Apesar disso, é imprescindível pensarmos que as origens dessas práticas culturais estão diretamente ligadas à criação dos Cursos Jurídicos em Olinda e São Paulo em 1827, haja vista que a exigência de escrever e ler nas disciplinas criava demandas como a de livrarias, bibliotecas e tipografias nas cidades sede. A proposta era a de criação de espaços capazes de suportar as demandas não só dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem, mas também das decisões institucionais tomadas pelos sujeitos que assumiram a direção do curso, por exemplo, que eram publicadas em formato de ofícios e/ou atas.

Para tanto, O Olindense foi um jornal criado pelos irmãos Sérgio e Álvaro Teixeira, estudantes da primeira turma (1828 a 1832), que viabilizaram, de uma forma ou de outra, o contato de outros estudantes com o universo das letras e das impressões, mas, sobretudo com a “transparência administrativa” do Curso Jurídico. Isso porque no jornal foram publicados os ofícios, as atas das reuniões da Congregação de Lentes e, sobretudo, a visão que os estudantes tinham a respeito dos métodos, das avaliações e até dos professores.

Considerando isso, O Olindense ainda carece de estudos que gerem questionamentos acerca dos tipos de textos publicados; dos autores e autoras utilizadas; do anonimato na autoria dos textos; e do perfil social e profissional dos correspondentes e leitores. Tais temáticas não esgotam as possibilidades de estudar esse periódico pela perspectiva teórico-metodológica das práticas culturais da escrita e da leitura, nem tão pouco resume todos os conteúdos veiculados em suas páginas.

REFERÊNCIAS

ATAS da Congregação de Lentes do Curso Jurídico de Olinda, 1831-1833. Disponível em:

<https://www.ufpe.br/arquivoccj/acervo>

BEVILAQUA, Clovis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. 2ª ed. Brasília: INL, Conselho Federal de Cultura, 1977.

BRASIL. Lei de 11 de Agosto de 1827. *Cria dois cursos de ciências jurídicas e sociais, um na cidade de São Paulo e outro na de Olinda*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM.-11-08-1827.htm

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos avançados*, v. 11, n. 5, p. 172-191, 1991.

JORNAL O *Olindense*. Olinda, 1831-1832. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/olindense/818895>

OLIVEIRA, Noemia Dayana de. *Padre Ibiapina, um político no Império do Brasil*. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2023. 237f.

RODRIGUES, Lígia Santos da Silva. *Memória da faculdade de direito do Recife: formação do acervo bibliográfico (1828-1835)*. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017. 391f.

VEIGA, Gláucio. Capítulo XIII Síntese do Período de Olinda. In: VEIGA, Gláucio. *História das ideias da Faculdade de Direito do Recife*. Vol. IV. Recife: Editora da UFPE, 1984. pp. 299-362.

COM SUAS BENFEITORIAS, QUINTAL E MANGUEIRA: O HABITAR TROPEIRO A PARTIR DOS INVENTÁRIOS *POST-MORTEM* (CASTRO, SÉCULO XIX)

COM SUS MEJORAS, PATIO Y MANGA: EL HABITAR TROPERO A PARTIR DE LOS INVENTARIOS *POST-MORTEM* (CASTRO, SIGLO XIX)

Vinicius Augusto Andrade de Assis¹

Resumo: Buscamos neste artigo compreender quais eram as formas de morar das famílias tropeiras em Castro, município localizado nos Campos Gerais do Paraná, cuja economia e sociedade foram marcadas pela criação de gado vacum, pela invernagem e pela lavoura destinada ao abastecimento das tropas que percorriam o caminho do Viamão. Partimos da hipótese de que, numa localidade rural e pouco abastada, a unidade doméstica não era composta apenas pela casa, mas por um conjunto articulado de espaços dedicados à agropecuária. Para tanto, analisamos um banco de dados composto por 145 inventários *post-mortem* abertos entre 1830 e 1879, em diálogo com relatos de dois viajantes estrangeiros que atravessaram os Campos Gerais em diferentes momentos do oitocentos.

Palavras-chave: Cultura Material; Inventários *post-mortem*; Tropeirismo.

Resumen: Buscamos comprender las formas de habitar de las familias troperas en Castro, municipio situado en los Campos Generales de Paraná, cuya economía y sociedad estuvieron marcadas por la cría de ganado vacuno, la invernada de mulas y la agricultura destinada al abastecimiento de las tropas que recorrían el camino de Viamão. Partimos de la hipótesis de que, en una localidad rural y poco próspera, la unidad doméstica no estaba compuesta únicamente por la casa, sino por un conjunto articulado de espacios dedicados a las actividades agropecuarias. Para ello, analizamos una base de datos compuesta por 145 inventarios *post mortem* abiertos entre 1830 y 1879, en diálogo con dos relatos de viajeros extranjeros que atravesaron los Campos Generales en distintos momentos del ochocientos.

Palabras clave: Cultura Material; Inventarios *post-mortem*; Tropería.

¹Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3649576119513631>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9084-1457>. E-mail: vinideassis1@gmail.com. Este artigo foi resultado dos debates realizados no VI Encontro de Pós-Graduandos da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos, realizado na Universidade Federal de Sergipe entre 26 e 28 de novembro de 2025, onde apresentamos o trabalho “Cultura material, riqueza e escravidão nos Campos Gerais/PR (1830-1879)”; o trabalho consistiu nos resultados parciais de nossa tese de doutorado, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), e orientada pelo professor Carlos de Almeida Prado Bacellar (*in memoriam*).

INTRODUÇÃO

Ao percorrer os Campos Gerais na segunda metade do século XIX, especificamente entre 1872 e 1875, o engenheiro inglês Thomas P. Bigg-Whiter surpreendeu-se que ninguém viajava por aquelas “trilhas numerosas de mulas sem encontrar uma casa de qualquer espécie – geralmente um chalé habitado por um caboclo (fazendeiro em pequena escala) ou então uma chácara com currais grandes e muitas dependências anexas, pertencente a algum fazendeiro mais rico”(BIGG-WHITER, 1974, p.112). Nessa mesma viagem, o autor descreveu detalhadamente a casa de um possível “fazendeiro em pequena escala”, denominado *Sr. Andrade*:

entramos numa pequena sala de madeira de 14 por 12 pés, com portas em cada parede, [...]. O soalho era de chão batido e no meio da sala havia uma mesa solitária. Sem janelas, quando a porta se fechava, a claridade penetrava somente através das frestas da parede e pelo telhado [...]. Em volta das paredes, feitas de tábuas [...], estavam pendurados todos os objetos necessários ao serviço diário dos moradores. Laços, chicotes, esporas, selas, cabeçadas, espingardas de curto alcance e garruchas [...], indicando bastante precisamente a espécie de vida que o nosso hospedeiro e a maior parte de sua família levavam (BIGG-WHITER, 1974, p.122).

O *Sr. Andrade* estava na faixa nos 60 anos de idade, detinha algumas campinas e aquela casa de morada, como também era proprietário de inúmeras cabeças de gado e de dois escravizados, sendo “uma negra” e “um menino”. Todavia, suas posses não impediram o olhar de alteridade do estrangeiro, que passou a noite refletindo em como aquele indivíduo se orgulhava de possuir uma propriedade com mais de trinta milhas “quadradas de extensão e também possuía algumas centenas de cabeça de gado, mulas e cavalos, se contentava com passar sua vida numa habitação tão miserável como aquela, vivendo de uma maneira nada melhor do que a do mais pobre caboclo” (BIGG-WHITER, 1974, p.126).

Apesar da simplicidade observada por Bigg-Wither, a habitação do *Sr. Andrade* sugere uma realidade distinta daquela associada por Antonio Candido ao rancho do caipira paulista. Segundo o autor, a precariedade construtiva dessas moradias relacionava-se a formas de ocupação marcadas pela mobilidade, pelo povoamento disperso e por uma economia de subsistência, razão pela qual o próprio termo “rancho” carregava a ideia de pouso temporário (CANDIDO, 1975, p.37-44). A descrição do viajante inglês, contudo, revela uma casa que, embora modesta em seus materiais e em seu conforto, estava vinculada a uma propriedade dotada de terras, rebanhos e mão de obra escravizada. Assim, a pobreza aparente da construção não traduz necessariamente instabilidade

econômica ou ocupação transitória do espaço; ao contrário, a moradia figurava como parte de uma unidade doméstica e produtiva consolidada, articulada às atividades pecuárias que caracterizavam os Campos Gerais no decorrer do oitocentos.

De meados do século XVIII à década de 1870, a região integrou o caminho do Viamão, interligando a vila homônima no Rio Grande de São Pedro à feira de gado em Sorocaba; suas planícies e pastos naturais possibilitaram a formação de fazendas e invernadas ainda na primeira metade do setecentos². A economia tropeira – que não se resumia à condução de tropas, mas também a criação, comércio e abastecimento das mesmas, bem como de peões e tropeiros – desencadeou uma sociedade culturalmente inserida na pecuária. De acordo com o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, que atravessou os Campos Gerais em 1820, “os homens estão sempre a cavalo e andam quase sempre a galope, levando um laço de couro amarrado à sela, que é de um tipo especial denominado lombilho. Os meninos, mesmo os pequenos, aprendem a atirar o laço, a formar o “rodeio” e a correr atrás dos cavalos e dos bois” (SAINT-HILAIRE, 1995, p.18). A expansão das estradas de ferro proporcionou o lento declínio do transporte marítimo; o fenômeno também foi observado por Bigg-Whiter, ressaltando que “os dias florescentes desse comércio já tinham acabado. O preço das mulas no sul subiu e os preços em Sorocaba tinham caído. Todavia, o comércio continuava a ser feito, embora em menor escala do que antes” (BIGG-WHITER, 1974, p.363).

Considerando que a casa é o “palco permanente das atividades condicionadas à cultura de seus usuários” (LEMOS, 1989, p.9), buscamos neste artigo compreender quais eram as formas de morar das famílias tropeiras, ou seja, dos indivíduos cujos ciclos de vida foram marcados pela conjuntura econômica de pecuária. Nossa fonte principal consiste num banco de dados elaborado a partir de informações extraídas de 145 inventários *post-mortem* da vara cível de Castro, município localizado nos Campos Gerais, abertos entre 1830 e 1879. Cientes de que essa documentação “permite a observação de um momento da vida material de determinadas pessoas, como uma fotografia” (FARIA, 1998, p.227), alguns questionamentos vieram à tona, a saber: 1) Como se organizava o habitar nos

² Conforme destacou Saint-Hilaire (1820), “os Campos Gerais, assim chamados devido à sua vasta extensão, não constituem uma comarca nem um distrito; trata-se de um desses territórios que, independentemente das divisões políticas, se distinguem em qualquer região pelo seu aspecto e pela natureza de seus produtos e de seu solo; onde deixam de existir as características que deram à região um nome particular – aí ficam os limites desses territórios. Na margem esquerda do [rio] Itararé começam os Campos Gerais, região bem diferente das terras que a precedem do lado nordeste, e ele termina a pouca distância do Registro de Curitiba, onde o solo se torna desigual e às verdejantes pastagens se sucedem sombrias e imponentes mata” (SAINT-HILAIRE, 1995, p.11).

Campos Gerais oitocentista? 2) De que modo as características da economia tropeira influenciavam a organização dos espaços? 3) As formas de habitar expressavam diferenças de riqueza e posição social? Partimos da hipótese de que, numa localidade rural e pouco abastada, a unidade doméstica não era composta apenas pela casa, mas por um conjunto articulado de espaços dedicados à agropecuária; em outras palavras, indagamos a existência de um “habitar tropeiro”, entendido não como um modelo rígido de moradia, mas como um conjunto de práticas e espaços relacionados à atividade econômica.

É preciso ponderar que a riqueza registrada nos inventários reflete, em grande medida, processos de acumulação construídos ao longo de décadas. Assim, mesmo um processo aberto nos anos 1870 testemunha a solidez de uma economia que atingira seu auge anteriormente, embora a expansão das ferrovias já anunciasse o declínio do tropeirismo. Paralelamente, a quantificação das casas de morada revelou limitações inerentes à própria natureza da fonte, uma vez que as descrições variavam consideravelmente quanto às terminologias empregadas, ao nível de detalhamento e aos critérios adotados pelos escrivães. Enquanto alguns inventários registravam minuciosamente compartimentos, materiais construtivos e benfeitorias, outros restringiam-se à simples menção do imóvel. Em 1832, por exemplo, Cipriano Eleutério dos Santos tinha como bem mais valioso uma “morada de casas citas no Pátio da Matriz [...] de três lanços, cobertas de telha, com corredor, onze portas, e uma alcova forrada, e atijolada, um quarto com armação para loja forrado, com cozinha fora, forno, com quintal fechado de madeira”. Já em 1847, Carlos José de Oliveira foi inventariado como proprietário de apenas “uma casa no Pátio da freguesia de Ponta Grossa”; de modo semelhante, Manoel Moreira Garcês teve seus bens descritos, em 1863, com o “campo e matos do sítio denominado Cercadinho”, uma “parte da casa do sítio” e a “casa da cidade com potreiro” (TJPR, Inventários). Apesar das limitações, a recorrência de determinadas terminologias permitiu identificar padrões na organização dos espaços domésticos, possibilitando o exercício empírico e, a partir dele, discutir a pertinência analítica do “habitar tropeiro”.

A CASA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

A casa ocupa posição central nos estudos sobre cultura material³. Em seu clássico *Civilização material, economia e capitalismo*, Fernand Braudel dedicou um capítulo à

³ Conforme os pressupostos do antropólogo Daniel Miller, “num grau muito mais elevado, a moradia implica contornos de poder e escala que tornam questões tão íntimas como nossos relacionamentos pessoais dependentes de forças muito maiores” (MILLER, 2013, p.120).

habitação, situando-a entre os consumos necessários e os consumos supérfluos, destacando sua importância para a compreensão das condições materiais de existência (BRAUDEL, 1984, p.223-237). Reconhecendo esse pioneirismo, Daniel Roche observou que “a casa estava no centro da vida comum”, constituindo um espaço onde se encontravam – e por vezes se contradiziam – a técnica, a economia, a cultura coletiva, as escolhas individuais, os deveres e os arranjos cotidianos. Para o autor, a habitação sintetizava questões fundamentais relacionadas tanto à produção quanto ao consumo, revelando as instâncias que organizavam a realidade social (ROCHE, 2000, p.115). No Brasil, contudo, reflexões sobre a moradia antecederam a recepção francesa, encontrando expressão nas obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.

Em *Casa-grande e senzala*, Freyre destacava a dificuldade dos colonizadores “na sua vida íntima, simulando fora de casa ar e fausto de fidalgos. Em casa, jejuando e passando necessidade; na rua, ostentando grandeza” (FREYRE, 1999, p.239). De toda forma, a moradia dos senhores de engenho colonial foi interpretada como parte do “sistema de colonização e formação patriarcal do Brasil” (FREYRE, 1999, p.357). Mas foi em *Sobrados e mucambos* que as interpretações a respeito da casa se aperfeiçoaram; tendo em vista a decadência do patriarcado rural e o desenvolvimento de centros urbanos no oitocentos, o autor considerou a “casa-grande no Brasil não só como o centro de um sistema rural e de família mas como um tipo de habitação patriarcal que existiu, modificado, nas imediações das cidades (chácaras, casas de sítio, casas assobradadas) ou mesmo dentro delas e à beira mar” (FREYRE, 1998, p.187). Particularmente, o sobrado oitocentista materializou uma nova forma de morar, “a despeito de toda a reeuropeização que vinha se processando com relação a certas modas e certos costumes” (FREYRE, 1998, p.302).

Enquanto Gilberto Freyre observou um processo de “reeuropeização” dos hábitos e das moradias das elites no oitocentos, Sérgio Buarque de Holanda voltou sua atenção para os modos de vida constituídos nos sertões e marcados pela adaptação às condições locais. Em *Caminhos e fronteiras*, o autor demonstrou que a ocupação do interior não resultou na simples reprodução de padrões europeus, mas na incorporação de técnicas, costumes e soluções materiais frequentemente herdadas das populações indígenas. Nesse sentido, “a predileção pelas terras baixas, a frequência ou a simples presença do monjolo, o milho como o alimento habitual, [...] a farinha pilada e o fubá, a carne de porco preferida à de boi, indicariam, de modo geral, estabelecimentos de paulista ou neto de bandeirante” (HOLANDA, 1994, p.190). Essa adaptação também se refletia nos espaços domésticos e

na cultura material, sendo observada através da meia dúzia de camas encontradas nos inventários de São Paulo do século XVII; de acordo com o autor, “aos poucos e à medida que os paulistas vão adotando costumes mais civis e urbanos é que a presença das camas de madeira [...] deixa de constituir uma rara exceção. Mas seria preciso esperar pelo século XIX para assistirmos ao seu triunfo” (HOLANDA, 1994, p.249). Da mesma forma, verifica-se a permanência de uma moradia rústica entre os menos abastados; exemplo disso foram as “choças”, moradia de tradição indígena que possui variadas funções: “servem não apenas de morada, mas ainda de defesa eficaz para seus habitantes, protegendo-os aos mesmo tempo dos elementos naturais, dos bichos, e dos seres humanos hostis” (HOLANDA, 1994, p.97).

Mais do que descrever construções específicas, Sérgio Buarque de Holanda evidenciou como as formas de habitar resultavam de um processo contínuo de adaptação entre ambiente, técnicas disponíveis e modos de vida, perspectiva que influenciaria interpretações posteriores sobre a habitação rural brasileira. Um exemplo significativo encontra-se na análise do rancho paulista realizada por Antonio Candido. Embora o autor reconhecesse a existência de “boas construções” de pedra e cal, observou que “o caipira [...] conservou até hoje a habitação primitiva, que vamos encontrando, sempre a mesma, nos documentos antigos e na informação dos velhos” (CANDIDO, 1975, p. 38). Sua interpretação sugere a permanência histórica de soluções construtivas marcadas pela simplicidade dos materiais, pela adaptação às condições locais e pela economia de recursos, características que aproximam o rancho descrito por Candido das formas de moradia rústica anteriormente identificadas por Sérgio Buarque nos sertões coloniais.

Sob a influência das interpretações formuladas por Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, a casa brasileira – particularmente a casa paulista – permaneceu como objeto de investigação ao longo da segunda metade do século XX, sobretudo no campo da Arquitetura (LE MOS, 1978; LEMOS, 1989; LEMOS, 2015; SAIA, 1972). Nesses estudos, predominavam preocupações relacionadas às técnicas construtivas, às tipologias habitacionais e aos processos de formação da arquitetura tradicional brasileira. A partir do final do século XX, a historiografia passou a incorporar a moradia como um problema de investigação, explorando-a como espaço de sociabilidade, de organização da vida familiar e de expressão das relações sociais (ALGRANTI, 1997; FARIA, 1998; MARTINEZ, 2007). Conforme indagou Eliane Morelli Abrahão, verificou-se que “a casa desvenda [...] as manifestações cotidianas, os costumes de seus residentes, sejam eles unidos por laços de

parentesco ou por outras formas de vínculo, onde cada um cumpre um papel definido [...] no quadro da estrutura” (ABRAHÃO, 2010, p.73). Em consonância com essa abordagem, Isaac Cassemiro Ribeiro sustenta que a casa, na condição de elemento material da cultura, “se insere em uma História do Espaço, ou seja, na soma do conjunto de relações sociais e das formas materiais em uma sociedade determinada” (RIBEIRO, 2019, p. 6).

Em diálogo com a historiografia dos *Annales* pós-Braudel, quando uma geração de historiadores voltou-se para o cotidiano de variados grupos sociais (DAUMARD, 1992; LE ROY LADURIE, 1997; PEZEZ, 1990), foi possível aprofundar a concepção de que “a vida material são os homens e as coisas, as coisas e os homens” (BRAUDEL, 1984, p.8). Não é por acaso que Daniel Roche, em sua *História das coisas banais*, propõe como ferramenta teórica a conservação da história econômica e social de Fernand Braudel, “nela integrando o projeto de uma história cultural sensível à maneira como as ideias e as práticas se articulam com o mundo social, sensível também às encruzilhadas que atravessam uma sociedade, à diversidade dos empregos materiais ou de códigos compartilhados” (ROCHE, 2000, p.16). Nessa conjuntura, assim como detectado pelos autores clássicos do pensamento social brasileiro décadas antes, a casa deixou de ser percebida apenas como artefato arquitetônico para tornar-se um espaço privilegiado de observação das relações sociais e das práticas cotidianas.

Tal perspectiva mostra-se particularmente relevante para o presente estudo, uma vez que permite compreender a moradia não como uma construção isolada, mas como parte de um conjunto de espaços, práticas e relações que estruturavam os ciclos de vida. Nesse sentido, a “casa térrea no Pátio da Matriz desta vila” (TJPR, Inventários) pertencente a Dona Gertrudes Maria do Espírito Santo – inventariada em 1846 – oferece um exemplo elucidativo. A mesma foi casada com José Carneiro Lobo, que atuou como Sargento-mor de Castro em 1820, quando o casal recebeu Saint-Hilaire na dita morada, cujo interior “não contava [...] com móveis finos nem salas elegantes decoradas, não existia em Castro nada parecido com isso” (SAINT-HILAIRE, 1995, p.80). Foi naquele ambiente que o naturalista francês observou momentos de convívio e hospitalidade; anos mais tarde, a mesma casa tornar-se-ia também cenário do luto familiar e dos procedimentos sucessórios desencadeados pelo falecimento de sua proprietária. Assim, a moradia constituía um espaço onde se desenrolavam experiências fundamentais da vida comum, da celebração à morte, evidenciando a centralidade da casa na organização das relações sociais.

A CASA NOS INVENTÁRIOS DE CASTRO

Nossa principal fonte consiste em um banco de dados composto por informações extraídas de 145 inventários *post-mortem* de Castro, realizados entre 1830 e 1879, dos quais 133 registraram a posse de ao menos um bem de raiz. Nesse conjunto documental, contabilizamos 688 descrições patrimoniais, correspondendo a uma média de 4,7 bens por inventariado. Destacam-se 304 menções a campos, campinas, capões, capoeiras ou faxinais, seguidas por 185 moradas de casas, 102 terras lavradas, 53 poteiros, 40 sítios, 14 invernadas e 11 fazendas. Todavia, tais categorias não constituíam necessariamente unidades fundiárias distintas, sendo comum o arrolamento simultâneo de diferentes bens numa mesma descrição, tal como a “casa do sítio, [com] lavouras e o poteiro junto”, pertencente a João Marcos da Silva, cujo processo foi aberto em 1841 (TJPR, Inventários). O primeiro item representou 44,2% (304 de 688) das descrições, num indicativo de que o acesso mínimo ao pasto era relativamente disseminado entre os indivíduos mais abastados da sociedade – o grupo social, que no decorrer do ciclo vital, acumulou a ponto dos herdeiros arcarem com os custos para abertura de um processo de inventário. No entanto, a diferença residia na escala e na especialização dessas terras, uma vez que as invernadas e fazendas – bens diretamente vinculados à pecuária mais extensiva – correspondiam a 3,6% (25 de 688) das descrições. Em outras palavras, ainda que todos os criadores participassem da economia pecuária, apenas um grupo restrito dispunha das condições fundiárias necessárias para o engorda sistemática do rebanho, o descanso das tropas, e a integração direta com o circuito de Viamão a Sorocaba.

Paralelamente, a casa constitui um dos principais componentes da organização patrimonial, correspondendo a 26,9% (185 de 688) das referências em bens de raiz, numa proporção próxima de uma morada por inventariado. Sua presença recorrente evidencia, em primeiro lugar, a função de abrigo e acomodação dos grupos domésticos. Conforme observou Daniel Roche, “a casa era em primeiro lugar o local de proteção. [...] Esse papel de acolhimento e segurança atravessava as eras e permanecia nas consciências. A casa era também um utensílio de trabalho: ela abrigava as colheitas e os animais, as carroças e as máquinas” (ROCHE, 2000, p.117). Em perspectiva semelhante, Raffaella Sarti destaca que para muitos indivíduos, a habitação era mais do que um refúgio, constituindo igualmente um instrumento de trabalho, cuja organização interna dependia das atividades nela desenvolvidas (SARTI, 2001, p.138). Em alguns casos, essa relação foi explicitamente registrada pelos escrivães, como na “morada de casas no bairro da Ponta Grossa com duas

portas, quatro janelas, dois catres [...] e uma casinha de tenda de ferreiro [...] com quintal cercado de madeiras” (TJPR, Inventários), pertencente a José Francisco Ferreira, em 1831. A descrição revela a integração entre espaço doméstico produtivo; ademais a ausência de escravos homens em idade produtiva sugere que as atividades da ferraria dependiam fortemente do inventariado ou de trabalhadores livres agregados ao domicílio.

As referências espaciais associadas à casa permitem vislumbrar a forma como os escrevães situavam-nas territorialmente; calculamos que 34,6% (64 de 185) das descrições não apresentam menções diretas à localização, enquanto 65,4% (121 de 185) situavam as habitações por meio de marcadores espaciais diversos, vinculados tanto ao mundo rural quanto ao urbano. Entre as referências rurais, identificamos 31 residências em sítios e outras 16 em fazendas, seguidos por menções unitárias de estância, faxinais e sertão; em contrapartida, as referências urbanas concentraram-se em 20 moradias que fazem menção à vila de Castro, além de 17 para as ruas do Fogo, Direita, do Porto e das Tropas, muitas vezes com duas alusões espaciais na mesma descrição, como a “morada de casa térreas nesta vila na rua do Fogo” pertencente a João Batista Penteado, inventariado em 1847 (TJPR, Inventários). Identificamos cinco ocorrências do termo cidade, relacionadas à elevação da vila à dita categoria após a criação da Província do Paraná, em 1853; a primeira menção à cidade data de 1860, não havendo novas referências à palavra vila, o que sugere a incorporação da mudança administrativa no vocabulário do escrevães. Por sua vez, as 18 menções a freguesias apresentam maior dificuldade de classificação, visto que remetem a uma divisão administrativa e religiosa que não permite identificar – por si só – as características urbanas ou rurais da habitação; assim, torna-se impossível determinar a configuração da “casa na freguesia do Tibagi”, pertencente a Manoel da Costa Portela em 1857 (TJPR, Inventários).

Nessa relação entre rural e urbano, não era incomum que a maioria de proprietários rurais tivessem ao menos uma casa na vila; conforme descreveu Saint-Hilaire sobre Curitiba, ela se mostrava “tão deserta, no meio da semana, quanto a maioria das cidades do interior do Brasil. Ali, como em muitos outros lugares, quase todos os seus habitantes são agricultores que só vêm à cidade nos domingos e dias santos, trazidos pelo dever do ofício divino” (SAINT-HILAIRE, 1995, p.106). A observação sugere que a presença de moradas na vila não implicava necessariamente um afastamento das atividades agrárias, mas antes a coexistência de diferentes espaços de residência e circulação no cotidiano das famílias ligadas ao mundo rural.

Do conjunto de 185 casas inventariadas, chamou-nos atenção a ausência de descrições com algum grau de verticalidade – sobrados ou assobradados. Conforme a interpretação freyreana, a “concepção [...] de que o sobrado ainda patriarcal e já burguês é que representava a melhor ou mais alta civilização brasileira, ao findar o século XVIII e começar o XIX [...] parece ter sido geral entre os homens esclarecidos da época” (FREYRE, 1998, p.301). Em seu estudo sobre as Minas Gerais setecentista, Isaac Cassemiro Ribeiro detectou que “a maior parte das grandes fazendas exclusivamente produtoras de gêneros alimentícios foram fundadas no último quartel do século XVIII, sobretudo em áreas de fronteira, muitas delas com casas de sobrado ou assobradadas”, ao mesmo tempo que nas “áreas urbanas também se observava, no mesmo período, a construção de inúmeros sobrados requintados, encomendados por comerciantes, fazendeiros, [...] e funcionários da burocracia estatal e eclesiástica”(RIBEIRO, 2019, p.97). Na São Paulo oitocentista, particularmente em Campinas, Eliane Morelli Abrahão verificou a conversão da casa urbana em “moradia efetiva dos fazendeiros, que para elas se transferiram com toda a família e o seu séquito de escravos “de dentro” da casa. Grandes solares e sobrados foram construídos, substituindo-se gradativamente a taipa de pilão e o pau-a-pique de tijolos” (ABRAHÃO, 2010, p.56). Tomando a síntese de Carlos Lemos, “esses sobrados existiram pelo país todo, sempre que houvesse um rico” (LE MOS, 1989, p.32); entretanto, Dona Izabel Branco e Silva – com processo aberto em 1871 – contava somente com as “casas da estância com suas benfeitorias e potreiro” (TJPR, Inventários), sendo ela a inventariada mais rica da amostra, com fortuna acima dos 300 contos de réis⁴.

A inexistência de sobrados mesmo entre os estratos superiores da amostra não implica, contudo, a igualdade no habitar. Descrevendo os arredores de Ponta Grossa – que foi freguesia de Castro até 1855 – na década de 1870, Bigg-Whiter deu destaque para a “mansão” pertencente a “um dos sócios do armazém ou loja principal da cidade, cuja firma tinha o nome de Ribas & Oliveira”; de acordo com o engenheiro inglês:

⁴ Embora não seja o objetivo deste trabalho apresentar a composição dos patrimônios avaliados, é preciso destacar que a distribuição da riqueza em Castro – entre 1830 e 1879 – demonstrou uma elevada desigualdade, visto que a fortuna de nossa amostra de 145 inventários *post-mortem* totalizou em 2.025:138\$422 réis. A riqueza concentrava-se nas mãos dos 22 indivíduos mais abastados (todos cujo montante acumulou acima de 20 contos de réis), que representam 15,2% da amostra, mas detinham 70,9% das fortunas. Por outro lado, os 78 inventariados com menos de cinco contos de réis correspondiam a 53,8% do conjunto e detinham apenas 7,0% da riqueza total. Os de fortuna média equivaliam a 31,0% dos inventários e 22,1% dos montantes finais. O coeficiente de Gini para a riqueza acumulada pelos inventariados alcançou 0,654, o que era de se esperar num conjunto de dados onde 22 de 145 pessoas monopolizavam mais da metade da riqueza avaliada.

Pelas cinco horas tínhamos chegado aos arredores da cidade de Ponta Grossa, passando pela primeira casa, construída no mesmo estilo intensamente moderno que vimos adotado nos subúrbios de todas as cidades visitadas até aqui por nós no Brasil. A fachada pode ser descrita como um paralelogramo pintado de branco e adornada de pilastras lisas, de vitrais, que devem ter custado pequena fortuna para chegar até ali, e de venezianas verdes ortodoxas (BIGG-WHITER, 1974, p.88).

O autor ainda ressaltou que o município não havia mudado “desde a sua fundação. Seus edifícios e ruas não ofereciam nada de notável. Havia [...] a habitual praça grande, com uma igreja de paredes caiadas de branco a uma extremidade, e as casas, na maioria, eram de um pavimento, sem as complicações de um andar superior” (BIGG-WHITER, 1974, p. 91). As observações do viajante sugerem que a diferenciação material existente nos Campos Gerais não se expressava necessariamente pela verticalização da moradia; ainda que a casa térrea permanecesse como forma arquitetônica predominante, determinados proprietários investiam em recursos construtivos capazes de conferir distinção às suas residências. Este parece ter sido o caso do Sargento-mor Benedito Mariano Ribas, residente em 1841 numa “morada de casa citas na [...] freguesia da Ponta Grossa de noventa e dois palmos de frente, construída em círculo de paredes de pedra e cal e repartimento de paredes de mão, com as salas e alcovas forradas e assoalhadas, janelas envidraçadas com varandas cozinha, e quintal” (TJPR, Inventários). Em posição semelhante encontrava-se João Carneiro Lobo, inventariado em 1844 com uma “morada de casas nesta vila, com dois lanços, paredes de mão, coberta de telhas, com uma sala forrada e assoalhada, um pequeno quintal fechado com muros” (TJPR, Inventários). Tais descrições indicam que, embora os sobrados estivessem ausentes da paisagem local, a qualidade dos materiais empregados, os acabamentos internos e a incorporação de elementos de conforto e prestígio constituíam importantes marcadores de diferenciação social entre os proprietários de Castro.

Se a verticalização não constituía um marcador relevante de distinção, outros aspectos do morar assumiam tal função. Sobre os “ricos fazendeiros dos Campos Gerais”, Saint-Hilaire mencionou que “suas casas estão longe de apresentar essa magnificência que se nota nas fazendas dos antigos mineiros” (SAINT-HILAIRE, 1995, p.19). Tomando como exemplo:

A Fazenda de Jaguariaíva compunha-se de uma dúzia de casas, para os negros, de algumas cabanas que serviam à cultura da região e à casa do dono. Esta era maior do que todas as que havia visto desde que deixara Sorocaba, mas teria sido considerada uma das mais modestas na parte oriental de Minas Gerais. Ao chegar, entra-se num comprido corredor, que dá acesso a três salinhas escuras, reservadas aos visitantes. Uma porta do

quarto das mulheres dava para o corredor, em cujas extremidades havia uma saleta, uma delas transformada em oratório. A casa não tinha forro, e as paredes dos quatinhos reservados aos hóspedes não iam até o teto. Uma fileira de árvores da espécie denominada figueira-do-campo e de *aroeiras* [...] abrigava a casa dos ventos do sul, comumente muito violentos naquele local elevado, e fornecia uma bela sombra. Por trás das árvores ficavam os currais, que à época da minha viagem continham numeroso gado (SAINT-HILAIRE, 1995, p.44).

Localizada próximo ao termo de Castro, a propriedade constituiu o futuro município de Jaguariaíva e pertencia ao Coronel Luciano Carneiro Lobo, marido de Dona Izabel Branco e Silva e pai do Sargento-mor José Carneiro Lobo e de João Carneiro Lobo, mencionados anteriormente. Embora a “casa do dono” – que possivelmente corresponda à “morada de casas da estância com suas benfeitorias e potreiro” arrolada no inventário Dona Izabel – fosse descrita com relativa simplicidade, o naturalista francês registrou a existência de senzalas, cabanas ligadas às atividades produtivas e currais repletos de gado. A observação é significativa porque sugere que o estatuto social da família não se expressava apenas na moradia principal, mas no conjunto de edificações e espaços que compunham a propriedade. Mais do que uma casa isolada, a fazenda configurava uma unidade doméstica e produtiva integrada, na qual habitação, trabalho e criação animal encontravam-se estreitamente articulados.

As informações contidas nos inventários *post-mortem* de Castro demonstram que as moradias – rurais e urbanas – raramente eram descritas de forma isolada. Das 185 avaliações de casas identificadas, calculamos que 31,4% (58) apresentavam a habitação sem qualquer referência a outros espaços ou estruturas associadas. Em contrapartida, 68,6% (127) faziam menção a elementos complementares, sugerindo que os escravos frequentemente concebiam a moradia como parte de um conjunto mais amplo de recursos domésticos e produtivos. Dentre essas 127 ocorrências, 49,6% (63) mencionam o termo “benfeitoria”, expressão definida por Antônio de Moraes Silva como toda “obra que se faz em qualquer prédio para servir às necessidades, para utilidade, e mais cômodo, ou para prazer e por estado” (SILVA, 1789, v. 1, p.177). Embora a designação não permita identificar quais estruturas compunham essas benfeitorias, sua recorrência indica que a casa era frequentemente percebida em associação a outros elementos da propriedade. Assim, quando o escravo registrou apenas uma “casa com suas benfeitorias” (TJPR, Inventários), pertencente a Antonio Maciel de Almeida e inventariada em 1855, reconhecia implicitamente que o valor e a funcionalidade da moradia extrapolavam os limites da construção principal.

Vez ou outra, tais benfeitorias eram especificadas pelos escrivães. O exemplo mais recorrente foi o quintal, mencionado em 37,0% das descrições que associavam a casa a outros elementos, correspondendo a 47 das 127 ocorrências. Conforme as definições do dicionarista Antônio de Moraes Silva, o quintal era “na cidade, ou na vila um pedaço de terra murada com árvores de fruta, etc.” (SILVA, 1789, v.2, p.278). Na sociedade brasileira, contudo, esse espaço desempenhava funções que ultrapassavam o simples cultivo de árvores frutíferas. Segundo Carlos Lemos “nos velhos e pormenorizados levantamentos efetuados nos inventários elaborados pelos juizes de órfãos de nossas cidades, vários deles, referentes a paulistas falecidos principalmente no século XVII, é muito comum encontrarmos notícias de cozinhas isoladas no quintal” (LEMOS, 1972, p. 50). Tal prática permaneceu nos Campos Gerais oitocentista, onde oito das 17 referências à cozinha sinuavam-na junto ao quintal ou separada do corpo principal da residência; foi o caso da “morada de casas térreas com quintal fechado de muros e cozinha para fora”, pertencente a Ana Maria Castanho de Araújo, inventariada em 1856 (TJPR, Inventários). Mais do que um espaço residual, o quintal configurava uma extensão da unidade doméstica, articulando habitação, trabalho cotidiano e atividades complementares à vida familiar.

O quintal como objeto não é novidade na historiografia brasileira. Em estudo sobre o espaço privado e a vida material em Porto Alegre no século XIX, Luís Cláudio Symanski considerou que os “vestígios arqueológicos do quintal de uma habitação são evidências das atividades cotidianas de um dado grupo doméstico em sua interação com a sociedade como um todo” (SYMANSKI, 1998, p.16). Para as Minas Gerais do século XVIII, José Newton Coelho Meneses interpretou os quintais como “espaços de cultivo, de criação, de fazeres e de sociabilidades. Harmonizam-se aí canteiros de hortaliças, pomar de frutas [...], [...] criação de porcos e de aves para o consumo domiciliar e pequeno comércio do excedente (MENESES, 2015, p.77). Por sua vez, considerando o quintal como extensão da casa, Isaac Cassemiro Ribeiro destacou o quanto este “extrapolava o âmbito doméstico/familiar, em suas conformações sociais, se tornando fundamental na construção da paisagem urbana do setecentos” (RIBEIRO, 2019, p.437).

As referências encontradas nos inventários de Castro aproximam-se dessas interpretações, uma vez que os quintais aparecem associados a cozinhas, benfeitorias e outros espaços anexos à moradia. Em sua passagem por Curitiba, Saint-Hilaire verificou que “cada casa, como em Minas e Goiás, possui o seu quintal, mas, nestas espécies de pomares, não se vê apenas bananeiras, mamoeiros ou cafeeiros, e sim macieiras,

pessegueiros e se costuma plantar outras árvores frutíferas da Europa” (SAINT-HILAIRE, 1995, p.105). A observação demonstra que o naturalista reconhecia o quintal como um componente característico das moradias da região. Entretanto, ao descrever os Campos Gerais e a vila de Castro, suas atenções voltaram-se principalmente para os currais, rebanhos e demais estruturas vinculadas à criação animal, aspecto igualmente observado nos relatos de Bigg-Wither. Assim, enquanto os inventários permitem perceber a inserção do quintal na organização patrimonial da casa, os relatos de viagem enfatizam sobretudo os elementos da paisagem pastoril que mais chamaram a atenção dos viajantes.

Para os dois relatos, a ausência do quintal não significa necessariamente a inexistência desses espaços, mas antes revela diferenças entre as formas de observação. Enquanto os inventários avaliavam componentes patrimoniais associados à moradia, os viajantes privilegiavam os elementos mais visíveis da paisagem e aqueles que julgavam característicos da região. Nesse sentido, chama atenção a recorrência das menções a currais, rebanhos e outras estruturas ligadas ao manejo animal, frequentemente descritas nas proximidades das casas. A fazenda Jaguariaíva, por exemplo, foi apresentada por Saint-Hilaire como uma propriedade onde os currais ocupavam posição destacada junto ao conjunto das edificações, ao passo que Bigg-Wither registrou repetidas vezes a presença de grandes currais e dependências anexas às fazendas. Assim, se os quintais permaneceram quase invisíveis ao olhar estrangeiro, os espaços destinados à criação animal mostraram-se suficientemente marcantes para integrar as descrições da paisagem regional.

Em nossa amostra de inventários *post-mortem*, identificamos 36 referências a espaços destinados à criação e ao manejo de animais associados à casa, compostas por 21 menções a mangueiras, 11 poteiros e quatro currais. Embora numericamente inferiores às referências do quintal, tais estruturas distinguem-se por sua vinculação explícita à atividade pecuária, constituindo uma evidência da integração entre habitação e pecuária. Dentre os espaços destinados ao manejo animal, a mangueira merece atenção especial; além de constituir a categoria mais recorrente, o termo apresenta uma particularidade significativa: não foi localizado no dicionário de Antônio de Moraes Silva, uma das principais obras lexicográficas da língua portuguesa em fins do século XVIII e princípios do XIX.

Tal ausência sugere que a palavra não integrava – ao menos naquele momento – o vocabulário considerado geral pelos letrados da América portuguesa⁵. Em contrapartida, localizamos sua definição no *Vocabulario Rioplatense Razonado*, publicado pelo filólogo hispano-uruguaio Daniel Granada em 1889, a saber: “MANGUERA, f. – En las estancias, mataderos, etc., corral grande, cercado de postes ó de piedra, para encerrar gadado”; aparentemente, o termo origina-se do verbo “MANGUEAR, a. – Dirigir, guiar ó atraer con cautela y maña el ganado ó um animal calquiera que se dispara, en lugar de perseguirlo com violencia; á fin de evitar su completa dispersión ó fuga, ó de agarrarlo” (GRANADA, 1890, p.271-272). A definição aproxima a mangueira das estruturas destinadas à contenção e ao manejo dos rebanhos, ao mesmo tempo em que aponta para a circulação de práticas e vocabulários compartilhados entre os Campos Gerais e outras regiões pastoris do sul da América. Em outras palavras, a recorrência do termo nos inventários *post-mortem* oitocentistas de Castro não apenas reforça a centralidade da pecuária na organização dos espaços domésticos, mas também sugere a possível circulação de vocabulários e práticas pastoris compartilhados por diferentes regiões da América e do Brasil meridional.

Ao contrário de *mangueira*, o termo *curral* foi registrado por Silva, que o definiu como “cercado de paus para recolher gado. § na Igreja, espaço cercado de bancos para pessoas de distinção” (SILVA, 1789, v. 1, p. 356); sua presença numa das principais obras lexicográficas do período indica tratar-se de um vocábulo já consolidado na língua portuguesa de fins do Setecentos. Situação distinta verifica-se com *potreiro*, igualmente ausente do dicionário. Nele figura apenas o verbete *potro*, definido como “todo cavalo novo, que ainda não se acabou de ensinar, e domar. § Cavalete de atormentar” (SILVA, 1789, v. 2, p. 225). Tal contraste sugere que, embora o português dispusesse de uma terminologia estabelecida para designar estruturas como o curral, parte do vocabulário relacionado à pecuária extensiva – como *mangueira* e *potreiro* – circulava à margem dos repertórios lexicográficos mais gerais, possivelmente refletindo usos regionais característicos dos espaços pastoris do sul da América. Nesse sentido, Granada definiu *potreiro* como “terreno cercado, para tener animales á mano, aquerenciar caballos, entropillar, desternerar, etc., etc. – Campo aparente para un pastoreo especial, por tener los mejores pastos, aguadas,

⁵ Também realizamos buscas no *Vocabulário português e latino* (1712-1728), de Rafael Bluteau, no *Dicionário da Língua Brasileira* (1832), de Luís Maria da Silva Pinto, no *Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa* (1853), de Braz da Costa Rubim, e no *Léxico das lacunas, subsídios para os dicionários da língua portuguesa* (1914), de Afonso de E. Taunay. Não localizamos o verbete “mangueira” em nenhum desses dicionários, reforçando a hipótese de que essa palavra não integra o vocabulário culto da época.

etc. – Rinconada de buenos pastos” (GRANADA, 1890, p. 327), evidenciando tratar-se de um espaço cercado destinado tanto ao manejo quanto ao pastoreio do gado.

A documentação também sugere que esses espaços destinados ao trato pecuário não ocupavam a mesma posição na organização das propriedades. Enquanto mangueiras e currais aparecem associados à moradia, potreiros e invernadas figuravam com frequência como bens avaliados de forma autônoma⁶. Das 53 referências a potreiros identificadas nos inventários, apenas 11 integravam as descrições das moradias, enquanto as outras 42 foram avaliadas de forma independente; de maneira ainda mais expressiva, as 14 invernadas localizadas na documentação figuraram exclusivamente como bens autônomos. Tal padrão sugere que mangueiras e currais estavam mais estreitamente vinculados ao manejo cotidiano dos rebanhos nas imediações da habitação, ao passo que potreiros e invernadas correspondiam a áreas de pastagem e criação cuja extensão e importância lhes conferiam valor fundiário próprio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, neste artigo, apresentar algumas reflexões sobre a moradia nos Campos Gerais do atual estado do Paraná, região cuja economia esteve fortemente vinculada à pecuária e à lavoura de abastecimento ao longo do Oitocentos. Do exame quantitativo dos inventários post-mortem à análise qualitativa dos relatos de viajantes, os dados aqui apresentados contribuem para ampliar as discussões da historiografia da casa brasileira para além de seus aspectos estritamente arquitetônicos, evidenciando a importância das relações entre habitação, cultura material e organização do espaço doméstico.

A análise da documentação permitiu verificar que a predominância de casas térreas, em contraste com a ausência quase completa de sobrados, não correspondeu a uma sociedade materialmente mais igualitária. Ao contrário, as evidências indicam que a diferenciação social manifestava-se menos pela verticalização das moradias do que pela qualidade dos materiais empregados, pelos acabamentos construtivos e pela incorporação de elementos capazes de conferir maior conforto, funcionalidade e distinção às residências.

⁶ De acordo com Antônio de Moraes Silva, o termo *invernada* significa “chuveiros, nevoeiros, cerrações aturados, que há pelo inverno” (SILVA, 1789, v. 1, p. 735); por sua vez, Daniel Granada definiu a mesma palavra como “época del engorde del ganado, la cual empieza em invierno. – Campo de buenos pastos, destinado especialmente al engorde de novillos y vacas, llamado también potrero de invernada. También em Chile [...] y em las provincias meridionales del Brasil” (GRANADA, 1890, p.246). De forma semelhante, o item *potrero de invernada* aparece no dicionário espanhol como todo “campo de buenos pastos, cercado, para pastoreo de novillos ó vacas em la época de la invernada” (GRANADA, 1890, p.327).

Embora o termo benfeitoria apareça com maior recorrência nos inventários, a frequência com que quintais e mangueiras figuram associados às moradias sugere que esses três elementos compunham uma materialidade característica do habitar nos Campos Gerais oitocentistas. Mais do que componentes acessórios da propriedade, benfeitorias, quintais e mangueiras conformavam espaços articulados de moradia, trabalho e manejo dos rebanhos, refletindo o cotidiano de famílias livres cujas atividades econômicas estavam estreitamente vinculadas ao tropeirismo.

Em outras palavras, as evidências permitem sustentar a existência de um habitar tropeiro, entendido como organização material da moradia estreitamente vinculada à economia. Não se trata, contudo, de afirmar que essa fosse a única configuração habitacional da região; a própria documentação revela a coexistência de diferentes formas de morar, relacionadas à diversidade das atividades econômicas, das condições sociais e das posições ocupadas pelos indivíduos na estrutura da propriedade, incluindo as senzalas destinadas à população escravizada. Por fim, talvez as questões aqui apresentadas indiquem a perspicácia de Daniel Roche, ao privilegiar a história da habitação como “um vasto campo de pesquisa em que devemos reexaminar as evidências obtidas e desconfiar dos quadros deformados e das lições simples demais” (ROCHE, 2000, p.145).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, Eliane Morelli. **Morar e viver na cidade**: Campinas (1850-1900). Mobiliário e utensílios domésticos. São Paulo: Alameda, 2010.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.83-154.

BIGG-WHITER, Thomas P. **Novo caminho no Brasil meridional**: a província do Paraná. Três séculos de vida em suas florestas e campos – 1872/1875. Rio de Janeiro; Curitiba: Livraria José Olympio Editora; Universidade Federal do Paraná, 1974 [1878].

BRAUDEL, Fernand. **Civilización material, economía y capitalismo, siglos XV-XVIII**. Tomo I. Las estructuras de lo cotidiano: lo possible y lo impossible. Madrid: Alianza Editorial, 1984 [1979].

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus modos de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975 [1964].

DAUMARD, Adeline. **Os burgueses e a burguesia na França**. São Paulo: Martins Fontes, 1992 [1987].

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**: família e fortuna no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1999 [1933].

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: Record, 1998 [1936].

GRANADA, Daniel. **Vocabulario Rioplatense Razonado por D. Daniel Granada, precedido de un juicio crítico por D. A. Magarinós Cervantes, membro correspondente de la Academia Española**. Montevideo: Imprensa Rural, 1890 [1889].

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994 [1956].

LE ROY LADURIE, Emanuel. **Montaillou**: povoado occitânico, 1294-1324. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 [1975].

LEMOS, Carlos. **Cozinhas etc.** São Paulo: Perspectiva, 1978.

LEMOS, Carlos. **A casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989.

LEMOS, Carlos. **Casa paulista**: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo: Edusp, 2015.

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. **Riqueza e escravidão**: vida material e população no século XIX. Bonfim do Paraopeba/MG. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

MENESES, José Newton Coelho. Pátio cercado por árvores de espinho e outras frutas, sem ordem e sem simetria: o quintal em vilas e arraiais de Minas Gerais (século XVIII e XIX). In: **Anais de Museu Paulista**. São Paulo, v.23, n.2, 2015, p.69-92.

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013 [2010].

PEZEZ, Jean-Marie. História da cultura material. *In*: LE GOFF, Jacques. **A História nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990 [1978], p.177-213.

RIBEIRO, Isaac Cassemiro. **Morada de casas**: cultura material, domesticidades e mudanças sociais (Minas Gerais, Sabará – século XVIII). Tese (Doutorado em História). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais**: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000 [1997].

SAIA, Luís. **Morada paulista**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pela comarca de Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995 [1851].

SARTI, Raffaella. **Casa e família**: habitar, comer e vestir na Europa Moderna. Lisboa: Estampa, 2001.

SILVA, Antônio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. Dois volumes. Lisboa : Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. **Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

TJPR. VARAVÍCEL DA COMARCA DE CASTRO. Inventários.



ARTIGOS LIVRES

FLUXO CONTINUO

DÉCIO VIEIRA OTTONI E A CRÍTICA DE CINEMA DOS ANOS 1950: UM ESTUDO A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE PIERRE BOURDIEU

DÉCIO VIEIRA OTTONI AND FILM CRITICISM IN THE 1950s: A STUDY BASED ON THE CONTRIBUTIONS OF PIERRE BOURDIEU

Isabella Costa Janson Ney¹

Resumo: Este artigo visa realizar um exercício teórico sobre a atividade da crítica de cinema no Brasil, a partir das contribuições do sociólogo Pierre Bourdieu. O conceito de campo é revisitado, a fim de analisar historicamente o estabelecimento de regras e padrões de comportamentos necessários para a legitimação dos críticos enquanto mediadores do cinema ao público geral. A escolha pelos textos do crítico Décio Vieira Ottoni é justificada pela escassez de trabalhos dedicados ao estudo dessa figura, embora o mesmo tenha atuado ativamente na conformação da crítica de cinema, bem como em outras instâncias do campo cinematográfico, durante as décadas de 1940 e 1950.

Palavras-chave: Crítica de cinema; Pierre Bourdieu; Décio Vieira Ottoni.

Resumen: This article aims to conduct a theoretical exercise on the activity of film criticism in Brazil, based on the contributions of sociologist Pierre Bourdieu. The concept of field is revisited in order to historically analyze the establishment of rules and patterns of behavior necessary for the legitimation of critics as mediators of cinema to the general public. The choice of Décio Vieira Ottoni's texts is justified by the scarcity of works dedicated to the study of this critic, although he actively participated in shaping film criticism in Brazil, as well as in other instances of the cinematographic field, during the 1940s and 1950s.

Palabras clave: Film Criticism; Pierre Bourdieu; Décio Vieira Ottoni.

¹ Mestranda em História (PPGH-UERJ). Licenciada em História (UFF). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2619004804219107>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-1130-2295>. Bolsista CAPES. E-mail: isabellacjn@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Dentre variadas definições acerca da natureza da crítica de cinema, é valioso introduzirmos com o resgate das palavras do crítico Jean Douchet (1961). Na visão do pensador francês, a crítica de cinema poderia ser sintetizada como sendo a “arte de amar”, um trabalho reflexivo de reinvenção da obra, que só se realiza com a devida harmonia entre a paixão e a lucidez do crítico. A crítica se constitui, logo, enquanto uma manifestação sensível e transformadora do conteúdo presente no universo da obra, provocando a construção de novos significados e discussões sobre a linguagem cinematográfica. Em razão do seu caráter comunicativo, que envolve a escrita, a troca e a circulação de ideias, a crítica de cinema possui um enorme potencial como fonte para o estudo sobre as formas de recepção cinematográfica em dado contexto histórico.

Em geral, o exercício crítico é indissociável da esfera pública, na medida em que fomenta um “intercâmbio público de opiniões” (Eagleton, 1991, p. 4), em espaços como jornais e associações, capaz de transformar certos indivíduos em sujeitos discursantes. A voz do crítico está presente em debates e possui um alto grau de persuasão, sobretudo diante de indivíduos não iniciados na linguagem ou temática discutida, habilitando esse profissional ao posto de mediador autorizado em determinada área. A tarefa do crítico, todavia, não se localiza em um terreno consensual de opiniões, sendo necessário considerar que “antes do crítico cinematográfico, há o homem. E como homem, comprometido na e pela tal situação” (Bernardet, 2011, p. 66), ou seja, um sujeito situado historicamente em múltiplas relações de força. Entre a “arte de amar” e o jogo de disputas, entre as subjetividades formadoras do gosto e os conflitos de interesse, a crítica de cinema é atravessada por controvérsias e, simultaneamente, alianças táticas entre seus membros, como toda prática cultural posta em evidência no cenário público.

Dito isso, o presente trabalho busca realizar um exercício de análise sobre a crítica de cinema a partir do arcabouço teórico proposto por Pierre Bourdieu, com ênfase na aplicação do conceito de campo. As noções de distinção e poder simbólico são articuladas de forma auxiliar para os fins deste trabalho, cabendo possibilidades futuras de pesquisa para o aprofundamento da reflexão teórica em torno desses conceitos. Parte-se da ideia de que o estudo sobre a crítica de cinema exige a articulação dos críticos com o meio no qual estão inseridos, a fim de compreender a sua historicidade e como se deu o processo de legitimação de seus agentes como mediadores do cinema ao público não especializado. As

considerações de Bourdieu se tornam valiosas para o exame das regras e comportamentos partilhados pelos agentes envolvidos na tarefa, direcionando a pesquisa para a investigação dos mecanismos internos que organizam o fazer da crítica.

Para a realização deste exercício teórico, o artigo será dividido em dois momentos centrais. Em primeiro lugar, será realizado um percurso sobre os principais conceitos que norteiam a tradição bourdieusiana, examinando as suas contribuições para os estudos culturais e a sociologia da arte. Em seguida, a crítica de cinema será examinada a partir dos conceitos elencados, questionando em que medida o sujeito pesquisado – o crítico Décio Vieira Ottoni – se inseria dentro das normas e padrões de comportamento partilhados pelos críticos de cinema atuantes na grande imprensa carioca, entre as décadas de 1940 e 1950. Este trabalho se constitui como uma tentativa de refletir sobre a pertinência das categorias desenvolvidas por Pierre Bourdieu para o estudo sobre a história e a prática da crítica de cinema no país.

A TRADIÇÃO BOURDIESIANA NOS ESTUDOS CULTURAIS

É notória a extensa variedade de temas investigados por Pierre Bourdieu, cujo itinerário intelectual compreendeu pesquisas dedicadas desde o sistema escolar francês (2023), perpassando a dominação masculina (2012), até o papel da televisão na conformação da opinião pública (1997). As reflexões do autor tiveram um impacto também na sociologia contemporânea da cultura, sobretudo diante de pesquisadores interessados em analisar as influências das relações de poder sobre os produtos intelectuais e artísticos. Segundo Sérgio Miceli (2003), a abordagem de Bourdieu contrapôs uma antiga tendência ideográfica da história da arte e da literatura, na qual a singularidade do gênio artístico era tomada como chave interpretativa sobre determinada obra. Distante desse modelo, Bourdieu buscou tratar a produção artística como fruto de um sistema estruturado de posições e relações históricas, movido por recorrentes disputas internas entre seus membros em direção à legitimidade cultural. Uma obra de arte só poderia ser apreendida, portanto, quando examinados os fatores sociais que incidem sobre a sua prática, extrapolando os limites da autonomia e da excepcionalidade do artista.

As formulações de Pierre Bourdieu buscaram, logo, ampliar a análise das relações de poder para além das esferas da política e da economia, compreendendo que o jogo de forças está presente em meios diversos, como as instituições artísticas, o meio jornalístico

e os círculos sociais das elites. Para isso, o autor recorre à definição do poder simbólico enquanto “poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo” (Bourdieu, 2003a, p. 14). Nesse sentido, o poder se define pela capacidade de estipular as “regras do jogo”, ou seja, de estabelecer os critérios de classificação e organização de determinada atividade ou meio, os valores compartilhados de comportamento e os sentidos que dão forma à visão de mundo de um grupo.

O poder simbólico, que consegue ser acionado sem a necessidade da coerção física ou econômica, é exercido somente quando é reconhecido como não arbitrário, aparentando ser natural algo que é, todavia, força oriunda de um sistema de códigos que mantém e reproduz uma relação de força desigual. Nas esferas da produção intelectual e artística, como é o caso da crítica de cinema, o conceito de distinção ganha contornos no exercício desse poder, revelando que “a sensibilidade artística não é fruto de um dom natural do indivíduo, supostamente mais capacitado que outros para a apreciação artística, mas um produto da história reproduzido através da educação” (Jorge, 2015, p. 111). As propriedades sociais que diferenciam o crítico do seu leitor, a exemplo da formação teórica, perfil profissional e vínculo institucional com determinada publicação, são ofuscadas em favor de uma naturalização do gosto, transformando o crítico em um sujeito distinto, portanto legítimo, para mobilizar certas representações acerca do cinema para seu público. A forma de apropriação da linguagem cinematográfica se constitui como fruto de um processo de instrução (Bourdieu, 2007a), a partir do estudo e da inserção do crítico em determinados espaços sociais, o que lhe garante o direito de decodificar e apresentar publicamente suas interpretações sobre o cinema.

O exercício do poder simbólico e os mecanismos de distinção embutidos nele se tornam visíveis, aos olhos do pesquisador, quando são problematizadas as relações e o meio em que tais sujeitos, que disputam entre si o poder de classificar, estão inseridos. Para isso, Bourdieu utiliza o conceito de campo, a exemplo do religioso, do científico e do cultural, que podem ser apresentados como “espaços sociais de relações objetivas” (Bourdieu, 2003a, p. 64) ou “espaços estruturados de posições” (Bourdieu, 2003b, p. 119). O campo se constitui, logo, como uma ferramenta analítica para colocar em relação diferentes trajetórias de sujeitos que estão posicionados entre si, existindo margem para lutas direcionadas à definição das regras que vão estruturar as práticas sociais

compartilhadas, o funcionamento e a dinâmica das relações estabelecidas entre seus membros.

O campo, enquanto esse sistema relacional de posições, possui como premissa central a busca pela autonomização, por meio da conformação de regras firmadas e investidas de legitimidade pelos próprios pares, visando um desprendimento progressivo das intervenções das esferas social, econômica e política. Embora sempre relativa e envolvida nas pressões oriundas do campo do poder, essa tendência por autonomia compreende um procedimento de restrição para fora, a partir de barreiras institucionais e normas que limitam a entrada de elementos externos, considerando que “a constituição do campo enquanto tal é correlata ao processo de fechamento em si mesmo” (Bourdieu, 2007b, p. 105-106). O autor examina a conformação do campo artístico como exemplo principal para a aplicação desse conceito, na medida em que o processo de autonomização da vida artística europeia, durante o século XIX, compreendeu o estabelecimento de um princípio de legitimação paralelo, a conformação de um corpo de membros produtores, a profissionalização dos seus agentes e a formação de um circuito de instituições de consagração cultural, como academias e salões. Esses elementos possibilitaram a capacidade, por parte dos membros do campo artístico, de definir as próprias regras do jogo, consolidando a crença partilhada pelos seus agentes em torno de um suposto desprendimento total com as instâncias da vida social e política.

Para além dos estudos culturais mais abrangentes, a área da sociologia da arte foi particularmente impactada pelos conceitos desenvolvidos por Bourdieu. Até meados do século XX, as pesquisas sobre as relações entre arte e sociedade eram permeadas por duas tendências dominantes, a do marxismo e a da filosofia da estética, que, distantes entre si, não permitiam a formação de um sólido campo de estudos empíricos (Bueno; Sant’anna; Dabul, 2017). As primeiras investigações inseridas no campo disciplinar da sociologia da arte buscaram evidenciar os entrelaçamentos entre a criação artística e o contexto social na qual a obra estava localizada, traçando a conformação do público consumidor, trajetórias de artistas e as dinâmicas de funcionamento do mercado das artes.

Entre as décadas de 1960 e 1970, são formuladas duas tendências teóricas que darão importantes bases para a disciplina: a já mencionada teoria dos campos de Pierre Bourdieu e a corrente por trás da noção de “mundo da arte”, cunhada por Howard Becker (2010). Para o autor estadunidense, os chamados “mundos das artes” são espaços regidos por “formas de cooperação que se transformam em rotinas e padrões de atividade coletiva”

(Becker, 2010, p. 27). Através da abordagem sociológica, Becker (2010) se debruça sobre as redes cooperativas que geram a arte, compreendendo que os juízos estéticos são também fenômenos da atividade coletiva, não sendo apartados das circunstâncias sociais, nem das outras esferas da produção artística. No caso do cinema, pode-se entender que a crítica de cinema só se torna inteligível mediante o seu vínculo com outros componentes que possibilitam a realização da obra cinematográfica, na medida em que a recepção, ao mesmo tempo que impacta, também é moldada pelas instâncias de produção, distribuição e exibição de filmes, evidenciando o sistema de interdependências entre os mundos da arte.

Embora as duas noções compartilhem a atenção pela historicidade da produção artística e pelas implicações políticas e sociais na realização da obra de arte, tais correntes partem de pressupostos teóricos distintos e percorrem também caminhos investigativos diferentes. Bueno, Sant'anna e Dabul (2017) observam que, enquanto Becker constrói sua teoria no meio acadêmico norte-americano a partir da influência do interacionismo simbólico, Bourdieu absorve uma base criada pelas referências da sociologia clássica de Weber, Durkheim e Marx, evidenciando origens teóricas e acadêmicas distintas que vão direcionar suas ideias. A principal diferença se encontra, todavia, na abordagem dos dois conceitos, uma vez que a noção de “mundo da arte” se concentra na análise de um espaço mais amplo e regido por interações concretas de cooperação entre seus agentes, ao passo que o “campo” contempla uma “estrutura de posições objetivas e relações invisíveis de poder que unem e ligam os agentes em contenda” (Wacquant, 2005, p. 119). A abordagem de Bourdieu atribui centralidade ao conflito e à competição acirrada entre os agentes pela imposição simbólica, afastando-se, logo, da compreensão de um meio artístico que funciona pela cooperação entre seus pares.

A escolha por analisar a crítica de cinema através do aparato teórico proposto por Pierre Bourdieu se relaciona à consideração de que a recepção da produção cinematográfica também é permeada por disputas pela imposição de determinadas chaves de leitura e regras de avaliação sobre os filmes. As percepções e visões de mundo dos críticos estão impressas em seus escritos, que lutam por influenciar tanto as interpretações dos leitores, quanto os rumos da conjuntura da produção cinematográfica nacional. A partir das considerações de Eliska Altmann (2008), ressaltam-se as potencialidades do estudo do cinema por meio de seus contextos de recepção e circulação, dentro dos quais a crítica

cinematográfica assume um papel fundamental na atribuição do sentido artístico ao filme, além de revelar os conflitos embutidos nesses atos de classificação e criação de cânones.

A CRÍTICA DE CINEMA: A RELAÇÃO ENTRE O INTELECTUAL E O CAMPO

Para a presente reflexão, a crítica de cinema, particularmente aquela praticada entre as décadas de 1940 e 1950 no Rio de Janeiro, foi tomada com objeto central para a análise. As bases deste trabalho seguem, em parte, os objetivos do projeto de pesquisa que desenvolvo, consistindo em analisar a consolidação da prática da crítica de cinema no Brasil e investigar como a atuação do Estado para o fomento ao cinema nacional foi tratada pela crítica. Para isso, foi selecionada a coluna de Décio Vieira Ottoni, escrita entre os anos de 1949 e 1954, no jornal *Diário Carioca*. O recorte temporal abarca o período de maior atividade do crítico na publicação citada, na qual escrevia cerca de três a quatro textos por semana, além de demarcar o momento de maior engajamento desse sujeito em outras esferas do campo cinematográfico.

Para uma introdução sobre o sujeito que delimita o recorte da pesquisa, podemos recuperar uma matéria contemporânea ao crítico, dedicada à apresentação dos principais nomes da grande imprensa quando o assunto era cinema. Nessa publicação, Décio Vieira Ottoni era descrito da seguinte maneira:

Mineiro. 27 anos. Casado. Jornalista profissional. Abandonou o curso de pintura da Escola Nacional de Belas-Artes. Foi presidente da Associação Brasileira de Cronistas Cinematográficos e fez parte do Círculo de Estudos Cinematográficos. Um dos relatores da Comissão Cavalcanti que preparou o ante-projeto do Instituto Nacional do Cinema enviado ao Presidente da República. Intelectual arte-purista. Gosta de filmes policiais e de “far-west”. Detesta cinema brasileiro e combateu o I Congresso. [...] Amigo pessoal de Alzirinha Vargas, parente de Brígido Tinoco e funcionário do governo fluminense. [...] Quando começou a comentar era muito prolixo, quase ininteligível. Hoje usa linguagem mais terra-a-terra (Moreira, 1953, p. 37).

Em edição subsequente da revista *Manchete*, foi publicada uma carta do próprio crítico, na qual fazia algumas correções a respeito da maneira como foi descrito. Diante da matéria anterior, Ottoni respondeu que não odiava o cinema nacional, e sim combatia os maus filmes em geral, ressaltando que “a cota de filmes brasileiros abaixo da crítica” (Manchete, 1953, p. 58) era surpreendentemente elevada. Além disso, o crítico também negava qualquer parentesco com Brígido Tinoco, alegando que apenas conhecia o parlamentar, cujos projetos de lei sobre o cinema nacional ele discordava. Embora haja tais ressalvas apontadas pelo sujeito descrito, o trecho acima é sintomático sobre as

correlações entre o perfil do crítico com o panorama social e cultural que favoreceu a consolidação da prática da crítica de cinema entre os anos de 1940 e 1950.

Em primeiro lugar, destaca-se o fato de Ottoni ser descrito enquanto “jornalista profissional” em um momento no qual a imprensa brasileira passava por grandes mudanças, por meio da reorganização e reforma do setor. Segundo Ana Paula Ribeiro (2000), a década de 1950 foi o período em que o modelo do jornalismo norte-americano foi implementado no país, o que gerou um afastamento gradativo do perfil mais literário e combativo do texto jornalístico, em direção ao seu reconhecimento enquanto um “gênero de estabelecimento de verdades” (Ribeiro, 2000, p. 30-31). Ao mesmo tempo em que se firmava a autoridade autoproclamada do gênero jornalístico para se noticiar a realidade de forma objetiva, as colunas assinadas – um movimento inverso à impessoalidade – eram tidas ainda como espaços nobres dentro dos jornais, nos quais eram firmados o prestígio e a notoriedade pública do colunista (Ribeiro, 2000).

A reforma da imprensa modernizou as empresas jornalísticas brasileiras, com inovações editoriais e gráficas, e acelerou o processo de profissionalização dos jornalistas, a partir do aumento do prestígio social da categoria, valorização salarial e a difusão de cursos de ensino superior. No entanto, uma grande parte dos jornalistas nesse período ainda não possuía diploma de nível superior, até mesmo os mais destacados, como Carlos Lacerda e Samuel Wainer, que não completaram a formação em Direito e Farmácia, respectivamente (Ribeiro, 2000). Décio Vieira Ottoni, que também havia abandonado o curso superior, se enquadra nesse momento de transição e transformações no jornalismo brasileiro, ocupando, ao mesmo tempo, os cargos de redator, copidesque e crítico de cinema no *Diário Carioca*, durante onze anos. Para além do jornal citado, Ottoni também trabalhou em publicações como *Manchete*, *O Cruzeiro* e *Jornal do Brasil*.

Ainda no plano profissional, o crítico, além de jornalista, também é apresentado como “funcionário do governo fluminense”. Embora não seja particularmente claro o cargo ocupado na burocracia estatal, Ottoni não vai negar essa vinculação em sua carta de resposta, tornando pertinente a observação sobre a relação entre os intelectuais e o aparelho do Estado. Renato Ortiz (1995), a partir das reflexões de Antônio Candido, relembra que o funcionalismo público deteve um papel essencial para o sustento dos escritores até meados do século XX, uma vez que a atividade literária por si só não era suficientemente rentável, tendo em vista o frágil mercado de livros e os altos índices de

analfabetismo no país. Os intelectuais encontravam na imprensa um espaço para a expressão de suas ideias, mas eram raros os casos daqueles que conseguiam viver somente pela escrita, resultando, como analisou Thiago Luiz Turíbio da Silva (2019) no caso da crítica de cinema, em um processo parcial e disperso de profissionalização dos críticos.

Havia, portanto, um perfil semelhante que unia os principais críticos de cinema atuantes na grande imprensa carioca do período. A categoria era majoritariamente masculina composta por profissionais liberais, como o médico Antônio Moniz Vianna ou o bacharel em direito B. J. Duarte (Silva, 2019), e funcionários públicos, além dos redatores de jornal alocados na seção cultural que eventualmente escreviam sobre cinema. De acordo com José Inácio de Melo Souza (2017), o itinerário profissional do crítico poderia até mesmo caracterizar a sua avaliação dos filmes, a exemplo de Vinícius de Moraes que, não possuindo ainda um posto sólido na estrutura do Estado, explorava o sarcasmo em sua escrita, por não temer possíveis rachaduras no seu poder; ou Almeida Salles, oriundo da Faculdade de Direito e com cargo na Procuradoria de São Paulo, que fazia uso de uma linguagem lírica e pomposa, sintoma da aprendizagem bacharelesca. Sem adentrar nos possíveis vínculos entre a formação e o estilo praticado por Ottoni, é importante ressaltar a existência de aspectos comuns dentro da categoria dos críticos no que tange à formação profissional e a um certo grau de coesão capaz de criar parâmetros internos de prestígio e de restrição externa.

Retornando ao movimento da reforma da imprensa, a transformação na escrita dos textos jornalísticos também impactou os suplementos culturais, sobretudo a crítica de cinema praticada na imprensa diária, que assumiu um formato híbrido entre uma orientação de consumo, pretensamente mais objetiva, e o ensaio, em que se verificava com maior clareza a marca autoral dos textos (Silva, 2019). A construção desse formato foi resultado de um processo tenso entre a busca dos críticos por uma maior autonomia e os limites impostos pelos grandes jornais, cujos interesses econômicos se inclinavam para o aumento do espaço publicitário voltado aos filmes em lançamento, o que ameaçava a crítica de cinema. Os textos da crítica devem ser analisados, portanto, como possíveis frutos dessa disputa, uma vez que as determinações editoriais restringiam uma plena liberdade de escrita aos críticos, embora a categoria, como parte das estratégias de legitimação dentro do campo cultural, tenha constantemente reivindicado a existência dessa suposta

liberdade, que era articulada em nome da necessária difusão dos valores da dita “sétima arte” ao público leigo.

Não era sempre que Ottoni podia realizar longas digressões sobre os filmes, a exemplo do que fez com obras como *Henrique V* (Ottoni, 13 ago. 1950) e *Ladrões de Bicicleta* (Ottoni, 19 out. 1950), para as quais foram dedicadas mais de uma edição. Além da imposição de um limite rígido de caracteres, são perceptíveis momentos de ingerência do jornal sobre seus textos, como na ocasião na qual Ottoni (17 jul. 1952) denunciou que, no dia anterior, tinham sido publicadas duas notas que não eram de sua autoria na coluna com seu nome. O crítico não tinha dado anuência para tal publicação e, ainda por cima, discordava da avaliação positiva feita a dois filmes nessas notas, demonstrando uma tensão entre a coordenação editorial e a autonomia de sua coluna. Embora o crítico de cinema acumule certo poder simbólico, em razão de sua capacidade de mobilização de certas representações e leituras do cinema ao leitor (Adamatti, 2008), o profissional ainda sofria de constrangimentos diante da instituição na qual ele estava inserido, evidenciando certas fragilidades e a dependência material do intelectual diante das instituições. Assim, recuperando o perfil biográfico traçado, o crítico “prolixo, quase ininteligível” (Moreira, 1953, p. 37) assumia, aos poucos, uma escrita cada vez mais expressa, ameaçada constantemente pelos ditames do jornal.

Explorado dessa forma, pode-se aferir aos profissionais da crítica de cinema a posição de intelectuais, conforme as proposições de Jean-François Sirinelli (2003), reconhecendo as acirradas disputas em torno do termo (Correa, 2015). O intelectual, na acepção de Sirinelli (2003), abarca uma definição sociocultural mais ampla, englobando criadores e mediadores culturais, tais como jornalistas, professores e críticos. Os últimos, enquanto intelectuais encarregados de mediar a sétima arte ao público e refletir sobre as circunstâncias de produção de uma obra, atuam através da escrita, seja nos grandes jornais ou nas circunscritas revistas especializadas, e suas produções são impactadas diretamente por suas trajetórias, círculos sociais, pressões institucionais e afinidades políticas.

Com o objetivo de compreender a sua historicidade, o estudo sobre a crítica de cinema sempre vai exigir a articulação desses intelectuais com o meio no qual estão inseridos, direcionando a pesquisa para a investigação dos mecanismos internos que organizam o fazer da crítica. Conforme aponta Rubens Correa (2015), os recursos metodológicos operados por Sirinelli se diferenciam daqueles empregados por Pierre

Bourdieu, sobretudo pelo enfoque do último nos modos de produção social dos gostos e das opiniões que são reproduzidos no seio das próprias operações internas do campo intelectual. Enquanto Sirinelli opera dentro da abordagem da história política, Bourdieu parte da tradição disciplinar da sociologia do meio intelectual, no entanto suas análises convergem na atenção dada aos elementos materiais que compõem o universo intelectual, como as trajetórias e as redes de contato. A partir dessa ressalva, buscando extrair tanto as considerações de Sirinelli com sua acepção ampla do intelectual, quanto as reflexões de Bourdieu sobre a noção de campo, compreende-se a crítica de cinema enquanto um espaço regido por regras internas que são partilhadas e moldadas pelos seus próprios componentes.

A historiografia recente da crítica de cinema vem se apropriando cada vez mais da noção de campo, o que evidencia as potencialidades de tal chave interpretativa para a reflexão sobre essa prática. A crítica de cinema foi comumente enquadrada como um subcampo, em razão de suas especificidades e, ao mesmo tempo, de suas dinâmicas comuns dentro de um quadro social maior. Sobre a sua filiação a um campo específico, a crítica de cinema no Brasil foi analisada de diferentes maneiras, seja como parte de um campo intelectual nacional (Mendonça, 2009); como integrante do campo jornalístico (Adamatti, 2008); ou, ainda, enquanto uma interseção do campo jornalístico com o cinematográfico (Carvalho, 2023). Para a presente reflexão, torna-se interessante entender a crítica de cinema como um espaço em construção localizado justamente na fronteira entre os campos jornalístico, intelectual e cinematográfico, que, entre as décadas de 1940 e 1950, também estavam em desenvolvimento, favorecendo a aparição de “zonas híbridas”, a exemplo da própria crítica. A noção de subcampo nos auxilia, logo, a pensar na formação de uma esfera criada em razão da atividade da crítica de cinema, estruturada por critérios endógenos e agentes com maior ou menor grau de autoridade, que são lançados constantemente em disputas.

Ainda em relação à aplicabilidade desse conceito, Loic Wacquant (2005) ressalta a importância de localizar o microcosmos da produção cultural no seio das relações políticas exteriores. Segundo o historiador Thiago Luiz Turíbio da Silva (2019), é preciso levar em consideração as particularidades do panorama brasileiro, a fim de melhor aplicar a noção de campo para a análise da crítica de cinema aqui praticada durante as décadas de 1940 e 1950. Sob a perspectiva de Bourdieu (2003a), uma das principais propriedades da teoria geral dos campos é a constituição de um universo relativamente autônomo, com instâncias

de consagração limitadas aos seus membros. Diante disso, o historiador interroga: “como pensar o subcampo da crítica como instância de consagração autônoma se no Brasil não houve a formação de uma cinefilia ampla e organizada o suficiente para manter projetos editoriais e, portanto, crítico-estéticos, independentes?” (Silva, 2019, p. 24).

Diferente de países como Estados Unidos, França e Inglaterra, onde foram bem sucedidas diferentes revistas especializadas em cinema, a exemplo das publicações *Sight and Sound* e *Cahiers du Cinéma*, foram poucos projetos editoriais duradouros que tiveram êxito no Brasil até meados da década de 1950. Casos frustrados de revistas como *O Fan* (1928) e *Filme* (1948), que encerraram suas atividades com menos de dez edições publicadas, evidenciaram a fragilidade de propostas mais reflexivas sobre cinema, em razão da inviabilidade econômica de manter publicações com poucas tiragens e sem grandes anúncios. Somente em 1954, com o lançamento da mineira *Revista de Cinema*, surge um novo espaço que dá sobrevida a um debate teórico e estético mais aprofundado, que estava então em voga nos círculos cinéfilos do exterior. Posto isso, a crítica de cinema praticada aqui precisou se conformar pelos ditames dos veículos de comunicação de massa e pelas demandas do grande público, o que restringiu, em certa medida, a transformação da crítica especializada em uma instância de consagração autônoma do campo cinematográfico.

Embora com visíveis limitações, o espaço da crítica de cinema acabou por forjar grupos antagônicos, dentre os quais se destacavam os “esteticistas” e os “críticos-históricos”. Essa divisão diz respeito à maneira que cada grupo se colocava diante da recepção dos filmes, caracterizados, respectivamente, pela primazia dos atributos formais de um filme e, em contraponto, pela valorização do conteúdo e da mensagem política da obra analisada (Autran, 2003). Essa dicotomia, como alerta Silva (2019), não deve ser tomada como absoluta para examinar as estratégias de interpretação dos filmes à luz do contexto histórico, já que os críticos não restringiam totalmente a avaliação da forma em detrimento do conteúdo, e vice-versa. No entanto, a sistematização sobre os dois grupos realizada por Arthur Autran (2003) possui grande valor analítico, pois elenca as posições e os indicadores de dominação em disputa no exercício da crítica nos anos 1950, valendo uma breve consideração.

Sem adentrar nos detalhes sobre os modos de avaliação dos filmes, os esteticistas e os críticos-históricos compunham, respectivamente, a fração dominante e dominada do

subcampo da crítica de cinema no período. Isso se dava, sobretudo, pela presença do primeiro grupo nos principais veículos de imprensa e sua atuação em peso nas comissões governamentais voltadas para o cinema, além do engajamento de seus agentes na criação das cinematecas. Dentre seus principais expoentes, podem ser mencionados Moniz Vianna, Almeida Salles, Ely Azeredo, B. J. Duarte e Décio Vieira Ottoni. Já os críticos-históricos compunham a posição dominada, em razão da atuação em órgãos menores da imprensa e pela presença ínfima nas decisões do poder executivo sobre o cinema. Entre os representantes desse segundo grupo, destacam-se Alex Viany, Rodolfo Nanni, Walter da Silveira e Salvyano Cavalcanti de Paiva. Como nota Arthur Autran (2003), se os esteticistas dominaram a crítica nos grandes jornais e ocuparam as comissões governamentais, o segundo grupo buscou se legitimar de outras maneiras, como na militância nos congressos de cinema e na produção historiográfica, revelando a permanente movimentação das lutas internas no segmento.

Percebe-se, assim, a conformação de um espaço de produção intelectual, no qual seus agentes estão dispostos desigualmente, a partir de critérios estabelecidos internamente em torno do prestígio e da capacidade de influenciar o próprio fazer da crítica. Ademais, levanta-se outro questionamento em torno da noção de campo para o caso brasileiro: “como pensar a autonomia do campo quando o cinema brasileiro nunca pôde abdicar do Estado como alicerce econômico e, por consequência, como instância de consagração?” (Silva, 2019, p. 24). As formas de produção do cinema nacional, como relembra Jean-Claude Bernardet (2009), foram permeadas historicamente por uma presença dupla, entre a invasão massiva de filmes estrangeiros e a força do Estado, que foi acionado recorrentemente por agentes do meio cinematográfico para intervir na situação. Provocações como essas nos mobilizam a refletir sobre o empenho constante dos críticos de cinema em se posicionarem nos debates sobre as políticas governamentais voltadas ao cinema, a fim de obterem uma maior projeção enquanto agentes relevantes no campo cinematográfico brasileiro. Na coluna de Décio Vieira Ottoni, eram frequentes artigos de opinião e notas que abordavam os problemas do cinema nacional e possíveis propostas para solucioná-los, destacando sempre o papel do crítico como figura de autoridade no assunto.

A partir da análise dos escritos de Ottoni, percebe-se claramente o empenho em se posicionar diante do debate em torno da atuação do Estado na atividade cinematográfica, bem como em reivindicar a participação conjunta dos críticos nas tomadas das decisões. À

título de exemplo, era incabível para Ottoni, na ocasião do estabelecimento da Comissão Parlamentar de Teatro e Cinema durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, que uma proposta daquele vulto não tivesse ouvido a “opinião fundamental e especializada da Associação Brasileira de Cronistas Cinematográficos” (Ottoni, 15 ago. 1950, p. 6) – o polêmico órgão representativo dos críticos de cinema que será, mais adiante, denunciado pelo mesmo. Na visão de Ottoni, qualquer política pública relacionada à produção cinematográfica deveria contemplar a apreciação da categoria, tendo em vista a própria natureza do trabalho do crítico, que, além de formar o gosto dos seus leitores em relação à arte cinematográfica, exige um profundo conhecimento sobre o cinema em suas mais diversas facetas, tornando o crítico uma figura incontornável para o debate.

Outros dois momentos que ilustram essa preocupação em se posicionar diante dessa discussão podem ser analisados na repercussão negativa em torno da lei dos “8x1”² e na participação de Ottoni no relatório para a criação do Instituto Nacional de Cinema. A primeira legislação gerou grandes polêmicas no campo cinematográfico, na medida em que evidenciou os conflitos internos no setor, dividido entre produtores favoráveis ao projeto e exibidores, que eram contrários (Melo, 2011). A postura de Ottoni, marcada pela oposição ao projeto, se assemelha a de outros críticos também atuantes na grande imprensa, a exemplo de Antônio Moniz Vianna, no *Correio da Manhã* (Vianna, 20 nov. 1951, p. 9). Os argumentos de ambos eram próximos, marcados pela ênfase na insuficiência da produção nacional para o cumprimento da lei e pela correlação entre a quantidade estipulada de filmes em detrimento da qualidade.

A proximidade com Moniz Vianna é interessante de ser levada em consideração, uma vez que ele ocupou uma posição central no subcampo da crítica de cinema, destacando-se como um dos críticos mais influentes e lidos do seu período. A posição proeminente de Vianna se deu pela conjugação entre alguns fatores de prestígio já mencionados, tais como a presença em um grande jornal, como o *Correio da Manhã*, e a participação em órgãos e comissões do poder executivo, tendo sido membro do Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica (Geicine) e do Instituto Nacional de Cinema. Além disso, ele também foi um dos idealizadores da Cinemateca do MAM-RJ e foi o responsável por organizar importantes mostras de cinema, exibindo os clássicos de países como

² A lei dos “8x1” (Decreto 30.179/1951) estabeleceu a obrigatoriedade de exibição de um filme nacional a cada oito filmes estrangeiros em todos os cinemas do país, alterando o critério anteriormente estabelecido pelas leis de reserva de mercado, baseado no número de filmes fixos a serem exibidos, para o da proporcionalidade.

Estados Unidos (1958) e França (1959) para gerações que não puderam assistir anteriormente. A trajetória de Moniz Vianna demonstra, assim, o acúmulo de atributos que lhe forneciam simbolicamente uma autoridade dentro da atividade, tornando a aproximação a sua figura uma possível estratégia de projeção no subcampo da crítica.

A participação de Ottoni na comissão para a criação do Instituto Nacional de Cinema (INC)³ também é sintomática quando pensamos em possíveis estratégias de afirmação de autoridade e destaque entre seus pares. Por convite do cineasta Alberto Cavalcanti, Ottoni integrou a equipe para a realização de um balanço da situação do cinema brasileiro, a fim de compor o anteprojeto do INC. Embora o projeto não tenha se concretizado no período, o tema gerou profundas repercussões na imprensa, evidenciando novos embates entre uma desconfiança diante da atuação do Estado no setor e um apelo para a sua intervenção. A aproximação com Cavalcanti, outra figura relevante no meio cinematográfico, e a aposta em participar da relatoria de um projeto polêmico podem ser vistos como posturas que contribuíram para projetá-lo, de certa forma, como figura relevante e de prestígio no meio.

O engajamento no debate sobre as políticas de fomento ao cinema brasileiro se colocou, então, como uma prática comum entre os críticos dos principais jornais do país. A crítica de cinema, enquanto uma das esferas do campo cinematográfico, não deve ser reduzida, portanto, apenas à escrita de comentários avaliativos e interpretações sobre os filmes. Percebe-se que as colunas da crítica de cinema, sobretudo da grande imprensa, aliaram a avaliação dos filmes com discussões variadas sobre a conjuntura do cinema nacional, a exemplo da atuação do Estado, visando uma maior projeção dos críticos como vozes relevantes no meio cinematográfico. Se o cinema nacional não podia se afastar da sombra do Estado, os críticos buscavam, portanto, se posicionar diante de diversas questões envolvendo as políticas culturais de fomento à produção.

Diante do debate público, o crítico buscava se colocar numa posição distinta dos demais espectadores, elevando-se a uma postura de autoridade em relação à mediação do cinema ao público. A construção da legitimidade usufruída pelo crítico de cinema, que só foi possível através da consolidação de regras e critérios avaliativos compartilhados pelos seus pares, habilitava o profissional a se assumir enquanto uma “voz autorizada” (Silva, 2019, p. 149), capaz de fornecer leituras autênticas e confiáveis sobre cinema ao seu

³ O Instituto Nacional de Cinema foi uma autarquia criada somente na década de 1960, via Decreto-lei 43/1966, porém o primeiro projeto para a sua formalização é datado de 1952, quando Getúlio Vargas convida o cineasta Alberto Cavalcanti para a formulação de um relatório sobre a possível criação de um órgão de fomento e fiscalização do cinema nacional.

público. Dentre esses critérios mobilizados pelos críticos, destaca-se a teoria do específico cinematográfico que, segundo Silva (2019), sustentava as avaliações que defendiam a singularidade artística do filme diante de outras expressões, exigindo um equilíbrio necessário dos elementos formais para a construção adequada da unidade narrativa do filme. Para a mobilização desse tipo de argumento, o crítico precisava ser um profundo conhecedor das particularidades da linguagem cinematográfica, a fim de articular termos técnicos com a interpretação da obra, pressupondo já uma distinção com o público leitor do jornal.

A questão em torno da autoridade sempre foi vital para os críticos de cinema, uma vez que é justamente por meio de sua posse que o crítico recebe a legitimidade para descrever, explicar, contextualizar e avaliar um determinado objeto (Frey, 2015). O reconhecimento cultural dos críticos de cinema, no entanto, é afetado por sua inserção um tanto marginal dentro do campo de produção erudita, em razão do próprio estatuto ambíguo do cinema como entretenimento e expressão artística, bem como da popularização da crítica nas páginas da grande imprensa. Segundo Bourdieu (2007b), há uma inquietação pela legitimidade da prática, o que leva tais críticos, que são marginais em comparação aos intelectuais voltados às artes consagradas, a adotarem certo tom sentencioso e o culto pela erudição. O discurso de autoridade dos críticos aparece recorrentemente no emprego de uma linguagem técnica mais sofisticada, na condenação do gosto do grande público e, sobretudo na crítica de Ottoni, na repreensão elitista do baixo nível cultural dos espectadores brasileiros. Tais temáticas podem ser analisadas enquanto regularidades discursivas (Foucault, 2008), uma vez que são empregadas a cargo das estratégias de distinção, que sustentam a autoridade dos críticos diante do público leigo e são fundamentais para a legitimação da atividade dentro do campo cultural.

Para o desfrute dessa autoridade, o crítico precisava seguir certos critérios necessários para ser considerado não apenas apto ao ofício da crítica, mas também para se inserir dentro das dinâmicas de poder no campo. Nesse sentido, índices como o prestígio da plataforma na qual o crítico trabalhava – se era um periódico local ou um jornal de grande circulação – e a formação, sobretudo em cineclubes, eram basilares para a configuração das posições dominantes nesse subcampo (Silva, 2019). Membro ativo do Círculo de Estudos Cinematográficos do Rio de Janeiro e um dos fundadores do Centro de Cultura Cinematográfica, em 1956, Ottoni defendeu recorrentemente, em sua coluna, a criação dos cineclubes para o desenvolvimento cinematográfico de um país (Ottoni, 26 out. 1950, p. 6).

Embora tenha se tornado uma figura pouco explorada pela historiografia, Décio Vieira Ottoni acumulou certa influência no meio e se enquadrava nos aspectos expostos acima, em virtude tanto da sua presença em um veículo diário de grande alcance, quanto no seu envolvimento em outras esferas do campo cinematográfico, colocando-se várias vezes como porta-voz da categoria.

É interessante recuperarmos, por último, essa postura particular de Ottoni, que pode ser interpretada como um esforço do mesmo em se projetar como representante da categoria dos críticos, somando as ideias já apresentadas de Bourdieu com algumas considerações de Roger Chartier. Essa postura de representante dos críticos pode ser elucidada no episódio de denúncia e retirada em massa dos principais críticos de cinema do órgão representativo da categoria, em 1952. A Associação Brasileira de Cronistas Cinematográficos (ABCC) foi uma entidade representativa dos críticos e cronistas de cinema fundada em 1946, sendo inspirada em organizações semelhantes na Europa e nos Estados Unidos (Carioca, 01 jun. 1946, p. 46). Com estatuto próprio e eleições anuais, a ABCC reunia grande parte dos colunistas de cinema do Rio de Janeiro e São Paulo, promovendo premiações, exhibições de filmes e reuniões entre seus membros. Em 1951, Ottoni chega a ocupar a presidência, porém, em razão de discordâncias em relação ao órgão, logo abdicou do cargo (Tribuna da Imprensa, 13 fev. 1951, p. 7).

Foi em um artigo de outubro de 1952, intitulado “A Opinião da Crítica no Brasil”, que Ottoni fez severas críticas à ABCC, o que nos fornece as bases de seu argumento sobre uma representação ideal do profissional da crítica. Esse episódio foi também tratado por Thiago Luiz Turíbio da Silva (2019), que analisou tal exemplo como sintoma da formação de uma moral profissional, que possuía a autonomia do crítico como condição fundamental para a atividade. No artigo citado, o crítico afirmou que a entidade vivia em crise desde sua fundação, em virtude de discrepâncias entre os interesses dos seus membros. Ottoni não se conformava diante da composição do órgão, formado por “jornalistas de caráter eventual, colaboradores esporádicos de suplementos ou de semanários de uso restrito” e, sobretudo, por “corretores de publicidade e até mesmo fãs” (Ottoni, 08 out. 1952, p. 7). Esses sujeitos eram vistos como “estranhos ao exercício da crítica” e barravam, segundo Ottoni, qualquer promoção de cursos sobre história da arte e estética cinematográfica, já que preferiam “coquetéis onde compareciam ‘estrelas’”, com “farta distribuição de publicidade da firma anfitriã” (Ottoni, 08 out. 1952, p. 7). Em razão de tais divergências, Ottoni optou, junto com críticos como Moniz Vianna, B. J. Duarte e Almeida Salles, pela saída da associação.

Os argumentos mobilizados por Ottoni podem ser compreendidos como integrantes de uma busca, por parte desse setor da crítica de cinema atuante nos grandes jornais, em construir uma representação específica do profissional da crítica. Dentre as diferentes modalidades de relação com o mundo social, uma representação é capaz de englobar, segundo Roger Chartier, “práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição” (Chartier, 2002, p. 23). Nos trechos acima, percebe-se a formulação de uma identidade para o “verdadeiro” crítico de cinema, através do contraponto aos elementos negativos presentes na denúncia, como a venda da autonomia do crítico para a publicidade e a ignorância em relação aos conhecimentos internos da linguagem cinematográfica, uma vez que a erudição sobre o cinema seria justamente um dos aspectos de distinção entre o crítico e o público não especializado.

O crítico de cinema, diferente do colunista social, não deveria se preocupar em cobrir as “focacas” sobre a vida íntima das celebridades, nem se aproveitar de coquetéis e banquetes oferecidos pelas distribuidoras de publicidade, como Ottoni ironiza em certa ocasião (Ottoni, 20 fev. 1951, p. 6). O profissional da crítica deve prezar por sua missão primordial, que é, nas palavras de Ottoni, a de “estabelecer, através da interpretação, o melhor contato entre a obra presenciada e o espectador” (Ottoni, 07 dez. 1951, p. 7), a partir da promoção da arte cinematográfica. Esse esforço de construção de uma autoimagem ideal do profissional da crítica relembra a colocação de Bourdieu (1968), segundo o qual os intelectuais dependem profundamente da imagem que os outros têm deles para a conformação de sua própria imagem e função. Diante dessa força do público externo, os críticos forjaram constantemente formas de imputar uma representação legítima de sua função, visando ao reconhecimento e à legitimidade fora do campo.

O reconhecimento do crítico de cinema entre seus pares estava relacionado, assim, àquelas práticas vistas como condições mínimas para a inserção do sujeito dentro das posições dominantes do subcampo da crítica, como o engajamento intelectual em espaços como cineclubes e a atuação em plataformas de prestígio, moldando uma representação social partilhada pela categoria. Tomando o rompimento com a ABCC como caso exemplar, as posturas de Décio Vieira Ottoni contribuíram, assim, para projetá-lo como figura representante de sua categoria profissional, reproduzindo e fortalecendo os valores e as práticas construídas historicamente no desenvolvimento da crítica de cinema no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessas reflexões, percebe-se que a crítica de cinema se configurou enquanto um espaço de discussões muito mais abrangentes em comparação a sua função primordial, baseada na escrita de resenhas sobre os filmes. Enquanto produções intelectuais de ampla circulação, os textos da crítica de cinema fornecem um rico material de análise sobre as configurações sociais, o panorama cultural e as discussões em curso entre um circunscrito grupo de sujeitos instados a se posicionar dentro do debate público. Diante disso, torna-se imprescindível recorrer a um ferramental teórico capaz de fornecer conceitos precisos para examinar historicamente uma atividade do âmbito cultural permeada por relações de força e disputas de sentido.

O exame em torno dos escritos de Décio Vieira Ottoni possibilitou averiguar certas tendências do subcampo da crítica de cinema no Brasil, durante as décadas de 1940 e 1950. As estratégias mobilizadas pelo sujeito analisado, particularmente aquelas voltadas para o engajamento no debate sobre as políticas governamentais e para a construção de uma representação ideal do profissional da crítica, demonstram o empenho de sua atuação em um momento de consolidação da prática da crítica no país. A formação desse subcampo foi marcada por trajetórias semelhantes entre seus pares, tensões entre os formatos da escrita da crítica na grande imprensa e a busca recorrente da categoria em se posicionar como agente incontornável no campo cinematográfico brasileiro.

Em síntese, este artigo buscou realizar um exercício teórico de aplicação das ideias e conceitos desenvolvidos por Pierre Bourdieu para a análise sobre a crítica de cinema. O estudo sobre a atuação de Décio Vieira Ottoni, correlacionando a sua trajetória com a conformação da prática da crítica de cinema no país, exigiu uma leitura que abarcasse as complexidades das dinâmicas sociais e da interdependência do intelectual com o campo, no qual o sujeito atua, constrói cotidianamente e, ao mesmo tempo, é moldado por ele. Conceitos como os de distinção, poder simbólico e, sobretudo, campo possibilitam, logo, uma reflexão detida sobre as estratégias de atuação e justificação da atividade dos próprios críticos de cinema diante do público leitor e dos seus pares, atestando a pertinência da articulação do arcabouço teórico proposto por Bourdieu para o estudo da temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMATTI, Margarida Maria. **A crítica cinematográfica e o star system nas revistas de fãs: A Cena Muda e Cinelândia (1952-1955)**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.27.2009.tde-10112010-113200>. Acesso em: 14 mar. 2026.

ALTMANN, Eliska. **Imagens do Brasil na América Latina: permanência na crítica dos cinemas de Glauber Rocha e Walter Salles**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008

ALTMANN, Eliska. Olhares da recepção, a crítica cinematográfica em dois tempos. **Cadernos CRH (UFBA)**, v. 21, n. 54, p. 611-622, set./dez. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000300013>. Acesso em: 15 mar. 2026.

BECKER, Howard. **Mundos da arte**. Lisboa: Livros Horizonte, 2010

BERNARDET, Jean-Claude. **Cinema brasileiro: propostas para uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 52.

BERNARDET, Jean-Claude. **Trajetória crítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Vozes, 2023.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século Edições, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BUENO, Maria Lúcia; SANT'ANNA, Sabrina Parracho; DABUL, Lígia. Sociologia da Arte: notas sobre a construção de uma disciplina. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, jan. - abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20336/rbs.233>. Acesso em: 14 mar. 2026

CARVALHO, Rafael Oliveira. Em busca de uma autoridade: a crítica de cinema e seus imperativos atuais. **Rebeca – Revista Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual**. São Paulo, v. 12, n. 1, jan./jun., 2023

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002

CORREA, Rubens Arantes. Os intelectuais: questões históricas e historiográficas – uma discussão teórica. **Saeculum – Revista de História**, n. 33, p. 395-410, João Pessoa, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/27733>. Acesso em: 17 mar. 2026.

Críticos e cronistas do Brasil. **Carioca**, Rio de Janeiro, n. 556, 01 jun. 1946, p. 46.

DOUCHET, Jean. A arte de amar (1961). Tradução de Ruy Gardnier. **Revista Contracampo**, abril de 2013. Disponível em <http://www.contracampo.com.br/100/arttraddouchet.htm>. Acesso em: 26 jan. 2026.

EAGLETON, Terry. **A função da crítica**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREY, Mattias. **The permanent crisis of film criticism. The anxiety of authority**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2015.

JORGE, Marina Soler. Distinção e crítica de cinema na contemporaneidade a partir de estudos de caso. **ACENO**, v. 2, n. 3, jan.-jul. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.48074/aceno.v2i3.2495>. Acesso em: 14 mar. 2026

Manchete, Rio de Janeiro, n. 43, 14 fev. 1953, p. 58

MELO, Luís Alberto Rocha. **“Cinema Independente”: produção, distribuição e exibição de filmes no Rio de Janeiro (1948 - 1954)**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 423 p., 2011.

MENDONÇA, Leandro. **A crítica de cinema em Moniz Vianna**. Rio de Janeiro: Edições LCV, 2009

MICELI, Sérgio. Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura. **Tempo Social - USP**, São Paulo, v. 15, n. 1, abr. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702003000100004>. Acesso em: 14 mar. 2026.

MOREIRA, Carlos. Quem conhece e quem faz cinema no Brasil. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 41, 31 jan. 1953, p. 37.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

OTTONI, Décio Vieira. A opinião da crítica no Brasil. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, n. 7444, 08 out. 1952, p. 7.

OTTONI, Décio Vieira. Folias na Ópera. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, n. 6.946, 20 fev. 1951, p. 6.

OTTONI, Décio Vieira. Henrique V - III.. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, n. 6789, 13 ago. 1950, p. 10.

OTTONI, Décio Vieira. Ladrões de Bicicleta (2). **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, n. 6846, 19 out. 1950, p. 6.

OTTONI, Décio Vieira. Luzes da Cidade. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, n. 7.190, 7 dez. 1951, p. 7

OTTONI, Décio Vieira. Os dois lados da vida. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, n. 7373, 17 jul. 1952, p. 7.

OTTONI, Décio Vieira. Pero que te parece.... **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, n. 7176, 21 nov. 1951, p. 7.

OTTONI, Décio Vieira. Um festival cinematográfico no Rio. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, n. 6853, 26 out. 1950, p. 6.

OTTONI, Décio Vieira. Uma comissão parlamentar e o cinema nacional. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro, n. 6790, 15 ago. 1950, p. 6.

RIBEIRO, Ana Paula. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50**. Tese (Doutorado em Comunicação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/10420>. Acesso em: 27 jan. 2026.

SILVA, Thiago Luiz Turibio da. **A institucionalização da crítica de cinema no Brasil: discursividade, métodos, controvérsias (1941-1960)**. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Thiago Luiz Turíbio. A recepção do neorrealismo italiano por Moniz Vianna no contexto do subcampo da crítica de cinema brasileira (1948-1959). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 13, n. 27, jul.- dez. 2021.

SIMIS, Anita. INC (Instituto Nacional de Cinema). In: RAMOS, Fernão; MIRANDA, Luiz Felipe (Org). **Enciclopédia do cinema brasileiro**. São Paulo: Editora Senac, 2000, p. 298-299.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SOUZA, José Inácio de Melo. **A carga da brigada ligeira: intelectuais e crítica cinematográfica, 1941-1945**. São Paulo: Mnemocine, 2017, E-Book (ePUB).

Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, n. 343, 13 fev. 1951, p. 7.

VIANNA, Moniz. Um por oito. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, n. 17.996, 20 nov. 1951, p. 9.

WACQUANT, Loic. Mapear o campo artístico. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 48, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/196>. Acesso em: 14 mar. 2026.

CONSCIÊNCIA HISTÓRICA EMOTIVA: UMA LEITURA DO HUMANISMO INTERCULTURAL DE JÖRN RÜSEN EM DIÁLOGO COM MARTHA NUSSBAUM¹

Edson Silva de Lima²

Resumo: Este artigo investiga em que medida a incorporação da dimensão emocional da consciência histórica pode ampliar o humanismo intercultural formulado por Jörn Rüsen. Parte-se da hipótese de que, embora sua teoria represente uma importante revisão crítica do humanismo moderno, a dimensão emocional permanece insuficientemente elaborada em sua concepção de consciência histórica. O objetivo é propor o conceito de consciência histórica emotiva por meio de um diálogo entre a teoria da história de Jörn Rüsen e a filosofia das emoções de Martha Nussbaum. A análise desenvolve-se a partir de uma leitura suplementar, em sentido derridiano, organizada em torno de cinco eixos: humanismo, razão e emoções, consciência histórica, alteridade e reconhecimento, e formação humana. Argumenta-se que a filosofia das emoções de Nussbaum permite ampliar a teoria da consciência histórica ao compreender as emoções como elementos constitutivos da produção de sentido histórico. Conclui-se que a consciência histórica emotiva integra cognição, julgamentos avaliativos e orientação prática, oferecendo uma ampliação teórica do humanismo intercultural e contribuindo para os debates da Teoria da História e da Didática da História.

Palavras-chave: Consciência histórica emotiva; Consciência histórica; Humanismo intercultural; Jörn Rüsen; Martha Nussbaum.

Resumen: This essay investigates the extent to which incorporating the emotional dimension of historical consciousness can expand the concept of intercultural humanism formulated by Jörn Rüsen. It starts from the hypothesis that, although Rüsen's theory represents a significant critical revision of modern humanism, the emotional dimension remains insufficiently developed within his conception of historical consciousness. The article proposes the concept of emotive historical consciousness through a dialogue between Rüsen's theory of history and Martha Nussbaum's philosophy of emotions. The analysis is based on a supplementary reading, in the Derridean sense, structured around five analytical axes: humanism, reason and emotions, historical consciousness, alterity and recognition, and human formation. The corpus comprises Rüsen's major works on historical consciousness and intercultural humanism, together with Nussbaum's writings on the philosophy of emotions. It is argued that Nussbaum's philosophy makes it possible to broaden the theory of historical consciousness by understanding emotions as constitutive elements of historical meaning-making. The essay concludes that emotive historical consciousness integrates cognition, evaluative judgments, and practical orientation, thereby expanding the theoretical scope of intercultural humanism and contributing to contemporary debates in Theory of History and History Education.

Palabras clave: Emotive historical consciousness; Historical consciousness; Intercultural humanism; Jörn Rüsen; Martha Nussbaum.

¹ Este artigo é fruto do estágio pós-doutoral realizando na UERJ/FFP sob supervisão da profa. Dra. Sônia Wanderley (2023-2025). Agradeço a CAPES pela bolsa no período de desenvolvimento desta pesquisa.

² Professor adjunto de Teorias e Práticas do Ensino e da Pesquisa em História da Universidade Estadual de Goiás. <http://lattes.cnpq.br/8450776305584305>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7903-434X>; edson.lima@ueg.br.

INTRODUÇÃO

Este artigo investiga em que medida a incorporação da dimensão emocional da consciência histórica pode tensionar e ampliar o humanismo intercultural formulado por Jörn Rüsen. Parte-se da hipótese de que, embora sua teoria represente uma importante revisão do humanismo moderno diante dos desafios interculturais contemporâneos, a dimensão emocional permanece insuficientemente elaborada em sua concepção de consciência histórica, limitando sua capacidade de compreender experiências históricas marcadas pela violência, pela desumanização e pela negação do reconhecimento. O objetivo do artigo consiste em demonstrar como o diálogo entre a teoria da história de Jörn Rüsen e a filosofia das emoções de Martha Nussbaum possibilita a formulação do conceito de consciência histórica emotiva, entendido como uma ampliação crítica da consciência histórica mediante a integração constitutiva entre cognição, emoção e orientação prática.

O corpus teórico é constituído, no que se refere à obra de Jörn Rüsen, por *Razão Histórica: teoria da história – os fundamentos da ciência histórica*(2001), *Formando a consciência histórica: por uma didática humanista da história*(2012), *Em direção a uma nova ideia de humanidade: unidade e diferença de culturas nos encontros de nosso tempo*(2012) e *Emotional Forces in Historical Thinking: Some Metahistorical Reflections and the Case of Mourning*(2008). De Martha Nussbaum, mobilizam-se principalmente *Poetic Justice*(1995), *Cultivating Humanity*(1997), *Upheavals of Thought*(2001) e *Paisajes del pensamiento*(2008), por concentrarem suas reflexões sobre emoções, formação humanística e imaginação ética. A escolha dessas obras decorre do fato de reunirem os principais fundamentos conceituais acerca da consciência histórica, do humanismo intercultural e da teoria cognitivo-avaliativa das emoções.

O diálogo entre Rüsen e Nussbaum desenvolve-se a partir de cinco eixos: (1) a concepção de humanismo; (2) a relação entre razão e emoções; (3) a compreensão da consciência histórica; (4) as noções de alteridade e reconhecimento; e (5) a formação humana. Esses eixos orientam uma leitura suplementar, em sentido derridiano (2017), e não uma comparação simétrica entre autores. A filosofia das emoções de Martha Nussbaum é mobilizada para explicitar, tensionar e ampliar aspectos da teoria da consciência histórica de Rüsen que permanecem pouco desenvolvidos, particularmente aqueles relacionados ao papel constitutivo das emoções na produção de sentido histórico.

É nesse horizonte que o assassinato do jovem congolês *Moïse Kabagambe*, em 2022, constitui o ponto de partida desta reflexão³. Espancado até a morte após reivindicar o pagamento de dois dias de trabalho em um quiosque na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, Moïse tornou-se símbolo das múltiplas formas de violência que atravessam o presente, evidenciando como racismo, xenofobia, exploração do trabalho e desumanização continuam a desafiar qualquer projeto de humanismo comprometido com o reconhecimento da dignidade humana. Mais do que um acontecimento isolado, sua morte evidencia a necessidade de compreender como as emoções participam da interpretação da experiência histórica, da constituição dos juízos morais e da orientação para a ação diante de situações de injustiça.

Nessa perspectiva, as emoções não são compreendidas como reações subjetivas ou irracionais, mas como elementos constitutivos da consciência histórica. Elas interferem na seleção das experiências consideradas relevantes, na atribuição de significado ao passado, na construção das narrativas históricas e na orientação prática dos sujeitos no presente. É precisamente nesse sentido que se propõe o conceito de consciência histórica emotiva, concebido como uma ampliação da teoria rüseniana capaz de integrar, de maneira sistemática, as dimensões cognitiva, emocional e pragmática da experiência histórica.

Para desenvolver esse argumento, este artigo, organiza-se em quatro movimentos. Inicialmente, examinam-se os fundamentos do humanismo intercultural e da consciência histórica em Jörn Rüsen, destacando seus pressupostos e os limites decorrentes da reduzida elaboração da dimensão emocional. Em seguida, apresenta-se a filosofia das emoções de Martha Nussbaum como tensionamento da teoria rüseniana. Na sequência, desenvolve-se o diálogo entre ambos os autores a partir dos eixos do humanismo, da relação entre razão e emoções, da consciência histórica, da alteridade e do reconhecimento e da formação humana, evidenciando aproximações, tensões e possibilidades de ampliação conceitual. Por fim, sistematiza-se o conceito de consciência histórica emotiva, explicitando seus elementos constitutivos, sua especificidade em relação à teoria da consciência histórica de Rüsen e suas contribuições para a Teoria da História e a Didática da História.

³FAMÍLIA denuncia que congolês foi espancado até a morte no Rio após cobrar salário atrasado. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 31 jan. 2022. Cotidiano.

O HUMANISMO INTERCULTURAL E A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA EM JÖRN RÜSEN

Jörn Rüsen consolidou-se como uma das principais referências da teoria da história contemporânea ao articular epistemologia, consciência histórica, cultura histórica, aprendizagem histórica e didática da história em uma reflexão voltada para a orientação temporal da vida humana. Sua obra ultrapassa os limites da teoria da história em sentido estrito, propondo uma compreensão da historiografia como prática de produção de sentido capaz de orientar os sujeitos diante das transformações do presente. No Brasil, seu pensamento exerceu ampla influência tanto na teoria da história quanto no campo do ensino de História, especialmente a partir das traduções realizadas por Estevão Martins e do diálogo estabelecido com pesquisadores da Didática da História.

Entre os diversos conceitos desenvolvidos por Rüsen, interessa particularmente ao presente artigo o de humanismo intercultural, por constituir o horizonte normativo a partir do qual sua teoria da consciência histórica procura responder aos desafios colocados pela pluralidade cultural contemporânea. A análise dessa proposta não pretende realizar uma crítica externa à obra do autor, mas desenvolver uma suplementaridade, buscando explicitar limites e potencialidades de sua formulação para pensar a dimensão emocional da consciência histórica.

Em *Formando a consciência histórica: por uma didática humanista da história* (2012), Rüsen sustenta que a didática da história deve responder às demandas da cultura histórica de seu tempo, contribuindo para a orientação histórica dos sujeitos em sociedades marcadas pelo crescente encontro intercultural. Nesse contexto, a consciência histórica deixa de ser apenas uma categoria epistemológica e assume igualmente uma função ética e política, orientando a constituição das identidades e das formas de convivência entre diferentes tradições culturais.

Um dos principais desafios identificados por Rüsen refere-se à crise das formas tradicionais de identidade histórica (Rüsen, 2012, p.20). A fragmentação das identidades nacionais, intensificada pelos processos de globalização e pela ampliação das interações interculturais, exige novos modos de articulação entre pertencimento, diferença e reconhecimento. Sua resposta consiste na formulação de um humanismo intercultural capaz de conciliar a universalidade da dignidade humana com a pluralidade das formas históricas de existência.

Essa formulação representa um deslocamento importante em relação às versões clássicas do humanismo moderno, ao reconhecer que nenhuma cultura pode reivindicar para si o monopólio da humanidade (Rüsen, 2012, p.20). Todavia, a manutenção da dignidade humana como princípio universal continua desempenhando função normativa central em sua teoria. Essa opção teórica preserva um horizonte comum para a orientação histórica, mas também suscita questões acerca dos critérios históricos que fundamentam essa universalidade e das assimetrias produzidas quando categorias formuladas no interior da tradição intelectual europeia assumem pretensão de validade geral.

Não se trata de negar a relevância da proposta de Rüsen, mas de reconhecer a tensão constitutiva entre sua abertura à pluralidade cultural e a permanência de fundamentos universalizantes (Rüsen, 2012, p.21). Essa tensão não invalida sua teoria; ao contrário, constitui precisamente o ponto a partir do qual este artigo pretende desenvolver sua contribuição. Em vez de rejeitar o humanismo intercultural, interessa investigar como ele pode ser ampliado mediante a incorporação sistemática da dimensão emocional da consciência histórica.

Essa questão, torna-se ainda mais significativa quando se observa que o próprio Rüsen reconhece a importância das emoções para o pensamento histórico, particularmente em *Emotional Forces in Historical Thinking* (2008). Entretanto, embora esse reconhecimento represente um avanço importante, as emoções permanecem relativamente periféricas em relação à arquitetura geral de sua teoria da consciência histórica.

Elas são admitidas como elementos relevantes da experiência histórica, mas não integram de maneira sistemática as operações de experiência, interpretação, orientação e motivação que estruturam a consciência histórica. É precisamente essa insuficiência que fundamenta o diálogo desenvolvido com a filosofia das emoções de Martha Nussbaum e conduz à proposição do conceito de consciência histórica emotiva. Se o humanismo de Rüsen tem como fundamental, segundo Maria Auxiliadora Schmidt e Marcelo Fronza (2015), a emancipação e o autoconhecimento a partir do reconhecimento do outro, em que medida o racionalismo, pelo menos sozinho, não é mais suficiente para constituir uma consciência histórica articulada a experiências emotivas?

O HUMANISMO INTERCULTURAL EM JÖRN RÜSEN: FUNDAMENTOS E LIMITES

Convém distinguir algumas categorias que, embora historicamente relacionadas, não se confundem. Neste artigo, entende-se por humanismo renascentista o movimento

intelectual voltado à valorização dos *studia humanitatis* e da dignidade humana; por humanismo moderno, a reformulação dessa tradição a partir da centralidade do sujeito racional e da universalidade da razão; por antropocentrismo, a compreensão segundo a qual o ser humano ocupa posição privilegiada na ordem do mundo; por eurocentrismo, a universalização histórica da experiência europeia como parâmetro de interpretação das demais culturas; e por colonialismo, o processo histórico de dominação política, econômica e epistemológica que contribuiu para consolidar essa centralidade (ARAÚJO et al., 2024). É nesse horizonte que se insere o humanismo intercultural formulado por Jörn Rüsen, concebido como uma tentativa de revisar criticamente a tradição humanista sem abandonar a pretensão de universalidade.

A proposta de Rüsen parte do pressuposto de que toda cultura produz alguma compreensão do que significa ser humano e de que essa compreensão desempenha papel decisivo na constituição de sentido e na orientação da vida prática. Em suas palavras, “em nenhum lugar existe uma cultura na qual alguma ideia do que significa ser humano não desempenhou um papel importante na forma como os humanos constituem sentido e regulam suas vidas cotidianas” (Rüsen, 2012, p. 57). Por essa razão, a humanidade é concebida como o critério último das operações de criação de sentido histórico, articulando uma dimensão empírica - presente nas diferentes experiências históricas - e uma dimensão normativa, relacionada ao princípio da dignidade humana.

Essa formulação representa um esforço de responder aos desafios colocados pela intensificação dos encontros interculturais e pela crise das formas tradicionais de pertencimento. Para Rüsen, a fragmentação das identidades históricas exige um horizonte comum capaz de sustentar o reconhecimento mútuo entre diferentes culturas sem reduzir a pluralidade das experiências humanas (Rüsen, 2012, p.61). O humanismo intercultural procura responder a esse desafio ao articular a universalidade da dignidade humana com a diversidade das formas históricas de vida, fazendo da consciência histórica um espaço de mediação entre identidade, alteridade e orientação prática (Rüsen, 2012, p.60).

Diferentemente das formulações clássicas do humanismo moderno, a proposta de Rüsen reconhece que nenhuma cultura pode reivindicar para si o monopólio da humanidade (Rüsen, 2012, p.66). Seu objetivo consiste em preservar a dignidade humana como princípio normativo comum, sem ignorar a pluralidade histórica das formas de existência. Essa inflexão representa um avanço significativo em relação às concepções

universalistas que identificavam a experiência europeia como modelo exclusivo de civilização.

Entretanto, a própria fundamentação do humanismo intercultural permanece tensionada pela permanência de categorias universalizantes. Ainda que Rüsen considere a diversidade cultural e proponha uma reinterpretação crítica da tradição humanista, sua concepção de orientação histórica permanece ancorada na ideia de uma dignidade humana de caráter universal. A questão que daí decorre não consiste em negar a importância desse princípio, mas em perguntar em que medida os critérios que sustentam essa universalidade permanecem vinculados à tradição intelectual moderna europeia. Em outras palavras, a abertura intercultural proposta por Rüsen convive com uma estrutura normativa cuja legitimidade continua apoiada em categorias produzidas no interior da experiência histórica do Ocidente.

Essa tensão não invalida a proposta de Rüsen. Ao contrário, constitui precisamente o ponto de partida deste artigo. Em vez de rejeitar o humanismo intercultural, interessa investigar de que modo ele pode ser ampliado a partir da incorporação sistemática da dimensão emocional da consciência histórica. As emoções devem ser admitidas como elementos importantes da experiência histórica, embora, para Rüsen, elas não desempenham um protagonismo nas operações de experiência, interpretação, orientação e motivação que estruturam a consciência histórica.

O HUMANISMO INTERCULTURAL COMO REVISÃO CRÍTICA DO HUMANISMO MODERNO

Em, *Em direção a uma nova ideia de humanidade: unidade e diferença de culturas nos encontros de nosso tempo* (2012), Jörn Rüsen aprofunda sua proposta de humanismo intercultural ao enfrentar um dos problemas centrais da contemporaneidade: como sustentar um horizonte comum de humanidade em um mundo marcado pela pluralidade cultural e pelas consequências históricas do colonialismo. Sua proposta não consiste em abandonar a tradição humanista, mas em submetê-la a uma revisão crítica, procurando preservar a dignidade humana como princípio normativo ao mesmo tempo em que reconhece a diversidade das experiências culturais.

Nesse contexto, a identidade ocupa lugar central. Para Rüsen, a constituição do si mesmo depende da relação com a alteridade, de modo que a identidade cultural não pode ser compreendida como realidade fixa, mas como processo histórico permanentemente tensionado pelos encontros interculturais (Rüsen, 2012, p.43). A globalização intensifica

esse desafio ao deslocar formas tradicionais de pertencimento e produzir novas configurações identitárias, exigindo da consciência histórica formas mais complexas de orientação prática.

Essa formulação representa um deslocamento importante em relação às versões clássicas do humanismo, o que implica reconhecimento que do não monopólio do sentido de humanidade. Em todo caso, sua reflexão não avançou em dismantelar o fundamento normativo, senão aprofundá-lo. Embora Rüsen critique explicitamente o eurocentrismo, o etnocentrismo e as formas coloniais de exclusão, sua tentativa de reconstruir um horizonte universal de humanidade continua apoiada em categorias historicamente elaboradas no interior da tradição intelectual moderna europeia. Isso decorre de sua realidade como intelectual, mas também uma resistência a autocrítica, isto é, do exercício da empatia histórica como possibilidade de mobilizar outras matrizes de pensamento que não puramente ocidentais.

Essa tensão foi destacada por Ana Carolina Barbosa Pereira (2023), ao argumentar que a proposta de Rüsen tende a estabelecer uma falsa horizontalidade entre Ocidente e não Ocidente, atualizando a centralidade da tradição ocidental como referência para a mediação dos conflitos interculturais. A questão não consiste em negar a importância da dignidade humana como princípio normativo, mas em interrogar os pressupostos históricos que sustentam sua pretensão de universalidade e em que medida outras matrizes epistemológicas participam efetivamente dessa construção (Pereira, 2023, p.16).

Sob essa perspectiva, o problema não reside apenas na permanência do universal, mas na maneira como esse universal continua sendo formulado. Ao interpretar determinadas críticas ao Ocidente como expressões de um “etnocentrismo invertido” (Rüsen, 2012, p.46), a formulação de Rüsen aproxima experiências historicamente assimétricas sob um mesmo registro analítico. Como consequência, processos de resistência ao colonialismo e de afirmação de identidades historicamente subalternizadas tendem a ser interpretados a partir de categorias que não distinguem suficientemente as diferentes condições históricas de produção dessas experiências. Entretanto, também indica que essa reconstrução permanece predominantemente organizada por categorias racionais de orientação histórica. A alteridade aparece sobretudo como problema de reconhecimento cognitivo e normativo, permanecendo relativamente pouco elaborada em sua dimensão afetiva.

É precisamente nesse ponto que este artigo propõe um diálogo com Martha Nussbaum (2001). Se as emoções participam da constituição dos julgamentos morais, da imaginação ética e das formas de reconhecimento do outro, elas não podem ocupar um lugar periférico na teoria da consciência histórica. A incorporação sistemática dessa dimensão permite compreender o humanismo intercultural não como um projeto acabado, mas como uma formulação suscetível de suplementação. É nesse sentido que se propõe, nas seções seguintes, o conceito de consciência histórica emotiva, entendido como uma ampliação crítica da teoria da consciência histórica de Jörn Rüsen.

DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA À CONSCIÊNCIA HISTÓRICA EMOTIVA

Em que consiste, afinal, a consciência histórica? Quais elementos a constituem e tornam possível sua função de orientação da vida prática? A teoria da consciência histórica formulada por Jörn Rüsen representa uma das mais importantes contribuições da teoria da história contemporânea ao compreender a consciência histórica como o conjunto de operações pelas quais os sujeitos articulam experiência, interpretação, orientação e motivação para conferir sentido ao tempo. Este artigo parte dessa formulação, mas sustenta que ela permanece insuficientemente desenvolvida quanto ao papel constitutivo das emoções. A questão que orienta esta seção consiste em compreender se a dimensão emocional não deveria integrar, de maneira sistemática, a própria estrutura da consciência histórica. É a partir dessa hipótese que se propõe o conceito de consciência histórica emotiva.

No segundo capítulo de *Razão histórica: teoria da história – os fundamentos da ciência histórica*, especialmente na seção “Experiência do tempo e autoidentidade”, Rüsen afirma que “a consciência histórica é a realidade a partir da qual se pode entender o que a história é, como ciência, e por que ela é necessária” (Rüsen, 2001, p. 56). Essa definição desloca a história do plano exclusivo da produção acadêmica do conhecimento para compreendê-la como uma forma de orientação temporal da existência humana. A consciência histórica torna-se, assim, a condição pela qual os sujeitos interpretam o passado, compreendem o presente e projetam expectativas em relação ao futuro.

Nessa perspectiva, a consciência histórica não constitui apenas uma faculdade cognitiva voltada à interpretação racional do tempo. Ela organiza a experiência histórica mediante operações de experiência, interpretação, orientação e motivação, permitindo aos sujeitos produzir sentido para sua existência individual e coletiva. A narrativa histórica, a

memória, a formação da identidade e a vida prática encontram, nesse processo, sua principal forma de articulação.

O próprio Rüsen reconhece que a consciência histórica está fundada na capacidade humana de interpretar o mundo para além daquilo que ele se apresenta imediatamente. Em suas palavras, “O homem só pode viver no mundo [...] se não tomar o mundo e a si mesmo como dados puros, mas sim interpretá-los em função das intenções de sua ação e paixão” (Rüsen, 2001, p. 57).

Essa passagem merece atenção particular. Ao articular ação e paixão, Rüsen reconhece que a constituição de sentido histórico não se reduz ao exercício de operações puramente intelectuais. Entretanto, essa intuição permanece relativamente pouco desenvolvida ao longo da sua teorização. As emoções aparecem como elementos importantes da experiência histórica, mas não ocupam posição constitutiva nas operações fundamentais da consciência histórica.

Se a consciência histórica organiza a experiência temporal mediante operações de experiência, interpretação, orientação e motivação, torna-se necessário reconhecer que essas operações não são exclusivamente cognitivas. A seleção do que merece ser lembrado, a atribuição de relevância ao passado, a construção das narrativas, os julgamentos morais, a constituição da alteridade e a formação das identidades são permanentemente atravessadas por emoções que orientam escolhas, valores e posicionamentos diante do mundo. As emoções não constituem simples consequências da interpretação histórica; elas participam da própria constituição da experiência histórica.

É nesse sentido que se propõe o conceito de consciência histórica emotiva. Entende-se por consciência histórica emotiva uma forma de orientação temporal em que cognição, emoção e ação prática se articulam de maneira constitutiva na produção de sentido histórico. As emoções deixam de ocupar uma posição periférica para integrar o próprio funcionamento da consciência histórica, influenciando a maneira como os sujeitos interpretam o passado, avaliam acontecimentos, reconhecem o outro e orientam suas ações no presente.

Essa formulação, distingue-se da teoria de Rüsen não por negar a centralidade da racionalidade, mas por compreender que os julgamentos históricos são simultaneamente cognitivos e emocionais. A racionalidade permanece indispensável à interpretação histórica; contudo, ela não opera isoladamente. Emoções como indignação, compaixão,

vergonha, esperança ou solidariedade participam da atribuição de significado às experiências históricas e influenciam diretamente os processos de reconhecimento, responsabilidade e orientação prática.

Nesse contexto, a filosofia das emoções de Martha Nussbaum (2008) oferece instrumentos fundamentais para compreender como os afetos participam da constituição dos julgamentos morais, da imaginação ética e das formas de reconhecimento do outro. É precisamente esse diálogo que será desenvolvido na seção seguinte.

A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA EMOTIVA: UMA LEITURA SUPLEMENTAR ENTRE JÖRN RÜSEN E MARTHA NUSSBAUM

Ao demonstrar o papel das emoções na esfera pública em *Poetic Justice*, Martha Nussbaum (1995) sustenta uma concepção de sociedade democrática fundada no reconhecimento da vulnerabilidade humana e na responsabilidade compartilhada diante do sofrimento do outro. Sua proposta não se orienta por um revisionismo destinado a apagar as dores e as marcas da violência histórica; ao contrário, parte da compreensão dessas experiências como condição para a construção de formas coletivas de enfrentamento do trauma, nas quais o sofrimento não seja esquecido ou anulado, mas reconhecido e compartilhado.

É nesse horizonte que se propõe o conceito de consciência histórica emotiva. Trata-se de uma forma de consciência histórica que compreende a produção de sentido histórico como resultado da articulação entre dimensões cognitivas e emocionais. Embora Martha Nussbaum não formule explicitamente esse conceito, sua teoria cognitivo-avaliativa das emoções oferece fundamentos para compreendê-las como julgamentos enraizados em valores, crenças e narrativas historicamente constituídas. Sob essa perspectiva, as emoções não se opõem à racionalidade, mas participam da constituição de uma consciência simultaneamente reflexiva, histórica e emocional, capaz de orientar os sujeitos em suas relações consigo mesmos, com os outros e com o mundo.

A consciência histórica emotiva designa a articulação constitutiva entre experiência histórica, interpretação narrativa, julgamentos avaliativos, reconhecimento da alteridade e orientação prática. Diferentemente de compreender as emoções como efeitos posteriores da interpretação racional, entende-se que elas participam da própria produção de sentido histórico. Atribuir relevância a um acontecimento, construir uma narrativa, elaborar um juízo moral ou reconhecer o sofrimento do outro envolve, simultaneamente, operações cognitivas

e emocionais. Cognição e emoção não constituem esferas concorrentes, mas dimensões mutuamente constitutivas da consciência histórica.

É nessa perspectiva que a filosofia de Martha Nussbaum oferece uma contribuição decisiva. Em *Upheavals of Thought* (2001), a filósofa sustenta que as emoções não são impulsos irracionais ou simples reações fisiológicas, mas julgamentos avaliativos (*evaluative judgments*). Elas expressam aquilo que os sujeitos consideram valioso para sua existência e revelam a maneira como interpretam sua relação com o mundo, com os outros e consigo mesmos. As emoções estão, portanto, diretamente relacionadas à vulnerabilidade humana, às crenças, aos valores e às formas de reconhecimento que estruturam a vida ética e política.

Essa compreensão permite deslocar a reflexão sobre a consciência histórica para além de uma racionalidade exclusivamente interpretativa. Se as emoções participam da constituição dos julgamentos avaliativos, elas também participam da construção das narrativas históricas, da atribuição de significado ao passado e da orientação prática diante do presente. A consciência histórica deixa de ser compreendida apenas como uma operação cognitiva de interpretação temporal para ser entendida como um processo em que razão e emoção se constituem reciprocamente.

Essa perspectiva, em síntese, encontra respaldo na História das Emoções, em que Rob Boddice (2018) afirma que as emoções não constituem apenas efeitos das circunstâncias históricas, mas participam ativamente da produção dos acontecimentos e da própria inteligibilidade histórica. William Reddy (2001) demonstra que as emoções são historicamente reguladas por regimes emotivos, enquanto Barbara Rosenwein (2006) evidencia que elas se organizam em comunidades emotivas que compartilham normas, expectativas e vocabulários afetivos. Essas contribuições reforçam a ideia de que as emoções não são universais nem exclusivamente individuais, mas histórica e culturalmente constituídas. A consciência histórica emotiva incorpora precisamente essa historicidade das emoções, compreendendo que interpretar o passado implica também reconhecer os regimes afetivos que organizam diferentes experiências históricas.

Nesse sentido, a consciência histórica emotiva estrutura-se em cinco dimensões constitutivas: 1) a experiência histórica, entendida como a vivência temporal dos sujeitos; 2) a interpretação narrativa, pela qual essa experiência adquire inteligibilidade; 3) os julgamentos avaliativos, mediante os quais emoções e valores atribuem significado aos

acontecimentos; 4) o reconhecimento da alteridade, que permite compreender a vulnerabilidade e a dignidade do outro; e 5) a orientação prática, responsável por articular memória, responsabilidade e ação histórica. Essas dimensões não operam isoladamente, mas constituem um processo integrado de produção de sentido histórico.

Sob essa perspectiva, desenvolver uma consciência histórica emotiva significa cultivar a capacidade de compreender criticamente as próprias emoções e reconhecer sua historicidade. Emoções como indignação, vergonha, compaixão, medo ou esperança não são apenas respostas individuais aos acontecimentos, mas formas pelas quais sujeitos e coletividades atribuem significado às experiências vividas. Essa compreensão, aproxima-se da proposta de Nussbaum em *Cultivating Humanity* (1997), na qual a formação ética depende do desenvolvimento da imaginação narrativa, da capacidade crítica e do engajamento emocional com perspectivas diferentes. A educação histórica, nesse contexto, não se limita à transmissão de conhecimentos sobre o passado, mas envolve também a formação da sensibilidade moral e da responsabilidade diante da alteridade.

Contudo, sua elaboração atribui maior centralidade às operações cognitivas do que às dimensões emocionais implicadas a produção de sentido histórico. Mesmo em *Emotional Forces in Historical Thinking*, quando reconhece que pensamento e emoção se encontram profundamente entrelaçados, as emoções continuam sendo compreendidas predominantemente como elementos que acompanham ou ampliam a cognição, sem integrar plenamente a estrutura da consciência histórica.

Ainda em *Emotional Forces in Historical Thinking: Some Metahistorical Reflections and the Case of Mourning* (2008), embora Rüsen reconheça a importância das emoções para o pensamento histórico, sua abordagem parece privilegiar o léxico afetivo e a dimensão retórica da escrita historiográfica em detrimento de uma elaboração sistemática das emoções como dimensão constitutiva da consciência histórica. Nesse sentido, o que Peter Gay (1990) identificou como estilo na escrita da história; é interpretado por Rüsen como evidência de que historiadores como Ranke, Kant, Herder e Hegel mobilizariam as emoções como força motriz de seu fazer historiográfico. Entretanto, o que se observa nessas escritas é, sobretudo, uma linguagem marcada por atravessamentos religiosos e por uma semântica afetiva de caráter retórico, sem que isso implique, necessariamente, uma reflexão sobre as emoções como capacidade de compreender, interpretar e produzir conhecimento histórico.

Nas palavras de Rüsen, “o pensamento, como procedimento cognitivo, é, naturalmente, diferente dos sentimentos que o acompanham, mas, ainda assim, ambas as dimensões da mente humana estão entrelaçadas em um grau do qual normalmente não temos consciência” (Rüsen, 2008, p. 41). Sua argumentação, contudo, revela uma tensão. Ao mesmo tempo em que distingue as emoções dos procedimentos cognitivos, reconhece a necessidade de considerar uma *transformation of emotions into cognition* (Rüsen, 2008, p. 43), isto é, uma transformação das emoções em cognição que lhes permita participar da produção do conhecimento histórico. Mais adiante, ao afirmar que as emoções “não apenas participam da constituição da cognição, mas tornam possível um tipo de compreensão que a cognição, isoladamente, não consegue produzir” (*not only constitute cognition, but allow for more insight than cognition can ever bring about*) (Rüsen, 2008, p. 43), atribui-lhes um alcance cognitivo próprio, capaz de produzir compreensões que ultrapassam aquelas alcançadas pela racionalidade estritamente analítica.

Todavia, quando as emoções parecem adquirir maior protagonismo em sua argumentação, como na afirmação de que “as emoções abrem o campo do passado” (*Emotions open up the realm of the past*) (Rüsen, 2008, p. 44), elas voltam a ser situadas predominantemente no plano estético e retórico. Desse modo, embora suas reflexões revelem uma abertura importante para reconhecer a relevância das emoções na compreensão histórica, sua elaboração teórica tende a mantê-las em posição subsidiária em relação à racionalidade. Em outras palavras, as emoções são concebidas como capazes de ultrapassar os limites da cognição, mas não chegam a constituir um princípio autônomo da própria consciência histórica.

Essa compreensão, torna-se evidente quando Rüsen afirma que “a cognição tem limites, e a emoção pode transgredi-los” (*cognition has limits and emotion can transgress them*) (Rüsen, 2008, p. 45). Nessa perspectiva, as emoções permanecem vinculadas ao movimento interpretativo que conduz do “pré-cognitivo da experiência” (*precognitive meaning*) às características cognitivas (*cognitive features*) da interpretação histórica (Rüsen apud Freire Junior, 2023, p. 44), sem que sua dimensão cognitivo-avaliativa seja plenamente integrada à estrutura da consciência histórica.

A leitura proposta neste artigo procura deslocar essa relação. Em vez de compreender as emoções como dimensão acessória da racionalidade histórica, entende-se que elas participam constitutivamente da experiência, da interpretação, da orientação e da motivação dos sujeitos. Não se trata de substituir a razão pelas emoções, nem de

estabelecer uma oposição entre ambas, mas de reconhecer que toda consciência histórica é simultaneamente cognitiva, emocional e prática. É precisamente essa articulação que permite fundamentar o conceito de consciência histórica emotiva como uma ampliação do humanismo intercultural de Jörn Rüsen, incorporando de maneira sistemática a vulnerabilidade, o reconhecimento e a alteridade como dimensões constitutivas da produção de sentido histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso desenvolvido neste artigo permitiu sustentar que a dimensão emocional ocupa um lugar constitutivo na produção de sentido histórico e que sua elaboração sistemática amplia as possibilidades explicativas da teoria da consciência histórica formulada por Jörn Rüsen. Advogamos que ainda que *Emotional Forces in Historical Thinking* represente um esforço de incorporar as emoções à reflexão histórica, elas permanecem subordinadas aos demais elementos que estruturam a teoria de Rüsen. Foi precisamente a partir dessa lacuna que se desenvolveu o diálogo com a filosofia das emoções de Martha Nussbaum, compreendida não como contraposição à teoria rüseniana, mas como possibilidade de sua suplementação crítica.

Nesse sentido, propôs-se o conceito de consciência histórica emotiva, entendido como uma forma de orientação temporal em que experiência, interpretação narrativa, julgamentos avaliativos, reconhecimento da alteridade e ação prática constituem dimensões inseparáveis da produção de sentido histórico. Essa formulação procura evidenciar que razão e emoção não estabelecem uma relação de oposição ou subordinação, mas participam conjuntamente da constituição da consciência histórica e da formação dos sujeitos.

A partir dessa perspectiva, a consciência histórica emotiva oferece pelo menos quatro contribuições para a teoria da história e para a didática da história. Em primeiro lugar, amplia a compreensão da consciência histórica ao integrar sistematicamente a dimensão emocional às operações de experiência, interpretação, orientação e motivação. Em segundo lugar, reforça a centralidade do reconhecimento da alteridade como fundamento da aprendizagem histórica e da formação ética. Em terceiro lugar, aproxima a teoria da consciência histórica das contribuições da História das Emoções, compreendendo que os afetos são histórica e culturalmente constituídos. Por fim, oferece um horizonte conceitual

para pensar processos formativos comprometidos com a dignidade humana, a responsabilidade histórica e a construção de uma cultura democrática sensível às experiências de violência, exclusão e desumanização.

O assassinato de Moïse Kabagambe, que abriu este artigo, evidencia precisamente a insuficiência de uma racionalidade histórica incapaz de reconhecer que a violência também se produz e se reproduz por meio de regimes afetivos, narrativas e formas de desumanização socialmente compartilhadas. A consciência histórica emotiva procura responder a esse desafio ao compreender que interpretar o passado implica igualmente desenvolver capacidades de reconhecimento, imaginação ética e responsabilidade diante do sofrimento do outro.

Por fim, esta proposta não pretende encerrar o debate, mas abrir novas possibilidades de investigação acerca das relações entre teoria da história, filosofia das emoções, humanismo intercultural e didática da história. Mais do que oferecer um conceito acabado, a consciência histórica emotiva constitui uma hipótese teórica que busca ampliar as possibilidades de compreensão da experiência histórica contemporânea, convidando a novos diálogos sobre as dimensões cognitivas, emocionais e éticas que constituem a produção de sentido histórico.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, André de Melo; DORÉ, Andréa; LIMA, Luís Filipe Silvério; MACHEL, Marília de Azambuja Ribeiro; RODRIGUES, Rui Luis (org.). *A época moderna*. Petrópolis: Vozes, 2024.
- ANSART, Pierre. *A gestão das paixões políticas*. Curitiba: Editora UFPR, 2019.
- BLUMENBERG, Hans. *Teoría del mundo de la vida*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013.
- BODDICE, Rob. *The history of emotions*. Manchester: Manchester University Press, 2018.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- FREIRE JUNIOR, J. J. A presença da afetividade na formação histórica: sentido, sensibilidade e sentimento. *Tempos Históricos*, Cascavel, v. 27, n. 2, p. 95–126, 2023.
- FRONZA, Marcelo; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Contribuições de Jörn Rüsen para a didática da história na perspectiva do humanismo. In: RÜSEN, Jörn. *Humanismo e didática da história*. Curitiba: WA Editores, 2015.

GAY, Peter. *O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MCCLURE, Barbara. *Emotions: Problems and Promise for Human Flourishing*. Waco: Baylor University Press, 2019.

NEPOMUCENO, Luiz André. A modernidade da História nas raízes do humanismo. *OPIS*, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 151–165, 2005.

NUSSBAUM, Martha C. *Poetic Justice: The Literary Imagination and Public Life*. Boston: Beacon Press, 1995.

NUSSBAUM, Martha C. *Cultivating Humanity: A Classical Defense of Reform in Liberal Education*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

NUSSBAUM, Martha C. *Upheavals of Thought: The Intelligence of Emotions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

NUSSBAUM, Martha C. *Paisajes del pensamiento: la inteligencia de las emociones*. Barcelona: Paidós, 2008.

NUSSBAUM, Martha C. *Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Redimensionando: uma forma de “leitura crítica” aplicada à *Historik* de Jörn Rüsen. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 16, n. 41, 2023.

PEREIRA, Nilton Mullet; TORELLY, Gabriela. Para uma crítica da consciência pelos afetos: o ensino de História como desafio de uma aprendizagem das relações. *Revista História Hoje*, v. 12, n. 26, 2023.

REDDY, William M. *The Navigation of Feeling: A Framework for the History of Emotions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

ROSENWEIN, Barbara H. *Emotional Communities in the Early Middle Ages*. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UnB, 2001.

RÜSEN, Jörn. Emotional Forces in Historical Thinking: Some Metahistorical Reflections and the Case of Mourning. *Historein*, v. 8, p. 41–53, 2008.

RÜSEN, Jörn; LAASS, Henner (org.). *Humanism in Intercultural Perspective: Experiences and Expectations*. Bielefeld: Transcript Verlag, 2009.

RÜSEN, Jörn. Formando a consciência histórica: por uma didática humanista da história. *Antíteses*, Londrina, v. 5, n. 10, p. 519–536, 2012.

RÜSEN, Jörn. *Humanismo e didática da história*. Curitiba: WA Editores, 2015.

RÜSEN, Jörn. *Humanism: Foundations, Diversities, Developments*. London: Routledge, 2021.

SILENCIAMENTO, AGÊNCIA E ESCRITA DA HISTÓRIA: HORACIO LARA E AS NARRATIVAS MAPUCHE ENTRE O COLONIAL E O NACIONAL

SILENCING, AGENCY, AND THE WRITING OF HISTORY: HORACIO LARA AND MAPUCHE NARRATIVES BETWEEN THE COLONIAL AND THE NATIONAL

Saulo José Mello da Silva¹

Resumo: Este artigo examina a *Crónica de la Araucanía* (1888-1889), de Horacio Lara Marchant, por meio da leitura integral de seus dois tomos, de seus paratextos e de uma amostragem estratificada da recepção entre 1889 e 2024. Analisa-se em que medida a obra pode ser definida como contranarrativa à historiografia nacional chilena e quais limites cercam a hipótese de seu silenciamento. Os resultados indicam que Lara reconheceu a soberania e a agência diplomática mapuche, mas enquadrou esse reconhecimento em categorias civilizatórias e em uma teleologia territorial. A recepção posterior oscilou entre celebração patriótica, apropriação documental e crítica da narrativa nacional. Sustenta-se, assim, que a obra constitui contranarrativa parcial, com circulação desigual e sentidos historicamente disputados.

Palavras-chave: Agência mapuche; Historiografia chilena; Recepção historiográfica.

Abstract: This article examines Horacio Lara Marchant's *Crónica de la Araucanía* (1888-1889) through a close reading of its two volumes and paratextual materials, combined with a stratified sample of evidence concerning its reception between 1889 and 2024. The analysis assesses the extent to which the work may be understood as a counter-narrative to Chilean national historiography and the limits of the silencing hypothesis. The results indicate that Lara acknowledged Mapuche sovereignty and diplomatic agency while framing that recognition within civilizational categories and a teleology of territorial integration. Later reception ranged from patriotic celebration and documentary appropriation to criticism of the national narrative. The article argues that the work constitutes a partial counter-narrative whose circulation was uneven and whose meanings were historically contested.

Keywords: Mapuche agency; Chilean historiography; Historiographical reception.

¹ Pós-graduando em História na modalidade Mestrado pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), <http://lattes.cnpq.br/0441545225358367>, <https://orcid.org/0009-0004-5280-4454>. E-mail: saulojf2017@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A escrita da história nacional constituiu, no século XIX latino-americano, um dos dispositivos de produção de legitimidade dos Estados recém-independentes. Ao ordenar acontecimentos, estabelecer continuidades e fixar sujeitos representativos da comunidade política, as histórias nacionais participaram da elaboração de memórias relativamente homogêneas e da exclusão de experiências que não se ajustavam aos projetos dominantes de nação (Annino; Guerra, 2003). No Chile, essa operação incidiu de modo particular sobre os mapuche e sobre a Araucanía, território que preservou ampla autonomia política ao sul do rio Biobío até a segunda metade do Oitocentos. A ocupação militar conduzida pelo Estado chileno, consagrada no vocabulário oficial como *Pacificación de la Araucanía*, foi acompanhada por discursos que converteram a expansão territorial em realização do progresso e representaram a presença indígena por meio da oposição entre *civilização* e *barbárie* (Pinto Rodríguez, 2003; Seixlack, 2018).

Foi nesse contexto que Horacio Lara Marchant (1860-1897), jornalista, intelectual liberal e agente vinculado à administração da fronteira, publicou os dois tomos da *Crónica de la Araucanía: descubrimiento i conquista, pacificación definitiva i campaña de Villa-Rica: leyenda heroica de tres siglos*. O primeiro volume apareceu em 1888 e o segundo, em 1889. A extensão cronológica da obra, o conjunto heterogêneo de documentos mobilizados e o espaço concedido à resistência, aos parlamentos e às lideranças mapuche distinguem a *Crónica* de formulações que descreviam a Araucanía apenas como vazio territorial ou foco de uma barbárie a ser extinta. Ao mesmo tempo, o próprio título da obra, sua arquitetura narrativa e seu vocabulário inscrevem o relato no horizonte político e civilizatório do Estado chileno.

Essa coexistência de deslocamento e continuidade constitui o problema central do artigo. Em vez de pressupor que a *Crónica* foi uma narrativa integralmente contra-hegemônica e depois deliberadamente apagada, o problema consiste em determinar contra quais enunciados da historiografia nacional a obra de Lara se posicionou, por meio de quais operações documentais produziu agência mapuche, em que aspectos permaneceu vinculada ao paradigma civilizatório oitocentista e até que ponto as evidências disponíveis sustentam a hipótese de silenciamento posterior.

A revisão do problema é necessária porque recepção, circulação material, consagração disciplinar e apropriação interpretativa não são fenômenos equivalentes. Uma

obra pode permanecer disponível em acervos e ser citada como repositório factual sem que sua hipótese política adquira centralidade. Inversamente, a ausência de reedições ou a baixa frequência de citações não demonstram, por si mesmas, uma intenção coordenada de exclusão. A noção de silenciamento formulada por Michel-Rolph Trouillot (1995) é empregada como instrumento para identificar assimetrias nos momentos de produção, arquivamento, recuperação e atribuição de significado ao passado, e não como prova antecipada de um ato intencional do cânone.

A hipótese defendida é que a *Crónica* elaborou uma contranarrativa parcial, pois tensionou a narrativa de uma incorporação natural do território ao reconhecer a soberania e a capacidade diplomática mapuche, mas também ordenou esse passado pelo subtítulo *leyenda heroica de tres siglos* e pelo encerramento produzido pela vitória estatal. Sua recepção posterior não autoriza falar em desaparecimento completo. Os indícios consultados apontam para uma presença descontínua e para usos heterogêneos: celebração patriótica, classificação etnográfica, emprego como fonte da ocupação e crítica de sua teleologia nacional.

A categoria de contranarrativa designa, neste estudo, uma relação historicamente situada, e não uma identidade política absoluta. A identificação de uma contranarrativa depende, portanto, do repertório narrativo que ela contesta. A *Crónica* opera como contranarrativa na medida em que contradiz enunciados específicos do nacionalismo territorial — sobretudo a ideia de que o Chile apenas pacificou uma região interna e politicamente vazia —, reconhece a historicidade dos mapuche e incorpora documentos que registram sua ação. Ela deixa de cumprir essa função quando converte a derrota indígena em fechamento necessário da longa duração, adota categorias hierarquizantes e integra a ocupação ao destino territorial da República. Essa definição permite analisar a ambivalência sem idealizar o autor.

O artigo está dividido em duas partes principais. A primeira explicita fontes, recorte e procedimentos metodológicos. A segunda apresenta os resultados e a discussão em quatro movimentos: a posição de Lara entre o liberalismo provincial e o aparato estatal; a composição da contranarrativa e seus limites civilizatórios; as evidências de recepção e os limites da hipótese de silenciamento; e o tratamento dos parlamentos como índice da agência diplomática mapuche. A conclusão sintetiza os resultados e indica o que ainda depende de uma pesquisa sistemática de história editorial e recepcional.

MATERIAL E MÉTODOS

O *corpus* principal é constituído pelos dois tomos da *Crónica de la Araucanía* (Lara, 1888, 1889). A análise abrangeu o texto integral, o título e os subtítulos, as dedicatórias, a carta de Domingo Coñuepan, os prólogos e o paratexto *Juicio de la prensa*. Os paratextos foram tratados como parte da estratégia de legitimação da obra: informam sobre a rede de interlocução apresentada pelo autor, sobre a recepção que Lara decidiu tornar visível e sobre as autoridades mobilizadas para validar seu relato. Não foram considerados amostra representativa de toda a recepção contemporânea, pois sua seleção e disposição resultaram de decisões editoriais do próprio autor.

A leitura foi organizada por três eixos. O primeiro reuniu as designações de território e estatuto político — *país, independencia, nación, frontera e límites* — para examinar quando a Araucanía aparece como unidade política e quando é reinscrita no espaço nacional chileno. O segundo acompanhou o vocabulário da ocupação — *conquista, pacificación, civilización, barbarie, raza e guerra* — com o objetivo de identificar mudanças e coexistências no julgamento de Lara. O terceiro observou a seleção e a hierarquização documental: quais vozes são transcritas, em que posição aparecem, por quem são apresentadas e como o narrador reassume o controle interpretativo depois da citação.

Os excertos discutidos foram escolhidos por dois critérios combinados: a recorrência das categorias nos dois volumes e sua densidade analítica para o problema da soberania e da integração territorial. A carta de Coñuepan, a caracterização da Araucanía como *país verdaderamente independiente*, a interpretação do Parlamento de Quilín e a descrição do encerramento da campanha de Villarrica não foram tomadas como frases isoladas. Elas foram relacionadas à sequência narrativa em que aparecem e confrontadas entre si. O procedimento permite verificar o conteúdo de cada passagem e a forma pela qual enunciados aparentemente incompatíveis são articulados pela estrutura da obra.

A crítica externa concentrou-se nas condições de produção e edição: a publicação em dois tomos pela Imprensa de El Progreso, a inserção de Lara no mundo jornalístico de Concepción e da fronteira, o acesso a documentos militares e a mediação de agentes associados à ocupação. A crítica interna examinou autoria, posição do narrador, vocabulário, temporalidade e função das citações. A referência de Manuel Ravest Mora ao acesso concedido por Cornelio Saavedra a seu arquivo, às conversas mantidas com Lara e à revisão dos originais pelo militar é especialmente relevante (Ravest Mora, 2009, p. xvii-

xviii). Em lugar de invalidar a *Crónica*, esse dado exige examinar como a proximidade com o aparato ocupante ampliou o arquivo disponível e, simultaneamente, condicionou a narrativa.

Para o problema da recepção, adotou-se uma amostragem exploratória e estratificada, não um levantamento bibliométrico exaustivo. O primeiro estrato reúne a recepção contemporânea reproduzida por Lara e uma resenha externa publicada no México em 1889. O segundo observa a classificação da obra em uma bibliografia antropológica de 1911. O terceiro acompanha usos historiográficos em Bengoa (2000), Pinto Rodríguez (2003), Ravest Mora (2009), Huenchullán Arrué (2013), Contreras Painemal (2021) e Perucci González (2024). O quarto considera a leitura crítica de Triviños (2003), retomada por Correa-Díaz (2008). O quinto reúne registros de preservação e acesso do Fondo Bibliográfico Valentín Letelier (2017) e do Archivo Histórico de Concepción (2019). A combinação permite comparar modalidades de apropriação sem convertê-las em uma série quantitativa contínua.

Essa limitação metodológica integra o argumento. Não se estabelecem o número total de exemplares preservados, a distribuição geográfica completa da obra, sua presença em programas universitários ou a frequência anual de citações. Também não se infere intencionalidade a partir de ausência. A demonstração de um programa ativo de exclusão exigiria séries documentais adicionais — catálogos históricos comparados, correspondência editorial, políticas de coleção, inventários de bibliotecas, reedições e usos didáticos — que ultrapassem o corpus. A amostra sustenta conclusões qualitativas sobre formas de recepção, não uma medida global de impacto.

A aproximação com a micro-história é delimitada como procedimento de variação de escala. A análise reduz a observação a um autor, a dois volumes e a alguns circuitos documentais para formular perguntas sobre a relação entre historiografia, poder estatal e agência indígena. Em seguida, varia a escala entre trajetória, texto, campo historiográfico e formação territorial do Estado (Revel, 2010; Levi, 2023). Não se pretende reconstruir exaustivamente uma comunidade, uma rede social ou a totalidade biográfica de Lara. Por isso, a micro-história funciona como inspiração para o controle da escala e para a atenção aos indícios, e não como filiação metodológica totalizante.

Por fim, colonialidade do poder, ecologia de saberes, epistemicídio, justiça cognitiva e cosmopolítica são categorias analíticas contemporâneas. Elas não são atribuídas a Lara

nem utilizadas para reconstruir suas intenções. Quijano (2000), Santos (2014) e Seixlack (2024) fornecem categorias para examinar hierarquias de sujeitos, saberes e mundos históricos; sua pertinência depende da demonstração documental em cada caso. A presença conjunta de uma carta indígena e de um relatório militar não estabelece equivalência epistêmica entre as vozes. É necessário observar quem seleciona, enquadra e encerra cada documento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

HORACIO LARA ENTRE A FRONTEIRA E O APARATO ESTATAL

Segundo o *Diccionario biográfico de Chile*, de Pedro Pablo Figueroa (1897), Horacio Lara nasceu em Concepción, em 1860, em uma família ligada ao jornalismo. Seu pai, Manuel Jesús Lara, participou da fundação de *La Revista del Sur*. A formação de Lara foi marcada pelo associativismo literário, pela imprensa e pelo liberalismo político. Ainda jovem, participou de círculos literários e construiu uma trajetória de publicista. O apoio posterior ao presidente José Manuel Balmaceda, durante a guerra civil de 1891, resultou em perseguição, prisão e destruição de sua oficina tipográfica. Lara morreu em 1897, aos 37 anos.

Essa biografia sustenta a imagem de um intelectual provincial e politicamente engajado, mas não basta para definir sua posição diante da ocupação da Araucanía. A escrita da *Crónica* também dependeu de sua inserção em *Angol* e de relações com autoridades, militares, jornalistas e proprietários associados à nova ordem regional. A fronteira não era apenas um ponto de observação externo ao Estado. Era um espaço em processo de administração, colonização, reorganização fundiária e produção de arquivos. A localização de Lara dentro desse espaço lhe deu acesso a informações e interlocutores, mas o situou no interior da estrutura que descrevia.

O dado deve ser enfatizado porque a versão inicial do argumento convertia a posição liminar do autor quase exclusivamente em condição de dissidência. Ravest Mora informa que Cornelio Saavedra forneceu seu arquivo a Lara, conversou com ele e revisou os originais; acrescenta ainda que a obra foi financiada por José Bunster, empresário atuante na região incorporada à economia nacional (Ravest Mora, 2009, p. xvii-xviii). A *Crónica*, portanto, não surgiu à margem dos agentes da ocupação. Sua base documental foi, em parte, possibilitada por eles.

Essa mediação não reduz a obra a porta-voz de Saavedra. O acesso ao arquivo militar podia produzir resultados que escapavam ao interesse apologético de seus detentores. Relatórios, correspondências e registros de parlamentos preservavam conflitos, negociações e reconhecimentos tácitos da autoridade mapuche. Ao organizá-los em uma narrativa de três séculos, Lara tornou visíveis elementos que desestabilizavam a ideia de ocupação como simples extensão administrativa sobre um território nacional preexistente. Ao mesmo tempo, o arquivo recebido delimitava o campo de visão: predominavam documentos produzidos, traduzidos ou preservados por instâncias coloniais e republicanas.

O contexto imediato de publicação foi a consumação da ocupação militar e da reorganização territorial da Araucanía. Intensificado desde a década de 1860, o processo combinou avanço de linhas militares, fundação ou refundação de cidades, colonização, redefinição jurídica da terra e integração econômica. A oposição entre *civilização* e *barbárie* converteu a conquista em imperativo moral e atribuiu ao Estado o papel de agente do progresso (Pinto Rodríguez, 2003; Seixlack, 2018). O discurso de Benjamín Vicuña Mackenna à Câmara dos Deputados, em 1868, oferece um contraponto expressivo: caracteriza os mapuche como bárbaros e apresenta a fronteira do Biobío como obstáculo artificial e vergonhoso à expansão (Vicuña Mackenna, 1868, p. 1).

Lara altera pontos importantes desse enquadramento, mas não se separa inteiramente dele. Seu diferencial não reside em abandonar toda linguagem civilizatória. Consiste em documentar que o território possuía limites reconhecidos, instituições diplomáticas e sujeitos capazes de agir politicamente; em registrar a violência e o sofrimento produzidos pelo avanço; e em narrar a ocupação como conflito entre vontades políticas. A contradição entre esses elementos e a celebração final da integração nacional é constitutiva da obra, não um ruído que possa ser eliminado escolhendo apenas as passagens mais favoráveis aos mapuche.

CONTRANARRATIVA, SELEÇÃO DOCUMENTAL E AMBIVALÊNCIA

A primeira operação contranarrativa da *Crónica* ocorre na seleção dos sujeitos autorizados a falar. No início do primeiro tomo, Lara reproduz uma carta de Domingo Coñuepan que associa a preservação da memória dos mártires à pátria de Arauco (Lara, 1888, t. 1, p. XI). A formulação enuncia pátria, martírio, liberdade e posteridade a partir da voz de uma liderança mapuche. Em uma historiografia que frequentemente transformava

os indígenas em objeto do avanço estatal, a presença desse documento desloca a distribuição da autoridade narrativa.

O deslocamento, contudo, precisa ser descrito com precisão. A carta não ingressa em um espaço neutro nem recebe automaticamente o mesmo estatuto dos documentos estatais. Lara decide publicá-la, escolhe sua posição como paratexto e a mobiliza também como legitimação de sua própria obra. A voz mapuche é preservada e adquire visibilidade, mas permanece enquadrada por um projeto autoral. Essa dupla função impede tanto a redução da carta a ornamento quanto sua celebração como equivalência epistêmica plena.

A segunda operação está na definição do estatuto político da Araucanía. Lara afirma que, até a década de 1860, ela “*permanecía siempre en el estado de un país verdaderamente independiente*” e que seus limites tradicionais continuavam situados entre o Biobío e o Toltén (Lara, 1889, t. 2, p. 241). O enunciado não descreve apenas resistência cultural. Ele reconhece território, fronteira e independência. Desse ponto de vista, o avanço republicano deixa de ser mera pacificação de uma província interna e pode ser lido como conquista de um espaço politicamente autônomo.

É nesse sentido específico que a *Crónica* funciona como contranarrativa à naturalização nacionalista do território. A obra registra a coexistência histórica de unidades políticas, mostra que autoridades coloniais e republicanas negociaram com lideranças mapuche e preserva documentos nos quais a soberania não aparece como invenção retrospectiva. Seu argumento rompe com a imagem de uma continuidade territorial chilena que teria existido sem contestação desde a independência.

A ruptura não é completa. A organização dos dois tomos conduz a longa história de autonomia ao encerramento anunciado no título: *pacificación definitiva e campaña de Villa-Rica*. O subtítulo *leyenda heroica de tres siglos* eleva a resistência, mas também a converte em passado épico concluído. O reconhecimento da soberania é, assim, compatível com uma temporalidade que reserva ao Estado nacional o presente e o futuro. A agência mapuche é valorizada sobretudo como grandeza histórica de um ciclo que a narrativa considera terminado.

O vocabulário confirma a ambivalência. Em passagens do segundo tomo, Lara estrutura os movimentos chileno e argentino pela antinomia entre *civilización* e *barbarie* (Lara, 1889, t. 2, p. 415). Esse enquadramento mantém uma hierarquia temporal em que a

expansão estatal representa o futuro e a autonomia indígena é deslocada para um passado destinado a terminar.

Ao encerrar a campanha de Villarrica, Lara apresenta a cidade como ocupada e vencida, afirma que o avanço completava os limites naturais do território nacional e descreve o conflito por meio de uma taxonomia racial aplicada ao povo que resistira à conquista (Lara, 1889, t. 2, p. 438).

A formulação reúne admiração e subordinação. A duração da resistência é reconhecida, mas os limites do Estado são naturalizados retrospectivamente; a coerção militar é registrada e, ao mesmo tempo, convertida em realização nacional. O texto não apenas lamenta a derrota mapuche: incorpora-a a uma teleologia estatal.

Essa passagem também impede apresentar Lara como autor decolonial antes do tempo. Seu relato amplia a visibilidade da política mapuche, mas conserva taxonomias raciais e civilizatórias, atribui centralidade ao Estado e aceita o fechamento militar como conclusão da história narrada. A potência documental da *Crónica* deriva justamente dessa tensão: o arquivo que sustenta a integração contém evidências da soberania que a integração destruiu.

A noção de saber localizado, de Donna Haraway (1995), contribui para analisar essa posição sem substituir a fonte por um julgamento moral retrospectivo. O conhecimento produzido por Lara depende de sua localização social, geográfica e institucional. A proximidade da fronteira e o acesso aos agentes da ocupação tornam certas evidências observáveis e outras menos acessíveis. Do mesmo modo, as narrativas de Vicuña Mackenna não representam uma visão universal da história chilena, mas a perspectiva de setores comprometidos com a expansão territorial.

O conceito de ecologia de saberes, de Boaventura de Sousa Santos (2014), pode ser utilizado como instrumento para examinar a composição documental. A *Crónica* aproxima cartas de caciques, documentos da Coroa, relatórios militares e correspondência administrativa. Essa pluralidade rompe a homogeneidade de um arquivo exclusivamente estatal. Não há, porém, base para afirmar que Lara reconheça igualdade entre sistemas de conhecimento. A forma impressa, o comentário do narrador e a hierarquia de fontes permanecem sob controle do autor. É mais preciso falar em heterogeneidade documental com efeitos desestabilizadores do que em uma ecologia de saberes já constituída.

O mesmo cuidado vale para colonialidade do poder e epistemicídio (Quijano, 2000; Santos, 2014). Esses conceitos iluminam a continuidade de hierarquias coloniais na formação republicana, mas não devem ser convertidos em intenções de Lara. A análise documental mostra como o Estado classifica sujeitos, territorializa a diferença e subordina outras formas políticas. Ela não demonstra que o autor tenha formulado uma crítica sistemática a essas estruturas.

Essa delimitação responde ao principal contraponto da recepção crítica, Triviños (2003), cuja formulação é retomada por Correa-Díaz (2008), lê a *Crónica* como reorientação anti-ercillana: a violência fundadora denunciada em *La Araucana* seria subordinada ao elogio dos agentes da pacificação. A crítica identifica a macroestrutura teleológica e impede classificar o livro como contranarrativa integral. O argumento aqui desenvolvido situa o deslocamento em outra escala: passagens que reconhecem fronteiras, independência e negociação contradizem enunciados específicos da territorialidade nacional, embora o desfecho as reabsorva. A categoria descreve operações locais de tensão interna, não o sentido político total da obra.

Definida de modo relacional e multiescalar, a contranarrativa de Lara possui três alcances comprováveis. Primeiro, contesta a ideia de vazio político ao nomear a independência da Araucanía. Segundo, documenta a agência mapuche por cartas, resistências e negociações. Terceiro, torna a própria ocupação legível como guerra e conquista, ainda que conserve o termo pacificação. Seus limites também são três: o enquadramento autoral das vozes indígenas, a persistência do léxico civilizatório e racial e a inscrição da derrota em uma narrativa de conclusão territorial da República.

RECEPÇÃO, CIRCULAÇÃO E LIMITES DA HIPÓTESE DE SILENCIAMENTO

Trouillot (1995) distingue quatro momentos nos quais o poder participa da produção histórica: criação dos fatos, composição dos arquivos, recuperação dos fatos e atribuição retrospectiva de significado. A distinção evita reunir processos diferentes sob o conceito de silenciamento. No caso de Lara, cada momento exige evidências próprias.

Na criação dos fatos, a demonstração é interna à *Crónica*. A escolha de cartas, tratados e registros de parlamentos torna historicamente disponíveis a formulação de uma pátria araucana, a delimitação territorial e a negociação entre autoridades. Também há silêncios na própria obra. Como a documentação é majoritariamente mediada pela escrita colonial e estatal, experiências que não ingressaram nesses circuitos permanecem menos

visíveis. A *Crónica* não é exterior ao processo descrito por Trouillot; ela produz presenças e ausências.

A recepção contemporânea identificada fora dos paratextos amplia a base empírica. Em 1889, a *Revista Nacional de Letras y Ciencias*, publicada no México, registrou o recebimento do primeiro tomo, destacou a reconstrução histórica da nacionalidade araucana e reproduziu a carta de Domingo Coñuepan. Embora favorável, a resenha enquadrou o livro como obra patriótica destinada a ampla circulação (*Crónica* [...], 1889, p. 206-208). O registro comprova a circulação transnacional inicial e um acolhimento favorável independente da seleção feita por Lara. Também mostra que a valorização da resistência podia ser assimilada a uma gramática épico-patriótica, sem romper com a teleologia da integração.

Em 1911, a obra ingressou em outro circuito. Porter (1911, p. 422) incluiu os dois tomos em sua bibliografia chilena de antropologia e etnologia, mas destacou o primeiro volume pelas informações sobre origem e costumes mapuche. A classificação comprova reconhecimento disciplinar precoce, enquanto o critério seletivo desloca o livro da controvérsia sobre soberania para o repertório etnográfico. Trata-se de uma modalidade de apropriação documental, não de ausência.

A preservação material tampouco autoriza a hipótese de exclusão total. Os dois volumes aparecem no catálogo do Fondo Bibliográfico Valentín Letelier, cada um com registro próprio (Fondo Bibliográfico Valentín Letelier, 2017, p. 195), e cópias digitalizadas estão disponíveis no Archivo Histórico de Concepción (2019). Esses dados demonstram preservação e acesso em acervos determinados, sem permitir estimar o número de exemplares existente em outros períodos.

A história editorial acrescenta um indício diferente. No balanço publicado em 2009, Ravest Mora inclui Lara entre os primeiros expositores da ocupação militar, ao lado de Tomás Guevara e Leandro Navarro, e observa que essas obras não haviam sido reeditadas (Ravest Mora, 2009, p. xvii-xviii). O longo intervalo sem reedição pode ter restringido a circulação em comparação com sínteses republicadas. A informação, contudo, não explica isoladamente as causas da restrição nem demonstra uma decisão coordenada de não consagração.

Na recuperação historiográfica, não houve esquecimento absoluto. Bengoa (2000) utiliza Lara entre os testemunhos de sua história do povo mapuche. Pinto Rodríguez (2003,

p. 235-245) mobiliza a *Crónica* ao discutir violência, resistência e a carta de Coñuepan. Ravest Mora (2009) a reconhece como uma das primeiras narrativas extensas sobre a ocupação. Huenchullán Arrué (2013, p. 52-79) recorre reiteradamente à obra e, ao contrapor a mensagem triunfal de Saavedra ao sofrimento registrado por Lara durante a ocupação de Angol, utiliza-a como contraevidência à versão administrativa da pacificação.

Usos recentes confirmam a continuidade dessa autoridade documental. Contreras Painemal (2021, p. 95-97) emprega Lara para reconstruir o episódio do ultimato de quarenta caciques ao ministro Manuel Recabarren, articulando a narrativa impressa a cartas preservadas em arquivo. Perucci González (2024) considera célebre e recorrente a descrição de Lara sobre o sofrimento das famílias mapuche em Angol e assinala sua ampla reutilização na crônica militar de Leandro Navarro. A obra permanece ativa como mediação entre documentos dispersos e problemas historiográficos contemporâneos.

A recepção crítica, contudo, atribuiu à obra um sentido oposto ao proposto neste artigo. Triviños (2003) interpreta a *Crónica* como apagamento da violência fundadora e deslocamento do humanismo de Ercilla para o elogio dos agentes da pacificação; Correa-Díaz (2008) retoma essa leitura no debate sobre as apropriações nacionais de *La Araucana*. Esse ramo da recepção impede tratar a qualificação de contranarrativa como consenso e confirma que o sentido político da obra permaneceu disputado.

A série qualitativa permite distinguir quatro modalidades. A celebração contemporânea valorizou a memória heroica; a classificação disciplinar selecionou informações etnográficas; a historiografia social, etno-histórica e diplomática reutilizou passagens como evidência da violência, da soberania e da negociação; a crítica literária enfatizou a teleologia nacionalizante. Nenhuma dessas modalidades equivale a desaparecimento. Em conjunto, elas demonstram circulação descontínua, seleção temática e conflito interpretativo.

Na atribuição retrospectiva de significado, cabe uma conclusão controlada. A narrativa pública chilena consagrou durante longo tempo a expressão *Pacificación de la Araucanía*, que reduz a visibilidade da conquista e da soberania anterior (Pinto Rodríguez, 2003; Seixlack, 2018). A *Crónica* oferece elementos para tensionar essa memória, mas emprega o mesmo léxico e celebra a integração. Sua circulação não produziria automaticamente uma memória alternativa, porque a própria fonte permanece ambivalente.

Silenciamento não designa, portanto, uma conspiração documental nem uma decisão intencional comprovada do campo historiográfico. O conceito nomeia a diferença entre preservação material, citação factual e centralidade interpretativa. Enunciados sobre a independência da Araucanía e a natureza conquistadora da ocupação podem perder força quando separados da composição geral da obra, ao passo que outras passagens são reiteradas. A formulação permanece hipotética no plano global da recepção e demonstrável apenas nas operações particulares de seleção, enquadramento e reinterpretação.

A sobrevivência dos volumes, a resenha de 1889, a catalogação de 1911, os registros patrimoniais, a digitalização e os usos entre 2000 e 2024 não anulam o problema do poder; impedem sua resolução antecipada. Uma história recepcional exaustiva ainda deverá comparar tiragens, catálogos, resenhas, citações, programas de ensino e coleções ao longo do tempo. Com o *corpus* atual, a conclusão metodologicamente sustentável é a de visibilidade desigual, apropriação seletiva e disputa de sentidos.

PARLAMENTOS E AGÊNCIA DIPLOMÁTICA MAPUCHE

Entre os elementos que conferem densidade política à narrativa de Lara está a documentação dos parlamentos hispano-mapuche. Esses encontros não aparecem apenas como episódios marginais de pacificação. Eles organizam uma longa duração de tratados, fronteiras, mediações e reconhecimentos recíprocos. Ao registrá-los, a *Crónica* preserva evidências de que o poder mapuche não se limitava à resistência militar: envolvia negociação, representação e capacidade de produzir compromissos.

A interpretação contemporânea de Alessandra Seixlack (2024, p. 260-261) permite formular esse problema sem transformar os parlamentos em simples instrumentos de submissão. A autora os analisa como instituições hispano-mapuche contingentes, constituídas no encontro entre mundos históricos distintos. A simetria da negociação não eliminava desigualdades materiais nem garantia estabilidade, mas indica que nenhuma das partes controlava previamente todos os termos do encontro.

Lara atribui ao Parlamento de Quilín, de 1641, um significado político forte. Para ele, o acordo “*equiválía a reconocer de hecho la independencia de Arauco*” e a admitir a incapacidade do exército espanhol de submetê-lo (Lara, 1889, t. 2, p. 48). A passagem conecta tratado e independência. Em vez de descrever o parlamento apenas como concessão benevolente da Coroa, reconhece que a negociação resultou da correlação de forças e da resistência mapuche.

A *Crónica* também acompanha a permanência de práticas parlamentares no século XIX. Lara registra grandes encontros convocados por comandos chilenos como meio de persuasão, prevenção de alianças e negociação após conflitos, incluindo o parlamento de Lumaco posterior à insurreição em Collipulli (Lara, 1889, t. 2, p. 313-314, 354-355). A continuidade mostra que, mesmo durante o avanço republicano, as autoridades não operavam sobre um vazio político. Precisavam tratar com lideranças dotadas de capacidade de mobilização e decisão.

Essa documentação sustenta a categoria de agência mapuche de forma mais concreta do que uma atribuição genérica de protagonismo. Agência, aqui, não significa liberdade plena diante da expansão estatal. Refere-se à capacidade historicamente situada de formular demandas, controlar alianças, negociar fronteiras, adaptar recursos letrados e impor custos políticos e militares ao adversário. O reconhecimento dessa capacidade não elimina coerção, assimetria ou derrota; evita apenas que os mapuche sejam reduzidos a objetos passivos da política chilena.

As secretarias mapuche estudadas por Seixlack (2018) reforçam esse quadro. *Lenguaraces*, escribas e *longkos* participavam da tradução, redação, circulação e controle de correspondências. A escrita não era apenas tecnologia externa recebida passivamente, mas recurso apropriado em estratégias próprias. A *Crónica*, ao recorrer a cartas e arquivos da fronteira, conserva vestígios dessas práticas, embora muitas vezes os apresente por meio da cadeia de custódia estatal.

Não se deve, por isso, transformar Lara em precursor da cosmopolítica. A categoria pertence ao debate historiográfico contemporâneo, e seu uso por Seixlack (2024) procura tornar visíveis relações entre mundos que não podem ser reduzidas à ontologia estatal. Lara opera em outro horizonte. Ele reconhece independência, diplomacia e resistência, mas conclui sua narrativa com a integração territorial e utiliza a oposição civilização-barbárie. A proximidade entre suas evidências e problemáticas atuais não implica identidade conceitual.

A análise dos parlamentos confirma a definição relacional de contranarrativa. Contra a representação dos mapuche como incapazes de política, Lara registra tratados e interlocução. Contra a ideia de território naturalmente chileno, reconhece fronteiras e independência. Entretanto, ao representar essas instituições como parte de um ciclo

heroico encerrado, reinscreve a agência indígena no passado. O valor historiográfico da *Crónica* não depende de eliminar essa contradição, mas de explicá-la.

CONCLUSÃO

A leitura articulada dos dois tomos da *Crónica de la Araucanía* permite delimitar o problema com maior precisão. Operações documentais e enunciados específicos funcionam como contranarrativa parcial à historiografia nacional chilena porque reconhecem a Araucanía como espaço politicamente independente, registram a agência diplomática mapuche e tornam a ocupação republicana legível como guerra e conquista. Essa intervenção não define o sentido total da obra: contradiz a naturalização territorial e a redução dos mapuche à incapacidade política sem romper com o horizonte civilizatório do século XIX.

Os mesmos procedimentos que produzem o deslocamento estabelecem seus limites. As vozes indígenas são selecionadas e enquadradas pelo autor; a heterogeneidade documental não implica igualdade entre saberes; o léxico de raça, civilização e barbárie permanece ativo; e a arquitetura narrativa transforma três séculos de autonomia na *leyenda heroica de tres siglos* concluída pela integração estatal. Lara documenta a soberania e, ao mesmo tempo, organiza seu encerramento.

A posição do autor no espaço fronteiro também deve ser compreendida por essa ambivalência. O acesso a arquivos militares e a interlocução com agentes da ocupação ampliaram sua base documental, mas o inseriram nas relações de poder que tornaram a obra possível. A *Crónica* não é a voz exterior de um observador imune ao Estado. É um artefato produzido dentro da fronteira administrada, capaz de expor contradições do processo justamente porque reúne documentos de seus diferentes participantes.

Quanto à recepção, as evidências afastam o apagamento absoluto. A resenha mexicana de 1889 comprova acolhimento transnacional inicial; Porter registra apropriação disciplinar em 1911; Bengoa, Pinto Rodríguez, Huenchullán Arrué, Contreras Painemal e Perucci González reutilizam Lara em problemas históricos distintos; Triviños e Correa-Díaz contestam seu sentido político. O percurso não é linear: alterna celebração, classificação, uso documental e crítica. A hipótese de silenciamento deve ser entendida como problema de seleção e centralidade interpretativa, não como conclusão generalizável a todo o campo historiográfico chileno.

O principal limite da pesquisa está na ausência de uma série bibliométrica e editorial contínua. Não foram examinados exaustivamente tiragens, reedições, inventários de bibliotecas, programas universitários e citações ao longo de todo o século XX. Esse levantamento é necessário para determinar ritmos, espaços e agentes da circulação. A amostragem estratificada aqui construída, contudo, já permite substituir a oposição entre presença e esquecimento por uma tipologia de apropriações historicamente situadas.

A contribuição da análise reside menos no resgate de um autor supostamente desaparecido do que na demonstração de como uma narrativa pode reconhecer a ação política indígena e simultaneamente subordiná-la à temporalidade nacional. A *Crónica de la Araucanía* torna visível a disputa entre soberania negociada, conquista militar e escrita da história. Sua ambivalência não reduz seu valor documental; constitui o objeto histórico a ser explicado.

REFERÊNCIAS

ANNINO, Antonio; GUERRA, François-Xavier (coord.). **Inventando la nación: Iberoamérica siglo XIX**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2003.

ARCHIVO HISTÓRICO DE CONCEPCIÓN. **Pueblos originarios en el Biobío: periodo colonial y temprana República**. Concepción, 2019. Disponível em: <https://www.archivohistoricoconcepcion.cl/minisitios/economia-y-sociedad/pueblos-originarios-en-el-biobio-periodo-colonial-y-temprana-republica/>. Acesso em: 27 jul. 2026.

BENGOA, José. **Historia del pueblo mapuche: siglos XIX y XX**. 6. ed. corr. Santiago: LOM Ediciones, 2000.

CONTRERAS PAINEMAL, Carlos. **Los tratados celebrados entre la República de Chile y la Sociedad Mapuche**. Santiago: Universidad de Chile, Facultad de Ciencias Físicas y Matemáticas, Estudios Transversales en Humanidades para las Ingenierías y Ciencias; Centro de Documentación e Investigación Indígena RUCADUGUN, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34720/gkdg-mw32>. Disponível em: <https://repositorio.uchile.cl/handle/2250/184589>. Acesso em: 27 jul. 2026.

CORREA-DÍAZ, Luis. América y Cervantes/El Quijote: el caso de Chile. **Revista Chilena de Literatura**, Santiago, n. 72, p. 127-147, abr. 2008. DOI: <https://doi.org/10.4067/S0718->

22952008000100006. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-22952008000100006&script=sci_arttext. Acesso em: 27 jul. 2026.

CRÓNICA de la Araucanía. **Revista Nacional de Letras y Ciencias**, México, ano 2, p. 206-208, 1889. Disponível em: https://archive.org/details/revistanacional00unkngoog/page/211/mode/2up?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 27 jul. 2026.

FIGUEROA, Pedro Pablo. **Diccionario biográfico de Chile**. 4. ed. Santiago: Imprenta y Encuadernación Barcelona, 1897. t. 2. Disponível em: <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-7929.html>. Acesso em: 27 jul. 2026.

FONDO BIBLIOGRÁFICO VALENTÍN LETELIER. **Catálogo de la colección por materia**. Linares: Liceo Bicentenario Valentín Letelier Madariaga, 2017. Disponível em: <https://se48a0781ff492e6d.jimcontent.com/download/version/1529433945/module/8723885475/name/CAT%C3%81LOGO%20BIBLIOTECA%20PATRIMONIAL%20VALENT%C3%8DN%20LETELIER.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2026.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 27 jul. 2026.

HUENCHULLÁN ARRÚÉ, Carolina. **Deconstrucción nacionalista del otro y la representación de la nación mapuche (Gulumapu) en Chile durante la segunda mitad del siglo XIX**. 2013. Tese (Doutorado em História, menção em Etno-história) – Facultad de Filosofía y Humanidades, Universidad de Chile, Santiago, 2013. Disponível em: <https://repositorio.uchile.cl/handle/2250/209205>. Acesso em: 27 jul. 2026.

LARA, Horacio. **Crónica de la Araucanía: descubrimiento i conquista, pacificación definitiva i campaña de Villa-Rica: leyenda heroica de tres siglos**. Santiago: Imprenta de El Progreso, 1888. t. 1. Disponível em: https://www.archivohistoricoconcepcion.cl/wp-content/uploads/2022/04/01.Cronica_de_la_Araucania_tomo_I_Horacio_Lara.pdf. Acesso em: 27 jul. 2026.

LARA, Horacio. **Crónica de la Araucanía: descubrimiento i conquista, pacificación definitiva i campaña de Villa-Rica: leyenda heroica de tres siglos**. Santiago: Imprenta de El Progreso, 1889. t. 2. Disponível em: <https://www.archivohistoricoconcepcion.cl/wp->

content/uploads/2022/04/02.Cronica_de_la_Araucania_tomo_II_Horacio_Lara.pdf. Acesso em: 27 jul. 2026.

LEVI, Giovanni. A História: ciência das perguntas gerais e das respostas locais. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre (org.). **Territórios da história: o micro, o local e o global**. São Paulo: Alameda, 2023. p. 23-40.

PERUCCI GONZÁLEZ, Cristián. El ciclo táctico diplomático chileno-wenteche (arribano) de 1864-1867: preámbulos de la anexión del Malleco. **Estudios Atacameños**, San Pedro de Atacama, v. 70, p. 1-30, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22199/issn.0718-1043-2024-0003>. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-10432024000100301&script=sci_arttext. Acesso em: 27 jul. 2026.

PINTO RODRÍGUEZ, Jorge. **La formación del estado y la nación, y el pueblo mapuche: de la inclusión a la exclusión**. 2. ed. Santiago: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2003.

PORTER, Carlos E. Bibliografía chilena de antropología i etnología. **Boletín del Museo Nacional de Chile**, Santiago, v. 3, n. 2, p. 401-441, 1911. Disponível em: <https://archive.org/details/boletin-del-museo-nacional-de-historia-natural-chile-3-310-555>. Acesso em: 27 jul. 2026.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality of power, eurocentrism, and Latin America. **Nepantla: Views from South**, Durham, v. 1, n. 3, p. 533-580, 2000. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/23906>. Acesso em: 27 jul. 2026.

RAVEST MORA, Manuel. Arauco... siempre Arauco. In: SAAVEDRA, Cornelio. **Documentos relativos a la ocupación de Arauco, que contienen los trabajos practicados desde 1861 hasta la fecha**. Santiago: Cámara Chilena de la Construcción; Pontificia Universidad Católica de Chile; Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 2009. p. ix-lix. Disponível em: <https://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/colecciones/BND/00/SM/SM0000587.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2026.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 434-444, set./dez. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000300003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/k5MsKMHv6ZQvPsF5vqvdkpB/>. Acesso em: 27 jul. 2026.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologies of the South: justice against epistemicide**. Boulder: Paradigm Publishers, 2014.

SEIXLACK, Alessandra Gonzalez de Carvalho. **Entre a Araucanía maldita e o deserto indômito: debates oitocentistas sobre a Pacificação da Araucanía no Chile e a Conquista do Deserto na Argentina**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2018.

SEIXLACK, Alessandra Gonzalez de Carvalho. Os parlamentos hispano-mapuche no período colonial: um exercício de interpretação histórica à luz da cosmo-história e da cosmopolítica. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 35, p. 245-266, 2024. DOI: <https://doi.org/10.12957/revmar.2024.78301>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/maracanan/article/view/78301>. Acesso em: 27 jul. 2026.

TRIVIÑOS, Gilberto. La hermosa y decisiva conquista de la Araucanía. In: RODRÍGUEZ, Mario; LASTRA, Pedro (ed.). **Félix Martínez Bonati: homenaje**. Concepción: Editorial Universidad de Concepción, 2003. p. 239-251.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the past: power and the production of history**. Boston: Beacon Press, 1995.

VICUÑA MACKENNA, Benjamín. **La conquista de Arauco: discurso pronunciado en la Cámara de Diputados en su sesión de 10 de agosto**. Santiago: Imprenta del Ferrocarril, 1868. Disponível em: https://archivohistoricoconcepcion.cl/wp-content/uploads/2022/04/07.La_conquista_de_Arauco_discurso_de_Benjamin_Vicuna_Mackenna.pdf. Acesso em: 27 jul. 2026.

CAMISAS-VERDES DA FRONTEIRA: INTEGRALISMO E MILITÂNCIA EM FOZ DO IGUAÇU-PR (1935-1937)

CAMISAS-VERDES DE LA FRONTERA: INTEGRALISMO Y MILITANCIA EN FOZ DO IGUAÇU (1935-1937)

Diego Monteiro¹

Resumo: O presente artigo analisa as atividades políticas de membros da Ação Integralista Brasileira (AIB) em Foz do Iguaçu-PR entre 1935 e 1937. A partir da análise de fontes periódicas, assumindo como abordagens a História Regional e a História Política, esta pesquisa investigou quais foram as atividades de militância dos integralistas de Foz do Iguaçu e inserções partidárias locais. O presente estudo identificou que o núcleo de Foz do Iguaçu se utilizou de táticas de propaganda política, tais como panfletagem e excursões, e que 6 dos 8 vereadores de Foz do Iguaçu teriam feito parte da AIB entre 1936 e 1937. Nesse sentido, este trabalho contribui para o resgate de trajetórias e atuações políticas de sujeitos históricos ainda pouco explorados pela produção historiográfica.

Palavras-chave: Integralismo; Militância; Foz do Iguaçu.

Resumen: El presente artículo analiza las actividades políticas de miembros de la Acción Integralista Brasileña (AIB) en Foz do Iguaçu-PR entre 1935 y 1937. A partir del análisis de fuentes periódicas, asumiendo como abordajes la Historia Regional y la Historia Política, esta investigación analizó cuáles fueron las actividades de militancia de los integralistas de Foz do Iguaçu e inserciones partidarias locales. El presente estudio identificó que el núcleo de Foz do Iguaçu se utilizó de tácticas de propaganda política, tales como distribución de folletos y excursiones, y que 6 de los 8 concejales de Foz do Iguaçu habrían formado parte de la AIB entre 1936 y 1937. En este sentido, este trabajo contribuye para el rescate de trayectorias y actuaciones políticas de sujetos aún poco explorados por la producción historiográfica.

Palabras clave: Integralismo; Militancia; Foz do Iguaçu

¹ Mestrando em História. Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8201111704951208>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3521-2405>. Email: diegomonteiro1945@gmail.com.

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi um movimento político de extrema relevância no contexto político brasileiro da década de 1930. Os militantes do movimento, fundado em 1932 pelo jornalista e escritor Plínio Salgado (1895-1975), contribuíram para uma das maiores manifestações do fascismo fora da Europa e desempenharam papéis de relevância no cenário político nacional do início do século XX.

Ainda no ano de 1932, de acordo com Carmencita Ditzel (2007), a AIB iniciou suas atividades no estado do Paraná, mais precisamente na cidade de Ponta Grossa, sob organização do político Brasil Pinheiro Machado (1907-1997). Ao longo de quase 5 anos, desde seu surgimento em terras paranaenses até sua extinção oficial em 1937, o movimento cresceu e tornou-se presente nas disputas políticas do estado, chegando a eleger diversos vereadores nas eleições de 1935 (ATHAIDES, 2022, p. 193-194).

Este artigo tem por objetivo discorrer sobre a presença e atividade de um núcleo da AIB em Foz do Iguaçu, no extremo-oeste do estado paranaense. As principais problemáticas a serem investigadas são as seguintes: em primeiro lugar, entender mais a fundo quais foram as atividades políticas dos integralistas iguaçuenses, visto que pelo menos dois dos líderes da AIB na cidade, Carlos Zewe Coimbra e Heleno Schimmelpfeng, ocuparam cargos de vereadores na câmara municipal local entre 1935 e 1937 (MONTEIRO, 2025, p. 352); em segundo lugar, identificar migrações partidárias e atividades de militância desses indivíduos.

Para tal, buscou-se na corrente pesquisa identificar e analisar menções às atividades integralistas em Foz do Iguaçu em jornais que circulavam no estado do Paraná no período entre 1932 e 1937. Trata-se dos jornais curitibanos *O Estado*, *O Dia* e *Diário da Tarde*, além do periódico doutrinário integralista *A Offensiva*. O acesso às fontes se deu de forma digital, pela plataforma de pesquisa da Hemeroteca Digital, acervo digitalizado de periódicos disponibilizado pela Fundação Biblioteca Nacional. Os procedimentos de pesquisa incluíram a busca pelas seguintes palavras-chave: “Foz do Iguassú”, “Carlos Zewe Coimbra”, “Zewe”, “Heleno Schimmelpfeng”, “Schimmelpfeng”. Porquanto, além do emprego de “Foz do Iguaçu”, em sua antiga grafia, como palavra-chave, buscou-se pelos nomes e sobrenomes de dois dos líderes integralistas do núcleo da cidade.

O primeiro periódico, *O Estado*, circulou de 1936 a 1938 e era inclinado politicamente ao Partido Social Democrático (PSD), agremiação governista. Em um primeiro momento, o diário matutino foi dirigido por João Theophilo Gomy Júnior (1887-1959), bacharel em direito

e deputado estadual constituinte pelo PSD (GRANATO, 2019, p. 29) e por Romário Fernandes da Silva. A partir de outubro de 1937, passou a ter José Augusto como diretor.

Já o diário *O Dia* foi publicado entre 1923 e 1961, tendo sido fundado pelo jornalista e político Caio Machado (1885-1954) e por David Carneiro (1870-1928), membro de uma família de recursos oriundos da exploração da Erva Mate no estado do Paraná (LIMA; SILVA, 2026, p. 90). Ainda segundo Lima e Silva, o jornal possuía um cunho comercial e teve alguns diretores em todo o período em que foi publicado. Em nosso recorte analisado, 1936-1937, a direção foi ocupada pelo fundador, Caio Machado.

O *Diário da Tarde*, por sua vez, foi fundado em 1899 e circulou diariamente até 1975 (CAMPOS, 2013, p. 393-394). Uma de suas características era a da publicação de “notícias com forte teor emocional e moral”, ou seja, a presença de um certo “sensacionalismo” em sua linha editorial (CAMPOS, 2013, p. 394). Durante o período analisado nesta pesquisa, o jornal teve como diretores os seguintes nomes: Pádua Nunes, Arthur Ferreira dos Santos, Hostílio César de Souza Araújo e Laertes Munhoz, sendo os três últimos formados em Direito.

A *Offensiva*, o quarto periódico utilizado como fonte neste artigo, difere-se dos anteriores por se tratar de um órgão da imprensa militante integralista. Segundo Simões (2011), o jornal foi publicado no Rio de Janeiro de maio de 1934 até março de 1938, quando foi fechado, devido à complicação das relações entre o governo e os integralistas. De maio de 1934 até o início de 1936, tinha tiragem semanal, sendo vendido apenas por assinatura. A partir da edição de 28 de janeiro de 1936, passou a ser publicado diariamente e a ter a opção de ser comprado via bancas, além da assinatura tradicional, fato que ampliou seu número de vendas (SIMÕES, 2011, p. 61). Com circulação nacional, *A Offensiva* era leitura obrigatória de todos os integralistas e possuía como objetivo levar os dogmas do movimento integralista a todos os cantos e lares do país (OLIVEIRA, 2009).

Embora a AIB tenha sido amplamente estudada em uma perspectiva nacional, desde o trabalho pioneiro de Hégio Trindade, *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 1930*, publicado em 1974, os estudos a respeito da atuação do movimento no Paraná só surgiram nos anos 2000. Historiadores e historiadoras como Carmencita de Holleben Mello Ditzel (2004 e 2007) e Eliziane Gava (2013) realizaram trabalhos acerca da presença dos camisas-verdes nas cidades de Ponta Grossa e Guarapuava, respectivamente. Estudos como o de Luiz Gustavo de Oliveira (2012) e Cláudia Monteiro Gomes da Silva (2012)

também contemplaram o integralismo na cidade de Teixeira Soares. Mais recentemente, em artigo publicado em 2025, estudei a presença dos integralistas em Foz do Iguaçu e a trajetória de seus líderes. Contudo, a historiografia produzida sobre o integralismo no Paraná pouco explorou as atividades políticas de núcleos periféricos do estado, como o de Foz do Iguaçu.

Esses estudos evidenciaram como o movimento integralista se organizou e assumiu configurações específicas em diferentes contextos regionais, que possuíam suas próprias especificidades socioeconômicas e culturais. Ao deslocar o foco de análise, observando as experiências regionais do integralismo, essas pesquisas contribuíram para a problematização da ideia de um movimento integralista homogêneo em todo o território nacional.

O presente artigo se desenvolverá da seguinte forma: em um primeiro item, se discorrerá a respeito da instalação e posterior atuação da Ação Integralista Brasileira no Paraná, destacando a presença do movimento em um número significativo de municípios e a adesão da AIB ao jogo político eleitoral, suas questões com os partidos já estabelecidos e seus resultados eleitorais nas eleições municipais de 1935 no estado; em seguida, será feita uma análise de trechos de jornais sobre a presença da AIB em Foz do Iguaçu e sobre a situação socioeconômica do município durante a década de 1930.

O leitor pode perguntar no que o presente artigo se difere do anterior, publicado em 2025. Embora aquele trabalho contribua com a historiografia sobre a AIB no Paraná, resgatando trajetórias pouco ou de forma alguma trabalhadas até então, ele limita-se a abordar o assunto utilizando como fonte jornais integralistas, documentos produzidos pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e atas das sessões ordinárias da Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu. Nesse sentido, o presente trabalho traz fontes ainda não analisadas: jornais pertencentes à imprensa tradicional do Estado do Paraná, que nos trazem novas e relevantes informações a respeito dos integralistas do município iguaçuense. Não obstante, o jornal integralista *A Offensiva* volta a ser utilizado como fonte neste segundo artigo, mas sob procedimentos metodológicos distintos: enquanto a pesquisa anterior delimitou-se aos exemplares do periódico publicados em 1935, de modo a entender a fundação do núcleo da AIB em Foz do Iguaçu, este artigo ampliou o recorte temporal analisado, valendo-se das edições de 1936 e 1937 do jornal integralista.

HISTÓRIA REGIONAL, HISTÓRIA POLÍTICA E A IMPRENSA COMO FONTE HISTÓRICA

De acordo com Carlos Eduardo Zlatic (2020), a História regional é capaz de proporcionar ao historiador um olhar mais cauteloso às explicações totalizantes, visto que pode abrir um vasto leque de possibilidades de estudos que elejam como enfoque de suas problemáticas recortes espaciais menores, fornecendo respostas mais profundas a uma variedade de questões (ZLATIC, 2020, p. 73).

Entretanto, segundo Aldieris Braz Amorim Caprini (2011), ao produzir uma pesquisa com enfoque regional, sobretudo ao tratar das relações de poder dessa região, não basta que o historiador apenas narre os fatos específicos de determinada localidade, mas que problematize as estruturas de poder, questionando as formas de ocupação do poder e buscando a relação entre o poder e a sociedade (CAPRINI, 2011, p. 109).

São essas relações de poder que tornaram-se objetos de estudo do que a historiografia chamou de “Nova História Política”. Enquanto a tradicional História Política do século XIX elegia como foco com a política dos grandes Estados e dos “grandes homens”, a partir dos anos 1980, a Nova História Política voltou seus olhos para as outras modalidades do poder, como os micro-poderes cotidianos, os sistemas de representações políticas, os símbolos, os discursos e os mitos políticos (CAVALCANTE NETO, 2007, p. 99). Não obstante, antigos objetos da “Velha História Política” ganharam novas roupagens e interpretações, como a guerra, a diplomacia, as instituições e a trajetória política de personagens que ocuparam lugares na organização do poder (BARROS, 2005, p. 234).

Com esse novo momento de estudo da História Política, os historiadores passaram a se preocupar também com as multidões e os indivíduos “anônimos”, fazendo com que pesquisas que tomassem esses sujeitos históricos como objetos de estudo tornaram-se cada vez mais populares (RÉMOND, 2003, p. 33). De forma parecida, no final do século XX, cada vez mais passaram a ser produzidas pesquisas que focaram nos partidos, nos movimentos políticos, nos processos eleitorais e na opinião pública (FERREIRA, 1992, p. 267).

Portanto, este trabalho utiliza como principais abordagens a Nova História Política e a História Regional, visto que ambas as perspectivas nos oferecem possibilidades interessantes para o estudo da Ação Integralista Brasileira, enquanto partido político e também movimento, no estado do Paraná e, sobretudo, na cidade de Foz do Iguaçu nos anos 1930. Ao utilizarmos o recorte regional, retomando Zlatic (2020), podemos observar

com mais atenção as particularidades do movimento integralista no estado, especialmente em relação a estratégias de organização e de expansão ideológica. Ademais, se tomamos a História Política como abordagem, atentos às novas possibilidades descritas por Rémond (2003), para analisar a trajetória de indivíduos ainda pouco abordados pela historiografia, poderemos elucidar as relações de poder e a relação dos integralistas com as mesmas no extremo-oeste paranaense.

Como mencionado anteriormente, essa pesquisa utiliza como fonte uma maioria de jornais paranaenses, voltados, sobretudo, ao grande público, publicados em Curitiba nos anos 1930 e com alcance estadual. Trata-se de publicações que podem ser classificadas, de acordo com Silva e Franco (2010), como “Jornais de temática livre”: periódicos alinhados com a indústria cultural, que abordam temas diversos, com tamanho considerável e que possuem diversas colunas de cunho informativo, anúncios, notícias, reportagens, além de opiniões e análises realizadas por profissionais em relação às questões culturais, políticas e econômicas da sociedade (SILVA; FRANCO, 2010, p. 7).

O recorte temporal analisado, os anos 1930, coincidem com a intensificação da urbanização e industrialização do país, processo de transformação da sociedade brasileira que foi devidamente acompanhado pela imprensa periódica e pelo crescimento desta (SILVA; FRANCO, 2010, p. 3). Desse modo, conforme Silva e Franco, apesar das grandes dificuldades logísticas, levando em conta as extensas dimensões territoriais brasileiras, e a demora na propagação de informações para as regiões mais isoladas, a difusão da informação através da imprensa escrita foi fundamental para o registro de acontecimentos e das transformações vividas pela sociedade brasileira no início do século XX.

O jornal, por sua vez, constitui um tipo específico de fonte a ser investigada e utilizada pelo historiador. Logo, é necessário compreender a imprensa como uma linguagem que constrói o social, que possui sua historicidade e suas peculiaridades próprias, o que demanda do pesquisador o entendimento das relações entre imprensa e sociedade (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258).

De acordo com José D’Assunção Barros (2021), duas das principais características desse tipo de fonte, que as tornam produtos especialmente particulares, são a periodicidade e o largo alcance. Desse modo, eles

já nascem como uma série que se estende ao longo do tempo. Podem ter uma existência menos ou mais extensa entre o seu nascimento e o seu

desaparecimento, e pode ocorrer mesmo o caso de jornais que não ultrapassaram as duas ou três primeiras edições; não obstante, a intenção de se criar um jornal, ou qualquer outro periódico, implica propor a sua continuidade no tempo através de edições-exemplares que pretendem se suceder uma à outra, de acordo com um ritmo ditado pelo seu padrão de periodicidade (o jornal diário, semanal, ou mesmo mensal). Para nós, historiadores, isso é importante porque, através dos sucessivos exemplares periódicos de um mesmo jornal, encadeia-se uma história que precede a operação historiográfica. Precisamos sempre nos aproximar desta história, pois não faz muito sentido analisar uma edição de um jornal separada das outras que a precederam, a não ser como fonte de reforço para alguma informação mais específica. Mesmo que nos concentremos na edição que veio a público em determinado dia, o olhar para trás, para a série de edições anteriores, é incontornável para a análise historiográfica de um jornal (BARROS, 2021, p. 403).

Portanto, conforme Barros, ao trabalharmos com fontes periódicas, é importante que nos atentemos à continuidade e à complementaridade das edições, isto é, à uma amostragem maior de números publicados. Junto ao fator de encadeamento de textos e notícias, outra característica que Barros apresenta como fundamental e de especial atenção ao pesquisador é o discurso de veracidade, ou seja, de que o jornal, a menos que seja humorístico, constitui um veículo de informação estritamente comprometido com a verdade dos fatos, o que lhe proporciona o estabelecimento de um vínculo de confiança com os leitores (BARROS, 2021, p. 403).

Barros também chama a atenção para o fator do largo alcance dos textos jornalísticos, o que faz com que esse tipo de fonte atinja um grande número de pessoas, repercuta entre as populações e, conseqüentemente, penetre em diversos segmentos sociais e se transforme em um poderoso ator político na sociedade contemporânea (BARROS, 2021, p. 404). Não obstante, os jornais definem espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, estabelecem consensos, propõem diagnósticos do presente, assimilam diferentes interesses e projetos de variadas forças sociais e constituem, eles próprios, espaços privilegiados da articulação desses projetos (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258-259).

A AÇÃO INTEGRALISTA NO PARANÁ: DA FUNDAÇÃO À DISPUTA NAS URNAS

A instalação da AIB no Paraná possui, de acordo com Rafael Athaides (2012), duas narrativas que apontam para origens distintas. A “oficial” foi narrada pelo advogado Manoel Vieira de Alencar (1873-1960) e pelas demais lideranças integralistas de Curitiba, e remonta o início das atividades da AIB no estado ao mês de julho de 1934, na capital paranaense, sob a chefia do próprio Alencar. Entretanto, como bem argumenta Athaides, as fontes analisadas por Carmencita Ditzel (2007) indicam que a AIB montou seu primeiro reduto no

estado na cidade de Ponta Grossa, em 1932, com a chefia do ex-prefeito municipal Brasil Pinheiro Machado. Além disso, segundo Athaides, entre dezembro de 1933 e março de 1934, o jornal *Monitor Integralista* registrou atividades de organização e coordenação do integralismo para todo o estado, concentradas na figura de Pinheiro Machado.

As lideranças de Curitiba, no entanto, não reconheceram a origem que remontava a Machado como fundador da AIB no estado e à Ponta Grossa como cidade que propagou o integralismo pelo Paraná, e a história prévia do movimento no estado antes de julho de 1934 foi omitida de um retrospecto histórico publicado no periódico *A Razão*, em julho de 1935 (ATHAIDES, 2012, p. 69-70). Não obstante, ainda conforme Athaides, o nome de Brasil Pinheiro Machado não voltou a aparecer nas páginas do jornal *Monitor Integralista* após 1933.

De acordo com Tatiana Marchette (2013), com o I Congresso Nacional Integralista, realizado entre fevereiro e março de 1934, em Vitória-ES, ocorreu a estruturação hierárquica da AIB, através da publicação e aplicação ampliadas de seus estatutos oficiais. Em decorrência dessa estruturação, em junho daquele ano, Plínio Salgado nomeou Manoel Vieira de Alencar como Chefe Provincial, que por sua vez, designou o professor Estevam Zewe Coimbra como Chefe do Integralismo em Ponta Grossa, não reconhecendo a coordenação anterior de Pinheiro Machado (MARCHETTE, 2013, p. 130-131).

Marchette aponta como principal razão do afastamento de Machado da organização hierárquica do integralismo no estado o seu bom relacionamento com o governador Manoel Ribas (1873-1946), que o havia nomeado prefeito de Ponta Grossa em 1932, ainda como interventor. Portanto, a AIB teria visto Machado como um colaborador do poder instituído (MARCHETTE, 2013, p. 145). Ademais, Rafael Athaides afirma que a decisão de Salgado de colocar a AIB nas disputas eleitorais pode ter colocado Pinheiro Machado em uma posição política complicada, pois a confiança que as forças locais, sobretudo Manoel Ribas, detinham em sua figura seria radicalmente afetada pela opção ao exclusivismo integralista. Desse modo, por Machado optar pela manutenção com as alianças já estabelecidas, as lideranças de Curitiba viram nele um “primeiro líder desistente” e uma vergonha para a militância integralista paranaense (ATHAIDES, 2012, p. 70).

Segundo Eliziane Gava (2023), a relação entre integralistas e oligarquias, contudo, já não era amistosa, visto que os camisas-verdes ainda defendiam os lemas anti-oligárquicos da intitulada Revolução de 1930. Dessa forma, tanto as oligarquias mais

liberais e próximas do federalismo como as adeptas da centralização varguista não possuíam grandes simpatias pela AIB (GAVA, 2023, p. 128).

Conflitos à parte, Athaides aponta que os trabalhos de instalação oficial da Ação Integralista no Paraná continuaram e, em julho de 1934, a sede provincial foi instalada em um sobrado na Rua Barão do Rio Branco, na capital paranaense. Em setembro, Plínio Salgado visitou a Província pela primeira vez após a fundação oficial, onde, ao lado de Miguel Reale, outra importante figura do movimento, passou por Curitiba e Ponta Grossa, onde participou de diversas atividades, como conferências com os militantes e visitas às sedes. Destaca-se a conferência realizada no Teatro Guaíra, em Curitiba, que foi descrita pela imprensa integralista como “um dos mais significativos acontecimentos que já se registraram na capital do Paraná” (ATHAIDES, 2012, p. 73).

No final de 1934, outros núcleos integralistas foram fundados pelo estado, a começar pelos de Campo Largo, Paranaguá, Antonina e Morretes, sendo este último resultado da intensificação dos trabalhos de coordenação dos militantes parnanguaras e antoninenses no litoral do estado (ATHAIDES, 2012, p. 80-81). De acordo com Athaides, os núcleos de Rio Negro, que se tornaria o maior do interior paranaense, e o de Bocaiúva foram fundados também ao final daquele ano, em dezembro.

A partir daí, o objetivo dos integralistas era estabelecer, primeiramente, um ponto de apoio e, em seguida, um núcleo em cada um dos 57 municípios do Paraná naquele período (ATHAIDES, 2012, p. 84). Segundo Athaides, para fundar um núcleo, os indivíduos interessados no interior deveriam procurar estabelecer contato com a Chefia Provincial, na capital, para receber instruções de procedimento.

Entre as estratégias de penetração nas localidades do interior, estavam a panfletagem e a inserção de artigos de divulgação em jornais locais (ATHAIDES, 2012, p. 84). Após o período de propaganda, o núcleo era fundado assim que uma quantidade notável de indivíduos pudessem realizar um juramento no ato de implantação. Durante o evento oficial de fundação, os coordenadores locais e os chefes de “bandeira”, geralmente vindos de uma das cidades mais importantes para o integralismo no estado, como Curitiba, Rio Negro e Ponta Grossa, por exemplo, faziam um discurso de fundação e realizavam o juramento dos militantes locais previamente alistados (ATHAIDES, 2012, p. 114). De acordo com Athaides, com a oficialização, o coordenador local tornava-se, inevitavelmente, o Chefe Municipal dos núcleos recém-fundados.

Segundo Athaides, ao final do ano de 1934, a AIB contava com 8 núcleos municipais no Paraná, trabalhos de coordenação embrionários em cidades do interior e algo em torno de 2000 filiados. Em 1935, os integralistas somaram cerca de 10.000 adeptos no estado, com a consolidação de núcleos no Litoral, no Sul e no Centro, além da instalação de núcleos no Norte e no extremo Oeste, em Foz do Iguaçu (ATHAIDES, 2012, p. 113).

O ano de 1935 trouxe consigo a transformação da AIB em partido político, determinado no II Congresso Integralista, ocorrido em Petrópolis-RJ, entre 07 a 09 de março. Tal movimento rendeu aos integralistas uma abertura maior ao eleitor médio brasileiro e a possibilidade de se inserirem no jogo eleitoral (ATHAIDES, 2012, p.180).

Em junho, o periódico doutrinário do integralismo paranaense, o curitibano *A Razão*, chamou os integralistas do Paraná às urnas, vislumbrando as eleições municipais que seriam realizadas em setembro daquele ano. Entre os inimigos eleitorais da AIB no estado, estavam os “candidatos dos coronéis”, espalhados por partidos como o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Social Nacionalista (PSN), e apoiados por chefes locais que detinham grande influência nos interiores paranaenses (ATHAIDES, 2022, p. 185). Nesses contextos locais, os integralistas desafiavam os poderes dos coronéis e das famílias de linhagem influente, enquanto nos âmbitos estaduais, a militância contrária às “máquinas políticas estaduais” causava confrontos entre a AIB e os interventores e governadores (HILTON, 1977 apud ATHAIDES, 2012, p. 181).

Segundo Athaides, devido ao temor de uma possível repressão, os ataques aos adversários políticos durante a campanha eleitoral de 1935 foram um tanto comedidos. O jornal *A Razão* publicou somente em 23 de agosto, às vésperas da eleição, uma matéria que criticava os “partidos políticos situacionistas ou oposicionistas do Brasil”, mas que fazia menção direta ao Partido Social Democrático (PSD) e à União Republicana Paranaense (URP), os dois principais adversários diretos dos camisas-verdes no estado (ATHAIDES, 2022, p. 186-187). O partido que ficou de fora da crítica do periódico foi o PSN, de cunho oposicionista ao governo Ribas, e liderado pelo influente e respeitado Major Plínio Tourinho (1882-1950), figura que, segundo Athaides, era visto pelos integralistas paranaenses como um simpatizante da AIB.

De acordo com Oliveira (1997), Plínio Tourinho comandou as forças da chamada Revolução de 1930 no estado e viu seu irmão, o general Mário Tourinho, ser nomeado interventor do Paraná por Vargas ainda no início do governo provisório. Os irmãos Tourinho

faziam parte de uma configuração de famílias tradicionais que detinham grande poder e status na sociedade e política paranaenses desde os tempos do Império. Contudo, apesar da influência e do apoio inicial dos “revolucionários” do estado, o interventor Mário Tourinho passou a enfrentar rapidamente a oposição dos mesmos, sobretudo dos militares, e acabou por renunciar ao cargo em dezembro de 1931 (OLIVEIRA, 1997, p. 47-49).

Após breve interventoria provisória de João David Pernetta, tradicional político paranaense do período da Primeira República, Getúlio Vargas nomeou o gaúcho Manoel Ribas para o cargo em janeiro de 1932. A escolha de Ribas foi estratégica, visto que possuía a confiança pessoal do presidente e o apoio de importantes setores das classes dominante e trabalhadora paranaenses: ao mesmo tempo em que carregava um vínculo com as elites oligárquicas dos Campos Gerais do Paraná, constituía uma importante liderança dos trabalhadores ferroviários (OLIVEIRA, 1997, p. 49).

Desde a chegada de Ribas ao governo em 1932, o Partido Social Nacionalista dos irmãos Tourinho consolidou-se como oposição, reunindo antigos “revolucionários” de 1930, e possuindo reconhecimento por parte da população, além de notável capital político (ATHAIDES, 2022, p. 189). Conforme Athaides, “o PSN compartilhava com a AIB o caráter nacionalista, sem precisar dos componentes e da ritualística do fascismo que, sem muitas dúvidas, afastavam uma parte da população” (ATHAIDES, 2022, p. 190)

A suposta simpatia de Plínio Tourinho pelo movimento do Sigma teria como base elementos ideológicos próximos entre o PSN e a AIB, além de uma declaração escrita, oriunda de uma carta do major a Manoel Vieira de Alencar, chefe provincial, em que criticava a Liberal-Democracia e defendia o nacionalismo e a liberdade partidária irrestrita (este último ponto foi completamente ignorado pelos integralistas) (ATHAIDES, 2022, p. 187). Tais palavras renderam a Tourinho, portanto, o posto de novo “simpatizante” do integralismo no estado.

Com as eleições municipais de setembro de 1935, os integralistas paranaenses avançaram rumo à ocupação do poder, elegendo um prefeito na cidade de Teixeira Soares, a primeira cidade a ter um camisa-verde eleito para o cargo, metade dos vereadores de câmaras municipais de cidades relevantes, como Ponta Grossa e Rio Negro, e vereadores em Imbituva (6), Curitiba (3), Lapa (3), Jacarezinho (2), Paranaguá (1) e São Matheus (1). Além disso, na capital, os camisas-verdes conseguiram a segunda colocação no número

de votos gerais (2190 no total), sendo superados apenas pelo PSD, com 4412 votos, e ficando a frente do PSN, que alcançou 1620 votos (ATHAIDES, 2022, p. 194).

Portanto, considerando os resultados nas grandes cidades, a Ação Integralista Brasileira despontou como a segunda força eleitoral do Paraná, atrás somente do partido governista, o PSD de Ribas, ultrapassando, em muitas localidades, o PSN, principal oposição, que contava com figuras militares influentes no estado (ATHAIDES, 2022, p. 193-194).

A MILITÂNCIA INTEGRALISTA EM FOZ DO IGUAÇU

O Oeste paranaense, sobretudo a região de Foz do Iguaçu, possuía características muito próprias, em comparação às outras localidades do estado. A região era habitada por cerca de dez mil pessoas na década de 1930, sendo a maioria de argentinos e paraguaios (PRIORI et al. 2012, p. 80). Essa população era justificada pelas *obrages*, latifúndios voltados à exploração de erva-mate e de madeira, mantidas por trabalhadores em péssimas condições de trabalho e de vida. Nesse espaço, pouco se falava a língua portuguesa e a moeda em circulação era o peso argentino (PRIORI et al. 2012, p. 80).

O período obrageiro pode ser delimitado entre 1881 e 1930, e faz parte do que Silva, Lisboa e Gimenez chamam de “elemento histórico unificador” da história do Oeste paranaense, estabelecido pela obra de Ruy Wachowicz, *Obrageros, Mensus e Colonos*, publicada pela primeira vez em 1987 (SILVA; LISBOA; GIMENEZ, 2022, p. 368-369). Neste trabalho, considerado pioneiro e que faz parte dos clássicos da historiografia paranaense, Wachowicz aborda a história da colonização do Oeste do estado, que consistiria em dois principais movimentos: a exploração de recursos naturais do território, como madeira e erva-mate, através das *obrages*, de 1881 a 1930, e, posteriormente, até os anos 1950-1960, o estabelecimento de empresas colonizadoras, que, ao comercializar propriedades na região, considerada pelo Estado como um vazio demográfico, atraíram um grande volume migratório de colonos gaúchos e catarinenses (SILVA; LISBOA; GIMENEZ, 2022, p. 369-376).

Para justificar a colonização do Oeste (e desconsiderando a presença de populações originárias no território), o Estado brasileiro perpetuou o discurso oficial de que a região oeste do Paraná seria ‘vazia’, ‘isolada’, ‘praticamente abandonada’, e entregue à ação das *obrages* estrangeiras (PRIORI et al. 2012, p. 78-79). O território era, de fato, de difícil acesso. Adentrá-lo somente era possível através da navegação pelo rio Paraná, da estrada

de ferro Guaíra-Porto Mendes e de uma rota terrestre que conectava Guarapuava a Foz do Iguaçu. O transporte via barco ou trem, no entanto, era controlado pelo governo argentino e pela Companhia Mate Laranjeira, empresa de origem paraguaia (PRIORI et al. 2012, p. 80).

Segundo Silva (2009), até meados da década de 1950, a maior parte das mercadorias consumidas pela pequena população residente em Foz do Iguaçu tinha origem argentina, através dos vapores platinos que vinham, geralmente, da cidade de Posadas. Além disso, havia uma maior facilidade de comunicação com o país vizinho do que com outras partes do Brasil, devido à uma melhor velocidade dos serviços postais argentinos em comparação aos brasileiros (SILVA, 2009, p. 125).

Apesar do consenso historiográfico de que a formação do Oeste paranaense pode ser explicada através dos processos de colonização envolvendo primeiro as *obrages* e, posteriormente, as companhias colonizadoras, Silva, Lisboa e Gimenez (2022) argumentam que essa explicação não se aplica para a região do extremo-oeste do estado, em Foz do Iguaçu (SILVA; LISBOA; GIMENEZ, 2022, p. 382).

A região, que já possuía a presença de populações indígenas há cerca de dois mil anos, teve sua ocupação oficial pelo Estado brasileiro iniciada em meados da década de 1880, ao final do período imperial (BRIGHENTI, SANTOS, 2017, p. 121). Com o objetivo de colonizar a região, fronteira com Argentina e Paraguai, foi fundada uma Colônia Militar em 1892, que buscou incentivar a ocupação com a concessão de terras aos colonos interessados em ocupar a região para realizar atividades agropastoris e de extração de erva-mate e madeira (SILVA; LISBOA; GIMENEZ, 2022, p. 371-372).

Contudo, os autores argumentam que, em um primeiro momento, a região da tríplice fronteira, incluindo a cidade de Foz do Iguaçu, não vivenciou os mesmos processos que tradicionalmente são atribuídos como vetores da colonização do Oeste paranaense. Conforme os autores, a venda de títulos de terra a particulares, que viabilizariam a atuação das *obrages*, só ocorreu após 1913, e os empreendimentos não obtiveram êxito em colonizar a região até 1930. Não obstante, durante a fase em que o Estado brasileiro incentivou a atuação de empresas colonizadoras, após 1930, o extremo-oeste vivenciou outras transformações, sobretudo a criação dos parques nacionais argentino (1934) e brasileiro (1939) (SILVA; LISBOA; GIMENEZ, 2022, p. 377-382). A criação dos parques significou a preservação natural de uma grande área do território do Oeste do estado, o que

dificultou a criação de novos municípios, que só surgiram após os anos 1950 (SILVA; LISBOA; GIMENEZ, 2022, p. 377).

Portanto, o Extremo-Oeste paranaense, sobretudo a cidade de Foz do Iguaçu, formou-se enquanto ponto de conexão com a Argentina e o Paraguai, países que também buscaram, a suas maneiras, ocupar o território trinacional (SILVA; LISBOA; GIMENEZ, 2022, p. 380). É possível, então, considerar a região, durante os anos 1930, como um espaço mais próximo (tanto do ponto de vista físico como econômico e cultural) dos países vizinhos, sobretudo da Argentina, do que do restante do Paraná.

Nesse contexto, os integralistas paranaenses consideravam a fundação de um núcleo na região como fundamental, a fim de demonstrar que o movimento se fazia presente desde o Oceano Atlântico, ao extremo-leste, até a fronteira com Argentina e Paraguai, ao extremo-oeste (ATHAIDES, 2012, p. 129-130). Tal desejo foi realizado, e entre o final de outubro e o início de novembro de 1935, o núcleo integralista de Foz do Iguaçu foi fundado oficialmente, sob chefia do professor e vereador Carlos Zewe Coimbra (MONTEIRO, 2025, p. 348). Coimbra se elegeu vereador pelo PSD nas eleições daquele ano, mas cerca de um mês depois, abandonou a legenda e se filiou à AIB, devido a questões ideológicas e ao antigo partido não possuir, na sua opinião, programa algum para o pequeno município iguaçuense (MONTEIRO, 2025, p. 350)².

Em estudo anterior (MONTEIRO, 2025), demonstrei que atas da câmara municipal de Foz do Iguaçu citam a presença de pelo menos dois vereadores integralistas: os já mencionados Carlos Coimbra e o ex-prefeito Heleno Schimmelpfeng. Coimbra era professor, tal qual seu irmão e também chefe integralista de Ponta Grossa, Estevam Zewe Coimbra; já Heleno Schimmelpfeng era engenheiro e filho do primeiro prefeito de Foz do Iguaçu, Jorge Schimmelpfeng, e havia sido prefeito nomeado do município entre 1928 e 1930 (MONTEIRO, 2025, p. 359-362). O jornal curitibano *Diário da Tarde*, em sua página dedicada ao Partido Social Nacionalista, indicou que Heleno Schimmelpfeng integrava o diretório do PSN em Foz do Iguaçu em agosto de 1934 (*Diário da Tarde*, n. 11850, 16/08/1934)³.

² O nome de Coimbra também aparece em uma relação dos candidatos do PSD à câmara de vereadores de Foz do Iguaçu nas eleições municipais de 1935, a saber: “Carlos Zeve Coimbra, José Werner, Candido Ferreira, Romulo Trevisani, Pedro Keru, Francisco Padilha, Alexandre Kucevisch, Jorge Werner” (O Dia, n. 3577, 10/09/1935).

³ Faziam parte, ainda, da organização do PSN em Foz do Iguaçu em 1934: Frederico Chevalier, Fulgêncio Pereira, Sylvio Sottomaio e Noé Gomes Pereira (*Diário da Tarde*, n. 11850, 16/08/1934).

A adesão de Heleno Schimmelpfeng ao integralismo, provavelmente entre 1935 e 1936, conferiu à AIB o apoio de uma importante figura da política municipal iguaçuense daquele período. Nesse sentido, Athaides aponta que, em consonância com a guinada do integralismo rumo à política tradicional, em alguns locais do estado, o apoio à AIB foi alavancado pelo aproveitamento de capitais políticos anteriores (ATHAIDES, 2022, p. 193). É possível pensar que o mesmo fenômeno tenha ocorrido no contexto iguaçuense, visto que Schimmelpfeng já havia ocupado a prefeitura no final dos anos 1920, e possivelmente lograva de algum prestígio político herdado de seu pai, o “Coronel” Jorge Schimmelpfeng (MONTEIRO, 2025, p. 359).

As mesmas atas registram a atuação de Coimbra como vereador, em que se destaca um discurso feito pelo chefe integralista ao tomar posse como suplente em setembro de 1936, onde se dizia injustiçado pela exoneração que teria sofrido dos cargos de inspetor escolar do município, de diretor e professor do Grupo Escolar Bartolomeu Mitre (MONTEIRO, 2025, p. 350). Os afastamentos teriam sido motivados, de acordo com o vereador, por motivos políticos e ideológicos, isto é, por conta de sua posição integralista (MONTEIRO, 2025, p. 350).

O jornal curitibano *O Dia* trouxe, em fevereiro daquele ano, a divulgação de informações enviadas de seu correspondente em Foz do Iguaçu. Entre as novidades sobre a cidade, o correspondente, de nome não identificado, escrevia sobre a situação educacional do município fronteiriço, cuja qual, segundo ele, não enfrentava os melhores dias:

Tiveram inicio a 15 do corrente, as aulas do Grupo Escolar Bartolomeu Mitre desta cidade, sob a direção do prof. Carlos Zeve Coimbra que tem demonstrado grande desinteresse pela orientação do referido estabelecimento. Desde o início das férias acha se ruido em diversos logares o muro externo, dando livre passagem ao gado que alli vae pastar com grave perigo para os menores alumnos (O Dia, n. 3512, 20/02/1936).

Ainda segundo a matéria, a escola estaria sem duas professoras efetivas, o que estaria deixando os estudantes sem as respectivas disciplinas da grade. Não obstante, além do Grupo Escolar Bartolomeu Mitre, das escolas “isoladas” de Foz do Iguaçu, apenas uma estaria funcionando, mas que seria dirigida por “um senhor quasi analphabeto” (O Dia, n. 3512, 20/02/1936). Este diretor só estaria no cargo, segundo o correspondente, por ser integralista, fato que agradaria ao inspetor escolar do município e chefe da AIB iguaçuense, Carlos Coimbra. De acordo com o jornal, as demais escolas da região estariam sem aulas,

com a exceção de uma, dirigida por Ignácio Baptista, mas que estaria de viagem ao Rio de Janeiro:

As demais acham se vagas com exceção de uma que é dirigida pelo professor Ignacio Baptista, que acha se na Capital Federal onde fôra afim de passar o Carnaval, não lembrando talvez que dezenas de crianças são prejudicadas com esse seu passeio fóra das férias regulamentares (O Dia, n. 3512, 20/02/1936).

Esses trechos carregam, claramente, um tom de denúncia a respeito da situação das escolas de Foz do Iguaçu. Contudo, pode-se perceber também que a crítica provavelmente possui um fator político-ideológico envolvido. Ao mencionar a questão partidária de Coimbra, é possível que o autor quisesse associar os problemas de estrutura e de funcionamento da educação iguaçuense não somente à figura de Coimbra como inspetor educacional e diretor, mas também ao integralismo e ao próprio Coimbra como chefe municipal. Isso é reforçado pelo trecho que aparece logo abaixo do anterior:

Acha se funcionando em novo predio gentilmente cedido pelo sr. Heleno Schmmelpfeng (sic), a séde do nucleo municipal da Acção Integralista Brasileira. O prof. Carlos Zeve Coimbra, chefe municipal do mencionado nucleo, não tem poupado esforços em sua propaganda, ora fazendo excursões às Cataratas do Iguassú, com os adeptos plinianos, ora fazendo passeios pelas colonias adjacentes distribuindo folhinhas com o distintivo do Sigma e o cliché do chefe supremo integralista (O Dia, n. 3512, 20/02/1936).

“Plinianos” era como eram chamadas as crianças e adolescentes que faziam parte da Juventude Integralista, que abrangia desde os 5 até os 18 anos de idade. Em seus núcleos municipais, os jovens eram iniciados na doutrina do Sigma, com a finalidade de desenvolverem seu “aperfeiçoamento moral, cívico, intellectual e physico” (SANTORUM, 2018, p. 23). Tendo como base o escotismo, doutrina educacional criada pelo inglês Robert Baden-Powell, em 1907, a Juventude Integralista visava, através de atividades como aulas, passeios, jogos e excursões, formar crianças e jovens nos ideais cívicos e patrióticos, com o enaltecimento de símbolos nacionais e o respeito à ordem (SANTORUM, 2018, p. 71). Em consonância com outros movimentos fascistas pelo globo, a Juventude Integralista constituía, portanto, um instrumento de arregimentação, controle e doutrinação das camadas juvenis (SANTORUM, 2018, p. 13).

Desse modo, as excursões às Cataratas do Iguaçu faziam parte das atividades de caráter escotista dos plinianos de Foz do Iguaçu, possivelmente como forma de visualizar uma manifestação da “grandeza” da nação brasileira e como um instrumento da educação cívica do integralismo. Vale lembrar que o Parque Nacional do Iguaçu só viria a ser criado

em 1939 e que as Cataratas ficavam há dezenas de quilômetros do pequeno núcleo urbano de Foz do Iguaçu.

Quanto às “colonias adjacentes” que Coimbra visitaria à serviço da propaganda integralista, é difícil precisar suas naturezas e localizações. O correspondente do jornal poderia estar se referindo a minúsculos grupos populacionais que poderiam existir nas redondezas ou a colônias de imigrantes europeus na região. A mais próxima documentada era a de Sol de Maio, criada em 1926, propriedade da companhia colonizadora italiana Espéria e que ficava a cerca de 94 quilômetros da tríplice fronteira (SILVA, 2021, p. 51-52). Contudo, segundo Silva, o empreendimento não prosperou e a Espéria encerrou suas atividades em 1937.

Não se sabe qual foi ou mesmo se houve uma repercussão das notícias que *O Dia* trouxe de Foz do Iguaçu e seu chefe integralista na capital. Entretanto, fato é que o mesmo periódico noticiou em 7 de maio daquele ano, sob proposta da Diretoria Geral da Educação, a nomeação de José Werner para o cargo de inspetor escolar do município iguaçuense, “exonerando o atual”, Carlos Zewe Coimbra (*O Dia*, n. 3584, 07/05/1936).

Mais do que isso, ao final de maio, o correspondente do jornal em Foz do Iguaçu demonstrou satisfação pelo afastamento de Coimbra, entretanto, indicou que seu substituto para o cargo se tratava de outro nome: “Foi muito bem recebida nesta cidade a exoneração do sr. Carlos Zeve Coimbra do cargo de inspetor escolar e consequente nomeação do sr. Accacio Pedroso” (*O Dia*, n. 3601, 27/05/1936).

A mesma edição de *O Dia* que denunciava Coimbra pela suposta negligência em relação às questões educacionais do município, citava o nome de Acácio Pedroso como “influente chefe político” da cidade, ao noticiar um casamento local que envolvia uma de suas parentes (*O Dia*, n. 3512, 20/02/1936). Não obstante, o jornal curitibano *O Estado* vinculou, em dezembro daquele mesmo ano, na primeira página, uma entrevista com Acácio Pedroso, descrito como “comerciante muito conhecido”, um dos fundadores do PSD e membro do diretório do partido em Foz do Iguaçu (*O Estado*, n. 66, 17/12/1936).

A entrevista, descrita pelo jornal como “emocionante e imprevista” é extensa, ocupando a metade da primeira página da edição e continuando na oitava página. Pedroso teria procurado a redação de *O Estado*, em Curitiba, para pedir que o jornal expusesse uma série de informações sobre a situação econômica do município de Foz do Iguaçu. Segundo Pedroso, a tríplice fronteira estaria “esquecida” e “em estado agreste, talvez como se

encontrava na época em que foi nossa terra descoberta” (O Estado, n. 66, 17/12/1936). Além disso, o isolamento do município e a fraca infraestrutura seriam graves problemas da região:

Temos apenas uma localidade pauperrima; populações esparsas, sem qualquer conforto e estamos a milhares de quilômetros do contacto com os centros de povoação mais desenvolvidos de nossa pátria. Vivemos, apenas, a margem de um grande rio, nas proximidades de intraduzíveis bellezas naturais (O Estado, n. 66, 17/12/1936).

Além da questão do afastamento em relação ao restante do país, Pedroso afirmava que haveria um grande potencial turístico na região, que poderia ser extremamente lucrativo e que já estaria sendo aproveitado pelos vizinhos platinos no lado argentino das cataratas. Em paralelo, do lado brasileiro da fronteira, figuraria o “abandono; o deserto”, com a pequena estrada que ligava o núcleo urbano iguaçuense às cataratas estando “intransitável” e o único hotel da cidade “em ruínas” (O Estado, n. 66, 17/12/1936).

Não será possível, neste artigo, analisar a entrevista em sua totalidade, tendo em vista sua extensão e quantidade de informações e possíveis problemáticas a serem melhor trabalhadas. Contudo, o relato de Pedroso nos dá um panorama à respeito dos problemas vivenciados pela população de Foz do Iguaçu naquele período, sobretudo os relacionados à ausência de uma presença mais contundente do Estado brasileiro na região e ao isolamento em relação ao restante do país.

Nesse sentido, é possível conjecturar essa carência do poder público junto ao município como um provável motivo para uma inserção relativamente bem-sucedida do integralismo na região do extremo-oeste paranaense, como denota Athaides ao afirmar que o discurso relacionado ao abandono de certas localidades pelo governo de Ribas foi pauta de críticas do jornal integralista *A Razão* antes das eleições municipais de 1935: “o relativo abandono de algumas regiões pelos poderes públicos [...] pode ser uma variável a se considerar para entendermos a adesão e a votação que a AIB recebeu no interior” (ATHAIDES, 2022, p. 191).

Cabe também lembrar que Coimbra citou suas exonerações dos cargos de inspetor escolar e diretor do grupo escolar Bartolomeu Mitre em seu discurso de posse como vereador suplente em setembro de 1936, afastamentos que foram vistos por ele como ilegais e provas de que estaria sofrendo perseguição por ser integralista (MONTEIRO, 2025, p. 350). Sendo as exonerações motivadas por questões políticas, talvez influenciadas

pela matéria de *O Dia*, ou não, as fontes indicam que, pelo menos no caso do cargo de inspetor escolar, Coimbra foi substituído por um membro do PSD, visto que tanto José Werner quanto Acácio Pedroso eram filiados ao partido que a AIB encarava como principal adversário político no estado do Paraná.

De acordo com Silva (2009), o cenário político municipal de Foz do Iguaçu, no que tange o período que abrange desde sua fundação em 1914 até o golpe do Estado Novo em 1937, não teria apresentado grandes movimentações ou abalos políticos. Nesse período, o município esteve sob a administração de Jorge Samways por 8 anos (1924-1928, 1930 e 1933-1938) e de membros da família Schimmelpfeng por 12 anos, com as gestões de Jorge (1914-1924) e Heleno Schimmelpfeng (1928-1930). Não obstante, reforçando o cenário de pouca renovação política, os prefeitos que assumiram o município entre a emancipação, em 1914, e 1937 tinham pertencido a legislações passadas da câmara de vereadores (SILVA, 2009, p. 128).

Contudo, entre 1936 e 1937, o cenário político do município parece ter vivido uma transformação, pelo menos do ponto de vista partidário: uma rápida aproximação em direção à Ação Integralista Brasileira. É o que indica o periódico integralista *A Offensiva*, que publicou em janeiro de 1937, em sua primeira página, uma notícia que anunciava que, através de uma campanha estadual para angariar novas filiações, o núcleo de Foz do Iguaçu teria conseguido 97 novos filiados e que, não obstante, contaria com 5 vereadores que teriam abandonado seus “partidos liberais-democráticos para ingressar nas hostes do sigma” (*A Offensiva*, n. 399, 28/01/1937).

A fim de comparação, quase dois anos antes, em novembro de 1935, com poucos meses de existência, o núcleo integralista de Foz do Iguaçu contava com um total de 58 filiados (MONTEIRO, 2025, p. 348). São números expressivos, levando em conta a população de cerca de 10 mil pessoas que habitavam a região oeste paranaense na década de 1930.

Os nomes de todos os vereadores de Foz do Iguaçu que teriam, segundo o jornal, abandonado suas legendas a fim de se filiar à AIB, além dos já sabidos Carlos Zewe Coimbra e Heleno Schimmelpfeng, só foram publicados em setembro daquele ano, novamente na primeira página, com direito a um destaque ainda maior:

Ergue-se no coração da terra brasileira um anseio incrível de renovação! Em Foz do Iguaçu quando houve a eleição municipal, não havia ainda Integralismo - Hoje, dos 8, 6 vereadores só encontram no movimento de

Plínio Salgado o caminho da grandeza do Brasil! (A Offensiva, n. 596, 18/09/1937).

Tomando Foz do Iguaçu como um exemplo, a matéria argumentava que, seguindo a tendência que se fazia presente em todas as Províncias, os municípios do interior teriam igualmente “demonstrado seu desencanto” pela democracia liberal, que estariam fazendo-os ficar sujeitos “a todas as arbitrariedades [...] das olygarchias provincianas, depois, enfraquecido, interiormente pelas competições estereis do coronelismo” (A Offensiva, n. 596, 18/09/1937).

Foz do Iguaçu teria, segundo o jornal, exemplificado essa “renovação” através da migração partidária de agora seis vereadores que teriam trocado o PSD pela AIB. De acordo com *A Offensiva*, além dos chefes municipais, Coimbra e Schimmelpfeng, os vereadores apontados como integralistas seriam: Pedro Francisco Keru, Ascendino Baptista, Balduíno Welter e Manoel Ludgero Pompeu. Não foi possível identificar, com exceção de Coimbra, que assumiu o cargo como suplente, quais vereadores teriam sido eleitos em 1935 e quais seriam suplentes. O jornal veiculou ainda uma fotografia atribuída como registro de uma visita dos vereadores à câmara municipal do Rio de Janeiro:

Imagem 1: Imagem publicada em *A Offensiva* como registro de visita dos vereadores ao Rio de Janeiro.



Fonte: Recorte de *A Offensiva*, n. 596, 18/09/1937, p. 1.

O jornal integralista indica, portanto, que entre 1936 e 1937, a AIB teria chegado a constituir a maioria das cadeiras da câmara municipal de Foz do Iguaçu, através de seis lugares na legislatura. Tal conjuntura teria sido possível por meio da filiação de

vereadores que teriam conseguido seus votos no pleito de 1935 pelo PSD. Destaca-se o caso de Heleno Schimmelpfeng, que integrava, em 1934, o diretório do PSN em Foz do Iguaçu, mas que, segundo *A Offensiva*, estaria filiado ao PSD quando teria decidido trocá-lo pela AIB. Essa característica aparece como específica ao caso de Foz do Iguaçu, visto que, como demonstrou Athaides, em outros municípios do interior paranaense, o integralismo chegou às câmaras legislativas através do voto integralista. Ademais, o integralismo como força política teria despontado em um contexto de maior influência e adesão do PSD de Acácio Pedroso, um dos fundadores do partido e descrito como “influyente chefe político”, no cenário iguaçuense.

É preciso ressaltar que essas informações devem ser tomadas com cuidado, visto que não foram encontradas outras fontes que pudessem confirmar tamanha adesão da população em geral e dos vereadores de Foz do Iguaçu à AIB. O fato dos únicos registros encontrados estarem em um veículo de doutrinação integralista também é pertinente, e pode levantar a possibilidade de algum exagero ou manipulação nos números divulgados. Caso o número de 97 filiações realizadas na AIB iguaçuense em dezembro de 1936 seja verdadeiro ou mesmo próximo da realidade, somados aos 56 filiados anteriormente registrados, estaríamos falando de um núcleo que teria iniciado o ano de 1937 com mais de 150 filiados em uma região cuja população era de aproximadamente 10 mil pessoas, um número relevante, mas que ainda categorizaria o núcleo de Foz do Iguaçu como um dos menores do estado naquele contexto. De forma parecida, se a informação de que 6 dos 8 vereadores da cidade estariam filiados à AIB às vésperas do fechamento do partido também procede, seria possível afirmar que o integralismo transformou o cenário político do município iguaçuense após a fundação do núcleo em novembro de 1935, e justificaria a atenção dada pelo periódico *A Offensiva* às supostas adesões, divulgadas na primeira página do jornal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos deste artigo se delimitaram por investigar e identificar, através de fontes periódicas, em sua maioria, com a exceção de *A Offensiva*, produzidas no contexto paranaense: as atividades dos vereadores integralistas do município de Foz do Iguaçu entre 1935 e 1937; e possíveis migrações e aproximações partidárias desses indivíduos.

Nesse sentido, este trabalho conseguiu identificar que Carlos Zewe Coimbra, chefe da AIB iguaçuense, foi exonerado dos cargos de professor e de diretor do Grupo

Escolar Bartolomeu Mitre, principal instituição de ensino de Foz do Iguaçu à época, e de inspetor escolar do município no início de 1936. O fato ocorreu após a divulgação de uma matéria publicada no jornal *O Dia*, de Curitiba, que procurava denunciar Coimbra por uma suposta má gestão educacional; por realizar atividades partidárias utilizando de suas posições enquanto diretor e inspetor; e por nomear diretores escolares sob critérios ideológico e partidário, preterindo por integralistas para ocupar os cargos.

Não obstante, através de análise de trechos do jornal integralista *A Offensiva*, foi possível trazer à tona a possibilidade de que tenham ocorrido adesão partidária de diversos vereadores que ocuparam assentos na câmara municipal de Foz do Iguaçu entre 1936 e 1937 à AIB, demonstrando, nesse sentido, a relevância que o integralismo pode ter exercido no cenário político iguaçuense do período. Falamos de uma cidade extremamente isolada em relação ao restante do país, com população urbana ínfima, mas que teria possivelmente conseguido abrigar um núcleo integralista com mais de uma centena de filiados e possuir, provavelmente, em determinado momento, 6 dos seus 8 vereadores como camisas-verdes. Através de um enfoque regional, este trabalho pôde visualizar aspectos específicos acerca da atuação integralista em Foz do Iguaçu, como o alto número de vereadores que teriam trocado partidos tradicionais como o PSD pela AIB e o uso de excursões às Cataratas do Iguaçu como instrumento de propaganda integralista na cidade.

Além disso, este trabalho conseguiu levantar possíveis causas e/ou vetores da criação e consequente consolidação do núcleo integralista de Foz do Iguaçu, sendo elas: em primeiro lugar, o desejo de expansão à oeste dos membros da Província integralista do Paraná; em segundo lugar, a frente de propaganda liderada por Carlos Zewe Coimbra, chefe do núcleo, que ocupava cargos públicos ligados à educação do município; e por último, o estado de isolamento, a ausência do Estado Brasileiro e de suporte do governo estadual na região oeste paranaense, que podem ter contribuído para o fortalecimento do discurso integralista antigoverno Ribas entre os iguaçuenses.

Nesse sentido, este artigo contribui para o resgate de trajetórias políticas de atores ainda pouco explorados pela produção historiográfica sobre o integralismo no Paraná e, sobretudo, sobre a história política da região do Extremo-Oeste paranaense. Além disso, aponta para estratégias específicas de inserção política e de propaganda por diferentes militantes.

Vale também destacar que o passado integralista da tríplice fronteira é pouco ou quase nada conhecido pela comunidade, sendo os personagens envolvidos nas atividades integralistas do município pouco citados pela “história oficial” da cidade ou pela historiografia até hoje produzida. Cabe aos historiadores continuar a resgatar as histórias de um movimento cujo legado ainda ecoa no cenário político atual, vide a ascensão de discursos de extrema-direita nas últimas décadas, sob a égide de Deus, Pátria e Família.

REFERÊNCIAS

FONTES

A OFFENSIVA. Rio de Janeiro, Ano IV, nº 399, 28 de janeiro de 1937. Hemeroteca Digital, Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Disponível em <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 14/04/2026 às 10:54.

A OFFENSIVA. Rio de Janeiro, Ano IV, nº 596, 18 de setembro de 1937. Hemeroteca Digital, Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Disponível em <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 14/04/2026 às 10:54.

CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. Composição histórica da câmara. Disponível em <https://www.fozdoiguacu.pr.leg.br/institucional/composicao>. Acesso em 16/04/2026 às 17:26.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, Ano XXXVI, nº 11850, 16 de agosto de 1934. Hemeroteca Digital, Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Disponível em <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 14/04/2026 às 11:06.

O DIA. Curitiba, Ano XIII, nº 3577, 10 de setembro de 1935. Hemeroteca Digital, Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Disponível em <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 14/04/2026 às 11:14.

O DIA. Curitiba, Ano XIV, nº 3512, 20 de fevereiro de 1936. Hemeroteca Digital, Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Disponível em <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 14/04/2026 às 11:14.

O ESTADO. Curitiba, Ano I, nº 66, 17 de dezembro de 1936. Hemeroteca Digital, Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Disponível em <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 14/04/2026 às 11:20.

BIBLIOGRAFIA

ATHAIDES, Rafael. **As paixões pelo sigma**: afetividades políticas e fascismos. Tese (Doutorado) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

_____. O integralismo e as eleições no Paraná na década de 1930. **Revista Eletrônica Trilhas da História**, v. 11, n. 22, p. 179-195, 2022.

BARROS, José D'Assunção. O campo histórico – considerações sobre as especialidades na historiografia contemporânea. **História Unisinos**, v. 9, n. 3, p. 230-242, 2005.

_____. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas: uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, v. 52, p. 397-419, 2021.

BRIGHENTI, Clovis Antonio; SANTOS, Rosângela Daiana dos. Encobrimento indígena no processo de colonização do oeste do Paraná. **Revista digital do Instituto Latino-americano de Arte, Cultura e História - UNILA**, v. 1, p. 113-131, 2017.

CAMPOS, Nevio de. Diário da Tarde e Cruzeiro: querelas entre anticlericais e católicos no Paraná (1931-1932). **Antíteses**, v. 6, n. 12, 2013, p. 391-416.

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim. A Nova História Política e a História Regional. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, v. 66, p. 103-111, 2011.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. Nova História Política e considerações sobre os conceitos de cultura política e representações. **Cadernos de História UFPE**. Dossiê: histórias e teorias, v.4, n.4, 2007.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa**. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253-270, 2007.

DITZEL, Carmencita de Holleben Mello. **Manifestações Autoritárias**: O Integralismo nos Campos Gerais (1932-1955). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2004.

_____. **Imaginário e representações**: o integralismo nos Campos Gerais. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha História”: o retorno da História Política. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

GAVA, Eliziane. **O Fenômeno fascista da Ação Integralista Brasileira (AIB) no Oeste Paranaense**: Conflitos políticos na região de Guarapuava/PR (1935-1938). Dissertação

(Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2016.

_____. **O Fascismo Integralista e as disputas pelo poder onde se caçam os guarás (1935-1938)**. 1. ed. Guarapuava/PR: Unicentro, 2023.

GRANATO, Natália Cristina. O poder legislativo paranaense no contexto da Revolução de 1930: um estudo sobre os capitais familiares e políticos dos deputados federais e estaduais (1930 a 1937). **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses**, Curitiba, v. 5, n. 1, 2019.

LIMA, Larissa Souza de; SILVA, Rosangela de Jesus. “A victoria do feminismo”: repercussões da conquista do voto feminino no Rio Grande do Norte no jornal curitibano *O Dia* (1927). In: GERALDO, Endrica (Org); SILVA, Evander Ruthieri da (Org). **História social e história cultural: perspectivas de pesquisa**. São Paulo: Editora Todas as Musas, 2026.

MARCHETTE, Tatiana. **A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a construção da historiografia regional no território acadêmico; 1928-1953: do poema ao modelo historiográfico**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2013.

MONTEIRO, Diego. O sigma nas cataratas: o Integralismo em Foz do Iguaçu (1935-1955). **Epígrafe**, São Paulo, Brasil, v. 14, n. 2, 2025, p. 338–368.

OLIVEIRA, Luiz Gustavo; MONTEIRO, Claudia. Práticas coronelísticas e integralismo em Teixeira Soares - PR (1930-1937). **Revista Tempo, Espaço, Linguagem**. Irati, v. 03, n. 01, 2012, p. 98-119.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Notas sobre a Política Paranaense de 1930-1945. **Revista de Sociologia e Política**, v. 9, 1997.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937)**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PRIORI, Angelo; et al. A história do Oeste Paranaense. In: _____. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, p. 75-89, 2012.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: _____(org). **Por uma História Política**. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTORUM, Andrelise Gauterio. **Fascismo à brasileira: juventude e imprensa como instrumentos de doutrinação da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmara Yoshihara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 4, n. 8, 2010.

SILVA, Micael Alvino da. **A Segunda Guerra Mundial e a Tríplice Fronteira**: a vigilância aos “súditos do Eixo” alemães e italianos. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021.

_____. Notas sobre a Administração Pública em Foz do Iguaçu (1888-1937). **História na Fronteira**, Foz do Iguaçu, v. 3, n. 3, 2009, p. 115-137.

SILVA, Micael Alvino da; LISBOA, Marcelino Teixeira; GIMENEZ; Heloisa Marques. Extremo Oeste: A historiografia regional, o Oeste e a (Tríplice) Fronteira internacional do Paraná. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 27, n. 1, p. 360-386, 2022.

SIMÕES, Renata Duarte. Imprensa oficial integralista: usos e ciclo de vida do jornal *A Offensiva*. In: GONÇALVES, Leandro Pereira (Org); _____ (Org.). **Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista**, Vol.1. Guaíba: Sob Medida, 2011.

TRINDADE, Hégio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. 2º ed. São Paulo: Difel, 1979.

WACHOWICZ, Ruy. **Obrageros mensus e colonos**: história do oeste paranaense. Curitiba: Vicentina, 1982.

ZLATIC, Carlos Eduardo. **História regional**: convergências entre o local e o global. Curitiba: Intersaberes, 2020.

A REVOLUÇÃO FRANCESA: DA DESCRISTIANIZAÇÃO AO CULTO SECULAR DA RAZÃO E DA PÁTRIA

THE FRENCH REVOLUTION: FROM DECHRISTIANIZATION TO THE SECULAR CULT OF
REASON AND FATHERLAND

Rafael Teotonio Assis¹

Fábio Luciano da Silva²

Lindemberg Cavalcante Trigueiro³

Resumo: Este artigo investiga o processo de descristianização na Revolução Francesa, entendido como a ruptura com a hegemonia da Igreja Católica e a construção de uma nova religiosidade revolucionária. Analisa-se, através da análise bibliográfica, dos símbolos e das práticas revolucionárias, como a Constituição Civil do Clero, o confisco de bens eclesiásticos e a instituição de cultos seculares à Razão e à Pátria, expressaram a tentativa de substituir o cristianismo por valores republicanos. O Panteão de Paris, marca dessa transição, foi convertido de igreja em mausoléu nacional, tornando-se símbolo da pátria e da exaltação dos grandes homens. Conclui-se que a descristianização não eliminou o Sagrado, mas ressignificou-o, deixando como legado a consolidação da laicidade e a influência sobre os Estados modernos.

Palavras-chave: Descristianização; Revolução Francesa; Secularização.

Resumen: This article examines the process of de-Christianization during the French Revolution, understood as the break with the hegemony of the Catholic Church and the construction of a new revolutionary religiosity. Through a review of the literature and an analysis of revolutionary symbols and practices, such as the Civil Constitution of the Clergy, the confiscation of church property, and the establishment of secular cults dedicated to Reason and the Fatherland, this study examines how these measures expressed the attempt to replace Christianity with republican values. The Panthéon in Paris, a landmark of this transition, was converted from a church into a national mausoleum, becoming a symbol of the fatherland and the glorification of great men. It is concluded that Dechristianization did not eliminate the Sacred, but rather redefined it, leaving as a legacy the consolidation of secularism and its influence on modern states.

Keywords: De-Christianization; French Revolution; Secularization.

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), campus de Cajazeiras - PB. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5177650309331624>, ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-8010-393X>, E-mail: rafaeltetonoio.br@gmail.com

² Graduado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), campus de Cajazeiras - PB. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4419988809896449>, ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-9722-2200>, E-mail: fs7032017@gmail.com

³ Graduado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), campus de Cajazeiras - PB. Mestrando em História Social pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (PPGH-UFRPE), campus de Recife - PE. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3234971494157418>, ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-3786-3785>, E-mail: lindembergtrigueirobx2@gmail.com

INTRODUÇÃO

“A Revolução Francesa é portanto uma revolução política que operou à maneira de uma revolução religiosa e tomou alguns de seus aspectos”

Alexis de Tocqueville, 1997.

No final do século XVIII, a economia francesa era uma das mais robustas do mundo, ficando atrás apenas da Inglaterra e da Espanha. No entanto, o país enfrentava graves problemas internos, como uma estrutura de impostos que penalizava os menos favorecidos, enquanto a nobreza e o clero desfrutavam de privilégios. Essa sociedade estamental gerou o conflito que culminou na Revolução Francesa (1789), que levou à queda do rei Luís XVI, à abolição dos privilégios da nobreza e do clero, e à proclamação da República. O período foi marcado por eventos como a Tomada da Bastilha, o Reinado do Terror (1793) e a ascensão de Napoleão Bonaparte, que consolidou seu poder em um golpe de Estado em 1799. A Revolução Francesa firmou-se nas ideias de *Liberté, Égalité, Fraternité*⁴, influenciando movimentos democráticos em todo o mundo.

Esse processo histórico costuma ser evocado como um marco inaugural da modernidade política, sua força não reside apenas na estrutura institucional que promoveu, mas também na reconfiguração profunda das linguagens de poder e da legitimidade. Ao longo do final do século XVIII, o que estava em jogo não era somente a crise do Antigo Regime, mas a erosão de um universo simbólico religioso, no qual a tradição e a autoridade divina atravessavam a vida social. Desse modo, a Revolução na tentativa de suprimir essas concepções, buscou ressignificar o Sagrado⁵, formando um novo conjunto de símbolos, credos e objetos de culto como aparato de legitimação dos ideais revolucionários. Como destacou Vovelle (1987, p. 245), a Revolução Francesa foi marcada pela “transferência de sacralidade para os valores cívicos”.

Diante disso, este trabalho investiga o processo de descristianização⁶ promovido pela Revolução Francesa, analisando a construção de uma nova forma de religiosidade

⁴ Liberdade, Igualdade e Fraternidade - Lema da Revolução.

⁵ Segundo Rudolf Otto (2007, p.44) o Sagrado é definido como algo irracional que não pode ser entendido em conceitos, isto é, vai além da capacidade intelectual do homem, sendo “indicado pela reação especial de sentimento desencadeado na psique”. Em suma, o Sagrado atinge a esfera do sentimento e não da racionalidade, movendo e arrebatando as mentes humanas.

⁶ A descristianização é obra imposta pela violência, buscando erradicar instituições, práticas e crenças cristãs, associadas à superstição, e instaurar um novo culto (VOVELLE, 2018 *apud*, CARVALHO, 2018, p. 121)

revolucionária⁷ em torno do regime. De início, contextualiza-se como se deu, ao longo da Revolução, o enfraquecimento da atuação e influência da Igreja Católica sob a sociedade, através dos aspectos da oposição prática dos revolucionários. Em seguida, a partir de uma análise bibliográfica da obra *O Antigo Regime e a Revolução* (1997), de Alexis de Tocqueville, busca-se examinar o caráter religioso da Revolução na França, analisando os elementos religiosos nela presentes.

Com isso, busca-se identificar quais os fatores essenciais para formação dessa nova religiosidade revolucionária e, a partir do culto à Pátria e à Razão, compreender como determinados símbolos associados à Revolução Francesa expressaram processos de secularização. Para tanto, valendo-se da análise de símbolos e práticas revolucionárias, observa-se, através do caso do Panteão de Paris, a materialização dos ideais de secularização, uma vez que o espaço foi reinterpretado de igreja a monumento secular. Considerando, portanto, sua origem no contexto religioso, bem como as transformações de práticas, rituais e espaços tradicionalmente ligados à Igreja, em novos referenciais cívicos e laicos, destacando uma reinterpretação simbólica e política promovida durante o período revolucionário.

A REVOLUÇÃO E A OPOSIÇÃO À IGREJA CATÓLICA

As ideias iluministas difundidas, sobretudo, ao longo do século XVIII, na Europa, promoveram profundas transformações na sociedade. De modo especial, observa-se a França, que vivenciou na prática os efeitos de tais ideias, principalmente através da Revolução de 1789. Nesse sentido, dentre essas convicções, havia aquelas que declaravam que o absolutismo monárquico e a influência da Igreja Católica deveriam ruir, uma vez que compreendiam estes dois elementos como os causadores de diversas problemáticas, entre elas, as crises econômicas e mazelas sociais. Diante disso, atentando-se ao aspecto religioso, o historiador francês Alexis de Tocqueville, afirma que:

filósofos do século dezoito agrediram com uma espécie de furor a Igreja; atacaram seu clero, sua hierarquia, suas instituições, seus dogmas e para melhor derrubá-los quiseram arrancar os próprios fundamentos do cristianismo (TOCQUEVILLE, 1979, *apud* MEDEIROS, 2016, p. 19).

Esse radicalismo idealizado, instigou o pensamento de parte dos revolucionários, para que os mesmos desempenhassem um processo de substituição dos valores e símbolos cristãos, em detrimento dos princípios da Revolução. O intuito revolucionário,

⁷ Um sistema de crenças, mitos, rituais e símbolos que interpreta e define o propósito da existência humana subordinando o destino dos indivíduos e da coletividade a uma entidade suprema" (GENTILE, 2006, p. 14).

portanto, era de desgastar a influência do cristianismo secular francês, sob todos os aspectos da sociedade, alterando de modo significativo a relação do indivíduo com tal vivência religiosa.

A descristianização, como o próprio nome sugere, refere-se a um conjunto de variadas práticas, como mobilizações, iniciativas institucionais, decretos e normas que visam diminuir a influência da Igreja na vida das pessoas e na sociedade como um todo. Nesse processo, busca-se ressignificar o papel do Cristianismo sob a coletividade, substituindo seus princípios e condutas por novos valores e símbolos, neste caso, por valores revolucionários e cívicos. Nesse processo, almejava-se também uma separação entre dois pilares fundamentais daquela sociedade, a Igreja e o Governo, na tentativa de laicizar o Estado. De modo contextual, a contenda com a religião já estava em curso, não apenas em razão das ideias iluministas, mas também porque o cristianismo prático declinava, de modo que se expandia o desprezo religioso. O historiador Roger Chartier (2009, p. 147-148) afirma que no século XVIII, a rejeição a qualquer tipo de credo e o sentimento anti-religioso havia se espalhado de forma intensa e ampla entre os franceses, afetando pessoas de todas as classes sociais. Em contraposição, de modo a substituir tais valores, a Revolução difundiu uma distinta crença, focada exclusivamente no homem e sua virtude inata.

Neste contexto pré-revolucionário, havia uma propensão da população ao simples deísmo ou até mesmo ao ceticismo. De acordo com Hilaire Belloc (2024, p. 189), em detrimento da fé católica, as massas populares especialmente nas grandes cidades perderam o contato com a Igreja. Logo, é nesse contexto, de baixa do cristianismo e oposição à fé, bem como dos privilégios fiscais do clero, que se sucede a animosidade dos revolucionários em promover a descristianização na França. De modo prático, alguns eventos são compreendidos como essenciais nesse processo de oposição radical. Alguns meses após a queda da Bastilha em 1789, diante da grande crise econômica enfrentada pela nação francesa, através de Assembleias Constituintes, decidiu-se suprimir os dízimos e confiscar as terras da Igreja, tendo em conta que esse era um fundo econômico de imediato acesso, no qual o Estado facilmente conseguiria se apropriar (BELLOC, 2024, p. 190-191).

Sendo assim, a propriedade eclesiástica foi nacionalizada, com a prerrogativa de que seria utilizada em benefício da nação, para enfrentar as dívidas financeiras e a crise

econômica generalizada. Nesse contexto, incluem-se a dissolução das ordens religiosas, dos mosteiros e conventos, assim como as administrações das instituições hospitalares e educacionais. Nesse ínterim, até os votos religiosos foram proibidos e tornados nulos. Desse modo, o poder econômico e a dinâmica funcional da Igreja na França, foram acometidas de modo incisivo.

Posteriormente, com o decreto estabelecendo a Constituição Civil do Clero (1790), se sucedem mudanças substanciais na organização da Igreja na França, padres e bispos são formalizados como funcionários públicos do Estado, passando por um processo de eleição e submetidos ao recebimento de salários (VOVELLE, 2012, p. 28), visto que os dízimos foram suprimidos. Essa constituição exigia que o clero prestasse um juramento oficial à mesma. Essa disposição foi a que mais gerou contestações e desavenças. Tal juramento, levou a uma cisão no clero, apenas 7 dos 130 bispos da França o fizeram, e os padres se dividiram mais ou menos ao meio⁸, de acordo com cada região onde havia indiferença religiosa ou fidelidade (VOVELLE, 2012, p. 28). No entanto, ao passo que os clérigos realizavam tal juramento, também se faziam infiéis a sua religião, pois esta Constituição atacava diretamente a organização e hierarquia da Igreja Católica, que possuía sua própria autonomia. Com isso, ainda que de modo tardio, o Papa Pio VI, através do decreto *Charitas* (1791), condenou a Constituição Civil do Clero, considerando-a cismática e se opondo às imposições do governo à Igreja na França.

No ano de 1792, em meio a crise econômica, a guerra externa, o radicalismo dos revolucionários e por fim a prisão de Luís XVI, acusado de traição, levou a queda oficial da milenar instituição monárquica. De modo subsequente nos meses de agosto e setembro daquele ano, um novo sistema político foi instaurado, a República. Tal execução, fora protagonizada pelas massas armadas dos *sans-culottes*⁹, que sucederam eleições para a Convenção Nacional e efetuaram massacres de prisioneiros políticos (HOBSBAWM, 1977, p. 74). A partir desse momento, o processo de descristianização tornou-se mais radical e abrupto, uma vez que na prática, a perseguição e a violência eram empreendidas largamente. O clero refratário (os não juramentados), passaram a ser vistos como ameaça e inimigos da Revolução.

⁸ O balanço preciso do juramento constitucional confirma a divisão do corpo eclesial em dois campos: 52% de padres constitucionais prestaram juramento contra 48% que se negaram a fazê-lo (VOVELLE, 2012, p. 225).

⁹ Composto principalmente por pequenos comerciantes, trabalhadores urbanos e camponeses, este grupo se opunha à aristocracia, formando uma das vertentes radicais da Revolução.

Desde o verão de 1792 e no período subsequente à instauração da República, milhares de padres foram aprisionados e deportados, cerca de 25 mil clérigos deixaram o território francês e se espalharam pela Europa. Nesse mesmo contexto, a partir de 2 de setembro daquele ano, ocorreram massacres nas prisões da capital francesa, onde centenas de padres foram mortos, cerca de trezentos na prisão de Abadia e Força em Paris (VOVELLE, 2012, p. 228). No período conhecido como Fase do Terror, ações como essas eram identificadas de modo generalizado. O historiador Hilaire Belloc, ao se referir à perseguição ao clero, afirma que:

Lá foi com esse último e mais violento ataque sobre o que se acreditava serem os últimos remanescentes do Catolicismo no país, uma perseguição hedionda ao sacerdócio, na qual um incontável número de padres morreram sob rigores da deportação e violência. As represálias contra os rebeldes variavam da severidade do tipo mais horrível à crueldade que era mais claramente insana, e da qual os piores exemplos aconteceram em Arras e em Nantes (BELLOC, 2024, p. 112).

O elemento mais marcante no período do “Terror” foi o seu caráter violento. Os inúmeros atos desumanos compõem o ápice do radicalismo revolucionário francês. Figuras como Joseph Fouché (1759-1820) e Jean Baptiste Carrier (1756-1794), expressavam esse caráter com maestria, agentes executores por ofício, organizavam afogamentos coletivos de suspeitos em algumas localidades (VOVELLE, 2012, p. 46).

Ademais, um componente marcante nesse período foi a guilhotina, que encaminhou milhares de pessoas à morte, como o rei Luís XVI e sua esposa, a rainha Maria Antonieta. A Lei dos Suspeitos (1793), empreendia uma vigilância e repressão que levou muitos à morte na guilhotina, pela simples sujeição de serem suspeitos inimigos da Revolução. Nesse cenário de descristianização, se faz marcante o caso das 16 carmelitas de Compiègne, que foram enviadas à guilhotina pelo Tribunal Revolucionário, com acusações baseadas em boatos, documentos forjados e sem direito à defesa, sendo consideradas simpatizantes do Absolutismo e consequentemente inimigas da França (GRAEBIN; ISAIA, 2020, p. 202). O caso das 16 carmelitas¹⁰, martirizadas na guilhotina em nome da fé, demonstra um reflexo prático da tentativa dos revolucionários em abolir a influência da Igreja, bem como de seus respectivos princípios, valores, dogmas e símbolos.

¹⁰ As Mártires de Compiègne foram beatificadas pelo Papa Pio X, em maio de 1906. Tal história foi retratada na peça teatral “A Última ao Cadafalso” em 1931, escrita pela alemã Gertrud Von Le Fort, e posteriormente adaptada e lançada para o cinema, com o título de “O Diálogo das Carmelitas” em 1960.

Para concluir o entendimento das relações entre a violência revolucionária e o processo de descristianização, se faz imperativo abordar o conflito no oeste da França, na região da Vendéia. Essa localidade de profunda tradição católica, representou, no contexto da Revolução francesa, o foco de oposição ao regime republicano e ao processo de descristianização. Em contrapartida, apoiava o restabelecimento do sistema monárquico. O estopim do conflito se deu quando a Convenção Nacional aumentou os impostos e a requisição do alistamento de 300 mil homens daquela região. Logo, através de uma articulação popular, formou-se o intitulado Exército Católico e Real, composto majoritariamente por camponeses, artesãos e nobres. Posteriormente, de forma gradativa, recebeu o apoio de aldeias e cidades, iniciando o conflito em março de 1793 (VOVELLE, 2012, p. 41-43). Esse movimento contrarrevolucionário, tinha como motivação a insatisfação popular daquela região com o novo regime, como também com os rumos do processo de descristianização, visto o arraigado sentimento religioso daquelas localidades.

No processo de descristianização, os revolucionários buscavam realizar um apagamento da tradição cristã, substituindo-a por valores e princípios da própria Revolução, de modo a secularizar tudo aquilo que estava, de algum modo, atribuído a essa religiosidade. Para isso, diversos elementos atribuídos intrinsecamente ao cristianismo foram substituídos e ressignificados. Nessa conjuntura, o universo religioso simbólico foi hostilizado, com algumas igrejas sendo fechadas, crucifixos destruídos e retirados dos ambientes públicos. O uso dos sinos das igrejas para a produção de canhões, exemplificam bem a vandalização e destruição de objetos sagrados (VOVELLE, 2012, p. 230).

Pintura 1 - Saque de uma igreja durante a Revolução



Autor: Jacques François. Data de acesso: 28/07/2026. Endereço eletrônico: [File:Jacques François Joseph Swebach-Desfontaines - Pillage d'une église pendant la révolution - P317 - Musée Carnavalet.jpg - Wikimedia Commons](#)

Essa obra, do pintor Jacques François Joseph Swebach-Desfontaines, foi produzida no ano de 1793, no auge da Revolução, especificamente no contexto da fase do “Terror”, ela retrata uma invasão em forma de saque, desempenhada pelos revolucionários em um templo religioso. A pintura, destaca o roubo de objetos litúrgicos da igreja, ilustrando a violação de cálices, castiçais, do ostensório, e até mesmo de um sino ou parte dele. A cena descreve o desprezo e irreverência dos revolucionários para com o Sagrado, representando justamente a conjuntura de oposição radical da Revolução para com a Igreja, mostrando-se uma das facetas do processo de descristianização.

Todos os nomes que fizessem referência aos santos foram proibidos, logo, nomes de cidades, aldeias, vilas, títulos de nobreza não podiam ser acompanhados de referências religiosas, tudo foi estritamente proibido (DANIEL-ROPS, 2003, *apud* MEDEIROS, 2016, p. 9). O próprio calendário foi alterado, a nomenclatura dos meses foi substituída pelas estações do ano, como também foi suprimido as antigas referências religiosas presentes no calendário litúrgico da Igreja (VOVELLE, 2012, p. 98).

Nessa direção, é relevante destacar que essas transformações seculares eram concebidas como forma de rompimento com o universo religioso cristão, de modo a conduzir a sociedade, muitas vezes, há um desvínculo com qualquer tipo de credo metafísico e Sagrado, substituindo-o por princípios humanistas e cívicos. Em vista disso, o historiador Roger Chartier afirma ao citar Mona Ozouf, que:

A violenta descristianização imediata, num nível mais profundo da Revolução, sem dúvida constituiu a culminação manifesta de uma "transferência de sacralidade" que, mesmo antes de vir à superfície, já havia transferido silenciosamente para valores patrióticos, cívicos, orientados para a família, o afeto e a emoção anteriormente investidos nas representações cristãs (OZOUF, 1976, *apud* CHARTIER, 2009, p. 169).

Nessa conjuntura de transferência de valores, surge, na República, um novo tipo de culto, como meio de ruptura com o cristianismo: o culto à Razão e ao Ser Supremo. O primeiro, tinha por objetivo promover a substituição do lugar de Deus pelos valores pátrios e da Razão, mostrando-se enquanto um ateísmo prático. Portanto, o mundo cívico deve estar permeado de princípios voltados não para o Sagrado e o religioso - de modo verticalizado, mas envolto dos ideais patrióticos, iluministas e meramente racionalistas. Outrossim, o Ser Supremo, difundido por Robespierre, caminha no mesmo sentido da secularização, no entanto, de modo divergente e menos radical, pois se utiliza de princípios deístas, da crença na imortalidade da alma e de um Criador de todas as coisas, o que fez

com que essa forma de culto se tornasse efêmera (VOVELLE, 2012, p. 50-51). Essa posição do revolucionário Robespierre, na difusão da ideia de um Ser Supremo, trazendo um pouco da herança cristã, gerou resistência interna, justamente porque os revolucionários mais radicais queriam de fato uma ruptura total com o cristianismo.

Sendo assim, categoricamente, observa-se na postura radical e opositora de parte dos revolucionários para com a Igreja e sua religiosidade, o objetivo de eliminar a influência da mesma na sociedade, na cultura, nos costumes, nas tradições, e também na política, através da laicização, submetendo toda hierarquia eclesiástica e os bens da Igreja ao poder do Estado. Em paralelo a esse processo de descristianização, a Revolução Francesa, com seus discípulos, impera uma diligência em direção à tentativa de substituição dessa simbólica e religiosidade cristã, por um novo tipo de religiosidade, apoiada em ideais seculares, racionais e cultos cívicos.

OS ELEMENTOS RELIGIOSOS DA REVOLUÇÃO

A Revolução Francesa foi, sem sombra de dúvida, um dos maiores eventos da história do Ocidente. Esse acontecimento histórico impactou profundamente toda a sociedade moderna, transformando os seus paradigmas políticos e ideológicos. Segundo o historiador marxista Eric Hobsbawm (2015, p. 61), “se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa”. Desse modo, não somente o campo político e ideológico sofreram os efeitos da Revolução como aponta Hobsbawm, mas também o campo religioso recebeu novas configurações. Nesse viés, um questionamento faz-se bastante pertinente para esse tópico: Se a Revolução Francesa criou e organizou uma sociedade, não deveria muni-la também de novos aspectos religiosos? Esse questionamento torna-se o ponto de partida para entender os elementos religiosos presentes na Revolução, e como ela criou uma espécie de religiosidade revolucionária.

Ressalta-se de início que, se por um lado a Revolução Francesa demonstrou oposição ao cristianismo, resultando em todo esse sistema de descristianização e secularização da sociedade, por outro, seu modo de agir e processar foi marcado por forte religiosidade. Logo, a Revolução caracterizou-se pelo uso religioso do político. O pensador político francês Alexis de Tocqueville (1805-1859), na sua obra “O Antigo Regime e a Revolução”, discorre com maestria sobre esses elementos religiosos que marcaram a Revolução na França. Para o pensador, ela foi “uma revolução política que operou à

maneira de uma revolução religiosa e tomou alguns de seus aspectos” (TOCQUEVILLE, 1997, p. 59). Tocqueville, aponta que existem muitas semelhanças entre a maneira como se processou a Revolução Francesa e como se deu as diversas revoluções religiosas da história, isto é, há elementos comuns que aproximam esses processos revolucionários; nesse caso, seus aspectos religiosos.

Embora o argumento de Tocqueville na obra supracitada não represente em sua totalidade uma equivalência evidente entre a Revolução e as religiões, cabe a partir desse autor desenvolver uma interpretação historiográfica sobre essas aproximações, em razão da pertinência histórica do seu pensamento. Em primeiro lugar, pontua-se que os revolucionários franceses operaram através do uso da propaganda e da pregação. A principal forma pela qual a Revolução penetrou e se expandiu na sociedade foi por meio da pregação e propagação dos ideais revolucionários. Segundo Tocqueville (1997, p. 59) a Revolução foi:

Uma revolução política inspirando o proselitismo! Uma revolução política que se prega com o mesmo ardor e a mesma paixão aos estrangeiros quanto em casa! Que espetáculo inédito! Entre todas as coisas desconhecidas que a Revolução Francesa mostrou ao mundo, esta é sem dúvida a mais nova.

Esse caráter proselitista da Revolução, ou seja, esforço dos revolucionários em converter as pessoas às suas ideias, é muito comum em todas as religiões. No cristianismo, por exemplo, o instrumento principal para que as pessoas se convertam à religião cristã, é a pregação das boas-novas, como eles definem: o Evangelho. Essa pregação esteve muito presente no processo revolucionário francês. Para que a mensagem da Revolução chegasse às massas, os revolucionários também buscavam converter por meio da pregação; no entanto, não do Evangelho cristão, mas de um “novo evangelho”, em que a Razão e a Pátria ocupavam o centro. Uma boa representação de tal ideia está nas cerimônias e festas cívicas realizadas na França revolucionária. O objetivo ia além de converter o povo à Revolução, visavam também desenvolver um novo imaginário. Desse modo, de acordo com Michel Vovelle (2012, p. 241): “[...] as festas aparecem como parte integrante, ainda que particularmente rica, de um sistema mais amplo de símbolos pelo qual se exprime um novo imaginário, cheio de imagens e representações, ao qual a revolução deu origem”.

Em segundo lugar, a Revolução Francesa enxergou o homem de maneira abstrata, fora de qualquer espaço e tempo particular, uma forte característica religiosa. As religiões

tendem a considerar o homem em seus aspectos gerais, isto é, olham para o homem em si, deixando em segundo plano as leis, os costumes e as tradições da sociedade em que eles estão inseridos. Para elas, o que interessa primordialmente é o relacionamento geral dos homens com Deus e os direitos e deveres gerais dos homens entre si. Acerca disso, Tocqueville (1997, p. 60) continua:

A Revolução Francesa agiu em relação a este mundo exatamente como as revoluções religiosas operam em relação ao outro. Tem considerado o cidadão de uma maneira abstrata, fora de qualquer sociedade particular, da mesma maneira como as religiões consideram o homem em geral, independentemente do país e da época. Não pesquisou tão somente qual era o direito particular do cidadão francês, mas também quais os deveres e direitos gerais dos homens em matéria política.

Para o pensador político, a Revolução Francesa considerou o cidadão fora dos seus aspectos particulares, independentemente do tempo e espaço que atravessam suas vidas, o homem foi entendido em sentido geral, assim como as religiões os entendem. A religião cristã ocidental, a critério de exemplificação, compreende todos os homens como pecadores, isto é, mesmo com variabilidades temporais e espaciais, o cristianismo compreende a humanidade, como um todo, limitada e manchada pelo “pecado original”¹¹. Do mesmo modo, a famosa “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, como um dos ápices da Revolução Francesa, representou esse olhar geral sobre o homem, uma vez que não subscreveu os direitos dos cidadãos franceses em particular, mas os deveres e direitos de todos os homens em diferentes espaços e temporalidades.

Por fim, a Revolução Francesa incendiou as mentes e os corações dos homens com seus ideais, produzindo uma paixão que outras revoluções foram incapazes de produzir. Esse elemento chamado “paixão” é comum a grupos religiosos, tendo em vista, que ninguém segue uma religião sem ter fascínio por ela. Quando os homens religiosos entram em suas sinagogas, são apaixonados por seus rituais; ao adentrar em suas igrejas, inflamam-se de paixão pela pregação e, venerando seus símbolos iconográficos, são inspirados por eles. Semelhantemente, os revolucionários, ao sair em cerimônias cívicas pelas ruas levando consigo a deusa da Razão, estavam fascinados pelas ideias dessa nova “religião” revolucionária. Ao erguerem seus templos seculares, mostravam toda uma paixão aos seus símbolos, característico das religiões. Por último, afirma Tocqueville (1997, p. 60):

¹¹ Segundo o Teólogo Millard J. Erikson (1997, p. 265), a doutrina do “pecado original” consiste no entendimento de que todos os homens possuem uma inclinação natural à prática do pecado ou do mal. Esse tipo de pecado é condição prévia da vida humana, isto é, efeito do pecado cometido por Adão no Jardim do Éden, como propõe a explicação do texto sagrado dos cristãos. Isso significa que toda a humanidade já começa a sua vida com esse pecado dentro de si.

Como parecia aspirar mais ainda à regeneração do gênero humano que a reforma da França, acendeu uma paixão que as revoluções políticas as mais violentas jamais conseguiram produzir até então. Inspirou o proselitismo e gerou a propaganda. Foi assim que pegou este ar de revolução religiosa que tanto apavorou os contemporâneos, ou melhor, tornou-se ela própria uma espécie de nova religião, uma religião imperfeita, é verdade, sem Deus, sem culto, sem Além, mas que, todavia, como o islamismo, inundou toda a terra com seus soldados, apóstolos e mártires.

O uso de ferramentas que possam atingir as paixões do público, é característico do proselitismo religioso. As religiões tendem a munir seus cultos e celebrações com elementos que possam envolver emocionalmente seus fiéis, seja através de músicas, danças, rituais ou com ornamentos artísticos nos locais de práticas religiosas. Desta forma, a campanha revolucionária fez o mesmo, desenvolveram festas e celebrações que não somente buscavam substituir as antigas ideias, mas também reafirmar a Revolução, educando as massas nos seus valores; a chama da Revolução não podia apagar. Desse modo, com a mesma finalidade das expressões religiosas, os revolucionários objetivavam trabalhar com as sentimentalidades e o imaginário.

Antes da implementação desses novos elementos, a campanha revolucionária certificou-se da destruição dos antigos ideais, pois os consideravam superstições e fanatismo do mundo cristão. Nesse viés, os objetos sagrados de culto e devoção foram derrubados, e novos foram erguidos pelo novo regime. O culto ao Deus cristão foi substituído pelo culto à deusa da Razão, as antigas igrejas tornaram-se verdadeiros templos de celebração da racionalidade humana, “onde as novas liturgias cívicas são celebradas com hinos e discursos” (VOVELLE, 2012, p. 231).

Os revolucionários, também à maneira das manifestações de religiosidade e de devoção comum às religiões, marchavam pelas ruas da França em procissões cívicas. Eles levavam em seus ombros a deusa da Razão. Ademais, festas seculares foram realizadas por toda a França, a mais expressiva delas aconteceu em novembro de 1793, na famosa Catedral de Notre-Dame de Paris, organizada por Pierre-Gaspard Chaumette (1763-1794).¹² A “Festa da Razão”, como ficou conhecida, exaltou o pensamento secular e difundiu os ideais revolucionários. Nesse mesmo evento, a estátua da Virgem Maria foi substituída pela divindade criada pela revolução (RODRIGUES, 2015). Esse ato revela bem

¹² Procurador da Comuna de Paris, ele foi uma figura central na organização de eventos do Culto da Razão, incluindo a famosa Festa da Razão na Catedral de Notre-Dame.

que essas manifestações buscavam formar uma nova mentalidade, trocando os antigos valores cristãos por novos.

Portanto, essas ações tão notáveis realizadas na Revolução Francesa deram a ela esse ar de “nova religião” (TOCQUEVILLE, 1997, p. 60), uma religião falha e incompleta, porém com novos credos, cultos, liturgias, mártires e, principalmente, novos objetos de culto. Se a sociedade moderna foi altamente modificada politicamente e ideologicamente com a Revolução Francesa, a religião não ficou de fora disso, não sendo apenas impactada, mas também transformada pela Revolução. Assim sendo, Alexis de Tocqueville, ao definir a Revolução da França como uma nova espécie de “religião”, com base em todas as discussões até aqui feitas, responde bem ao questionamento inicial, pois, de fato, ao criar uma sociedade, a Revolução a munuiu com novas configurações religiosas.

O PANTEÃO DE PARIS: DE IGREJA A TEMPLO DOS GRANDES HOMENS

A Revolução Francesa, ao mesmo tempo em que instaurou novos princípios de ordem política, também provocou uma ruptura profunda no imaginário simbólico europeu. Não se tratou apenas de substituir um regime por outro, mas de repensar, em termos radicais, as bases espirituais e culturais da sociedade francesa. Entre os exemplos mais eloquentes desse processo, o Panteão de Paris ocupa lugar de destaque, porque nele se cristalizam as tensões entre o Sagrado tradicional, de raiz cristã, e uma nova forma de religiosidade cívica, fundada na exaltação da Pátria e dos seus grandes homens. O edifício tornou-se, assim, um espaço privilegiado para compreender a descristianização revolucionária: não só pela sua função prática, mas pela força simbólica da transformação que sofreu.

A sua origem remonta ao ano de 1758, quando Luís XV, gravemente doente, prometeu erguer uma igreja monumental em honra de Santa Genoveva, a padroeira de Paris, caso obtivesse a cura. A promessa régia tinha um peso especial, porque implicava não apenas um gesto de devoção pessoal, mas também a reafirmação da aliança entre o trono e o altar.

O arquiteto Jacques-Germain Soufflot, recebeu a missão de conceber uma obra grandiosa, capaz de rivalizar com os maiores templos da cristandade, e inspirou-se diretamente no Panteão de Roma para criar um edifício neoclássico, de linhas puras e proporções majestosas. Na sua concepção, o monumento unia a linguagem arquitetônica clássica à função religiosa, transmitindo a ideia de continuidade entre a herança antiga e a

fé cristã. Contudo, a longa duração da obra, atravessando crises financeiras, instabilidade política e sucessivas mudanças de soberanos, fez com que, paradoxalmente, fosse concluída apenas em 1790, quando a monarquia já se encontrava em declínio e a França vivia os primeiros anos da Revolução.

Sabemos que o sentido moderno de "panteão" fora, desde a Revolução Francesa, o de glorificar os heróis da nação, proporcionando aos cidadãos o reconhecimento dos mesmos, ato inserido na construção de uma "pedagogia da nação", integrante da formação dos Estados Nacionais, ao final do século XVIII e durante o século XIX. No caso do panteão francês, foi idealizado no contexto de laicização dos movimentos revolucionários burgueses, tanto que foi instalado em edifício concluído em 1790, concebido para ser uma Igreja (IAMASHITA, 2021, p. 1).

O destino do edifício, nesse momento, tomou uma direção inesperada. Se tinha sido concebido como igreja, foi a Revolução que lhe imprimiu nova identidade. Em 1791, a Assembleia Nacional Constituinte decretou que o espaço deixaria de servir ao culto religioso para se converter em mausoléu nacional. A escolha não foi arbitrária: ela correspondeu ao esforço de criar símbolos adequados à nova ordem política. Num contexto em que se pretendia enfraquecer a influência da Igreja Católica e romper com os privilégios do Antigo Regime, o Panteão apresentava-se como um espaço de exceção, cuja monumentalidade poderia ser ressignificada. Ao invés de ser dedicado ao Sagrado transcendente, passaria a ser um templo cívico, exaltando a memória dos grandes homens e dos feitos humanos.

É significativo notar que essa decisão foi acompanhada por uma profunda reconfiguração cultural. O Panteão deixou de ser visto como lugar de oração e sacrifício, para tornar-se palco de rituais públicos de exaltação nacional. A própria linguagem adotada pelos revolucionários evidencia isso: falava-se de "culto" aos grandes homens, como se os cidadãos substituíssem a devoção aos santos pela veneração de figuras como Voltaire e Rousseau. Essa transformação de sentidos não se limitava ao Panteão, mas o inseriram no vasto movimento de descristianização, que incluía o encerramento de igrejas, a perseguição de clérigos refratários, a confiscação de bens eclesiásticos e a tentativa de instituir novos cultos, como o Culto à Razão e o Culto ao Ser Supremo, promovido por Robespierre.

Um dos aspectos mais interessantes deste processo é a forma como o Panteão passou a desempenhar a função de "altar da pátria". A inscrição gravada na fachada, "*Aux grands hommes, la patrie reconnaissante*" (Aos grandes homens, a pátria reconhecida), é

um marco dessa mudança de paradigma. A Pátria, e não mais Deus, era a entidade a quem se dirigia a gratidão coletiva. Essa substituição simbólica revela o esforço revolucionário de criar uma nova espiritualidade laica, em que a Pátria se tornava a nova divindade, e os grandes homens, em dignos de veneração. Tal como no culto cristão se veneravam relíquias, também no Panteão se depositavam os restos mortais de figuras que representavam os ideais de liberdade, razão e progresso.

Fotografia 1 – Fachada do Panteão de Paris



Autor desconhecido Data de acesso: 28/07/2026 Endereço eletrônico: <https://www.paris-pantheon.fr/en>

A transformação do Panteão, contudo, não se deu sem tensões. Muitos historiadores assinalam as contradições envolvidas nesse processo: erguido originalmente como igreja régia, fruto da promessa de um monarca, acabou apropriado pela Revolução como templo secularizado e republicano. Essa ironia não passou despercebida aos contemporâneos. O filósofo Quatremère de Quincy, observando a mudança, afirmou que o monumento deveria ser entendido como espaço consagrado às virtudes e talentos humanos, um verdadeiro “Elísio”¹³, onde repousariam os heróis da pátria. Para ele, o Panteão não representava apenas indivíduos, mas encarnava valores universais que compunham a glória nacional:

Este Monumento, consagrado aos Grandes Homens é, antes de tudo, consagrado às Virtudes e aos Talentos que o fazem. Convinha pois expressar sensivelmente todos os

¹³É, na mitologia grega, o lugar paradisíaco destinado às almas dos heróis e dos justos após a morte. Diferente do Hades comum, o Elísio representa um espaço de recompensa, felicidade eterna e paz, associado a uma espécie de “vida ideal” no além.

títulos de mérito e de honra que compõem sua reputação. Era de se esperar que fossem encontrados neste Elíseo todos os signos correspondentes aos objetos de estima e valor humanos, que sempre fizeram os encantos e a glória da vida (QUATREMÉRE, 1793, *apud* SABORIT, 2009, p. 154).

Ao longo do século XIX, o monumento foi palco de múltiplas disputas políticas e ideológicas. Em períodos de restauração monárquica, voltou a ser reconduzido ao culto religioso, como igreja de Santa Genoveva, porém, em fases republicanas, reafirmou-se como mausoléu laico. Essa alternância ilustra a força simbólica do espaço: mais do que um simples edifício, o Panteão tornou-se terreno de disputa pela memória nacional, oscilando entre a tradição católica e a modernidade republicana. Foi apenas durante a Terceira República, já no final do século XIX, que se fixou definitivamente como templo laico, consolidando o modelo inaugurado em 1791 e convertendo-se em verdadeiro símbolo da república francesa.

Se observarmos com atenção, a história do Panteão permite perceber algo mais profundo: a Revolução Francesa, ao tentar abolir o Sagrado, acabou por recriá-lo sob novas formas. O culto à Pátria, os funerais nacionais, as homenagens públicas, tudo isso reproduzia, de maneira secularizada, práticas que antes pertenciam à esfera religiosa. A necessidade humana de rituais, símbolos e espaços de memória não desapareceu, apenas foi deslocada. O Panteão, nesse sentido, não é apenas um mausoléu, mas o testemunho de que a descristianização não significou o fim do religioso, mas sua metamorfose em religião civil.

Hoje, o Panteão é visitado como monumento nacional e atração turística, mas continua a carregar consigo esse legado ambíguo. É ao mesmo tempo memória da Revolução, espaço de consagração republicana e obra-prima arquitetônica do neoclassicismo francês. A sua transformação de igreja em templo dos grandes homens representa, de forma exemplar, a tentativa de criar uma nova ordem cultural e simbólica, fundada nos ideais de razão, igualdade e fraternidade, mas que, paradoxalmente, não pôde abrir mão de uma dimensão religiosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descristianização promovida durante a Revolução Francesa constituiu um fenômeno multifacetado, que extrapolou os limites da política institucional e adentrou os domínios da cultura, da simbologia e da subjetividade coletiva. Ao desarticular os vínculos entre Igreja e Estado, os revolucionários não apenas romperam com a estrutura teocrática do Antigo Regime, mas também instauraram uma nova gramática política, fundada na racionalidade iluminista e na soberania popular. Esse processo, longe de ser homogêneo ou linear, revelou-se permeado por contradições, disputas internas e reconfigurações simbólicas que marcaram profundamente a modernidade ocidental.

Em primeiro lugar, nota-se através do presente estudo, que a promulgação da Constituição Civil do Clero de 1790, representou uma inflexão decisiva na relação entre poder político e autoridade espiritual. Ao exigir que os membros do clero jurassem fidelidade à nação e ao Estado, a Revolução subverteu o princípio da autonomia eclesiástica, subordinando a prática religiosa aos imperativos da nova ordem republicana. Essa medida, embora revestida de racionalidade jurídica, implicou uma ruptura ontológica com a tradição cristã, ao redefinir o *locus* da legitimidade espiritual.

Além disso, o confisco dos bens eclesiásticos e a dissolução das ordens religiosas evidenciam a dimensão econômica da descristianização. O Estado revolucionário, ao apropriar-se do patrimônio da Igreja, não apenas financiou sua máquina administrativa e militar, mas também desarticulou os mecanismos de assistência social, educação e cuidado que estavam sob domínio eclesiástico. Essa ruptura gerou um vácuo institucional que foi preenchido, de forma parcial e fragmentada, por estruturas laicas emergentes, como os comitês revolucionários e as escolas republicanas.

Em segundo lugar, a Revolução remodelou os símbolos religiosos, evidenciando a operação de modo significativo também no campo simbólico. A substituição do calendário gregoriano pelo calendário republicano, com novos nomes, ciclos e festividades, revela a tentativa de reconfigurar o olhar sobre o tempo, porém, segundo os parâmetros da racionalidade iluminista. O tempo, na Revolução, passou a ser concebido como expressão do racionalismo e da vontade dos agentes revolucionários.

Por conseguinte, as cerimônias cívicas, como o Culto à Razão e a Festa do Ser Supremo, ilustram a transposição dos elementos rituais religiosos para o campo político. Essas celebrações, embora laicas em sua formulação, conservaram a litúrgica, a estética cerimonial e a função agregadora da religião tradicional, porém, com novas disposições. O uso de espaços sagrados, como a Catedral de Notre-Dame, para tais eventos, reforça a

apropriação simbólica do Sagrado pela esfera estatal. Esse fenômeno demonstra que a Revolução não aboliu o Sagrado, mas o ressignificou em termos republicanos.

Em terceiro lugar, no campo intelectual, a literatura filosófica do século XVIII desempenhou papel fundamental na construção do imaginário secular. Autores como Voltaire (1694-1778), Rousseau (1712-1778), Diderot (1713-1784) e Condorcet (1743-1794), ao criticar os dogmas religiosos e exaltar a razão como princípio ordenador da vida social, forneceram os fundamentos teóricos para a descristianização. A Revolução, nesse sentido, foi também a realização prática de um projeto intelectual de uma fração dos pensadores iluministas, que visava emancipar o indivíduo da tutela religiosa e promover a autonomia da consciência.

Ademais, a transformação do Panteão de Paris em mausoléu nacional, destinado a abrigar os restos mortais dos “grandes homens”¹⁴, simboliza a sacralização da memória republicana. A inscrição “Aos grandes homens, a pátria reconhecida”, consolida uma nova forma de culto público, centrado na virtude, no mérito e na contribuição à causa revolucionária. O espaço arquitetônico, antes consagrado à fé cristã, tornou-se templo da memória secular.

Por outro lado, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, ao universalizar os direitos individuais, institui uma ética laica fundada na dignidade humana, na igualdade jurídica e na liberdade de consciência. Essa concepção, embora desvinculada da teologia cristã, conserva elementos estruturantes da moral religiosa, como a valorização do próximo, a solidariedade e a busca pela justiça. A memória da Revolução, preservada em monumentos, documentos, práticas institucionais e narrativas historiográficas, continua a influenciar o debate contemporâneo sobre o papel da religião na esfera pública. A tensão entre tradição e modernidade, entre fé e razão, entre o sagrado e o profano, permanece como desafio constante nas sociedades que buscam conciliar pluralismo religioso com neutralidade estatal.

Sendo assim, foi possível demonstrar com este estudo que a Revolução Francesa, ao promover a descristianização, inaugurou uma nova forma de religiosidade cívica, fundada na razão, na virtude e na soberania popular. Essa religiosidade, embora laica,

¹⁴ "Aux grands hommes, la patrie reconnaissante" (Aos grandes homens, a pátria agradecida) é a célebre frase inscrita no frontão do Panteão de Paris, na França. O monumento funciona como um mausoléu laico dedicado a figuras ilustres que moldaram a história francesa, transformado durante a Revolução Francesa.

conserva a estrutura emocional, simbólica e ritualística das religiões tradicionais, demonstrando que o Sagrado pode ser reconfigurado sem ser extinto. Essa transformação do Sagrado, operada pela Revolução, constitui um dos aspectos mais profundos da modernidade. Ao reconfigurar os fundamentos simbólicos da vida social, a descristianização contribuiu para a construção de uma nova racionalidade política, fundada na autonomia, na igualdade e na virtude republicana. A espiritualidade laica, emergente desse processo, tornou-se elemento constitutivo da identidade moderna. Portanto, a Revolução, ao reinventar o Sagrado, inaugurou uma nova era de espiritualidade pública, marcada pela valorização da razão, da pátria e dos direitos humanos como fundamentos éticos e simbólicos da vida coletiva.

REFERÊNCIAS

- BELLOC, Hilaire. **A revolução francesa**. Tradução de Raimundo Alves dos Santos. Salvador: Raimundo Alves dos Santos, 2024. E-book.
- CARVALHO, Daniel Gomes de. **O pensamento radical de Thomas Paine (1793-1797): artífice e obra da Revolução Francesa**. 2018. 307 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- CHARTIER, Roger. **Origens culturais da Revolução Francesa**. São Paulo: UNESP, 2009.
- DE MEDEIROS, Rodrigo Dantas. **O pensamento conservador e a revolução francesa**. Revista Sem Aspas, v. 5, n. 1, p. 7, 2016.
- GENTILE, Emilio. **Politics as Religion**. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- IAMASHITA, Léa Maria Carrer. **Panteão da Pátria: sentidos e significados da criação de um "lugar de memória" para os heróis da nação brasileira, ao final do século XX**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 31., 2021, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: ANPUH-Brasil, 2021.
- ISAIA, Artur Cesar; GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. **As Carmelitas de Compiègne: a obra de Gertrud Von Lefort como fonte para o estudo das relações entre memória, literatura e história**. In: OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de; CURCINO, Adriana; COSTA, Luciana Ferreira; MAGALHÃES, Fernando (org.). *Ensaio sobre Memória*. v. 2. Leiria: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Politécnico de Leiria, 2020. p. 199-220.
- OZOUF, Mona. **La fête révolutionnaire 1789-1799**. Paris: Gallimard, 1976.
- RODRIGUES, João Paulo. **Festas e comemorações cívicas na Revolução Francesa (1789-1799): a perspectiva crítica de Mona Ozouf e outras interpretações**. Patrimônio e Memória, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 217-237, 2015.

SABORIT, Ignasi Terradas. **Religiosidade na Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **O antigo regime e a revolução**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

VOVELLE, Michel. **A mentalidade revolucionária: sociedade e mentalidades na Revolução Francesa**. Lisboa: Salamandra, 1987.

VOVELLE, Michel; ECHALAR, Mariana. **A revolução francesa, 1789-1799**. São Paulo: UNESP, 2012.

O PROFESSOR JOSÉ DE ALENCAR CARDOSO E AS AÇÕES ASSISTENCIAIS DA MAÇONARIA NO CONTEXTO DA GRIPE ESPANHOLA EM ARACAJU (1918)

PROFESSOR JOSÉ DE ALENCAR CARDOSO AND THE CHARITABLE EFFORTS OF FREEMASONRY DURING THE SPANISH FLU IN ARACAJU (1918)

Matheus Honorato da Silva Santos¹

Sulyvan Sousa da Silva²

Resumo: Envolvendo-se, recorrentemente, em acontecimentos históricos de grande relevância para o Brasil, a maçonaria também teve participação ativa no contexto da epidemia de gripe espanhola, em 1918, oferecendo auxílio à população desfavorecida, em conformidade com os princípios filantrópicos da instituição. Este artigo propõe uma análise sobre a articulação da associação maçônica sergipana com o poder público do estado de Sergipe para debelar a enfermidade, sendo o enfoque da investigação as medidas assistenciais empreendidas pela Loja Maçônica Cotinguiba e coordenadas pelo professor José de Alencar Cardoso. Periódicos da época e a legislação maçônica constituem as fontes históricas da pesquisa, e o referencial teórico-metodológico compreende discussões referentes à relação entre a maçonaria e a história nacional, e à progressão da gripe espanhola no Brasil e em Sergipe.

Palavras-chave: Assistência; Gripe Espanhola; Maçonaria

Abstract: Repeatedly involved in historical events of great relevance to Brazil, Freemasonry also played an active role in the context of the Spanish flu epidemic in 1918, offering assistance to the disadvantaged population, in accordance with the philanthropic principles of the institution. This article proposes an analysis of the articulation between the Masonic association of Sergipe and the state government of Sergipe to combat the disease, focusing on the assistance measures undertaken by the Cotinguiba Masonic Lodge and coordinated by Professor José de Alencar Cardoso. Periodicals from the time and Masonic legislation constitute the historical sources of the research, and the theoretical-methodological framework comprises discussions regarding the relationship between Freemasonry and national history, and the progression of the Spanish flu in Brazil and Sergipe.

Keywords: Assistance; Spanish Flu; Freemasonry.

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Mestrando em História pela mesma instituição. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1780535348634458>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-0502-4518>. E-mail: matheushonorato777@hotmail.com.

² Graduado em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Cruzeiro do Sul. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4703687238546111>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-9505-0700>. E-mail: sulyvansousa001@gmail.com.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No decurso da sua história, a maçonaria teve envolvimento com acontecimentos que definiram os rumos da política, da economia e da sociedade em níveis nacional e internacional. No contexto da epidemia³ de gripe espanhola⁴ no Brasil, em 1918, a instituição desempenhou um papel de relevância, colocando em prática as prescrições da legislação maçônica concernentes à filantropia, à caridade e à solidariedade, a fim de executar ações assistenciais em algumas localidades brasileiras. Objetivamos analisar como a Loja Simbólica Cotinguiba – a Loja maçônica mais longeva do estado de Sergipe, situada em Aracaju e fundada em 1872 – atuou no sentido de amparar e assistir a parcela da sociedade mais afetada pela crise epidêmica de influenza, articulando-se diretamente com o poder público, bem como se valendo do consentimento e do auxílio das autoridades governamentais.

Propomos um enfoque na figura do professor sergipano José de Alencar Cardoso (1879-1964), que ocupava o cargo de Venerável Mestre da Loja Cotinguiba à época da gripe espanhola, e, portanto, estava incumbido de presidir a referida Loja, sendo o responsável pela coordenação das medidas assistenciais da associação maçônica, em prol da população desfavorecida, durante a epidemia.

A problematização aqui empreendida se norteia pelas hipóteses de que a iniciativa assistencial da maçonaria teria contribuído para atender a sociedade aracajuana impactada pela epidemia, e que a mobilização de maçons sergipanos teria se somado aos esforços provenientes de instituições públicas e particulares para o combate à epidemia. Não é o nosso intento fazer julgamento de valor em relação à maçonaria, tampouco insinuar que ela foi a única associação privada a cooperar com o poder público para enfrentar o quadro epidêmico. Abordamos, especificamente, essa instituição devido às medidas engendradas por seus membros e por voluntários que os ajudaram naquele contexto crítico.

Para viabilizar a investigação proposta, recorreremos à consulta dos jornais editados em Sergipe no período em que a enfermidade progrediu localmente, examinando, em particular, as informações relativas às providências tomadas em conjunto entre a maçonaria

³ Optamos pelo termo “epidemia” – e não “pandemia” – por ser o mais usual na bibliografia sobre a gripe espanhola. Consideramos a definição de Joffre Marcondes de Rezende (1998, p. 154), segundo a qual “o conceito moderno de pandemia é o de uma epidemia de grandes proporções, que se espalha a vários países e a mais de um continente”.

⁴ Em uma seção específica deste artigo, forneceremos mais detalhes sobre a enfermidade em questão.

e o poder executivo estadual. Nesse sentido, analisamos edições dos periódicos *Correio de Aracajú*, *Diário da Manhã*, *Estado de Sergipe*, *Jornal do Povo*, *O Imparcial* e *Século XX*.⁵ Integram, também, o rol de fontes históricas algumas das constituições e regulamentos maçônicos editados ao longo da segunda metade do século XIX e as décadas iniciais do século XX.

Embasamos esta pesquisa em discussões teórico-metodológicas multidisciplinares suscitadas por autores que se debruçam sobre os princípios e as práticas maçônicas sob as óticas historiográfica e sociológica, dentre os quais destacamos José Anderson Nascimento (2000; 2012) e José Rodorval Ramalho (2019), além de trabalhos de pesquisa que versam sobre a progressão da epidemia de influenza espanhola no Brasil e no estado de Sergipe, de autores como Claudio Bertolli Filho (2003), Christiane Maria Cruz de Souza (2009), Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling (2020) e Matheus Honorato da Silva Santos (2023; 2025).

A MAÇONARIA, A LOJA SIMBÓLICA COTINGUIBA E JOSÉ DE ALENCAR CARDOSO: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO

Apesar de a historiografia ainda apresentar uma escassez de trabalhos de pesquisa a respeito da maçonaria, a bibliografia existente traz a lume alguns aspectos que caracterizam essa instituição, não sendo, porém, a nossa pretensão aprofundarmo-nos em minúcias sobre a sua história. Importa, a princípio, para a abordagem proposta, tomar nota de que a maçonaria se trata de uma sociedade que possui, segundo Marco Antonio Lopes Granados Campillo (2015), uma série de alegorias e símbolos, por meio dos quais o iniciado aprende a filosofia maçônica em meio a um conjunto de cerimônias e ensinamentos que constituem os seus ritos.

Campillo (2015, p. 62) fornece uma síntese da estrutura básica da maçonaria, explicando que o espaço físico onde os maçons se reúnem é chamado de Loja, e que a formação do iniciado progride conforme as “séries” ou “períodos” denominados de graus. Conforme o autor, a posição mais elevada em uma Loja é a de Venerável Mestre, e, no âmbito territorial (estado ou país), é a de Grão Mestre. É usual a aplicação dos termos Grande Oriente ou Grande Loja para fazer referência às jurisdições que governam as Lojas

⁵ Os nomes dos jornais elencados constam, neste artigo, em conformidade com a ortografia original.

em um determinado território, sendo que o mesmo território pode ter mais de uma Grande Loja ou Grande Oriente.

José Rodorval Ramalho (2019, p. 18-20) salienta o fato de a literatura acadêmica respeitante à maçonaria revelar características relevantes sobre essa instituição, a exemplo da sua presença ativa em momentos históricos nacionais, sua composição político-administrativa, sua atuação abrangente em grandes e pequenas cidades de todo o país, suas práticas ritualísticas, sua relação conflituosa com as religiões e, inclusive, suas iniciativas filantrópicas. Ao investigar a sociabilidade maçônica sob a perspectiva da sociologia, o mesmo autor registra a escassez da literatura sociológica respeitante à maçonaria, além de pontuar a dificuldade de obtenção de informações mais aprofundadas acerca do universo maçônico, já que a concessão de entrevistas a pesquisadores é recorrentemente evitada, e o acesso a arquivos é por vezes interdito à comunidade acadêmica, o que torna a maçonaria um desafio metodológico e epistemológico para as ciências sociais (RAMALHO, 2019, p. 34-35).

Quanto aos princípios que embasam a conduta maçônica, Alexandre Mansur Barata (1994) explica que o ideal de fraternidade consiste na essência da instituição maçônica, e é evidenciado na prática da solidariedade e da beneficência. A busca pelo aperfeiçoamento moral da humanidade, por meio do desenvolvimento da consciência fraterna, faz da Loja instrumento para a concretização de ações norteadas pela filantropia (BARATA, 1994, p. 93-94). Ao consultarmos a legislação do Grande Oriente do Brasil, é perceptível a continuidade da ênfase na caridade e na beneficência como pilares da maçonaria. Para fins exemplificativos, mencionaremos o Art. 2º da Constituição e Regulamentos Gerais da Ordem Maçônica no Brasil (1852), que estabeleceu “o exercício e a prática da beneficência e de todas as virtudes religiosas e sociais” como princípios fundamentais. No Art. 1º da Constituição da Maçonaria do Brasil (1866), encontramos, dentre os princípios elencados, a caridade.

Ainda no período imperial brasileiro, a assistência se tratava de um meio de melhoramento da condição social do homem, em conformidade com o § 2º do Art. 3º da Constituição da Maçonaria Brasileira (1873). No mesmo documento, o § 5º do Art. 10 determinava que o maçom deveria manifestar um “decidido amor da humanidade” para gozar dos direitos inerentes ao título.

A partir do começo da República, tornou-se comum às constituições maçônicas as referências às ações de assistência e ao trabalho pela melhoria material e social, e pelo aperfeiçoamento moral e intelectual do homem. Localizamos dizeres correlatos no Art. 1º da Constituição e Regulamento Geral do Grande Oriente e Supremo Conselho do Brasil (1892) e da Constituição do Grande Oriente do Brasil (1901), no preâmbulo da Constituição do Grande Oriente do Brasil (1934), e no Art. 1º da Constituição do Grande Oriente do Brasil (1937), para nos atermos a alguns exemplos.⁶

Constatamos que a assistência praticada pela maçonaria se baseia em princípios estabelecidos na própria legislação maçônica. Essa assistência, contudo, é comumente ignorada pela maior parte da sociedade em virtude da sua discrição, como assinalam Claudia Neves da Silva e Fernando Monteiro (2018, p. 189):

A maioria das Lojas maçônicas desenvolve algum tipo de ação social, quer mantendo discretamente alguma instituição de assistência social, quer através de outras ações. Essas ações sociais quase sempre passam despercebidas, não apenas pela discrição dos maçons, mas principalmente porque no imaginário popular prevalecem outros aspectos da maçonaria, relacionados ao caráter secreto e aos seus rituais, não raro associados ao satanismo.

Pontuamos a existência de incompatibilidades entre a maçonaria e as instituições religiosas, em especial a Igreja Católica Apostólica Romana, que historicamente condena a associação maçônica. O discurso condenatório da Igreja Católica remonta à Bula papal do pontífice Clemente XII *In eminenti apostolatus specula*, de 1738, que baniu o envolvimento de fiéis em sociedades maçônicas, sob pena de excomunhão, e sem possibilidade de absolvição (CLEMENTE XII, 1738). No século seguinte, a Carta Encíclica do pontífice Leão XIII *Humanum genus*, de 1884, ratificou a postura eclesiástica em face da maçonaria, julgada como uma seita, cujos dogmas expressam o intuito de destruir a religião e a Igreja que fora estabelecida por Deus, almejando o resgate dos costumes pagãos, após um lapso de dezoito séculos (LEÃO XIII, 1884).

Já no século XX, o cânon 1.240 do Código de Direito Canônico publicado no ano de 1917, durante o pontificado do papa Bento XV, privou de sepultamento eclesiástico os apóstatas filiados às seitas heréticas ou cismáticas, às seitas maçônicas, ou a quaisquer outras sociedades do mesmo tipo (BENTO XV, 1917, cânon 1.240).⁷

⁶ Os documentos citados consistem na legislação maçônica localizada durante a produção deste artigo. A busca priorizou as constituições e os regulamentos do Grande Oriente do Brasil que estiveram em vigor no decurso do século XIX e nas primeiras décadas do período republicano.

⁷ Após a publicação do Código de Direito Canônico no ano anterior à epidemia de gripe espanhola, a Santa

Por outro lado, essa relação conflitante entre a Igreja Católica e a maçonaria não impediu que houvesse tentativas de conciliação entre ambas as instituições, inclusive em Sergipe. Em uma obra publicada por ocasião do centenário do nascimento de Dom Luciano José Cabral Duarte (1925-2018), arcebispo falecido de Aracaju, Antônio Fontes Freitas (2025) analisa o processo de aproximação entre aquele intelectual religioso e os maçons da Loja Cotinguiba, que rendeu um diálogo entre a Igreja e a maçonaria, com vistas à concretização de um movimento social agrário em defesa dos camponeses e trabalhadores rurais. Freitas (2025, p. 27) classifica como corajosa a atitude de Dom Luciano Cabral de conferenciar – com autorização da Santa Sé – na Loja Cotinguiba, em 29 de maio de 1968, o que o levou a se tornar o primeiro bispo brasileiro a falar para maçons em uma Loja Maçônica.

Sublinhando a influência exercida por maçons no que tange a movimentos políticos do século XIX e a relação por vezes estreita entre a maçonaria brasileira e os episódios marcantes da história nacional, José Anderson Nascimento (2000, p. 20-25) aponta o fato de a fundação da Loja Simbólica Cotinguiba, ocorrida no dia 10 novembro de 1872, estar associada a um contexto histórico turbulento, no qual o Brasil ainda buscava se restabelecer da guerra extenuante travada contra o Paraguai. Maçons sergipanos empregaram esforços em prol de pautas políticas e sociais, em particular os princípios republicanos e a abolição da escravidão, e fundaram a referida Loja na então província de Sergipe, amparados pelo Grande Oriente do Brasil, e tendo São João Batista como patrono.

Ressaltamos que, mesmo nos anos 1870, a maçonaria já intervinha na vida política, social e cultural de Aracaju, o que pode ser constatado, consoante Rafael Bedenik Barbero (2021), por meio do conteúdo do periódico *A Fraternidade*, editado pela Loja Cotinguiba entre os anos de 1875 e 1876. Ao analisar os editoriais desse periódico, Barbero (2021, p. 18) atesta a sua utilidade como uma fonte histórica de grande relevância à medida que possibilita aos pesquisadores escrutinar não só as nuances da sociabilidade maçônica em Sergipe, como, também, o posicionamento dos maçons em face de questões sociais e políticas pertinentes nos âmbitos local, nacional e internacional.

As ações desempenhadas pela Loja Cotinguiba a partir de fins do século XIX, atravessando-se todo o século XX, até a atualidade, não se restringiram ao espaço físico

Sé só tornaria a se manifestar novamente acerca dos maçons por meio da Declaração Sobre a Maçonaria, reforçando a incompatibilidade da sociedade maçônica com a doutrina eclesial (JOÃO PAULO II, 1983).

da Loja em questão, haja vista que a presença da sociabilidade maçônica se espalhava pela sociedade aracajuana, impactando-a direta ou indiretamente. Acerca disso, Barbero (2021, p. 18) afirma:

A atuação da Loja Cotinguiba, em seus quase cento e cinquenta anos de funcionamento, quando vista mais de perto pelas lentes da pesquisa histórica, nos mostra que a atuação dos maçons que passaram pela referida agremiação não se limitou única e exclusivamente ao interior da Loja e que os seus laços de sociabilidade não se encerraram dentro da estrutura da agremiação.

Com base no esboço biográfico apresentado por Nascimento (2012, p. 114), José de Alencar Cardoso nasceu em 18 de abril de 1878 no município de Estância, onde fundaria, em 1909, o Colégio Tobias Barreto, mais tarde transferido para Aracaju. Em função do envolvimento com o magistério, José de Alencar Cardoso assumiu o cargo de Diretor de Instrução Pública e se tornou membro do Conselho de Ensino e Inspetor de Instrução Primária. Iniciado na maçonaria em 1914, atuou como Venerável Mestre em três períodos distintos: de 1914 a 1921, de 1930 a 1931, e de 1953 a 1956.

Como dissemos anteriormente, o posto de Venerável Mestre lhe conferia a responsabilidade de coordenar as ações desempenhadas pela Loja Cotinguiba, inclusive a assistência à população no período epidêmico. Assim, embora os esforços dos maçons durante a epidemia tenham sido coletivos, supomos que eles tenham sido liderados por José de Alencar Cardoso, a julgar pela sua posição na instituição maçônica naquele contexto. Logo, não atribuímos exclusivamente a ele funções exercidas em coletividade, mas sublinhamos a sua incumbência de garantir que fossem desempenhadas.

O professor José de Alencar Cardoso faleceu aos 4 de maio de 1964, e, na atualidade, seguem em funcionamento, além da escola por ele fundada e hoje administrada pelo governo do Estado – o Colégio Estadual Tobias Barreto –, três instituições de ensino também públicas que levam o nome do maçom: a Escola Municipal de Ensino Fundamental Alencar Cardoso e o Colégio Estadual José de Alencar Cardoso, em Aracaju, e o Colégio Estadual Alencar Cardoso, na cidade de Salgado.

Sobre a postura assistencial do educador, evidenciada a partir da sua iniciação na maçonaria, e que o tornou, posteriormente, um personagem relevante na condução das ações maçônicas de assistência aos desamparados durante a gripe espanhola, podemos conjecturar que esse indivíduo atuara de maneira altruísta não só por força da obrigação que lhe competia de cumprir as prescrições da maçonaria, mas motivado por princípios e

interesses particulares. A hipótese em questão encontra lastro em Campillo (2015, p. 64), segundo o qual a pedagogia maçônica propicia a construção de uma sociabilidade, porém, não homogeneiza o pensamento e a conduta dos iniciados, que, por seu turno, carregam experiências de vida e são dotados de formas próprias de pensar e agir. Em razão da falta de informações específicas sobre os interesses pessoais de José de Alencar Cardoso, a ideia aventada acima se trata de uma possibilidade e não pode ser plenamente verificada a partir das fontes.

APONTAMENTOS ACERCA DA GRIPE ESPANHOLA E SUA CHEGADA AO BRASIL

Para elucidar o contexto epidêmico no qual as providências assistenciais da maçonaria foram empreendidas, caracterizaremos, em breves traços, a doença convencionalmente denominada de gripe espanhola, e buscaremos esclarecer como e quando ela chegou ao território brasileiro, disseminando-se, doravante, por todo o país. De antemão, recorreremos a Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling (2020), objetivando esboçarmos uma definição sucinta para a patologia. Segundo as autoras, tratava-se de um tipo de influenza cujo vírus apresentava elevada capacidade de mutação, dificultando o seu reconhecimento por parte do sistema imunológico, e anulando qualquer chance de imunidade por infecções anteriores (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 15).

Revisando algumas investigações já realizadas acerca da gripe espanhola internacionalmente, Beatriz Echeverri Dávila (2018) considera que a epidemia de 1918 foi uma “catástrofe esquecida” ao longo da maior parte do século XX, o que soa incongruente para a autora, uma vez que o quantitativo de óbitos decorrentes da influenza, nesse contexto, é estimado em mais de 50 milhões, isto é, cerca de três vezes mais mortes resultantes da guerra supramencionada. A julgar pela mortandade da doença e por sua interferência direta na evolução do conflito, Dávila (2018, p. 18) questiona os motivos de o mundo parecer ter se esquecido daquela epidemia que foi ainda mais feroz do que a própria guerra.

Uma possível justificativa para que essa e outras crises epidêmicas tenham sido relegadas ao esquecimento pela historiografia nos remete a Christiane Maria Cruz de Souza (2009), que pontua que temáticas como a medicina, a saúde e as doenças permaneceram, por longo tempo, restritas aos domínios de médicos, os quais historicizavam a sua profissão a partir de narrativas celebradoras da ciência médica, tratando o profissional da medicina como um herói através de uma visão otimista do

progresso científico. Mas, se outrora os historiadores preferiam se dedicar ao estudo da política, das guerras e da diplomacia, a realidade foi se reconfigurando, como aponta Souza (2009, p. 19):

Progressivamente, esse cenário começou a mudar, e os historiadores voltaram sua atenção também para o estudo dos antigos sistemas de medicina e práticas de cura; a construção do corpo e seus simbolismos; os aspectos sociais e institucionais da medicina e suas relações com valores culturais e realidades socio-estruturais.

No tocante à nomenclatura da influenza espanhola, Claudio Bertolli Filho (2003, p. 76) indica que ela se basearia em suposições equivocadas, segundo as quais o marco zero da epidemia teria sido a Espanha, ou que essa nação tivesse concentrado o maior quantitativo de óbitos em comparação com quaisquer outras. Uma segunda possibilidade se refere à teoria de que o aparato de censura dos países envolvidos na guerra interditava a divulgação de informações sobre a presença da gripe entre as suas tropas, preferindo-se situar o epicentro da enfermidade em territórios neutros no conflito, o que era o caso da nação hispânica. A terceira hipótese levantada pelo autor concerne à tese de que a Inglaterra teria imputado à Espanha a responsabilidade pelo surgimento da doença em represália a uma facção do governo espanhol que demonstrava certa simpatia pela Alemanha. Liane Maria Bertucci (2004, p. 32) elenca as mesmas explicações possíveis para a adjetivação da enfermidade de “espanhola”, mas adiciona mais uma hipótese à discussão: franceses xenófobos em relação aos trabalhadores espanhóis que cruzavam a sua fronteira teriam sido os responsáveis por conceber essa denominação.

Quanto à divulgação do avanço da influenza mundo afora, por parte da imprensa brasileira, Schwarcz e Starling (2020, p. 51) assinalam que os periódicos nacionais repercutiram a evolução da gripe diariamente, desde o mês de junho de 1918, estampando manchetes respeitantes às mortes e às medidas de isolamento adotadas nos Estados Unidos e na Europa. Enquanto a epidemia se achava distante das terras tropicais, os jornalistas se referiam a ela de maneira fria, até que, enfim, o vírus aportou no Brasil. Sobre esse aparecimento, Schwarcz e Starling (2020, p. 60) explanam:

Seu possível porto de chegada foi o Recife, onde atracavam as embarcações que vinham da Europa e da África. Na manhã de 9 de setembro, fundeu no cais o navio inglês *Demerara*, procedente de Liverpool. [...] Na chegada ao Recife, havia ao menos dois doentes na enfermaria, e o diagnóstico era de gripe comum. Possivelmente o número era maior. Seja como for, passageiros e tripulantes contaminados desceram no cais sem despertar maiores preocupações por parte das autoridades de saúde – aliás, um procedimento que se repetiria em outros portos brasileiros.

Registramos que as epidemias não mobilizam apenas os profissionais da medicina, visto que interferem profundamente na vida social, o que evidencia que as doenças não são fatos meramente biológicos, mas acontecimentos sociais. Localizamos essa ideia em Marcos Cueto (1997, p. 17-18), que atenta para a possibilidade de os cenários epidêmicos trazerem a lume certas dimensões do tecido social que não pareceriam claras na normalidade da vida cotidiana. O autor infere que as enfermidades coletivas revelam caracteres pouco conhecidos das mentalidades, ideologias e crenças religiosas, ao passo que descortinam os esforços para cuidar da saúde pública.

Para Cueto (1997, p. 18), crises epidêmicas servem como lentes de aumento para a observação de aspectos sociais importantes, tais como os temores, as normas e os estereótipos sobre os enfermos, o corpo humano e as classes sociais. Posto isso, o autor afirma: “A variedade de percepções, práticas e testemunhos que surgem em uma crise epidêmica deixam notório que a enfermidade não é um simples fato biológico de responsabilidade dos médicos” (Cueto, 1997, p. 18. Tradução nossa)⁸. No mesmo sentido, Schwarcz e Starling (2020, p. 46-47) sublinham que as doenças contagiosas também são eventos sociais que carregam suas respectivas histórias, sendo que compete à sociedade enfrentar, evitando ou resistindo, os surtos epidêmicos que a atemorizam.

A “ESPANHOLA” EM SERGIPE: UNINDO FORÇAS CONTRA O “MAL REINANTE”

Delinearemos, nesta seção, um esboço do panorama epidêmico da gripe espanhola no estado de Sergipe, concentrando o nosso olhar nas ações engendradas pelo aparato governamental local, com o auxílio imprescindível de instituições privadas, para combater a doença. Demonstraremos, nesse ínterim, o aspecto de discrepância entre a coalizão do poder público e associações particulares, com o intento de levar a cabo as medidas profiláticas e filantrópicas articuladas, e a postura individualista e aproveitadora de comerciantes que buscaram se favorecer mediante a epidemia. Recorreremos aos jornais da época para lograr o intento de analisar os referidos fatores. Frisamos que escapa ao nosso interesse descrever em minudências porventura exaustivas o progresso e os efeitos da influenza, haja vista a existência de bibliografia que já aborda com maior detalhamento

⁸ Tradução livre a partir do texto original de Marcos Cueto (1997, p. 18): “La variedad de percepciones, prácticas y testimonios que surgen en una crisis epidémica hacen evidente que la enfermedad no es un simple hecho biológico de responsabilidad limitada de los médicos”.

a marcha da gripe espanhola no Brasil e em Sergipe, e que será convenientemente evocada com propósito de embasamento.

O aparecimento do espectro nefasto da “espanhola” em Sergipe foi comunicado pela primeira vez, na imprensa local, pelos periódicos *Diário da Manhã* e *Jornal do Povo*, em 22 de outubro de 1918. As notícias informavam que a doença havia acometido a tripulação do paquete *Itapacy*, que aportara em Aracaju na antevéspera e se encontrava fundeado no porto marítimo. Os enfermos – seis, no total – foram recolhidos ao Lazareto Público ao desembarcar na cidade.

Segundo os articulistas, a capital encontrava-se “[...] apavorada diante da aparição da gripe espanhola, que já tem acamado diversas pessoas”.⁹ De acordo com os jornais, o cozinheiro de bordo da embarcação, José Antônio Corrêa da Silva, faleceu durante a travessia marítima entre os estados da Bahia e de Sergipe. Os tripulantes procederam com as “formalidades do estilo”, lançando o cadáver ao mar. O *Diário* advertia, ainda, que a influenza estava “[...] com cerimônia de fazer morada aqui”, e rogava aos cidadãos: “Façamos-lhe a vontade, fechando-lhe a porta”. Percebemos que os textos já eram suficientes para despertar o temor nos leitores dos periódicos, que deviam estar previamente cientes da presença da enfermidade em outros estados, além de alarmados ante a iminência da chegada da enfermidade ao território sergipano.

Ao discutir a hipótese de que as matérias jornalísticas sobre a evolução da epidemia teriam suscitado o sentimento individual ou coletivo de medo na sociedade sergipana, Matheus Honorato da Silva Santos (2025) assinala que, mesmo anteriormente à proliferação local da influenza, as pessoas que acompanhavam o noticiário de Sergipe já conheciam os rastros perturbadores daquela doença em outras cidades e estados brasileiros, assim como mundo afora. Desde a segunda quinzena de setembro de 1918, os jornais já publicizavam os adoecimentos e óbitos notificados entre os integrantes de uma missão médica brasileira em Dakar, capital do Senegal, no contexto da Primeira Guerra Mundial.

A considerável distância geográfica que ainda separava os cidadãos sergipanos dos sujeitos acometidos pela gripe inspirava uma impressão de imunidade em função do afastamento. A situação se alteraria no fim do mesmo mês de setembro, quando telegramas

⁹ Atualizamos a ortografia das citações de jornais conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em vigência, a fim de facilitar a leitura.

provenientes de algumas cidades brasileiras começaram a se espalhar pelos jornais aracajuanos, registrando cenários mórbidos, os quais teriam contribuído para potencializar o medo da aproximação da “espanhola”.

Com a chegada da gripe espanhola a Aracaju, a doença não tardaria a se propagar por todo o estado de Sergipe, acometendo até mesmo a população dos municípios mais distantes da capital, e deixando um saldo cada vez mais numeroso de vítimas fatais. Ainda no dia 22 de outubro, a Diretoria de Higiene e Saúde Pública do Estado emitiu uma nota que seria divulgada no dia seguinte no *Estado de Sergipe*, a qual registrava o óbito de um maquinista do *Itapacy*, ocorrido no Lazareto Público. Nas páginas do *Diário da Manhã* de 24 de outubro, escancaravam-se as deficiências de tal espaço, o qual, segundo matéria carregada de um tom denunciatório, “não tem os necessários cômodos para receber doentes, sendo que os que se acham lá estão muito mal servidos em aposentos”. Notamos que, mal a influenza aparecera, já se revelava a precariedade dos serviços de assistência médica aos gripados e se evidenciava a urgência da adoção de medidas profiláticas para debelar a impiedosa moléstia.

Em plena véspera do Dia de Finados, 1º de novembro de 1918, o *Diário da Manhã* informava que, após uma reunião entre o secretário-geral do Estado e autoridades políticas e médicas, incluindo o intendente municipal e o diretor de Higiene e Saúde Pública, ficaram definidas certas providências para impedir a intensificação da epidemia. Dentre as medidas estabelecidas, estava a suspensão do funcionamento de todas as unidades de ensino das cidades de Aracaju, São Cristóvão, Itaporanga e Riachão, assim como a divisão da capital em distritos sob a responsabilidade de médicos designados para assisti-los, fornecendo medicamentos aos desafortunados. A reunião propriamente dita aconteceu em 30 de outubro, no Palácio do Governo, “pelas 14 horas”, conforme o *Jornal do Povo* do dia 31.

Em 6 de novembro, o *Diário da Manhã* chamaria a atenção para o “quadro apavorante” que se descortinava, uma vez que as duas fábricas de tecidos aracajuanas – Sergipe Industrial e Confiança – estavam ameaçadas de interromperem as suas atividades em função do adoecimento de quase todo o seu pessoal. Como teremos oportunidade de discutir mais adiante, a capacidade do poder público de combater a gripe espanhola estava aquém do potencial de contágio do vírus e, em vista disso, a evolução do cenário epidêmico demandaria uma soma de esforços entre as autoridades dirigentes e as instituições particulares, dentre as quais a associação maçônica.

Ressaltando a necessidade imperiosa de um trabalho conjunto para frear o avanço da gripe, o redator de um texto localizado no hebdomadário *Século XX* de 10 de novembro lembrava que “todos têm o dever, e mais que o dever, a obrigação, de seguir os conselhos das autoridades sanitárias”. Em seguida, exortava os cidadãos a agir preventivamente contra a mazela: “Nada de cruzar os braços à espera que chegue o mal”. Entretanto, na contramão dos clamores pela união de forças para enfrentar a epidemia, havia quem se aproveitasse das circunstâncias calamitosas para obter vantagens pessoais, gerando, nos dizeres do redator desse semanário, em matéria publicada na edição de 16 de novembro, um “triste contraste” entre “tanta ação altruística e caridosa” e “o espírito do demônio [que] tem se manifestado em umas tantas criaturas, principalmente nos negociantes de leite e de carne [...]”. Essas palavras se referem ao fato de alguns negociantes de gêneros alimentícios terem elevado os preços de produtos altamente procurados durante a epidemia, visando nada além dos lucros financeiros.

Queixas similares à mencionada acima haviam sido publicadas na mesma semana por outros jornais, demonstrando que não somente os alimentos estavam sendo vendidos a custos exorbitantes, como também algumas substâncias então indicadas para o tratamento da influenza, as quais, como se não bastasse a gravidade da situação, eram adulteradas. Em 12 de novembro, *O Imparcial* denunciava aquele “[...] fato criminoso e desumano de haver quem, por espírito de ganância, estava ludibriando o público, vendendo, por cápsulas de quinino, simples partículas de farinha de trigo”. A exploração por parte dos comerciantes de alimentos e de medicamentos foi exposta, ainda, pelo jornal *Correio de Aracajú* de 13 de novembro, que, em matéria sumariamente intitulada “Repugnante”, apelou para que as autoridades tomassem “providências coibitivas a tal usurpação” perpetrada por “impiedosos sanguessugas que se estão cevando à custa dos males alheios”.

Salientamos que a contrapartida das ações assistenciais, expressada em condutas egocêntricas motivadas pela ganância, não foi uma particularidade sergipana. A referida problemática é discutida por Schwarcz e Starling (2020, p. 181-182), autoras segundo as quais, no caso da cidade de São Paulo, por exemplo, a epidemia também interferiu nos preços dos medicamentos vendidos nas farmácias, sem contar o fato de a situação do abastecimento de alimentos naquela capital ter atingido um patamar alarmante. Os paulistanos recorriam, entretanto, a profilaxias caseiras, como a cachaça de limão com mel, o que acarretaria a disparada do preço do limão e o desaparecimento do fruto das

mercearias. É relevante sublinhar que, consoante Souza (2009, p. 246), as indústrias farmacêutica e de bebidas se aproveitaram do panorama epidêmico para vender produtos que prometiam curas quase miraculosas para a “espanhola”, ou ao menos a atenuação dos seus sintomas.

Em Aracaju, o “Bromil”, divulgado pelo *Jornal do Povo* em várias edições, como no número de 9 de novembro, prometia a cura da “tosse das crianças, tosse dos moços, tosse dos velhos, qualquer tosse, qualquer doença do peito, como bronquite, asma, coqueluche”. A Farmácia Lealdade, por seu turno, utilizou um espaço considerável da seção de anúncios do jornal oficial do governo estadual – o *Estado de Sergipe*, na edição de 4 de dezembro – para fazer a propaganda do “Xarope Calmante Creosotado” de Helvécio Maia, “o remédio mais eficaz e, por isso, o mais procurado para combater a tosse proveniente da influenza”.

Reparamos que tanto a Loja Cotinguiba, quanto outras instituições particulares, assistiram os gripados em meio a um panorama que se mostrava desafiador não somente devido à epidemia em si, mas, também, por causa da existência de indivíduos que não inspiravam confiança na população ao explorá-la vendendo produtos a custos desproporcionais, e em razão da indicação recorrente, nos jornais, de substâncias e métodos profiláticos caseiros sem comprovação científica. Pressupomos que tais fatores poderiam representar obstáculos à atuação dos profissionais a serviço da maçonaria, mas as fontes consultadas não oportunizam a comprovação dessa possibilidade.

Contestando a ideia de “ilusão democrática”, segundo a qual a gripe espanhola teria impactado a todas as classes sociais equivalentemente, Bertolli Filho (2003, p. 89-95) assegura que as crises sanitárias nada têm de “democrático”, visto que os seus impactos refletem as diferenças marcantes de condições materiais de vida dos grupos sociais, definindo oportunidades desiguais de viver e morrer. Aproveitamos o ensejo para mencionar o fato de que, a despeito da preferência da enfermidade pela população desfavorecida, a doença não poupou sergipanos socialmente bem posicionados. Em pleno período mais agudo da epidemia, o diretor de Higiene e Saúde Pública do Estado Octaviano Vieira de Mello adoeceu, e por vinte e cinco dias, o titular da repartição foi substituído.

Por decreto de 12 de novembro de 1918, reproduzido no *Estado de Sergipe* publicado no dia seguinte, formalizou-se a substituição do diretor efetivo de Higiene “por motivo de [ele] ter sido acometido do mal reinante”. Recuperado, reassumiria o comando da Diretoria por força do decreto de 7 de dezembro, replicado no jornal *Estado de Sergipe*

na data subsequente. Diferentemente das vítimas fatais da enfermidade, o diretor de Higiene, que contava apenas 39 anos à época, teve a chance de convalescer e desfrutar de longa vida. Por inusitada coincidência, entretanto, a morte que outrora o espreitara o levaria na data do seu próprio aniversário de 84 anos, em 4 de setembro de 1963.

No fim das contas, a parcela da população desprovida de recursos era, inequivocamente, mais impactada pela influenza espanhola, o que se justifica pela insalubridade do ambiente onde residia e pela dificuldade de acesso aos serviços médico-hospitalares, os quais eram, por seu turno, precários. Acerca das deficiências e limitações do aparato de saúde pública em Sergipe, Antônio Samarone de Santana (2005) constata que, em fins do século XIX e princípio do século XX, a assistência médica estava restrita aos indivíduos que tinham condições de recorrer a consultórios particulares de médicos. Segundo o autor, o advento da República manteve inalterada a postura que o poder público sergipano assumia, durante o Império, em relação ao campo sanitário, direcionando verbas insignificantes para a saúde pública e concentrando as providências apenas em situações emergenciais.

E enquanto a gripe espanhola penetrava sorrateira na morada dos desvalidos, espalhando insidiosamente o rastro funesto, a imprensa expunha a insalubridade que favorecia o alastramento da epidemia. Na edição já citada de 12 de novembro de 1918 d'O *Imparcial*, um articulista escrevia: "Quem conhece os bairros pobres da capital onde vive a parte da população mais desfavorecida da fortuna, sabe que é desolador o aspecto que oferecem as habitações dessa gente em matéria de higiene". Adiante, alertava: "A falta de higiene domiciliar e, sobretudo, a insuficiência alimentar da população pobre do estado, facultarão à enfermidade contagiosa um campo vasto e fertilíssimo".

Eis que, também no mês de novembro, a Assembleia Legislativa aprovou um crédito de cem contos de réis para custear as despesas do combate à influenza espanhola, e a verba suplementar foi oficializada por meio da Lei n. 766, de 16 de novembro de 1918, sancionada pelo presidente do Estado José Joaquim Pereira Lobo. Chama a atenção o fato de o texto da lei, que foi transcrita no *Estado de Sergipe* do dia posterior, justificar a aprovação daqueles vultosos recursos com base nas "proporções assustadoras" da epidemia. Pouco valeria a tal soma sem a articulação entre as ações das autoridades públicas e as iniciativas privadas.

Sobre a mobilização geral em torno da epidemia, Santana (2005, p. 154-155) afirma:

Diante das deficiências do poder público para enfrentar a epidemia, a sociedade reagiu de forma inusitada: pela primeira vez, em Sergipe, a população se mobilizou para enfrentar um problema de saúde. Entidades, empresas, clero, instituições beneficentes movimentaram recursos e pessoas para enfrentar a epidemia. [...] O atendimento consistia, basicamente, na distribuição de medicamentos entre a população indigente, distribuição de alimentos ou dinheiro, desinfecção de casas onde ocorriam óbitos e na remoção dos cadáveres.

Quanto às estatísticas de casos e de óbitos decorrentes da gripe espanhola em Sergipe, dados oficiais foram divulgados pelo poder executivo estadual depois de quase um ano do surto epidêmico local. Em 23 de setembro de 1919, o jornal *Estado de Sergipe* publicou um levantamento quantitativo de notificações de influenza e de vítimas fatais registradas na capital e nos municípios do interior. As informações integravam a Mensagem do presidente do Estado à Assembleia Legislativa, proferida no dia 7 de setembro daquele ano. Segundo esses dados, 7.974 pessoas foram acometidas pela influenza em Aracaju, tendo havido 229 falecimentos.

Nas demais localidades do estado, registrou-se 17.936 casos da doença, com 768 óbitos. No total, 25.910 pessoas teriam sido atacadas pela doença, dentre as quais 997 morreram devido a ela. É de suma importância salientarmos a imprecisão dos números, que foi explicitada no texto da mensagem presidencial de Pereira Lobo, haja vista que, consoante a comunicação oficial em questão, os tais dados correspondiam a “estatísticas incompletas”. Notamos que algumas cidades onde a gripe espanhola se manifestou apareceram nesse levantamento com seus respectivos campos numéricos simplesmente vazios.

O problema da subnotificação foi, de fato, um elemento caracterizador da crise epidêmica da influenza, conforme Santos (2023, p. 59-60), que ressalta a ineficiência do poder público local para contabilizar com mais precisão a quantidade de indivíduos acometidos ou ceifados pela enfermidade. O autor atesta a inexistência de metodologias capazes de contornar a problemática da subnotificação durante a progressão da epidemia, realidade aparentemente comum aos centros urbanos brasileiros.

Indício de que uma parcela expressiva de sergipanos adoecidos não se dirigiu aos serviços de assistência hospitalar é a considerável discrepância entre as cinquenta pessoas assistidas pelo Hospital Santa Isabel, principal nosocômio da capital à época, e as 855 atendidas pela Loja Cotinguiba; as 795 pela Associação Comercial; e as 320 pela Cruz Vermelha. Não fosse o fornecimento de balanços por parte dessas e outras instituições

listadas no levantamento oficial, os dados gerais seriam, certamente, ainda mais incondizentes com a realidade. De toda sorte, percebemos a gravidade da crise epidêmica em Sergipe, a despeito da inconsistência dos números do relatório oficial apresentado pela presidência do Estado. Evidenciamos, também, a relevância das iniciativas particulares no sentido de auxiliar as autoridades públicas para a contenção da marcha da epidemia. Na seção que se segue, intentamos nos aprofundar, especificamente, na contribuição da maçonaria sergipana para a prestação de socorro aos cidadãos desvalidos, sob a condução do professor maçom José de Alencar Cardoso.

OS MAÇONS SE MOBILIZAM PARA SOCORRER OS GRIPADOS

Os textos jornalísticos nos levam a crer que, no contexto da epidemia de gripe espanhola em Sergipe, a Loja Maçônica Cotinguiba deu início às medidas assistenciais em prol da população pobre de Aracaju no dia 7 de novembro de 1918, isto é, dezoito dias depois do aparecimento da doença na cidade. A princípio, foi o *Jornal do Povo*, em seu número publicado naquela data, que noticiou a assistência prestada pela maçonaria, comunicando, por meio de uma nota diminuta, que a associação resolvera auxiliar a ação do governo, distribuindo medicamentos contra a doença.

Quatro dos jornais consultados – *Correio de Aracajú*, *Diário da Manhã*, *Estado de Sergipe* e *Jornal do Povo* – informaram, no dia 9 de novembro, que os maçons da Cotinguiba haviam começado a fornecer, mediante apresentação de cartões distribuídos pela Diretoria de Higiene e Saúde Pública, porções de leite, das 7h às 9h, e de sopa, das 13h às 15h, sendo a distribuição realizada no próprio edifício daquela associação. Os demais periódicos analisados – *O Imparcial* e *Século XX* – divulgaram as ações assistenciais da maçonaria em datas posteriores.

É importante constatar, de antemão, que a conduta assistencial dos maçons foi enaltecida por todos os periódicos disponíveis para consulta. Ainda em 9 de novembro, o jornal *Correio de Aracajú* registrou que a filantropia maçônica consistia em “uma atitude que dignifica a quem pratica” e, sendo assim, merecia “a mais franca aprovação”. Entrementes, o *Diário da Manhã* aplaudia a “nobilíssima ideia” daqueles “espíritos verdadeiramente filantrópicos”. O *Jornal do Povo* classificou a atuação dos membros da maçonaria como um “gesto digno”. Indicaremos, convenientemente, outras ocasiões em que a imprensa local reconheceu e elogiou as providências da instituição maçônica para o combate à epidemia, o que evidenciava que os jornais citados eram favoráveis às ações da associação.

Destacamos que os termos celebratórios pertencem ao vocabulário dos jornais e demonstram o que poderíamos interpretar como uma tentativa de consolidação de uma imagem pública positiva da Loja Cotinguiba, a despeito da histórica condenação da Igreja Católica contra a maçonaria. Sobre isso, o conteúdo das fontes não nos permite formular constatações para além dessa especulação.

Devemos, no entanto, problematizar o aparente consenso dos periódicos no reconhecimento da importância das medidas assistenciais maçônicas, porque a aprovação praticamente unânime da assistência prestada pelos maçons durante a epidemia poderia decorrer de alinhamentos políticos ou interesses institucionais por parte da imprensa. Infelizmente, são escassas as informações a respeito das inclinações ideológicas dos jornais publicados em Sergipe nas primeiras décadas republicanas. O *Estado de Sergipe*, na condição de veículo de comunicação governamental, naturalmente repercutiria a aproximação do presidente do Estado com os integrantes de uma comissão maçônica incumbida de auxiliar a gestão estadual no atendimento à população enferma. Conjecturamos que o periódico oficial do governo sergipano não se isentaria de divulgar essa articulação de providências assistenciais, uma vez que fora consentida e conduzida pelo presidente Pereira Lobo, como demonstraremos.

O *Correio de Aracajú*, por seu turno, assumia uma postura conservadora e repelia as reformas políticas. Fora fundado em 1906 por Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão, então chefe do Partido Republicano Sergipense, e antecessor de Pereira Lobo na presidência do Estado. No editorial sobre o direcionamento do periódico, na primeira edição, de 24 de outubro de 1906, não havia margem para dúvidas: “[...] seremos conservadores das boas normas do governo, bem entendido; não nos agrada o prurido de reformas, porque, de ordinário, entre nós elas pouco adiantam, quando não retrogradam”. Conforme Ibarê Dantas (2004), Oliveira Valadão era um aliado leal de Pereira Lobo desde a primeira década da República, e, antes de deixar o governo estadual para o seu sucessor, combinou com ele de se candidatar ao Senado, a fim de realizar uma espécie de permuta política: Pereira Lobo deixaria o cargo de senador para assumir a presidência estadual, enquanto Oliveira Valadão faria o inverso.

Presumimos que a fidelidade política de Oliveira Valadão, fundador do *Correio de Aracajú*, a Pereira Lobo, justificaria a repercussão positiva, no jornal em questão, das medidas de assistência do poder público com o auxílio da comissão maçônica. Porém, não

dispomos de dados suficientes para elucidar se existia alguma relação direta entre os responsáveis por esses jornais e os membros da Loja Cotinguiba. Deparamos com a mesma limitação em relação aos demais impressos consultados, o que nos impede de averiguar se os periódicos teriam exaltado a assistência da maçonaria aos gripados por motivo de alinhamento ideológico aos membros da instituição.

Em virtude da carência de análises sobre os interesses e posicionamentos dos jornais editados em Sergipe nos decênios iniciais da República, também não localizamos informações desse teor sobre o *Diário da Manhã*, o *Jornal do Povo* e o *Século XX*. Acerca d'*O Imparcial*, o tom do seu editorial de apresentação, em 31 de julho de 1918, sugere uma certa discordância do periódico com a política local e nacional: “Política não é o que se tem feito no Brasil e muito menos em Sergipe ou em qualquer dos Estados da República”, escreveu o redator. Aparentando discordar da maneira com a qual Sergipe estava sendo administrado, *O Imparcial* não deixou de noticiar a assistência maçônica, mas também não direcionou holofotes ao apoio do governo estadual à comissão da Loja Cotinguiba.

Embora as fontes analisadas não nos possibilitem comprovar se os jornais elogiaram a conduta assistencial dos maçons sergipanos durante a epidemia por mero reconhecimento de sua importância ou por convergências político-ideológicas, registramos a plausibilidade de ambas as possibilidades.

Sublinhamos que nos interessava examinar o conteúdo de um outro periódico, *A Cruzada*, que foi fundado em 1918 pelo primeiro bispo da diocese de Aracaju Dom José Thomaz Gomes da Silva, e era administrado pela Igreja Católica, mais precisamente por uma ala conservadora do clero, como pontua Amanda Marques dos Santos (2019). Deparamos, então, com a impossibilidade de consultar o jornal por ele estar sem condições de manuseio, conforme alegou a instituição que o salvaguarda. A julgar pela incompatibilidade entre a maçonaria e a doutrina católica, discutida anteriormente, seria de grande valia identificar se *A Cruzada* chegou a mencionar, em alguma ocasião, que a maçonaria estava contribuindo para o abrandamento dos efeitos da “espanhola” em Aracaju, ou se, considerando o caráter conservador do periódico, esse fato teria sido silenciado pelas autoridades eclesiásticas que o administravam, em particular o seu primeiro editor Monsenhor Adalberto Sobral.

Ressaltamos, consoante Santos (2019, p. 10-11), que *A Cruzada* refletia o interesse do clero de estreitar relações entre a Igreja e o Estado, além da tentativa de oferecer à

sociedade uma “boa imprensa” que possibilitasse a propagação da crença cristã e a restauração da fé e dos valores da Igreja Católica. Analisar o jornal também oportunizaria elucidar, a partir de um meio de comunicação “oficial” da então diocese, como a Igreja publicizou as suas próprias providências nas circunstâncias da crise epidêmica. Essas questões permanecerão, lamentavelmente, insondáveis.

Fato é que os jornais de que dispomos continuaram carregando nas tintas para elogiar as ações da maçonaria, enquanto comunicavam a seus assinantes o que a associação estava fazendo em favor dos doentes. Em uma matéria superlativamente intitulada “Louvabilíssima ação”, impressa na edição de 12 de novembro do *Diário da Manhã*, informava-se que a Loja Cotinguiba transformara o edifício da sua sede em hospital de campanha para os pobres. No mesmo texto, destacava-se, entretanto, que a instituição precisava de camas, as quais poderiam ser cedidas entre as muitas ainda desocupadas do recém-aberto Asilo de Mendicidade Rio Branco.

Na data subsequente, o *Diário da Manhã* repercutiria a “ideia generosíssima” dos “ilustres e humanitários cavalheiros” da Cotinguiba de angariar dinheiro a fim de distribuí-lo em domicílios ou empregá-lo na fundação de um posto de socorro aos gripados. Conforme o periódico, até a antevéspera daquela publicação, a maçonaria já amalhara 2:000\$000 (dois contos de réis), que estavam em poder de Luiz Freire, tesoureiro da comissão maçônica da qual participava ao lado de outros iniciados, quais sejam Autran Costa, Carlos Alberto Rolla e Carlos Dantas.

De acordo com o *Jornal do Povo* de 13 de novembro, a sociedade maçônica resolvera, em vez de transformar o seu próprio edifício em hospital, incumbir-se da assistência aos gripados de dois dos sete distritos delimitados pelo governo do Estado. A decisão teve a anuência da Diretoria de Higiene, que, nos termos do redator do jornal, “achou boa a ideia e aceitou o oferecimento”. A área destinada aos cuidados dos maçons correspondia à zona Sul da capital, e foi subdividida, por maçons, em mais sete distritos “para melhor agir a comissão de socorros”, como também informou o periódico *Jornal do Povo*, mas em 20 de novembro.

É no contexto da arrecadação de recursos e da estruturação da assistência oferecida por parte da Loja Cotinguiba que o nome do professor estanciano José de Alencar Cardoso começa a ser citado pela imprensa durante a epidemia de gripe espanhola. Em uma nota também localizada no número de 13 de novembro do *Diário da Manhã*, dizia-se que uma

pessoa anônima enviou ao referido professor a importância de 200\$000 (duzentos mil-réis) com o intuito de auxiliá-lo a custear as despesas geradas pela alimentação dos pobres “neste agudo momento de devastação”.

No dia 14, os leitores do *Correio de Aracajú* depararam com um anúncio de primeira página integralmente grafado em caixa alta, no qual se lia: “A maçonaria contrata enfermeiros de ambos os sexos para a assistência aos gripados por ela socorridos. Os candidatos devem se dirigir ao professor Alencar Cardoso”. Depreendemos que o interesse dos maçons da Cotinguiba em atender a população carente de Aracaju não bastaria, por si, sem a obtenção de recursos financeiros e humanos que viabilizassem o intento em questão.

Como já pontuamos, a maçonaria não foi a única instituição de natureza privada a contribuir para a diminuição dos impactos sociais da gripe espanhola, em parceria com o poder executivo local. Acerca disso, convém mencionarmos que Pereira Lobo se reuniu, no dia 13 de novembro, não só com a comissão maçônica – contando com a presença de Alencar Cardoso – mas, também, com a comissão da Associação Comercial. Resolveu-se que ambas firmariam um acordo com Simeão Sobral, então presidente da Associação Aracajuana de Beneficência e do Hospital Santa Isabel, para instalar postos de socorro espalhados pela capital. A reunião foi divulgada pelo *Estado de Sergipe*, no número do dia 14. Mas foi no *Diário da Manhã* onde encontramos balanços diários de doentes assistidos pela Cruz Vermelha, relações essas que foram impressas até a edição de 12 de dezembro desse periódico.

A certa altura, o diretor interino de Higiene apareceu no posto de socorros da maçonaria para conferir o andamento da assistência dos enfermeiros ali atuantes. Nos dizeres do redator do *Correio de Aracajú* de 15 de novembro, a autoridade de saúde regressou de lá com “a melhor impressão da solicitude, atividade e boa organização de todos os trabalhos ali estabelecidos”. Eis que, mais adiante, na mesma matéria, o jornal informava que a Igreja Evangélica Presbiteriana doou à Loja Cotinguiba a quantia de 100\$000 (cem mil-réis) “como pequeno auxílio à distribuição de remédios e alimentos que aos pobres e atacados pela influenza está fazendo, com muita dedicação e proveito”. Enquanto isso, o *Diário da Manhã* comunicava que a Cotinguiba estava encarregada da zona delimitada pelas avenidas Barão do Rio Branco, Pedro Calazans e Barão de Maruim, e que o “conceituado médico” Berillo Leite atenderia, no posto maçônico de atendimento, a todos os doentes, das 16h às 18h.

Outra medida que evidencia o auxílio mútuo entre o poder público e a maçonaria para assistir os gripados foi divulgada pelo *Jornal do Povo* em 16 de novembro, e se refere ao oferecimento, por parte do presidente do Estado, de dois policiais para garantir a segurança das ações assistenciais da Cotinguiba, bem como de dois animais para transportar o pessoal a serviço da instituição.

A partir da segunda quinzena de novembro, o *Estado de Sergipe* divulgou balanços fornecidos diariamente pela Loja Cotinguiba, concernentes à quantidade de casos e de óbitos notificados pelos médicos e enfermeiros a serviço da associação, sendo que no último levantamento, publicado no dia 12 de dezembro, mas referente à data anterior, registrara-se apenas dez pessoas ainda enfermas.

Findado o período mais crítico da epidemia, o presidente do Estado José Joaquim Pereira Lobo externalizou, em pessoa, a sua gratidão quando foi visitado por uma comissão da maçonaria liderada pelo professor Alencar Cardoso, ocasião em que este personagem cientificou ao mandatário que toda a zona confiada aos cuidados dos maçons estava livre da influenza. A visita ao governante aconteceu em uma sexta-feira, dia 13 de dezembro; levaram os maçons, porém, boas-novas.

Conforme o *Correio de Aracajú* publicado dois dias depois, Pereira Lobo agradecera, “em seu nome e do povo sergipano” os “tão relevantes serviços” engendrados pela maçonaria. A conduta dessa instituição fora igualmente estimada pelo diretor titular de Higiene Octaviano Vieira de Mello, na ocasião do comparecimento da citada comissão maçônica à sede da Diretoria. Como autoridade responsável pela saúde pública do estado, Octaviano Vieira de Mello ofereceu “palavras de aplausos aos membros da humanitária associação”, de acordo com o *Diário da Manhã* de 15 de dezembro.

Quatro dias mais tarde, *O Imparcial* informou a quantia angariada pela comissão maçônica a partir de uma subscrição pública para fins de custeio das despesas com o socorro prestado: 6:502\$000 (seis contos, quinhentos e dois mil-réis). Segundo o periódico, o tesoureiro da Cotinguiba Luiz Freire acusou um saldo restante de 1.731\$100 (um conto, setecentos e trinta e um mil e cem réis) após o encerramento das ações assistenciais. Esse valor, no entanto, foi depositado na agência aracajuana do Banco do Brasil, “aguardando o completo desaparecimento da moléstia”. Com isso, seria destinado, então, para aplicação “em benefício dos órfãos, da melhor forma”.

Quanto à Igreja Católica, assinalamos que o bispo diocesano de Aracaju Dom José Thomaz ofereceu ao poder público o edifício do Instituto Bento XV para acolher e atender os gripados.¹⁰ Como registrou o articulista do *Jornal do Povo* de 8 de novembro, Pereira Lobo agradeceu, por “atencioso ofício”, a atitude do sacerdote, declarando que aceitaria o favor “caso fosse preciso”. Interessa-nos, ainda, destacar que, segundo o *Jornal do Povo* de 29 de novembro, o bispo diocesano recomendara ao clero sergipano que modificasse o rito litúrgico usual para inserir nas missas, até que cessasse a epidemia, a oração nomeada *pro vitanda mortalitate, vel tempore pestilentiae* (“para que seja evitada a mortalidade ou em tempo de peste”, em tradução livre).

O bispo também aconselhara que os fiéis católicos colocassem no verso das portas dos seus lares a inscrição “Sagrado Coração de Jesus, rogai por nós”. O mesmo número do jornal indicava uma “oração contra a peste”, extraída do responsório de Santo Antônio. Constatamos que o periódico transcrevera apenas uma parte da oração, e em latim. Registramos, por fim, os versos mais sugestivos da oração transcrita pelo redator do jornal: “Pela sua intercessão/ Foge a peste, o erro, a morte/ O fraco torna-se forte/ E torna-se o enfermo são”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste artigo buscou lançar luz sobre a assistência oferecida pela Loja Simbólica Cotinguiba à população desfavorecida da cidade de Aracaju no contexto de progressão da influenza espanhola no estado de Sergipe, em 1918. Nesse ínterim, enfatizamos o papel do professor José de Alencar Cardoso na condução das ações assistenciais empreendidas na capital sergipana com base em princípios estabelecidos na legislação maçônica, os quais norteiam a postura e a atuação dos membros da maçonaria perante a sociedade. Vimos que a referida assistência foi concretizada, nesse cenário, valendo-se de donativos e da contratação de enfermeiros, o que possibilitou a distribuição de alimentos e medicamentos aos mais necessitados.

Evidenciamos que as providências tomadas pela associação maçônica para socorrer os pobres e atender os enfermos foram executadas em articulação com o poder público, tendo o consentimento e o auxílio de autoridades, como o então presidente do Estado José Joaquim Pereira Lobo e o diretor de Higiene e Saúde Pública Octaviano Vieira de Mello. Inferimos que nas entrelinhas da concordância do governo com a ajuda da maçonaria

¹⁰ Nota-se a coincidência sobre o instituto citado ter o nome de um dos papas que condenaram, oficialmente, a maçonaria.

residia o reconhecimento da insuficiência do aparato de saúde pública para refrear a disseminação do vírus epidêmico e amparar a população acamada. Notamos, inclusive, que os esforços despendidos por maçons para debelar a gripe espanhola, sob a liderança de José de Alencar Cardoso, foram enaltecidos e agradecidos, não unicamente pela imprensa sergipana, como também pelo próprio mandatário do Estado e pelo dirigente da repartição de saúde pública.

Ressaltamos que a maçonaria não foi a única instituição particular a somar forças com o poder público sergipano para reduzir as consequências da doença, haja vista que outras iniciativas privadas foram contributivas no sentido do enfrentamento da enfermidade. Diante disso, conjecturamos que a cooperação entre o poder público e diferentes associações constituiu um componente relevante de resposta à epidemia. Por fim, considerando o fornecimento de alimentos e medicamentos a mais de oitocentas pessoas em Aracaju, avaliamos que a maçonaria se mostrou presente em circunstâncias em que a vida social e as atividades profissionais da população foram gravemente desordenadas.

Salientamos, em suma, que este trabalho de pesquisa focalizou um dos inúmeros aspectos que caracterizaram a epidemia de influenza, isto é, o auxílio prestado pela maçonaria para amortecer os efeitos da doença sobre a sociedade. Não pretendemos esgotar as possibilidades de investigação do panorama epidêmico em questão, tendo em vista a existência de análises anteriores acerca desse tema, bem como as lacunas a serem preenchidas, a exemplo das contribuições individuais para arrefecer os impactos da epidemia e da postura assumida por instituições religiosas na crise sanitária.

FONTES

1. Jornais sergipanos

Correio de Aracaju; Diário da Manhã; Estado de Sergipe; Jornal do Povo; O Imparcial; e Século XX

2. Legislação

BENTO XV. **Código de Direito Canônico**. Santa Sé: 1917. Disponível em: <https://www.iuscangreg.it/cic1917.php?lang=PT>. Acesso em: 25 out. 2025.

CLEMENTE XII. **Bula *In eminenti apostolatus specula***. Santa Sé: 1738. Disponível em: <https://www.papalencyclicals.net/clem12/c12inemengl.htm>. Acesso em: 25 out. 2025.

JOÃO PAULO II. **Declaração Sobre a Maçonaria**. Santa Sé: 1983. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19831126_declaration-masonic_po.html. Acesso em: 25 out. 2025.

LEÃO XIII. **Carta Encíclica *Humanum genus***. Santa Sé: 1884. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals.index.html#encyclicals>. Acesso em: 25 out. 2025.

GRANDE ORIENTE DO BRASIL. **Constituição do Grande Oriente do Brasil**. Rio de Janeiro: Vallée, 1937.

GRANDE ORIENTE DO BRASIL. **Constituição e regulamentos geraes da Ordem Maçonica no Brasil**. Rio de Janeiro: Vianna & C., 1852.

GRANDE ORIENTE DO BRAZIL. **Constituição da Maçonaria do Brazil**. Rio de Janeiro: Perseverança, 1866.

GRANDE ORIENTE DO BRAZIL. **Constituição do Grande Oriente do Brazil**. Rio de Janeiro: Alexandre Ribeiro & C., 1901.

GRANDE ORIENTE DO BRAZIL. **Constituição do Grande Oriente do Brazil**. Rio de Janeiro: Vallée, 1934.

GRANDE ORIENTE DO BRAZIL. **Constituição e Regulamento Geral do Grande Oriente e Supremo Conselho do Brazil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1892.

GRANDE ORIENTE UNIDO DO BRAZIL. **Constituição da Maçonaria do Brazil**. Rio de Janeiro: Grande Oriente Unido do Brasil, 1873.

REFERÊNCIAS

BARATA, Alexandre Mansur. A maçonaria e a ilustração brasileira. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 78-99, jul./out. 1994.

BARBERO, Rafael Bedenik. **O tabuleiro, o esquadro e as tintas: sociabilidade maçônica na década de 1870**. 2021. 70 f. Monografia (Graduação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

BERTOLLI FILHO, Claudio. **A gripe espanhola em São Paulo, 1918: epidemia e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BERTUCCI, Liane Maria. **Influenza, a medicina enferma: ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo**. Campinas: Unicamp, 2004.

CAMPILLO, Marco Antonio Lopes Granados. A maçonaria para os leigos: mistérios, origens e estrutura. **Revista Ciência & Maçonaria**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 59-68, jan./jun. 2015.

CUETO, Marcos. **El regreso de las epidemias: salud y sociedad en el Perú del siglo XX**. Lima: IEP, 1997.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe**: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DÁVILA, Beatriz Echeverri. En el centenario de la gripe española: un estado de la cuestión. **Revista de Demografía Histórica**, v. XXXVI, n. 1, p. 17-42, 2018.

FREITAS, Antônio Fontes. **Dom Luciano e a maçonaria**: a reconciliação. Aracaju: Infographics, 2025.

MONTEIRO, Fernando; SILVA, Claudia Neves da. Maçonaria e maçons: entre a fala assistencialista e a prática da assistência social como política pública. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS**, Rio Grande/RS, v. 10, n. 19, p. 188-204, jan./jun. 2018.

NASCIMENTO, José Anderson. **A Loja Maçônica Cotinguiba nos caminhos da história**. Aracaju: J. Andrade, 2000.

NASCIMENTO, José Anderson. **Olhares sobre a Loja Maçônica Cotinguiba**. Aracaju: Criação, 2012.

RAMALHO, José Rodorval. **Novæ sed Antiquæ**: tradição e modernidade na maçonaria brasileira. Porto Alegre: Fi, 2019.

REZENDE, Joffre Marcondes de. Epidemia, endemia, pandemia, epidemiologia. **Revista de Patologia Tropical**, v. 27, n. 1, p. 153-155, jan./jun. 1998.

SANTANA, Antônio Samarone de. **As febres do Aracaju**: dos miasmas aos micróbios. Aracaju: O Autor, 2005.

SANTOS, Amanda Marques dos. O jornal *A cruzada* em Sergipe e a Igreja Católica: a questão social no período republicano. **História em Reflexão**, Dourados/MS, v. 13, n. 26, p. 7-22, jul./dez. 2019.

SANTOS, Matheus Honorato da Silva. A gripe espanhola em Aracaju: sociedade, imprensa e poder público no contexto de progressão da influenza (1918-1919). **Boletim Historiar**, São Cristóvão, v. 10, n. 3, p. 54-72, jul./set. 2023.

SANTOS, Matheus Honorato da Silva. “Influenzaphobia”: medo e morte no contexto da gripe espanhola em Sergipe. **Manduarisawa**, Manaus, v. 9, p. 1-28, 2025.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **A bailarina da morte**: a gripe espanhola no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. **A gripe espanhola na Bahia**: saúde, política e medicina em tempos de epidemia. Rio de Janeiro: Fiocruz; Salvador: Edufba, 2009.